

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

**HISTÓRIA DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO QUE CRIOU A
SOCIEDADE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA -
SBEM**

Autor: Denizalde Jesiél Rodrigues Pereira

Orientadora: Prof.a Dr.a Maria Ângela Miorim

Campinas - SP

2005



Guernica (Pablo Picasso)

O Guardião das Fronteiras* (George Landow)

No lugar do posto de controle de saída da fronteira, o guardião do país vizinho pediu que o estudioso de Ecologia Cognitiva mostrasse seu passaporte, chamando-o:

- Ei, você, faz o quê?

A resposta foi:

- Apesar do meu nome, não trabalho exatamente com Ecologia, mas com o conhecimento.

- Negativo: há muito a Filosofia se encarrega disso - foi a objeção do guardião das fronteiras. Vá pleitear a sua saída pela outra porta.

- Espere; entendo o conhecimento de uma forma ampla. Ocupo-me dos signos, de todos os vestígios sensíveis ligados às intenções na produção e atribuição de sentidos, explicou o estudioso.

- Ora – refutou novamente o guarda – isso é o que faz a Semiologia. Você está querendo burlar a segurança?

- Absolutamente! De fato – ponderou o estudioso – alguns teóricos trabalham sobre o sentido dos signos. Mas interessam-me mais diretamente as relações de poder que são travadas na arena da comunicação.

- Hum... – observou-o o guardião, desconfiado. – Sim, já entendendo, trata-se de Filosofia da Linguagem.

O estudioso ousou especificar ainda um pouco mais a sua ação e disse: -Sim, a Filosofia da Linguagem, em especial a corrente da pragmática, aborda esse tema com muita propriedade, mas concentrando-se no que é produzido no decorrer da comunicação entre os interlocutores. Quanto a mim, procuro fixar-me em algo que vai além, buscando verificar como as idéias se transmitem e interagem entre si por meio de palavras, imagens e sons articulados, em toda a riqueza dos signos, para, então, discutir como o pensamento tem sido produzido. Trata-se de entender as dimensões técnicas e coletivas da cognição.

O soldado sorriu com desdém. “Ah, é a cognição. Ora, então você é um estudioso da Educação”.

- De certo modo, sim – concordou em parte o visitante -, mas apenas se consideramos a educação compreendida em seus novos ambientes e espaços, nos quais um novo sujeito, digamos, coletivo, se movimenta.... e para compreendê-la dessa forma devemos derrubar

* LANDOW, apud RAMAL, 2002, pp. 9-10

algumas das fronteiras e construir elos com a Filosofia, com a Semiologia e com outras disciplinas das quais herdei também algumas questões, como a Lingüística, ou a Psicologia. Na verdade não há como conceber a Ecologia Cognitiva sem falar das redes de conhecimento, e não há como estudar ou entender tais redes sem antes permitir também as interconexões em nosso próprios campos.

E o estudioso terminou dizendo:

- Por isso, não solicito apenas que autorizes minha passagem, como também te peço, em nome de todos os que desenvolvem pesquisas neste momento, que te despeças da tua função, pois para exercer a minha prática e levar adiante a pesquisa, não será possível que haja guardiões de fronteiras entre os países que visito.

O guarda já ia expulsar o forasteiro, pela insolência da fala, vindo a perturbar-lhe a paz que há tanto conhecia naquele espaço-limite, quando aconteceu o inusitado: viu que atrás do Ecologista Cognitivo, e pelos lados, e mais adiante, e também por muitas outras vertentes, aproximavam-se multidões de cientistas e estudiosos e pesquisadores e professores, todos numa rebelião não-organizada contra as cancelas de fronteiras, e tinham os nomes metamorfoseados: não mais ostentavam carteira de identidade de comunicador, de sociólogo, ou de historiador, ou de cientista, mas de coisas estranhas, como educador, engenheiro do conhecimento, historiador das idéias, arquiteto cognitivo, sociólogo da linguagem e coisa nesse estilo.

Viu que outros dos seus colegas tentavam reagir, mas era inútil. O companheiro vizinho era desafiado por um sociotecnólogo, enquanto recebia a notícia de que legiões de historiadores das mentalidades haviam invadido um terreno proibido. Psicolongüistas atacavam pelo outro lado e, já sem receber maior resistência, um grupo de arte-educadores se preparava para ocupar a praça.

E assim, apesar de esboçar uma reação inicial, os guardiões das fronteiras não tiveram outra opção a não ser retirar-se, resignados, deixando que fossem, por fim, apagadas as linhas tênues que marcavam os limites entre os países de uns e de outros.

Foi quando as portas se abriram e começou a história.

Dedico esta Tese a:

**Antonio José Lopes Bigode
Dario Fiorentini
Ledo Vaccaro Machado
Maria Aparecida Vigiani Bicudo**

...guardiões e guardiã da memória oral e escrita da SBEM.

Dedicação Especial à:

Maria Ângela Miorim

...pela orientação, paciência e solidariedade.

Agradecimentos especiais

Hegel
Marx
Lacan
Zizek

Agradecimentos aos entrevistados

Antonio José Lopes Bigode
Ledo Vaccaro Machado
Manhúcia Liberman
Maria do Carmo Domite Mendonça
Maria Sallet Biembengut
Nilza Engenheer Bertoni
Regina Maria Pavanello
Roberto Ribeiro Baldino
Rômulo Campos Lins
Sérgio Lorenzato
Tânia Cristina Baptista Cabral
Tânia Maria Mendonça Campos
Ubiratan D'Ambrósio
Vânia Maria dos Santos-Wagner

Agradecimentos aos amigos e amigas colaboradores:

Alessandra Schanoski

Aline Barreto

Carla Barbosa

Érico Martins

Fabiano Cardoso

Gustavo Sousa

Jéssica Abreu

João Almeida

Maria A. de São José

Maurício Falchetti

Renata Santos

...em especial:

Anézio Santana

Cristiane Silveira

SIGLAS

APEOESP	Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
AMS	American Mathematical Society
APM	Associação dos Professores de Matemática - Portugal
ATM	Association of Teachers of Mathematics - USA
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBPF	Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas
CECI	Centro de Ensino de Ciências - Rio de Janeiro
CEM	Centro de Educação Matemática - São Paulo
CENP	Coordenadoria de Estudos e de Normas Pedagógicas - São Paulo
CIAEM	Conferência Interamericana de Educação Matemática
CIAEM	Comitê Interamericano de Educação Matemática
CIBEM	Congresso Ibero-Americano de Educação Matemática
CIEM	Commission Internationale de L'Enseignement Mathématique - França
CND/SBEM	Conselho Nacional Deliberativo
CPP	Centro do Professorado Paulista
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DNE/SBEM	Diretoria Nacional Executiva
ENEM	Encontro Nacional de Educação Matemática
EPEM	Encontro Paulista de Educação Matemática
FAPERJ	Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FNFfi	Faculdade Nacional de Filosofia - Rio de Janeiro
GEEM	Grupo de Estudos do Ensino de Matemática - São Paulo
GEEMPA	Grupo Estudos em Educação Matemática de Porto Alegre
GEPEM	Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Matemática
G-RIO	Grupo Pedagógico do Rio de Janeiro
ICME	International Congress On Mathematical Education
ICMI	International Commission On Mathematical Instruction
IME/USP	Instituto de Matemática e Estatística
IMECC/UNICAMP	Instituto de Matemática, Estatística e Ciência da Computação
IMPA	Instituto de Matemática Pura e Aplicada
IMUFRJ	Instituto de Matemática da Universidade Federal do Rio de Janeiro
IMUK	Internationalen Mathematische Unterrichts Kommission - Alemanha
MAA	Mathematics Association of America
NASA	National Aeronautics And Space Administration
NCTM	National Council of Teachers of Mathematics - USA
NEDEM	Núcleo de Estudo e Difusão do Ensino da Matemática - Curitiba
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OEA	Organização dos Estados Americanos
ORCTALC	Oficina Regional de Ciências e Tecnologia para a América Latina e Caribe
PADCT	Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia

PME	Psychology of Mathematics Education
PROEM	Programas de Estudos e Pesquisas no Ensino da Matemática
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC	Pontifícia Universidade Católica
PUCCAMP	Pontifícia Universidade Católica de Campinas
SBEM	Sociedade Brasileira de Educação Matemática
SBM	Sociedade Brasileira de Matemática
SBMAC	Sociedade Brasileira de Matemática Aplicada e Computacional
SBPC	Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência
SEE	Secretaria Estadual de Educação
SIMPRO	Sindicato dos Professores da Rede Particular de Educação do Estado de São Paulo
SIPEM	Simpósio Internacional de Pesquisa em Educação Matemática
SPEC	Subprograma de Educação para a Ciência
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFF	Universidade Federal Fluminense - Niterói, RJ
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos - São Carlos, SP
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade do Estado de São Paulo
USU	Universidade Santa Úrsula - Rio de Janeiro

27/01/1988

Fundação da SBEM

26/01/88

RCC6
Maringá

JANEIRO

28/11

RCC5
São Paulo

23/11

RJ 9

21/11

SP 6

25/09

SP 4

19/09

RJ 7

02/10

SP 5

13/10

RJ 8

24 e 25/10

RCC 4
Belo Horizonte

23/08

RJ 6

14 e 15 /08

RCC3
Campinas

03/07

SP 3

11/08

RJ 5

27/06

RJ 4

06/06

RCC2
Rio de Janeiro

28/03

RCC1
São Paulo

14/04

SP 1

21 e 24/03

RJ 1

11/04

RJ 2

23/05

SP 2

21/05

RJ 3

SETEMBRO

AGOSTO

MARÇO

JUNHO

ABRIL

MAIO

06/02/1987 – Criação da CC PRÓ-SBEM

RESUMO

Nosso trabalho sobre o movimento que criou a Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM) está centrado no período que vai de 1985 a 1988, anos correspondentes à realização da VI Conferência Interamericana de Educação Matemática (CIAEM), em Guadalajara no México, e à fundação oficial da Sociedade Brasileira de Educação Matemática, na cidade de Maringá-PR. Ao ano de 1987 será dado especial destaque. Durante o Encontro Nacional de Educação Matemática (ENEM) na cidade de São Paulo, os participantes desse movimento decidiram empreender esforços, tendo em vista a criação de uma Sociedade que congregasse os educadores matemáticos brasileiros, sendo estabelecido o prazo de um ano para a construção coletiva de seus estatutos. Esse processo foi de uma riqueza ímpar: cerca de 1200 pessoas foram mobilizadas em seis grandes reuniões nacionais e cerca de sessenta reuniões regionais em um movimento nacional centralizado por uma Coordenação e descentralizado na base.

O presente trabalho defende a Tese de que o movimento que criou a SBEM foi um movimento de caráter eminentemente democrático.

Este movimento é caracterizado nesta obra contextualizado na história, mas se demarcando da concepção evolucionista como um desenrolar de fatos hierarquizados cronologicamente. Focamos a constituição de uma Comissão Central, que se estabeleceu no primeiro ENEM, realizado na PUC de São Paulo em fevereiro de 1987, como o marco fundamental deste movimento.

Comprometidos com concepções teórico-metodológicas do Materialismo Histórico Dialético, o marxismo da maturidade de Marx, procuramos relacionar o movimento aqui exposto com o contexto histórico em que foi gerado, onde o “passado” ocupa sua devida importância como “presente rearticulado”.

No entanto, propomos como categoria central de análise um conceito de democracia não usual, distinto de seu sentido hegemônico: democracia, nesta Tese, tem sentido de trégua, de convivência com posições distintas, não como valor ideológico melhorativo, como harmonia, senão como resultado de impossibilidade, como resultante da luta de classes.

Palavras-chave: Educação Matemática, Materialismo Histórico Dialético, Sociedade Brasileira de Educação Matemática, Democracia, História de Instituições.

ABSTRACT

Our work about the movement which created the Brazilian Society of Mathematics Education (SBEM) is centered in the period that ranges from 1985 to 1988. This period of time corresponds to the accomplishment of the VI Interamerican Conference of Mathematics Education, in Guadalajara, Mexico and to the official foundation of the Brazilian Society of Mathematics Education in Maringá, Paraná, Brazil. In 1987 it was given especial highlight. During the National Meeting of Mathematics Education (ENEM) in São Paulo city, the participants of this movement decided to work hard in order to create a Society which congregated the Brazilian Mathematics teachers, and a term of one year for the collective creation of its statutes.

This process was of unique importance: about 1200 people were mobilized in six large national meetings and approximately 60 regional meetings, in a national movement centered by a Coordination and historical context in which it was generated, where the “past” takes its real importance as “rearticulated present”.

However, we propose a concept of unusual democracy as central category, distinct from its hegemonical sense: democracy in this thesis, has the meaning of truce, of sociability, in distinct positions, not as an ideological improving a value, as harmony, but as a result of classes fight.

KEY-WORDS: Mathematics Education, Dialectical-Historical Materialism, Brazilian Society of Mathematics Education, Democracy, History of Institutions.

SUMÁRIO

EPÍGRAFE	VII
DEDICATÓRIA	XI
AGRADECIMENTOS ESPECIAIS	XIII
AGRADECIMENTOS AOS ENTREVISTADOS	XV
AGRADECIMENTOS AOS AMIGOS E AMIGAS COLABORADORES	XVII
SIGLAS	XIX
LINHA DO TEMPO DO MOVIMENTO PRÓ-SBEM	XXIII
RESUMO	XXV
ABSTRACT	XXIX
SUMÁRIO	XXXI

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – Contexto Histórico – Pré-SBEM	9
1.1 - A SBEM é concebida em Guadalajara, México	16
1.2 - O caráter social da SBEM	24
1.3 - A Educação Matemática brasileira segue a tendência internacional	31
1.4 - Martha Souza Dantas e a retomada da construção da Comunidade de Educação Matemática brasileira	37
1.5 - SBM: uma Sociedade para poucos	42
1.6 - Ubiratan D’Ambrósio: proponente da Sociedade Brasileira de Educação Matemática – SBEM	46
1.7 - CIAEM e ICME: inserção definitiva do Brasil na Educação Matemática mundial	53
1.8 - Coletivos: a SBEM surgindo pela base	56
1.8.1 - O GEEM	56
1.8.2- O GEEMPA	61
1.8.3- GPEM e Projeto Fundação	63

1.8.4- Grupo de Estudos Momento e CEM	67
1.8.5- Outros e G-RIO	69
1.9 - De Guadalajara ao ENEM	73
CAPÍTULO II - Pró-SBEM	101
2.1 - Plenária Final do ENEM	102
2.2 - O Movimento Pró-SBEM	112
2.3 - Algumas Regionais Tomam a Dianteira	115
2.4 - Rede Básica de Informações	118
2.5 - Comissão de Organização do II ENEM	119
2.6 - Segunda Reunião da Comissão Central (junho de 87) – Rio de Janeiro	120
2.7 - Educação Matemática e SBEM : processo e fusão processual	121
2.8 - As Regionais do Rio e São Paulo se afirmam como lideranças	124
2.9 - A Regional-São Paulo entra em cena	126
2.10 - Regional-Rio de Janeiro: a democracia direta se afirma como tendência em luta	133
2.11 - Terceira Reunião da Comissão Central (agosto de 87)-Campinas, SP	136
2.12 - Quarta Reunião da Comissão Central (outubro de 87)-Belo Horizonte	139
2.13 - Contribuição divergente da Regional-Pernambuco	144
2.14 - “A Encruzilhada”	145
2.15 - “Estamos Fundados”	148
CAPÍTULO III - A DUAS MIL E QUATROCENTAS MÃOS	155
3.1 - Comissão de Sistematização dos Estatutos	167
3.2 - Proposta de Roberto Baldino	179

3.3 - A Regional-Rio cumpre a importante tarefa de Sistematização	181
3.4 - As contribuições das demais Regionais	192
3.5 - Grandes passos são dados em Belo Horizonte na 4ª. Reunião da Comissão Central	196
3.6 - A divergência central do grupo de Recife	197
3.7 - Proposta de estatutos da reunião de Belo Horizonte	198
3.8 - A busca pelo texto a ser homologado	198
3.9 - Sistematização da Comissão Central de Novembro de 1987	202
3.10 - Modificações, adendos e supressões	212
3.11 - O II ENEM funda a SBEM e define seu Estatuto	213
4- CONCLUSÃO	229
5- BIBLIOGRAFIA	255

Introdução

Nosso trabalho sobre o movimento democrático que criou a Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM) está centrado no período que vai de 1985 a 1988, anos correspondentes à realização da VI Conferência Interamericana de Educação Matemática (CIAEM), em Guadalajara no México, e à fundação oficial da Sociedade Brasileira de Educação Matemática, na cidade de Maringá-PR. Ao ano de 1987, ano de realização do que viria a ser, por força de continuidade, o primeiro Encontro Nacional de Educação Matemática (ENEM), na cidade de São Paulo, será dado destaque especial. Este momento pode ser caracterizado como aquele em que houve a decisão de serem realizados “esforços” tendo em vista a criação de uma Sociedade que congregasse os educadores matemáticos brasileiros, sendo estabelecido o prazo de um ano para a construção coletiva de seus estatutos. Esse processo de construção coletiva, de uma riqueza exemplar, atraiu-nos e nos concentrou.

No entanto, orientados por pressupostos teórico-metodológicos do Materialismo Histórico Dialético (MARX, 2002), concebemos a construção de uma Sociedade¹ não como um processo de “evolução” natural, nem tampouco como fruto de mero “acaso” ou da vontade dos indivíduos nela envolvidos. Isso não quer dizer que não concordemos que “evoluções naturais” e “vontades dos indivíduos” possam existir nesse processo de construção. Entretanto, entendemos que esses elementos fazem parte de uma rede de relações simbólicas e de produção social de significados, cujo sentido é sempre produzido no campo do Outro (Zizek, 1992), ou seja, da sociedade; sociedade não concebida como “somatório de indivíduos”, mas como produto de relações de interesses históricos antagônicos, relações de classes sociais. Uma Sociedade se constitui em um contexto histórico, no nosso caso “materialista histórico dialético”.

¹ Adotamos a seguinte terminologia: Sociedade com maiúscula, refere-se a uma Sociedade científica; com minúscula, à sociedade em geral.

Não nos associamos à concepção evolucionista de história, como um desenrolar linear de fatos no tempo. Esta concepção está atrelada à visão “naturalista da história”, positivista, que tenta impor à ciência da História o que chamam de “método científico”, baseado nas concepções Newtonianas de Ciência, como aquilo que pode ser dito e provado... tautologias à parte, “provado cientificamente”! O objeto da história é por aí concebido tal qual corpos que se movem no espaço, e assim por diante. Sobre isso, Miorim (1998, p.31), referindo-se ao pensamento escolástico, valendo-se da “lógica” de Aristóteles aos seus propósitos de dominação através do que chamam de “religião”, diz que *“A lógica aristotélica passou então a ser considerada a única forma cientificamente válida. Sem dúvida alguma, a escolha perfeita. A lógica aristotélica é o instrumento ideal, porque mais eficaz e seguro, quando se pretende organizar um sistema de idéias que não devem ser questionadas, uma vez que são consideradas em princípio, verdadeiras”*.

A história é antes de tudo o trabalho do historiador. Os fatos não falam por si, fatos históricos só o são, porque foram escolhidos. Portanto, muito mais ligada ao método de investigação e ao modo de exposição do que aos fatos propriamente ditos; atear-se aos fatos verdadeiros é mero dever do historiador, jamais uma virtude (CARR, 2002).

Com esse espírito descrito acima, partimos para o campo da pesquisa propriamente dita, o campo da investigação.

Quando ainda dávamos nossos primeiros passos, formulando um planejamento, que incluía levantamento de dados em artigos e revistas sobre a SBEM, a fim de melhor precisarmos nossos horizontes, em uma sessão de orientação, fomos agraciados pelo calor. Com a porta aberta para nos refrescarmos, fomos ouvidos pela professora Vânia dos Santos-Wagner que passava pelo corredor e pôde saber que ali se estava tratando de uma Pesquisa sobre a história da SBEM, que ela havia sido atuante protagonista desde os seus primeiros passos. A professora se declarou em condições de nos prestar alguma colaboração o que, obviamente, fomos gratos e a procuramos posteriormente. Alguns dias

depois, tínhamos nossa primeira Entrevista², que viria a se constituir praticamente em um roteiro de pesquisa, dado que os nomes e fatos por ela citados, em grande parte, constituíram-se em objeto de estudos e entrevistas, podendo assim dizer que obtivemos o início da pavimentação da estrada pela qual seguimos.

A partir do “roteiro” formulado por Vânia (além, obviamente, de informações sobre a história, análises, interpretações), seguimos aleatoriamente procurando novos colaboradores, conforme facilidades ou emergências postas. Não tínhamos como definir um critério, estávamos constituindo o objeto de pesquisa. Enviamos convite, via correio eletrônico, para várias pessoas citadas pela professora Vânia. Antonio José Lopes, o Bigode, foi o primeiro a responder, dizendo que iria passar um tempo fora do país. Agilizamos a Entrevista com Bigode na seqüência. Seguiram-se as Entrevistas com o professor Roberto Ribeiro Baldino e Tânia Cabral, em conjunto; em seguida, os demais.

Durante o VII Encontro Nacional de Educação Matemática (ENEM), no Rio de Janeiro, fomos apresentados pelo professor Carlos Vianna à professora Nilza Bertoni, primeira Secretária-Geral da SBEM. Em uma conversa informal, trocaram reminiscências. Fomos despertados, durante a referida conversa, para o fato de que a memória de um ativava a memória do outro de modo complementar ou mesmo contestatório. Adotamos, a partir daí, o procedimento de construção coletiva da memória da SBEM. Desde a Entrevista com Bigode, sempre fizemos o convite seguido do pedido de aceite para que a entrevista fosse conhecida pelo entrevistado ou entrevistada seguinte. No momento em que entrevistamos Bigode, ainda não possuíamos a transcrição seguida de anuência por parte da professora Vânia. Bigode então falou baseado na própria memória. Da Entrevista de Baldino e Tânia Cabral em diante, grande parte dos entrevistados obteve acesso às demais entrevistas, podendo adendar, discordar.

Os entrevistados se mostraram conhecedores do assunto. Certamente não são os únicos. Poderíamos ter obtido importantes contribuições com pessoas que não foram

² Sempre que nos referirmos a uma Entrevista singular concedida para esta pesquisa, grafaremos com “maiúscula”. Para “entrevista” como substantivo, grafaremos com “minúscula”.

entrevistadas, mas jamais nos propusemos a esgotar o assunto, demos sim os primeiros passos que poderão servir a pesquisas futuras sobre o tema, sob outro viés teórico-metodológico, atingindo resultados que não atingimos, mas que não poderão deixar de conhecer o trabalho aqui proposto, parte que ora se integra à história da SBEM.

Pela participação plena do Bigode, desde os primeiros movimentos ainda em Guadalajara no México, passando por todo o processo de construção, e ainda hoje, veremos, no texto desta Tese, que sua contribuição foi fundamental, particularmente no que diz respeito ao Capítulo I. Este capítulo trata de questões sobre a formação da Comunidade de Educação Matemática brasileira, obviamente a mesma que gestou a SBEM.

Como veremos ainda no Capítulo I, a participação do professor Ubiratan D'Ambrósio foi fundamental para a criação da SBEM. Foi natural, portanto, que sua Entrevista tenha especial destaque no que concerne a este texto.

Todas as demais entrevistas tiveram sua importância, contribuindo com alguma informação que resultou em um todo razoavelmente coerente. Porém, boa parte das falas se dirigiu a questões relativas às gestões. A riqueza da história da criação e o tempo institucional necessário à conclusão desta Tese levaram a nos concentrar no **movimento democrático que criou a SBEM**, em detrimento da história das gestões. Esperamos que a história das gestões venha a ser pesquisada e que esta Tese sirva de referência, no entanto aqui só aludimos a elas na medida em que nos forneceram elementos explicativos sobre o objeto por nós pesquisado. De qualquer forma, a presença de todas as entrevistas como Anexos haverão de cumprir sua função histórica por si mesmas³.

Seguiram, após a Entrevista com Ubiratan, em ordem cronológica, entrevistas com os professores e professoras:

- Maria Salett Biembengut: Secretária-Geral na terceira gestão.
- Rômulo Campos Lins: Secretário-Geral na quarta gestão.
- Regina Pavanello: 1^a. Secretária na sexta gestão.
- Nilza Bertoni: Secretária-Geral na primeira gestão.

³ As entrevistas constam dos Anexos em CD.

- Tânia Campos: Presidente⁴ na quinta gestão.
- Ledo Vaccaro Machado⁵
- Manhúcia Liberman⁶
- Sérgio Lorenzato⁷

Da Entrevista com a professora Regina Pavanello em diante, buscamos precisar questões pontuais. Os entrevistados não passaram pelo processo de ler as demais entrevistas.

Três contribuições sobre reminiscências se deram de forma escrita: os textos publicados no sítio eletrônico da CIAEM, do professor Ubiratan D’Ambrósio e da professora Martha Dantas, e outro, da professora Nilza Bertoni, especialmente escrito para esta pesquisa⁸.

Destacamos a Entrevista com Ledo Vaccaro Machado. Ledo, que fora, como veremos nos Capítulos II e III, o grande nome do trabalho de Sistematização das propostas de constituição dos estatutos, declarou no momento da criação da SBEM em Maringá, PR, que estava fundando uma Sociedade da qual não fazia parte, como de fato ocorreu. Ledo, na Entrevista, faz autocrítica, reconhece que era um “*purista*”, fruto da militância política de esquerda que vinha tendo, e que talvez hoje não agisse do mesmo modo. Em meio a essa autocrítica, sugere que a SBEM fora fruto de uma luta democrática:

Ledo: Hoje eu tenho certeza que, mesmo as pessoas com as quais eu me desentendia, estabeleciam uma relação de respeito em relação à gente. Brigavam, discordavam, mas reconheciam o esforço na elaboração do trabalho. Tenho certeza de que eles reconheciam. Era essa briga que ficava clara: que existia um grupo que queria um tipo de trabalho e outro grupo queria outro tipo de trabalho, e a Sociedade saiu no meio disso aí.

⁴ Houve mudança estatutária e o cargo de “Secretário-Geral” passou a ser denominado “Presidente”. No link http://www.sbem.com.br/SBEM%20-DNE/QUEM%20SOMOS/diretorias_antteriores.htm no sítio eletrônico da SBEM consta a mudança de nomenclatura a partir da gestão da professora Tânia Campos.

⁵ Destacado nome no trabalho de Sistematização dos estatutos da SBEM no processo de criação.

⁶ Uma das precursoras do movimento de Educação Matemática brasileira.

⁷ Igualmente um dos precursores do movimento de Educação Matemática brasileira.

⁸ Ver Anexos.

Deniz: É, foi democrática mesmo!

Ledo: E se não houvesse pessoas se contrapondo, se fôssemos só nós brigando para formar uma Sociedade a partir dos professores, a Sociedade não teria saído, também não seria democrática.

Nessa época em que fizemos a Entrevista com Ledo, encontrávamo-nos em meio ao estudo dos documentos escritos.

Em nosso trabalho, procuramos valorizar todas as fontes disponíveis, inclusive rascunhos manuscritos⁹. Não desprezamos relatos orais, como quer a linha positivista, tampouco secundarizamos a função desempenhada por documentos escritos, Atas principalmente. Quando participamos de uma Assembléia, podemos presenciar o quanto há uma negociação pelo que vai ou não constar em Ata. Não há do que se ressentir, na busca da verdade, pela característica concreta de uma Ata; basta explicitar que o conteúdo em questão é o conteúdo de uma Ata, não da “verdade” absoluta, somos pesquisadores sem nenhuma pretensão a ser “Ser Supremo”. Como diria Nietzsche: *“Humano, Demasiadamente Humano”*.

Dessa forma, buscamos contatos com o máximo de documentos escritos relativos à história da SBEM. Basicamente nossas fontes foram três:

- Arquivos pessoais de militantes do movimento Pró-SBEM: Dario Fiorentini, Ledo Vaccaro e Maria Bicudo.
- Arquivos de artigos, livros, revistas do Centro de Estudos, Memória e Pesquisa em Educação Matemática (CEMPEM) da Faculdade de Educação da UNICAMP.
- Arquivos da SBEM.

Inicialmente tínhamos pretensões em estudar a história da SBEM até os dias de hoje. Levantamos cerca de 12 mil cópias de documentos, livros de contabilidade, livros-atas, publicações, correspondências, da SBEM. Mas, como já dissemos, o tempo exíguo e

⁹ Uma determinada informação importante teve como única fonte manuscritos da professora Maria Aparecida Vigiani Bicudo que consta da pasta por ela guardada do período de criação da SBEM.

as particularidades do período de criação sobrepujaram tais pretensões. Nossos estudos acabaram por se concentrar nas pastas de documentos guardadas pelo professor Dario Fiorentini, pela professora Maria Aparecida Vigiani Bicudo e pelo professor Ledo Vaccaro Machado, que diziam respeito ao ano de 1987 e começo de 1988, período em que se gestaram os estatutos propostos e aprovados em Maringá, dando existência jurídica à Sociedade.

De fato já vinha nos chamando a atenção o movimento democrático nos trabalhos de construção, a partir dos estudos a que nos referimos sobre os estatutos e as condições de sua produção. As entrevistas também apontavam nessa direção. Mas foi a partir da Entrevista com Ledo que demos um salto na direção da conclusão que não se descobriu por acaso, mas foi construída desde então. Não seria aqui, na Introdução, o local mais adequado para falar dela, portanto indicamos essa viagem conosco através dos capítulos desta Tese, e a conseqüente ressignificação e construção permanente da história em questão. Ao final, portanto em conclusão, o sentido proposto de “democracia” por Ledo, encontra respaldo em nossas orientações e pressupostos teóricos, dando o primeiro “fecho” na História do Movimento Democrático que criou a SBEM, democracia por nós conceituada de um modo mais ou menos inédito e que poderá se ter o conceito apreendido nesta viagem teórica que propomos em forma de Tese. A partir das sucessivas leituras dos que a esta tiverem contato, então se reinicia um novo processo constituinte.

I. CONTEXTO HISTÓRICO: PRÉ-SBEM

A história da SBEM está sendo por nós construída, não contada. Não há o que contar diante da posição epistemológica de que a história se constitui processualmente, inclusive quando se fala dela.

Os capítulos desta Tese foram construídos concomitantemente ao trabalho de coleta de dados e de elaboração destes. Os fatos foram classificados e arranjados segundo as características que melhor se adéquam ao significado que estamos procurando apontar: a criação e desenvolvimento da Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM) foi fruto de um certo desenvolvimento histórico de uma Comunidade em formação e de *forma*¹⁰ democrática.

Quando nos ocupamos em escrever o presente capítulo, já estávamos com os dois capítulos subseqüentes prontos. Tais capítulos tratam do período de criação propriamente dito da SBEM, tomando como marco histórico o compromisso firmado por um grupo de pesquisadores em Guadalajara, durante a VI Conferência Interamericana de Educação Matemática (CIAEM) em 1985, e a conseqüente realização do primeiro Encontro Nacional de Educação Matemática (ENEM)¹¹ em 1987, onde se gestou o Movimento Pró-SBEM, que viria a produzir o Estatuto da Sociedade através de um rico processo descrito no capítulo em questão e sua homologação no II ENEM na cidade de Maringá, PR, em 1988. Nesse momento em que nos propusemos refletir sobre os dados coletados (documentos, entrevistas e publicações) acerca das condições históricas em que tal produção se deu como forma introdutória, não pudemos fazê-lo desconsiderando as inflexões construídas em nossa análise pela própria análise construída. Explicando melhor, os capítulos subseqüentes já fazem parte da história da SBEM e temos de levá-los em conta já nessa parte introdutória, posto que o método materialista dialético, princípio teórico-

¹⁰ Destacamos *forma* como conceito, por esse ser central em nosso quadro teórico preferencial (Marx-Lacan-Zizek), da significação produzida de forma retroativa.

¹¹ Esse primeiro ENEM foi chamado apenas de ENEM; o segundo já recebeu o nome de II ENEM, e assim por diante. Por comodidade na escrita, grafaremos de ora em diante I ENEM; explicitamos, no entanto, que, historicamente, não foi assim denominado.

metodológico que aqui estaremos utilizando, constitui-se como crítica à visão microscópica de sociedade como desenvolvimento linear, evolutivo.

Marx (2002, p.15) trata disso n'O Capital, quando diz que em qualquer ciência todo começo é difícil, por isso se propôs a se demorar em seu Capítulo I, tido por vários autores como o principal capítulo de sua obra e, segundo ele, “*o que oferece maior dificuldade à compreensão*”. Quando trata da *forma do valor*, diz que esta era, até então, tratada de forma muito vazia e simples. Marx é sempre sarcástico, não se podendo precisar quando se trata de ironia. No caso em questão, diz que “*tem o espírito humano, há mais de dois mil anos, tentado em vão devassá-la, embora conseguisse analisar, pelo menos com aproximação, formas muito mais complexas e ricas de conteúdo*”. Marx (ibid. p.16) está dizendo que a Ciência já tratou de questões muito complexas, mas que resiste em tratar da Economia Política. Atribui essa dificuldade em se tratar da *forma do valor* ao fato de que considera mais fácil estudar um organismo como um todo, não de forma celular: “*Além disso, na análise das formas econômicas, não se pode utilizar nem microscópio nem reagentes químicos. A capacidade de abstração substitui esses meios. A célula econômica da sociedade burguesa é a forma mercadoria*”.

Procurando ser coerente com a Ciência da História, inaugurada por Marx, que assumimos como referencial teórico, estaremos procurando descrever o desenvolvimento da história da SBEM como um todo articulado socialmente, onde aspectos pitorescos servem de ilustração de uma idéia mais geral, onde nossa tese, de que a SBEM é produto de uma luta democrática, insere-se. Desde já, alertamos ao caro leitor que não estaremos utilizando o conceito de *democracia* no sentido melhorativo usual¹², mas como resultado de uma luta mais geral que sequer passa pelo nível da consciência como consciência deliberada, mas como resultado de algo que preferimos guardar em suspenso, sendo aprofundado ao longo do texto, dentro da linha de construção e produção de significados que adotamos: o *significado* é produzido no campo do *Outro* (Lacan-Zizek), no caso, o leitor.

¹² A democracia tomada como valor positivo universal, como um “bem em si mesmo”.

Em defesa de seu método expositivo, Marx (ibid., p.16) diz que *“Excetuada a parte referente à forma do valor, não se poderá alegar contra esse livro dificuldade de compreensão. Estou, naturalmente, pressupondo leitor que queira aprender algo novo, desejoso, portanto de pensar por sua própria conta”*. É com esse espírito metodológico que estamos nos propondo a expor essa parte do processo histórico que estivemos ocupados em investigar em relação à criação da SBEM: um convite ao caro leitor em produzir conosco significados em torno de tal produção; ou seja, como um movimento em movimento, onde cada parágrafo que sucede o anterior parece se apresentar como desenvolvimento natural, embora alertemos, desde já, que na verdade a inclusão do leitor como produtor fundamental do significado da história é que faz com que a trajetória do texto se imponha como constitutiva do próprio texto, isto é, a escrita deixa de ser apenas a representante de um conjunto de fatos, mas o determinante dinâmico da própria exposição. Bachelard fala disso em *“O Novo Espírito Científico”* (1978, pp. 24-25) acerca da Geometria de Lobatchewsky:

Comparadas com as pesquisas de Lambert, as construções de Lobatchewsky e de Bolyai apresentam-se numa dialéctica mais franca, porque a cadeia dos teoremas que decorrem da escolha não-euclidiana do axioma das paralelas alarga-se cada vez mais e liberta-se da direcção das analogias. Pode dizer-se que, durante vinte e cinco anos, Lobatchewsky ocupou-se, sobretudo em alargar a sua geometria mais do que em fundamentá-la. Também é verdade que só se poderia fundamentá-la alargando-a. Parece que Lobatchewsky pretende provar o movimento, caminhando.

Mediados por esse “novo espírito científico” é que explicitamos o método através da aplicação do mesmo. Após um longo trabalho de leitura sobre textos publicados e entrevistas por nós realizadas com pessoas que justificaremos suas presenças destacadas nesta Tese, iniciamos esse trabalho de exposição. A investigação percorreu uma certa trajetória histórica, objeto de nossas análises e exposições, que nos colocou diante do desafio de não ceder à tentação da *forma* dessa mesma trajetória, ou seja, pelo desenvolvimento cronológico e através de personalidades reconhecidas pela Comunidade em questão, dos educadores matemáticos brasileiros. Como “contar” a história da SBEM de

modo processual sem começar falando que “tudo começou com Ubiratan D’Ambrósio procurando negros para cumprir programa de cotas nos Estados Unidos em 1968”? Ou então que “tudo começou quando a professora Martha Souza Dantas foi convidada a assumir as aulas de Didática Especial da Matemática na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia em 1952”? Tais fatos e pessoas por certo são importantes, do contrário, por que seriam seus nomes e os respectivos fatos e datas aqui evocados para dizer que um determinado “marco histórico” não é um marco histórico? Certamente são de fundamental importância para a história; com quê perspectiva é que muda a lógica da produção do *significado*!

Sobre isso, Marx diz no Prefácio da “*Contribuição à Crítica da Economia Política*” (1961, p.301):

A minha investigação desembocava no resultado de que tanto as relações jurídicas como as formas de Estado não podem ser compreendidas por si mesmas nem pela chamada evolução geral do espírito humano, mas se baseiam, pelo contrário, nas condições materiais de vida cujo conjunto Hegel resume, seguindo o precedente dos ingleses e franceses do século XVIII, sob o nome de ‘sociedade civil’, e que a anatomia da sociedade civil precisa ser procurada na economia política.

Uma Sociedade científica sem dúvida alguma compõe a *sociedade civil*. Estaremos mostrando que a Educação Matemática brasileira já possuía germes de uma Sociedade em forma de uma Comunidade. No entanto, ela só adquiriu existência real, quando tomou “forma”, ou seja, quando se procederam aos passos socialmente aceitos que culminaram com formulação de Atas, registros em Cartório, constituição de CGC. Da entrevista com os professores Roberto Baldino e Tânia Cabral, destacamos uma frase ilustrativa dita por Baldino:

Rapaz, ninguém entendia disso! Eu tive que ir de “Herodes a Pilatos”; fui no cartório umas três vezes até conseguir aprender como era o processo. Aí, bom: “Então é assim que se faz!”; registramos aqui em São Paulo (acho que foi registrado, não sei se foi registrado, não; acho que foi registrado em São Paulo, a gente mandou para o Bigode; o Bigode parece que registrou em São Paulo) a

primeira filial da SBEM de São Paulo; acho que foi a primeira constituída, que teve um CGC, para poder prestar contas.

Na obra “*A Razão na História*” de Hegel (2001, p.27), Robert Hartman escreveu a Introdução. Nela, ele diz que “*não há história, a menos que haja Estados organizados*”. Hartman alerta que o significado de Estado de Hegel não foi compreendido, que muita tolice se disse sobre isso. Embora o conceito de Estado em Hegel não seja idêntico à noção usual atual, ele se aplica a esse, segundo nossas leituras; o conceito em Hegel é porém mais amplo.

Esse difícil começo diz respeito à dificuldade adicional em tentar aplicar os métodos e concepções do materialismo histórico com uma visão dialética, distinto do materialismo vulgar que se tornou recorrente a partir da adoção do marxismo como religião pelo então estado soviético estalinista: “Deus” é substituído pela “matéria”. Em “*Posições-2*” de Althusser, os prefaciadores Manuel Barros da Motta e Severino B. Cabral Filho (1978, p.12) fazendo uma crítica ao marxismo brasileiro, acerca de uma possível fusão de economicismo, historicismo e humanismo, dizem: “*Essa matriz teórico-política remonta à sólida dominação da vertente estalinista e pós-estalinista do marxismo da III Internacional. Até mesmo os que, através da vertente ocidental do marxismo, tentaram escapar do dogmatismo estalinista, permaneceram em larga medida no campo do historicismo e do economicismo*”.

Sobre a tentativa de superação dessa suposta tradição marxista brasileira, Roberto Baldino, concordando com a crítica de Robert Kurz, feita na obra *O Colapso da Modernização* (1999), fala, em um artigo ainda não publicado, “*Marx, Verdade de Hegel*” (2001, p. 1), que o marxismo, com raízes kantianas e seu invólucro burguês, “*tornou-se obsoleto porque realizou sua tarefa de reprodução capitalista em sua época*”, restando, portanto, descobrir o Marx Hegeliano da crítica radical da mercadoria e do dinheiro: “*Se Robert Kurz tem razão, a retomada de Marx a partir de Hegel deve estar na ordem do dia dos movimentos políticos...*”.

Pelo imediatamente exposto anteriormente é que estaremos tratando dos fatos e dos sujeitos mobilizados. Estendendo ainda um pouco nossas explicações iniciais, precisamos o papel dos indivíduos em nosso trabalho na mesma direção em que Marx aponta, quando propõe no “*Prefácio da 1ª. edição d’O Capital*” (2002, p.18):

Uma palavra para evitar possíveis equívocos. Não foi róseo o colorido que dei às figuras do capitalista e do proprietário de terras. Mas, aqui, as pessoas só interessam na medida em que representam categorias econômicas, em que simbolizam relações de classe e interesses de classe. Minha concepção do desenvolvimento da formação econômico-social como um processo histórico-cultural exclui, mais do que qualquer outra, a responsabilidade do indivíduo por relações, das quais ele continua sendo, socialmente, criatura, por mais que, subjetivamente, se julgue acima delas.

Ou seja, o que estaremos defendendo é que a SBEM se desenvolveu através de pessoas que, em suas práticas concretas, foram desenvolvidas, como figuras reconhecidas, pela própria Sociedade enquanto uma Comunidade organizada. Isso se refere tanto a pessoas como ao próprio movimento de Educação Matemática brasileira.

Para auxiliar em favor de nossa argumentação, recorreremos ao estudo realizado pela professora Adriana César de Matos Marafon¹³ em que tematiza a questão de um ponto de vista histórico a respeito de práticas sociais dos matemáticos focados a partir de um processo judicial ocorrido em torno de um concurso para cátedra de “*Complementos de Geometria Analítica; Elementos de Nomografia; Cálculo Diferencial e Integral*” ocorrido em 1933 na Escola Politécnica de São Paulo. Este concurso foi disputado pelos então engenheiros Omar Catunda e José Octávio Monteiro de Camargo, matemáticos que foram *reconhecidos* pela Comunidade de matemáticos brasileiros, mas que foram considerados inaptos por dois importantes membros da Banca Examinadora: Theodoro Ramos e Lélío Gama. A Banca era composta por cinco membros e o Presidente desta convenceu os acima citados a aprovarem Camargo, pois este havia se saído melhor na aula

¹³ Esse estudo está expresso em sua Tese de Doutorado pela Faculdade de Educação da UNICAMP, intitulada “*Vocação Matemática Como Reconhecimento Acadêmico*” (2001).

didática, Catunda era considerado tímido e Camargo já vinha trabalhando como professor na instituição. No entanto, logo em seguida, Theodoro Ramos arrependeu-se, pois considerava Catunda melhor matemático e achava que aulas ele aprenderia a lecionar com o tempo. Por aí, iniciaram-se as movimentações que culminaram com o referido processo. A análise resultante da pesquisa de Marafon levou à conclusão que a idéia de imanência, ou seja, de vocação é socialmente construída, uma contradição, portanto. Embora tal estudo tenha se dado sobre a questão da naturalidade ou não da vocação matemática, a base conceitual pode ser estendida aos demais campos do conhecimento; some-se o fato desta Tese possuir parte de seu referencial bibliográfico idêntico ao que ora utilizamos, no caso, Marx, Lacan e Zizek.

Marafon (ibid., p.44) define “*reconhecimento acadêmico*” como sendo “*a constituição de códigos de prestígio exercidos através da vigilância. É produzido em instituições (aparelhos ideológicos – Althusser, 1976), como as universidades, centros de pesquisa, academias, sociedades científicas¹⁴, entre outros*”.

O objetivo central de Marafon em sua Tese foi o de desmitificar uma certa “naturalidade” imanente entre o matemático e o saber o matemático. Em uma palavra:

vocação! Não é nosso objetivo aqui fazer o mesmo em relação ao educador matemático, mesmo por que não se conhecem indícios de que essa seja prática recorrente na Comunidade em questão, ou seja, que se reivindique a Educação Matemática como vocação, como imanência. Lançamos mão da noção de *reconhecimento acadêmico*, construído por Marafon, como sendo



socialmente constituído em oposição ao mito da vocação. **É o caráter social da história da SBEM e de seus protagonistas que estamos procurando focar.** Não negamos a

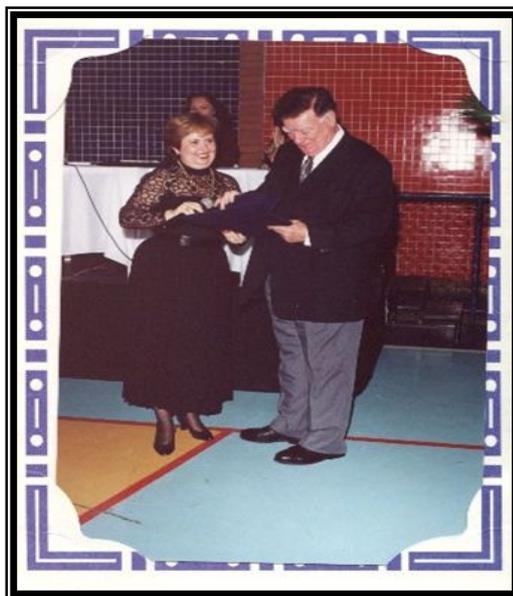
¹⁴ Destaque nosso.

existência de lideranças; o que fazemos é situá-las no contexto histórico em que foram geradas.

Neste contexto, evocamos a trajetória histórica de dois membros ativos na construção da Educação Matemática brasileira e da Sociedade Brasileira de Educação Matemática: a professora Martha Souza Dantas e o professor Ubiratan D'Ambrósio.

Para reforçar o reconhecimento de que estamos falando e a importância que atribuímos ao trabalho desses pesquisadores, no VII ENEM realizado na cidade do Rio de Janeiro, a professora Martha Dantas foi homenageada pela diretoria da SBEM.

Da mesma forma, o professor Ubiratan D'Ambrósio recebeu das mãos da professora Tânia Campos, então Presidente da SBEM, uma placa alusiva ao título de “Presidente de Honra da SBEM”. No sítio eletrônico da PUC de São Paulo¹⁵ podemos confirmar essa referência: “*Presidente de honra da Sociedade Brasileira de Educação Matemática/SBEM*”.



1. A SBEM é concebida em Guadalajara, México, 1985.

A SBEM surgiu como proposta durante a 6ª. CIAEM na cidade de Guadalajara no México, conforme explicitaremos neste tópico. Essa conferência ocorreu

¹⁵ Disponível em: <<http://www.pucsp.br/pos/edmat/memubiratan.html>>. Acesso em: 31 mar. 2005.

em novembro de 1985 com a presença de 180 participantes de 24 países¹⁶; o Brasil se fez representar por 11 ativos educadores matemáticos de várias regiões do território nacional, lideranças de grupos regionais.

Porém, na linha do pensamento dialético que estamos procurando empreender, poderia soar estranho marcar um episódio como encarnação do que vimos dizendo ser processual até o presente momento. De fato, nosso pensamento é relacional, não substancialista. Consideramos plausível que alguém discorra a tese de que a SBEM possa ter nascida em outros momentos e situações. Em relação a um referencial Jurídico, poder-se-ia dizer que a SBEM efetivamente nasceu na gestão de Tânia Mendonça Campos, quando regularizou a contabilidade e a condição jurídica da Sociedade. É de reconhecimento público o caráter mais ou menos doméstico, artesanal, que fora aplicado pelos construtores e construtoras da SBEM; trata-se de professores de Matemática que, além de romperem com suas formações tradicionais, buscando no campo educacional novas formulações, tiveram de aprender a lidar com aspectos jurídicos, políticos, organizacionais, para construir e gerir a Sociedade¹⁷. Alguns de nossos entrevistados aludiram ao trabalho de organização interna promovido por Tânia Campos¹⁸. Ela própria fala na Entrevista: *Tive que dar conta disso. Contratamos advogados, contratamos contadores. Na verdade, uma empresa de contadoria e acertamos toda essa situação legal. A Sociedade, então, pôde congrega, receber novas diretorias; e recebendo novas diretorias, naturalmente recebeu novos sócios. Daí por diante, tornou-se natural que mais professores fossem associados.*

Dois marcos posteriores à Guadalajara, da mesma, forma poderiam ser evocados. Primeiro, a plenária final do I ENEM em 1987 na PUC em São Paulo, quando se decidiu por uma Comissão para construir o Estatuto da SBEM e aí se fundou o movimento Pró-SBEM; de um ponto de vista de que uma Sociedade deve congrega um número significativo de pessoas em relação ao seu próprio universo, seria mais razoável posicionar o momento da criação aí nessa plenária. Segundo, por um ponto de vista formal, a SBEM poderia ser dita tendo nascida em Maringá, em 1988; em uma Assembléia com cerca de

¹⁶ Disponível em: < <http://www.furb.br/ciaem>>. Acesso em: 31 mar. 2005.

¹⁷ Tendo a Sociedade ainda tenra idade, o caráter não profissionalizado prossegue um certo curso normal.

¹⁸ Baldino e Tânia Cabral reforçam essa idéia; Rômulo Campos Lins, Secretário-Geral da SBEM que antecedeu Tânia Campos, reconhece o trabalho dela nesse sentido, ainda que faça uma enfática defesa de sua própria gestão no campo organizacional.

600 professores de Matemática e educadores que haviam se reunido durante todo o ano de 1987, em várias localidades do país, debateram linha-por-linha os estatutos, deram uma forma acabada, organizaram, homologaram, registraram em Cartório, elegeram Diretoria, inaugurando um momento de confluências de resultados, oficialmente chamado de “Sociedade Brasileira de Educação Matemática”.

Mas isso que aqui dizemos teve a óbvia função de relativizar o marco histórico em questão. Alguns poderiam defender com argumentos do mesmo modo convincentes que a SBEM nasceu quando a humanidade resolveu “contar com pedras”, ou seja, com o princípio da própria Matemática.

Marcamos “**Guadalajara**” como momento privilegiado da concepção da SBEM, objeto de defesa de várias pessoas destacadas da Comunidade de Educação Matemática brasileira, inclusive do próprio professor Ubiratan D’Ambrósio. Outro fato que pesa em nossa decisão é que essa referência se encontra em vários documentos, boletins, entrevistas em periódicos, dito enfaticamente do modo que aqui apresentamos, constituindo praticamente um consenso. Não fizemos nenhuma pesquisa que nos dê o direito de falar em “consenso”, tampouco encontramos uma única referência em contrário.

No texto “Reminiscências”¹⁹ de autoria de Ubiratan D’Ambrósio ele diz:

*A 6^a. CIAEM deveria se realizar no México em 1983. Mas devido ao enorme terremoto que abalou o país, a 6^a CIAEM só veio a se realizar em 1985, em Guadalajara, México, onde eu fui reeleito Presidente do Comitê. Essa conferência foi muito importante, pois num jantar em que estavam todos os brasileiros participantes, ficamos surpresos vendo que muitos só vieram a se conhecer em Guadalajara. Éramos cerca de 14. Não me lembro todos os que estavam lá. Nesse jantar, num restaurante que tinha uma enorme mesa redonda, **fizemos um pacto de corrigir essa situação assim que chegássemos ao Brasil, fundando uma sociedade. Fizemos uma carta selando esse pacto, que todos os presentes assinaram**²⁰.*

¹⁹ Disponível em: < <http://www.furb.br/xi-ciaem/index.htm>>. Acessado em 31/03/2005.

²⁰ Destaque nosso.

Pela sua importância histórica, trazemos para cá uma cópia da Carta:

Nos últimos dias, reunidos, brasileiros reunidos, na
6ª Conferência Interamericana de Educação Matemática,
em Guadalajara, Jalisco, México, de 23 a 27 de
março de 1957, tivemos a oportunidade de conhecer
de primeira mão a diversidade de
idades representadas e demonstramos a existência
de uma quantidade significativa de pessoas de dife-
rentes formações e condições ocupacionais com o exemplo
Matemática no Brasil, — por um ponto importante
dos trabalhos que apresentamos contribuímos para
contribuir para a comunidade científica e educacional
brasileira sobre o tema; e que permitiu aos
brasileiros que reunidos encontramos — se pela primeira
vez para um debate e análise conjunta de suas
situações, para discutirmos as ideias básicas que
se ocupam de educação matemática para propor
a criação de Instituto Brasileiro de Educação Mat-
emática com o objetivo de estimular e coordenar
o intercâmbio de ideias e atividades realizadas no
Brasil em favor da educação matemática.
Motivados a fim de desenvolvermos aqui uma
caracterizada pela oportunidade de conhecer e refletir

Sob os melhores trabalhos submetidos que se referem
 a se iguais em termos de qualidade e quantidade.
 10. O Brasil, organizador da Conferência Interamericana
 sobre Educação Matemática, por meio da Comissão
 Nacional que organizou para os dias 23 a 27 de
 agosto de 1985 em local a ser determinado.

[Handwritten signatures and names]
 Maria Maria Rosa dos Santos
 et al.
 Comissão Organizadora

O texto acima diz:

Nós, abaixo-assinados, brasileiros reunidos na 6ª Conferência Interamericana de Educação Matemática, em Guadalajara, Jalisco, México, de 23 a 27 de novembro de 1985, considerando: que o número de brasileiros aqui reunidos e a diversidade de cidades representadas demonstram a existência de uma quantidade significativa de pessoas de diferentes formações acadêmicas ocupadas com a Educação Matemática no Brasil – que uma parte importante dos trabalhos aqui apresentados constituem uma contribuição da comunidade científica e educacional brasileira

*para a 6^a. CIAEM; - que muitos dos brasileiros aqui reunidos encontram-se pela primeira vez para uma discussão e análise conjunta de suas idéias, nos dirigirmos aos colegas brasileiros que se ocupam de Educação Matemática **para propor a criação da Sociedade Brasileira de Educação Matemática**²¹, com o objetivo de estimular e coordenar o intercâmbio de estudos e atividades realizadas no Brasil na área de Educação Matemática.*

Motiva-nos a força da experiência aqui vivida caracterizada pela oportunidade de conhecer e refletir sobre muitos trabalhos científicos que se reforçam e se completam no confronto e na discussão.

A efetiva organização da Sociedade Brasileira sobre Educação Matemática poderá se fazer no Encontro Nacional que sugerimos para os dias 8, 9 e 10 de agosto de 1986 em local a ser determinado.

Os nomes que podemos ler acima são: Bigode, Esther Pillar Grossi, Anna Franchi, Vânia Maria Pereira dos Santos, Ubiratan D'Ambrósio, Terezinha Nunes Carraher, Lucília Bechara Sanchez. Na cópia da carta aqui exposta é possível ver que mais algumas pessoas assinaram, mas não estão legíveis seus nomes²². Na época que iniciamos nossa pesquisa, não pudemos contar com a memória de nossos entrevistados em relação ao número de brasileiros participantes. Já na fase de finalização, então, tivemos acesso aos Anais do I ENEM, onde o professor Ubiratan descreve o número e os participantes com precisão.

Na Entrevista com Vânia Santos-Wagner, ela cita de memória, além dos nomes acima: Eduardo Sebastiani, Circe Silva, Neivaldo (Pará), Luis Carlos Guimarães.

Na Entrevista com Bigode, ele identifica, em uma foto ampliada com grande parte dos participantes da 6^a. CIAEM, alguns brasileiros, dentre os quais, Sebastiani e Circe, lembrados de memória por Vânia. Luis Carlos e Neivaldo não estavam nessa foto, mas são lembrados como tendo participado também: *“Bom, quem éramos? Éramos doze brasileiros! Desses doze, tem dois que não aparecem nessa foto aqui; são pessoas que nunca tiveram uma participação ativa na Educação Matemática: o Luís Carlos, que é um matemático lá da UFRJ; e o Neivaldo do Pará. Aí houve esse jantar lá...”*

²¹ Destaque nosso.

²² A Carta original está em posse do professor Ubiratan que nos forneceu uma cópia escaneada.

Restou essa polêmica sobre o número de brasileiros presentes em Guadalajara. O professor Ubiratan fala em “*cerca de 14*”, como vimos ainda há pouco, portanto aludindo a uma certa aproximação. Bigode fala “*éramos doze brasileiros*” e Vânia fala em onze. Porém, o próprio Ubiratan descreve precisamente, na abertura dos Anais do I ENEM, publicados em março de 1988, que foram 11 participantes, os aqui anteriormente citados. Quanto à possibilidade de participação do professor Luis Roberto Dante, que Vânia diz não ter certeza, Bigode garante que este não se fez presente: “*Eu era um graduando, um professor de quinta à oitava série, que por acaso caiu lá, por estímulo do Ubiratan! E quando eu cheguei, acabei sendo um dos painelistas; foi em 85. Fui no lugar do Dante, que não foi*”.

A importância dessa reunião não se encerra na formulação do documento, em que pese sua definitiva importância para a história, mas no argumento principal por eles utilizado: investiram-se de representatividade! Ninguém estava ali eleito para ser representante, mas levaram em consideração que as pessoas presentes não eram apenas indivíduos, mas lideranças de **grupos organizados** que já vinham atuando em Educação Matemática e de várias partes do país: Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo. Por aqui, inserimos um elemento novo que irá interagir dialeticamente com um movimento de organização da Comunidade de educadores matemáticos brasileiros em Sociedade, a SBEM.

Concluimos nossa narrativa comentada sobre o fato histórico em questão, o “jantar de Guadalajara”, destacando um diálogo advindo da Entrevista de Ubiratan, seguido de fotos do referido jantar²³.

Ubiratan: Aí que começa a história da SBEM, que é o que interessa para você²⁴. Quando nós chegamos lá no México, onde assumi um papel de destaque, percebi a presença de alguns brasileiros que eu conhecia bem. Mas comecei a ver brasileiro que eu nunca tinha visto, gente



²³ Fotos gentilmente cedidas as respectivas cópias pelo professor Bigode.

²⁴ Destaque nosso.

que eu não conhecia, e brasileiros que não se conheciam. Em uma dessas reuniões que a gente faz, quando tem um congresso, fomos jantar em um restaurante mexicano. Sempre tinha uma “távola redonda”, e, brincando: “Olha, estamos aqui como o ‘Rei Arthur e os Cavaleiros da Távola Redonda’. Engraçado, a gente só veio se conhecer aqui!”.²⁵

Deniz: Tomaram muita tequila – lembrando que o Bigode já havia relatado em entrevista anterior essa parte do jantar, que tomaram bastante tequila.

Ubiratan: ... muita tequila e tal: “A gente só veio se conhecer aqui, mas tínhamos que ter um jeito de nos encontrar no Brasil e não aqui no estrangeiro!”. E a idéia logo “pegou fogo”: “Por que não temos uma Sociedade?”. Então fizemos um tipo de **compromisso** entre nós, que está naquela carta²⁶, de chegar ao Brasil, pensar em organizar a “Sociedade Brasileira de Educação Matemática”; nem tinha esse nome, nem tinha nome. Mas a gente iria se reunir para fazer uma Sociedade.



Na Entrevista, Bigode reforça a idéia de que essa decisão foi um pouco por obra do ‘acaso’, embora em seguida retome o caráter histórico de tal episódio. Fala que surgiu ali por acaso, mas que haveria de surgir naturalmente, lembrando que já havia todo um movimento de organização dos educadores matemáticos brasileiros em curso e coloca em destaque o que chama de “*movimento do Ubiratan D’Ambrósio*”, aludindo à inserção que Ubiratan vinha fazendo no contexto da Educação Matemática mundial.

²⁵ Foto retirada de um sítio eletrônico promocional sobre o filme “King Arthur”.

<http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/rei-arthur/rei-arthur.htm>. Acessado em 31/03/2005

²⁶ Carta aqui publicada.

De fato, foi essa conjunção de interesses sociais que levou ao ápice de tal decisão e a posterior construção da SBEM, onde acasos existiram e consideramos importantes, embora não coloquemos sobre eles o peso da responsabilidade de explicar a história, senão de serem explicados por ela. Uma forma de se reunir, a criação de uma Sociedade científica, como citado pelo professor Ubiratan, implicou em tomadas de decisões políticas e essas foram feitas segundo um contexto histórico ao qual passamos a tratar de ora em diante.

2. O caráter social da SBEM

Nossa tese sobre o caráter social e democrático de construção da SBEM encontra respaldo em várias passagens na história. Bigode, Baldino e Ledo Vaccaro lembram que, em 1987, boa parte das pessoas que construíram a SBEM vinha de um processo de construção do Partido dos Trabalhadores (PT), onde a atmosfera de recém-saídos da ditadura militar²⁷ apontava anseios democráticos. O próprio processo de criação efetiva da SBEM, segundo o nosso entendimento, foi eminentemente democrático. A necessidade de se criar uma Sociedade de Educação Matemática como contraponto à já existente, Sociedade Brasileira de Matemática (SBM), também se localiza nesse contexto, tanto do ponto de vista da organização interna, quanto das concepções mais gerais sobre Educação.

²⁷ Ditadura militar que assolou o país de 1964 em diante e perdurou oficialmente até 1985, quando elegeram indiretamente um presidente civil. Tancredo Neves foi eleito em Colégio Eleitoral, embora não tenha assumido pois caiu enfermo na véspera da posse, assumindo quem de fato dirigiu o país até 1989, o Vice-Presidente José Sarney, quando então foi eleito o primeiro Presidente de forma direta, Fernando Collor de Melo, depois impedido pelo Congresso Nacional, pressionado por um amplo movimento de lutas populares contra a corrupção em seu governo. A eleição de Tancredo Neves em Colégio Eleitoral foi uma vitória parcial do Movimento Diretas, Já! A Emenda que restaurou a democracia no país foi vitorioso, embora tenham negociado a transição, como dito pelos militares na época, “lenta, gradual e segura”.

A SBEM surgiu em um contexto aonde várias iniciativas sobre o desenvolvimento da Educação Matemática vinham acontecendo e em vários níveis: inserção de brasileiros na Comunidade internacional, grupos de Educação Matemática se constituindo, Pós-Graduações em Educação Matemática, periódicos e congressos nacionais e internacionais. Então são dois eixos que se desenvolveram sincronicamente que precisamos analisar suas relações e suas implicações mútuas: o contexto histórico-social, portanto coletivo; o papel de algumas lideranças inseridas nesse mesmo contexto.

Em Guadalajara, o grupo de brasileiros aí presente marcou a história da SBEM quando fez seu primeiro registro, a Carta aqui reproduzida. Faz-se necessário, no entanto, explicar melhor em que condições essa Carta surgiu. Bigode diz que surgiu por acaso, mas que surgiria naturalmente, ou seja, o desenvolvimento da Educação Matemática brasileira haveria de seguir o curso natural de outras comunidades do resto do mundo que historicamente se organizaram em Sociedades científicas.

Nessa mesma época estavam se criando Sociedades em outros países, como Portugal, Espanha. No sítio eletrônico da Associação de Professores de Matemática de Portugal²⁸ podemos ler: *“A Associação de Professores de Matemática (APM) foi criada no dia 19 de Setembro de 1986, em Portalegre. A sua criação foi aprovada por unanimidade numa Assembléia Constituinte realizada no decorrer do ProfMat86, encontro que reuniu cerca de duas centenas de professores de Matemática de todos os graus de ensino e dos mais diversos pontos do país”*.

Bigode, na Entrevista, reforça esse aspecto:

(...) na mesma época, em 85, estava acontecendo em vários lugares: em Portugal, na Espanha... essa relação de independência da Comunidade que pensa a Educação Matemática e da Comunidade que quer pensá-la como objeto próprio do conhecimento, estava acontecendo mais ou menos simultaneamente em todos os lugares do mundo. Os Estados Unidos estavam bem mais consolidados por causa da NCTM²⁹! Era uma outra visão, mas já estava bem mais consolidada.(...) É uma coisa importante de se falar: onde que estava começando a aflorar? Na França tinha

²⁸ <http://www.apm.pt/estatutos.php>. Acessado em 31/03/2005.

²⁹ National Council Of Teachers Of Mathematics, Estados Unidos

uma revista que completou cem anos o ano passado, uma associação que completou cem anos o ano passado³⁰; a NCTM já tem oitenta anos. Então, em países desenvolvidos, o processo era outro, mas já havia uma certa cultura didática, como você falou.

Essa tendência em acompanhar a trajetória advinda de grandes centros já vinha ocorrendo desde o início do século XX e tem suas raízes históricas. Miorim (1998, p. 51) fala da necessidade de modernização do ensino de Matemática impulsionada pelos avanços tecnológicos no século XIX e o conseqüente deslocamento de grandes contingentes populacionais para as cidades: “*Entretanto, à medida que a ciência moderna avançava e a tecnologia gerava novas máquinas, tornava-se inevitável discutir a educação dessa nova classe de trabalhadores*”.

O capital, desde sempre globalizado, e a conseqüente formação de uma classe trabalhadora, conduziram, por certo, à universalização da cultura. A Inglaterra que em princípio não permitia a exportação de máquinas, pois o poderio de um país se media, desde esses tempos, pela capacidade tecnológica, viu-se impulsionada a se abrir na medida em que essas mesmas máquinas assumiram o caráter de mercadoria, o mercado interno já não absorvia a produção.

Esse conjunto de fatores interagindo resultou que “*a ampliação do ensino às classes trabalhadoras, ou seja, a universalização da educação, e a relação educação-trabalho passaram a ser, a partir desse momento, os grandes temas das discussões educacionais*” (ibid., p. 51).

No Brasil, não foi diferente. Fiorentini (1994, p.79) afirma que “*A partir do século XX, a sociedade brasileira passa a tornar-se cada vez mais urbana. Com a industrialização crescente surge a classe operária que começa a reivindicar mudanças político-sociais. Dentre essas mudanças reivindicadas estava a ampliação do sistema escolar para atender também aos operários e seus filhos*”.

³⁰ A entrevista foi realizada no dia 27 de junho de 2002.

No entanto, Miorim (1998, p. 57), baseada em Struik, lembra que não são apenas os avanços tecnológicos que explicam essas grandes transformações, mas também a “...possibilidade aberta pelas idéias democráticas de renovar as formas antiquadas de pensamento”.

Assim, compreendemos que, em 1908, durante o IV Congresso Internacional de Matemática em Roma, o que se debatia de modo isolado em diferentes países tenha se ampliado e gerado as condições para a formação da “Comissão Internacional para o Ensino de Matemática”. Esta surgiu com a incumbência de “*obter informações a respeito das situações em que se encontrava o ensino de Matemática nas escolas secundárias de vários países*” (ibid., p.73), que deveriam ser recolhidas por uma subcomissão nacional dos países participantes dos referidos congressos. Estes já vinham ocorrendo desde 1897 (ibid., p.71), quando houve o primeiro em Zurique. Surgia aí o que viria mais tarde constituir-se como “Educação Matemática” através de um movimento internacional de modernização do ensino. A proposta de criação dessa Comissão se deu por iniciativa de David Eugene Smith que vinha manifestando, através de um artigo, descontentamento com a atenção que vinha sendo dada às questões inerentes ao ensino de Matemática desde o congresso anterior. Formalizada em 1908 com o nome de “*Commission Internationale de L’Enseignement Mathématique*” (CIEM), chamada pelos alemães de “*Internationalen Mathematische Unterrichts Kommission*” (IMUK), a partir de 1954 passou a ser conhecida como “*International Commission on Mathematical Instruction*”, que hoje todos conhecemos, a ICMI³¹ (ibid. p. 72).

Durante os anos que sucederam o IV Congresso Internacional de Matemática, e até à realização do quinto, houve outras cinco reuniões da Comissão Internacional para o Ensino de Matemática com a finalidade de discutir assuntos relacionados à Educação Matemática, cujas questões estiveram em pauta no Congresso de Roma e já, naquele momento, alimentavam os discursos sobre a modernização do ensino da Matemática. Durante o Congresso de 1912, em Cambridge, já foi possível avaliar (de acordo com a quantidade de informes apresentados pelas subcomissões) o reflexo da

³¹ Apesar de ser uma “Comissão”, os educadores matemáticos brasileiros, em geral, têm por tradição, chamá-la de “o ICMI”.

mobilização nos países envolvidos. Tais informes apresentados pelos vários países originaram uma grande quantidade de trabalhos publicados pela revista oficial da Comissão, além de periódicos nacionais e internacionais (294 publicações até 1920). A Comissão Internacional para o Ensino de Matemática foi composta por 19 países considerados participantes e 14 associados³², que eram países que não cumpriram com certos critérios por eles estabelecidos, mas considerados relevantes pela Comissão; esses países não possuíam direito a voto. Nenhum país da América Latina foi considerado participante; como associados figuravam Argentina, Brasil, Chile e Peru. Ou seja, o Brasil já vinha se inserindo na Comunidade internacional de Educação Matemática desde o início do século passado (ibid. pp. 73-74).

Ainda de acordo com Miorim (ibid. pp. 72-76), houve significativas mudanças pedagógicas no ensino da Matemática, fruto de um intenso trabalho realizado pela Comissão. Durante seis anos, antes de ser interrompido pela primeira Guerra Mundial (1914-1918), o referido trabalho revolucionou o ensino da Matemática, o período que reuniu uma quantidade jamais vista de informações no que se refere a questões educacionais e propiciou uma enorme quantidade de publicações, levando as discussões sobre o tema a diversos países em todo o mundo.

Após o fim da guerra, as atividades foram retomadas em 1920 em Estrasburgo, porém já sem a mesma força de outrora e tendo excluído os países derrotados; a Educação Matemática, por sua vez, foi tratada timidamente, o que pouco mudou no congresso seguinte realizado em Toronto, em 1924. Em Bolonha, entretanto, no ano de 1928, foi colocado de lado o preconceito com os países derrotados na guerra e a Comissão Internacional para o Ensino de Matemática voltou a se desenvolver, sendo brindada nesse evento com a presença de 836 delegados de vários países. Posteriormente houve nova interrupção com a Segunda Guerra Mundial, sendo reconstituída em 1952: *“Após uma interrupção das atividades por causa da Segunda Guerra Mundial, o ICMI foi*

³² Há uma pequena divergência sobre tais países do texto de Miorim para o de Gert Schubring que não altera nossa análise da história; trazemos para cá somente a título de informação ao leitor. Schubring (2003, p. 21) relaciona o Japão entre os países associados; para Miorim (ibid., p. 73), o Japão é país participante. Schubring relaciona alguns países como associados que não aparecem na lista de Miorim.

*reconstituído em 1952, em um momento em que a comunidade matemática internacional se reorganizava como uma comissão oficial da União Internacional de Matemática, IMU*³³.

Para a construção do contexto histórico em que a Sociedade Brasileira de Educação Matemática se insere, interessa-nos mostrar que ela se desenvolveu a partir de uma cultura científica internacional, qual seja: a de se organizar em forma de Comunidade, por conseqüência, em Sociedades. Neste processo, o Brasil, através de destacados pesquisadores em Educação Matemática, esteve participando, ainda que timidamente, desde o princípio do século. Sobre isso, Ubiratan D'Ambrósio, em Entrevista concedida a Célia Carolino Pires (1999, p. 5), diz que *“Como preocupação com uma prática escolar, a Educação Matemática teve um grande impulso no início do século com Felix Klein e a fundação da Comissão Internacional de Instrução Matemática, em 1908. O Brasil participou desse processo, com a presença de Eugênio Raja Gabaglia naquele evento”*.

Miorim (1998, p.91), no entanto, localiza a presença de Gabaglia somente em 1912 na reunião da Comissão que aconteceu durante o V Congresso Internacional de Matemática em Cambridge.

Embora o Brasil tenha se feito representar desde o princípio, Miorim afirma que somente a partir do final da década de 20 foi que efetivamente as influências desse primeiro movimento de modernização do ensino de Matemática chegaram ao Brasil (ibid., p.79). Em 1928, a *“Congregação do Colégio Pedro II apresentou uma proposta de alteração da seriação do curso secundário, na qual se pensava em uma radical mudança para os programas do ensino de Matemática”* (ibid., p.91). Lembremos do fato que o professor Gabaglia, que havia participado desde o princípio, conforme dissemos acima, era professor do Colégio Pedro II; dessa forma, compreendemos o papel de liderança no processo de modernização do ensino de Matemática exercido por esta Instituição.

Em que pese a importância do Colégio Pedro II e seus representantes em favor da modernização do ensino da Matemática, temos de salientar que um processo de

³³Tradução nossa: *“After an interruption of activity between the two World Wars, ICMI was reconstituted in 1952, at a time when the international mathematical community was being reorganized, as an official commission of the International Mathematical Union, IMU”*. Disponível em: http://www.mathunion.org/Organization/ICMI/ICMI_in_context.html> Acessado em 31/03/2005.

reformas se espalhou por todo o território nacional, impulsionando ainda mais o movimento. Importante ressaltar ainda, deste período, que em 1924 foi criada a Associação Brasileira de Educação. Esta Associação promoveu as Conferências Nacionais de Educação. Foram essas conferências que trouxeram ao cenário educacional idéias que fundamentaram e deram respaldo, em 1928, à reforma no programa de ensino secundário, com destaque à participação do professor catedrático do Colégio Pedro II, Euclides Roxo.

Sobre Euclides Roxo, diz Bigode³⁴:

No final da década de vinte, impulsionado por movimentos internacionais de renovação do ensino de Matemática, iniciado no final do século XIX, e enquadrado no movimento da Escola Nova, Euclides Roxo, então Diretor do Internato do Colégio Pedro II, propôs uma mudança curricular e metodológica nesse colégio. Tais idéias baseadas principalmente nas idéias reformistas de Felix Klein haviam sido implantadas na Alemanha e vinham sendo veiculadas principalmente pelo IMUK, atual International Commission Mathematical on Instruction (ICMI). Segundo Schubring³⁵ (1999, p. 29 – 30), “além desse ter sido o primeiro movimento internacional nesse sentido, foi também, na época, o único entre todas as disciplinas escolares”.



O que estivemos procurando pôr em relevo foi o caráter internacionalista das transformações ocorridas em solo brasileiro no campo educacional, com destaque para o ensino de Matemática, que ilustramos com Miorim (ibid., p.107) quando afirma que:

O Primeiro Movimento Internacional para a Modernização representou a primeira tentativa, organizada e envolvendo vários países, de reformular um ensino de Matemática existente havia séculos. Mesmo não existindo uma intenção inicial nesse sentido e, também, uma proposta única, algumas diretrizes que foram por ele

³⁴ Disponível em: < <http://www.matematicahoje.com.br/telas/cultura/historia/educadores.asp?aux=C>>
Acessado em 31/03/2005.

³⁵ SCHUBRING, Gert. O Primeiro Movimento Internacional de Reforma Curricular em Matemática e o Papel da Alemanha: um estudo de caso na Transmissão de Conceitos. Zetetiké, Campinas: CEMPEM, nº 11, vol. 7, p. 29-49, jan – jun, 1999.

estabelecidas influenciaram as futuras discussões sobre a Educação Matemática em diferentes países.

De fato, tais influências já se mostravam desde o período colonial. Wagner Valente (2003) observa que as primeiras manifestações sobre ensino de Matemática no Brasil aconteceram a partir da necessidade militar de defesa do território pela Coroa Portuguesa. Na época eram ensinadas as quatro operações fundamentais. Nesse tempo, Portugal já vinha recebendo influência dos franceses que tinham conhecimentos mais aprofundados sobre a questão da guerra e que tinham desenvolvido livros didáticos a partir de suas necessidades também militares. E foi a partir da adoção de textos didáticos matemáticos em academias militares em Portugal que os mesmos chegaram ao Brasil, tais como os livros de Bélidor e Bézout e mais adiante os de Lacroix e Legendre: *“No Brasil, o livro de Bélidor é adotado em conjunto com o de Bézout (...). Assim, o que em Portugal representa a substituição do Curso Matemático de Bélidor pelo Curso matemático de Bézout, no Brasil ganha utilização a Geometria Prática de Bélidor e a Aritmética de Bézout”* (VALENTE, *ibid.*, p. 78).

3. A Educação Matemática brasileira segue a tendência internacional

Primeiro, na década de 50, a professora Martha Souza Dantas foi buscar idéias de organização de professores de Matemática e constituição de uma Comunidade científica interessada em debater e formular propostas educacionais, no campo em questão, em alguns países da Europa. Mais adiante veremos que, embora o que dissemos efetivamente tenha ocorrido, haveremos, no entanto, de mostrar, da mesma forma, com Foucault (1979, pp. 17-18), que:

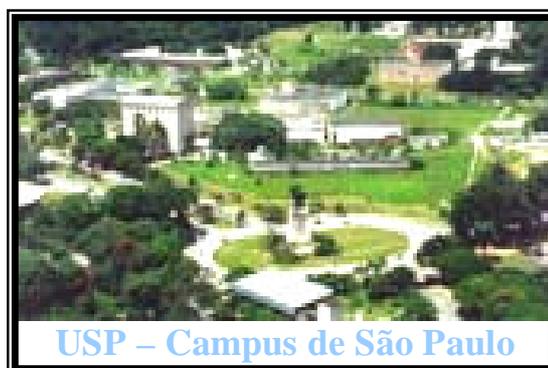
(...) se o genealogista tem o cuidado de escutar a história em vez de acreditar na metafísica, o que é que ele aprende? Que atrás das coisas há ‘algo inteiramente diferente’: não seu segredo essencial e sem data, mas o segredo que elas são sem essência, o que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas. A razão? Mas ela nasceu de uma maneira inteiramente ‘desrazoável’ – do acaso.

O que estamos dizendo não é que a professora Martha Dantas tenha ido à Europa para impulsionar uma Comunidade científica, para gerar uma Sociedade científica, mas que o trabalho efetivo por ela realizado assim podemos significar hoje, *retroativamente*, “*só depois da significação*” (ZIZEK, 1992), ainda que para ela, à época, tenha sido feito por uma perspectiva distinta da que ora propomos

Segundo, com a inserção efetiva do professor Ubiratan D’Ambrósio na Comunidade internacional de Matemática e Educação Matemática, a proposição por ele feita em Guadalajara e o significado dessa proposição junto a uma Comunidade nacional ainda incipiente, mas com enraizamento efetivo na base, inaugurou-se um novo processo; digamos que houve um salto qualitativo na construção de uma Sociedade de Educação Matemática. Por esses motivos é que atribuímos, em concordância com a própria Comunidade em questão, que Guadalajara foi sem dúvida alguma o marco de constituição da SBEM.

Para encerrarmos nossa abordagem sobre a SBEM, como parte constitutiva de um movimento mais amplo, internacional, lembramos que com a Comunidade matemática brasileira ocorrera o mesmo.

De fato, até meados do século XVIII, quando a Matemática já havia passado há quase cem anos por uma profunda modernização científica pelas mãos de Galileu, Kepler, Descartes, Fermat, Pascal, Newton e Leibniz, entre outros, e continuava a se desenvolver aceleradamente, aqui, no solo nacional, ainda não sabíamos se iríamos ou não passar das primeiras lições de



USP – Campus de São Paulo

algarismos para o aprendizado da Aritmética: “*O ensino da Matemática no Brasil principiou naturalmente por onde deveria começar, isto é, pela Lição de Algarismos, ou primeiras operações, ensino gradativamente elevado, mencionando-se em 1605 nos três Colégios da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, a aula de Aritmética*” (LEITE, apud VALENTE, 1999, p. 29).

Segundo Leopoldo Nachbin (1996), na obra “*Ciência e Sociedade*”, uma série de artigos de sua autoria organizados por Newton da Costa, a Matemática, conforme a conhecemos hoje, só veio a se desenvolver com a construção das primeiras universidades brasileiras, principalmente a Universidade de São Paulo (USP)³⁶ criada em 1934 e a Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro³⁷. Seguindo nossa linha de raciocínio, apontando o desenvolvimento nacional em interação com o cenário internacional, dizemos com Nachbin (pp. 37-39; 59) que este veio quando da contratação de importantes matemáticos, particularmente franceses e italianos.

Comparando parte das trajetórias profissionais e acadêmicas de Nachbin e Ubiratan D’Ambrósio, parece-nos plausível propor que, em relação à contribuição prestada pelo trânsito internacional que obtiveram, um desempenhou na Matemática, papel semelhante ao que o outro fez pela Educação Matemática brasileiras. Aliás, é oportuno lembrar que Nachbin e Ubiratan tiveram boas relações no campo do desenvolvimento da Matemática brasileira, em especial da pós-graduação, possivelmente pelas tendências que vimos apontando. Sobre isso o próprio Nachbin (1996, p.183) diz que “*Dada a presença de Mário Carvalho de Matos e João Bosco Prolla na UNICAMP, bem como à abertura administrativa que Ubiratan D’Ambrosio sempre me ofereceu nessa Universidade, passei a desenvolver uma estreita colaboração com a pós-graduação e a pesquisa em Matemática*

³⁶ A Universidade de São Paulo foi criada em 1934 em um contexto marcado por importantes transformações sociais, políticas e culturais, pelo decreto estadual nº 6.283, de 25 de janeiro de 1934. Disponível em: <<http://www2.usp.br/portugues/ausp/sobreausp/index.htm>>. Acessado em 01/04/2005.

³⁷ O Curso de Matemática da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil foi criado em 1939 (NACHBIN, 1996, pp. 19;38). No sítio eletrônico da UFRJ podemos ler: “*Inicialmente denominada Universidade do Rio de Janeiro, teve seu nome modificado para Universidade do Brasil em 5 de julho de 1937. Mas foi somente em 17 de dezembro de 1945, graças ao decreto-lei nº 8.393, que conquistou sua autonomia administrativa, financeira e didática. Finalmente, no ano de 1965, a Lei nº 4.831, de 5 de novembro, de autoria do general Castelo Branco, determinou nova mudança na denominação da instituição, que passou a chamar-se Universidade Federal do Rio de Janeiro, nome que manteve até o último dia 30 de novembro de 2000 - quando recuperou na Justiça o direito a utilizar o nome Universidade do Brasil.*”. Disponível em: <<http://www.ufrj.br/institucional/ahistoria/home.php>> . Acessado em 01/04/2005.

na UNICAMP, inclusive visitando-a diversas vezes para ministrar cursos ou fazer conferências.”

Nachbin foi um matemático com projeção internacional. Nascido em 1922, em Recife, veio para o Rio de Janeiro em 1938, buscando um centro de produção de Matemática para se desenvolver nessa área, ingressando no ano seguinte na Universidade do Brasil. Em 1942, foi para a Universidade de Chicago fazer pesquisa em Matemática e no ano seguinte



assumiu como professor na Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil, prestando concurso para livre-docência no ano de 1948; nunca se doutorou, pois nessa época não havia pós-graduação como hoje (COSTA, In: NACHBIN, 1996, pp. 7-8).

A biografia de Leopoldo Nachbin constitui um belo currículo do ponto de vista do desenvolvimento da Ciência e da Comunidade científica de Matemática e Física. Relacionou-se com praticamente todos os matemáticos de sua época. Foi professor Titular do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), sendo um de seus fundadores); Pesquisador Titular do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), sendo um de seus fundadores; membro titular da Academia Brasileira de Ciências; membro correspondente da Academia de Ciências do Estado de São Paulo; da Academia de Ciências da América Latina; correspondente da Academia Real de Ciências de Madrid; membro Visitante ou conferencista de instituições da Europa, América Latina e América do Norte (Universidade de Paris, Instituto Henry Poincaré, Instituto de Estudos Avançados de Princeton, Universidade de Chicago e de Rochester); editor do primeiro periódico de Matemática editado no Brasil com circulação internacional, “Summa Brasilienses Mathematicae”, que não perdurou por falta de recursos; de 1961 a 1970, coordenou o Instituto de Matemática da Universidade de Brasília, UnB³⁸. Após ter se afastado do IMPA, em 1971, por divergências

³⁸ Nachbin foi convidado por Darcy Ribeiro, primeiro Reitor da UnB a coordenar o Instituto de Matemática. Isso se deu no período de 61 a 70. Com o golpe militar, em 64, a maioria dos colegas de Nachbin pediu demissão. Nachbin continuou, segundo ele, para “salvar a parte matemática da UnB”, o que lhe rendeu

com o poder local (NACHBIN, 1996, p.182), ministrou vários cursos de Matemática na década de 70 no Instituto de Matemática, Estatística e Ciência da Computação (IMECC) da UNICAMP por convite de Ubiratan D’Ambrósio. Produziu ainda várias publicações³⁹ no exterior, com destaque para o livro “*Elements of Approximation Theory*” em 1967 e “*Topology on Spaces of Holomorphic Mappings*” em 1969. Das premiações que recebeu, a mais importante foi o “Prêmio Bernardo Houssay” de Matemática, concedido pela OEA.

Segundo Nachbin, a Matemática se desenvolveu no Brasil muito mais em São Paulo do que no Rio de Janeiro. Atribuiu esse feito por São Paulo ter trazido matemáticos importantes do exterior, dentre os quais, Luigi Fantappiè (Análise Funcional); Giacomo Albanese (Geometria Algébrica); Gleb Wataghin (que Nachbin considerava o “pai da Física brasileira”). Por questões políticas, a guerra, esses matemáticos italianos tiveram de ir embora. Em seus lugares vieram matemáticos franceses como André Weil, em 1945 (que se encontrava nos EUA, fugindo da guerra⁴⁰), e Jean Dieudonné, em 1946. Nachbin fala em superioridade matemática de São Paulo em relação ao Rio de Janeiro; reconhece o importante papel de Luigi Sobrero (físico) e Gabrielle Mammana, matemáticos que atuaram no Rio, mas coloca os matemáticos que atuaram em São Paulo em um nível superior. Para nós interessa salientar, independentemente de comparações, que nosso desenvolvimento científico sempre esteve pautado pela inserção que tivemos ou não no plano internacional.

algumas críticas. Por fim, diz que seus amigos compreenderam que estivera ali procurando preservar a Universidade, não apoiando o regime militar.(ibidem, p. 30)

³⁹ A partir da introdução da teoria das distribuições por Schwartz em 1944, os matemáticos se esforçaram em desenvolver a teoria dos espaços vetoriais topológicos. Nachbin contribuiu com vários resultados, sendo que uma extensão do teorema de Hahn-Banach talvez tenha sido seu trabalho mais citado. Pelo caminho aberto por Dieudonné tratou de espaços de funções contínuas bornológicas. Ainda no começo da década de 40 estendeu o teorema de Stone-Weirstrass às funções diferenciáveis. Em 1959 pesquisou sobre a teoria da aproximação que o levou a estudar o cálculo operacional. No começo dos anos 60 reformulou o problema original de Bernstein. Ainda nos anos 60, por influência do livro de Weil sobre análise harmônica em grupos compactos, produz o que seria sua mais consultada monografia. Na década de 70 estende os conceitos de tonelagem e de bornologia para uma teoria análoga, utilizando propriedades de funções holomorfas. (pp. 15-16)

⁴⁰ Era bancado pela Fundação Rockefeller. Nos EUA estava trabalhando em uma universidade que Nachbin chamou de ‘mixuruca’. Acha que talvez por isso tenha aceitado vir pro Brasil. Assinou contrato de 3 anos. Junto com Weil, veio para a Universidade de São Paulo o matemático Oscar Zariski dos Estados Unidos, que ficou aqui 1 ano. Com a ida dele embora, Weil então sugeriu a vinda do Dieudonné. Nachbin considerava Weil um dos matemáticos mais importantes de sua geração (p. 60).

Em conclusão, apontamos que o Brasil teve alguma participação, como pudemos ver, quando da formação de uma comunidade de Educação Matemática internacional; mudanças foram operadas nesse sentido em solo nacional a partir desse contato com a comunidade em questão. No entanto, não vimos, por parte de reconhecidos especialistas em história da Educação Matemática brasileira, nenhuma evidência de que houve continuidade, até mesmo por que já nos apresentamos no campo do materialismo histórico dialético, portanto tomando por verdadeiro aquilo que efetivamente se põe socialmente; adotamos esse ponto de vista, de que a presença brasileira, no que diz respeito à participação na comunidade científica de Educação Matemática, só chamou atenção aos registros históricos no início do século XX, sendo retomada timidamente a partir da década de 50 com a professora Martha Souza Dantas. Impulsionados pelo Movimento de Matemática Moderna e o desenvolvimento da Matemática no Brasil, somente com a criação do “International Congress Mathematical Education” (ICME), já nas décadas de 60 e 70, quando surge no cenário da Educação Matemática o matemático Ubiratan D’Ambrósio, é que o Brasil voltou a marcar presença na comunidade internacional.

Vale ressaltar que essa espécie de “sazonalidade” diz respeito ao próprio caráter democrático da Educação Matemática o que deve desembocar, mais tarde em nossa própria Tese de que a SBEM é fruto de um processo democrático. A formação da comunidade internacional, os movimentos de reformulação do ensino de Matemática, em que pese o fato de atenderem fundamentalmente a necessidades do próprio capitalismo, concretamente impulsionou um processo de socialização desse tipo de conhecimento. A maneira que se conhece historicamente de participação massiva é através de processos democráticos, constituição de grupos, comunidades, Sociedades no horizonte desse desenvolvimento. Assim, é de se esperar que períodos de exceção, tais como guerras, ditaduras, não favoreçam, ao contrário, obliterem, o desenvolvimento de tudo aquilo que pertence ao campo democrático e popular. No plano internacional, a Primeira Guerra Mundial, em 1914, freou o movimento de reformulação do ensino de Matemática; novamente a Segunda Guerra Mundial interrompeu a realização dos congressos internacionais, quando foram retomados, já como ICMI, em 1952. Possivelmente essas interrupções prejudicaram uma maior presença brasileira no cenário mundial, já que essa era bastante frágil, dadas as condições concretas do país no aspecto educacional, em

particular da Matemática. Logo mais veremos que a retomada desse processo por iniciativa da professora Martha Souza Dantas, com os “Congressos Nacionais”, fora novamente interrompido pela Ditadura Militar, só voltando a se fortalecer com a retomada da democracia no país, a partir das grandes greves operárias no início da década de 80 e a constituição do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT)⁴¹.

4. Martha Souza Dantas e a retomada da construção da Comunidade de Educação Matemática brasileira

A trajetória profissional da então jovem professora de Matemática, Martha Souza Dantas, é para nós detentora de fortes elementos explicativos acerca da própria trajetória da Educação Matemática brasileira. Dizemos isso referencializados pelo que estivemos articulando anteriormente sobre o caráter internacional do movimento de Educação Matemática.

Martha Souza Dantas formou-se em 1948. Em 1952 foi convidada pelo Diretor da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) a assumir a disciplina de Didática Especial da Matemática. Cita como Reminiscência em texto utilizado como Conferência na XI CIAEM em Blumenau, SC, em 2003, e publicado no sítio eletrônico⁴², intitulado “*Biobibliografia*”, que:

⁴¹ Hoje estas organizações estão sendo questionadas por grande parte dos movimentos sociais, mas na época, sem dúvida alguma, representavam uma retomada das liberdades democráticas, o princípio do fim da ditadura militar iniciada em 1964.

⁴² Disponível em: <<http://www.furb.br/ciaem/precursos.htm>>. Acessado em: 31/03/2005.

O que se constatava, na época, era uma situação caótica para o ensino da Matemática. Os programas eram impostos pelo Ministério de Educação que não consultava os professores. Os livros elaborados para atender aos programas refletiam os desacertos. Dominavam o corporativismo e a resistência à mudança que devem estar comemorando 'bodas de ouro'. O autoritarismo empolgava a maioria dos mestres que se repetiam sem cessar no seu ensino tradicional: tradicional nos conteúdos utilizados, no tratamento do aluno, na apresentação da matéria e na sua avaliação.

Essa avaliação do período em questão por parte de Martha Dantas se incorpora ao que estivemos defendendo sobre a ligação direta da edificação da Educação Matemática com o tema “democracia”; desde há muito essas lutas se inter-relacionam. Para enfrentar este quadro, Martha Dantas solicitou “*da Reitoria da Universidade Federal da Bahia e da Secretaria de Educação do Estado da Bahia a permissão de me ausentar do país, para observar, em 1953, na Bélgica, na França e na Inglaterra, o ensino da Matemática e sua organização*”. (In DYNNIKOV, 2002, p.5)

Martha Dantas iniciou seu roteiro pela Bélgica, visitando a Universidade Livre de Bruxelas e a Universidade de Louvain. Chegando à Bélgica, procurou o Secretário do Ministério da Educação que providenciou condições de estudo da realidade do ensino da Matemática na Bélgica, colocando-a em contato com Inspectores de Ensino que deveriam encaminhá-la. Pôde então constatar o que vinha ocorrendo como movimentação mais geral no plano internacional que foram as constantes reformas no ensino de Matemática impulsionadas desde o início do século e a forte retomada na década de 50 com o fim da Segunda Guerra Mundial. Saindo da Bélgica, foi à Inglaterra. Aí, através do British Council pôde visitar importantes escolas da Inglaterra e comparar com o sistema da Bélgica e do Brasil. Mas foi na França que obteve maior influência prática para o que estamos procurando ressaltar: a formação de uma Comunidade científica de Educação Matemática organizada em Sociedade. Na cidade de Sévres foi convidada a assistir uma reunião de inspetores gerais de ensino, onde se discutiram problemas gerais do ensino na França. Sobre isso, diz Martha Dantas (2003):

Naquela reunião, eu senti o quanto era importante uma tomada de posição dos problemas de ensino em âmbito nacional. Pensei na situação brasileira. Era preciso fazer cessar o isolamento no qual vivia, no Brasil, um país de dimensões continentais, os que ensinavam Matemática naquela época. Era preciso coordenar esforços para analisar a situação existente e encontrar novos rumos para a Educação Matemática. Pensei num encontro, um grande encontro que pudesse reunir professores de Matemática do curso secundário de todo o nosso país.

Retornando ao Brasil, Martha Dantas conseguiu, com o apoio da UFBA, realizar o I Congresso Nacional de Ensino da Matemática no Curso Secundário em 1955 em Salvador, Bahia. O congresso contou com a presença de 115 professores, sendo 103 da Bahia; os demais eram representantes de vários estados brasileiros⁴³. Como pudemos



constatar pelos números, ainda não havia sido inaugurado um processo de organização nacional, mas sem dúvida alguma foi o primeiro passo. Um fato importante desse congresso foi a presença do professor Omar Catunda de São Paulo que, mais adiante, viria a realizar um importante trabalho de implantação da Matemática Moderna na Bahia em conjunto com Martha Dantas e Arlete Cerqueira Lima.⁴⁴

Seguiram-se os congressos nacionais nos anos seguintes: em Porto Alegre em 1957 e no Rio de Janeiro em 1959, mas agora com participação efetiva de professores de Matemática de todo o território nacional. O aumento do número de participantes obviamente também se fez sentir: foram 240 pessoas no segundo e 500 pessoas no terceiro. Ou seja, o processo impulsionado por Martha Dantas obteve êxito. Nesses congressos, podia-se encontrar facilmente várias das idéias do movimento internacional de Matemática Moderna.

⁴³ MIORIM (1998, p. 111)

⁴⁴ Foto da professora Martha Dantas disponível em, http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702001000100005 acessado em, 31/032005

O quarto congresso ocorreu na cidade de Belém, PA, em 1962. Achamos importante frisar que esses congressos se sucederam em cidades distantes umas das outras, posteriormente o quinto congresso veio então a ocorrer em São José dos Campos no Estado de São Paulo; dessa forma, puderam alcançar todas as regiões brasileiras. Sobre esse, do Pará, a professora Manhúcia Liberman, na Entrevista, contou-nos um fato bastante pitoresco. Reproduzimos abaixo o diálogo:

Manhúcia: Veja bem, nós conseguimos, naquela época, fazer um congresso em Belém. Daqui! Daqui nós fizemos um congresso lá! Ficamos hospedados no navio Tamandaré.

Deniz: Que legal! Vocês fizeram um congresso hospedados em um navio!

M: É. Mas dávamos aula em hotel, em Belém. Sabe o que é quarenta anos atrás, Belém? Foi muita coisa, não? E não pode ser desperdiçado, eu acho que...

D: E qual era o objetivo? Por que foi em Belém?

M: Por que foi em Belém? Ah, isso eu não sei.

D: A tendência é tudo ocorrer em Rio e São Paulo.

M: Não, não sei lhe dizer o porquê; não sei mesmo...

D: Eles queriam levar...

M: Eu acho que era aquela idéia de Brasil, Brasil... Aonde que a gente podia ir mais longe.

D: E vocês ficavam hospedados no navio, porque tinha uma estrutura para dormir...

M: Sim, pois é.

D: Aquele navio que...

M: Fomos nós que organizamos. As pessoas que estavam lá eu lembro: eu, o Ruy Madsen Barbosa, Elza Babá, Renata Watanabe; nós todas e o professor Ruy Madsen ficamos no navio.

Mas, como todo movimento bem fundamentado na base em ascenso, o quinto congresso foi o mais importante de todos, já que pôde contar com a presença de

importantes educadores matemáticos de nível internacional, como por exemplo: “*Marshall Stone, dos Estados Unidos, George Papy, da Bélgica, Hector Merklen, da Argentina e Helmuth Volker, do Uruguai*” (MIORIM, 1998, p. 114). A Educação Matemática brasileira voltava então a se articular internacionalmente. Vale ressaltar que não podemos falar dessa rearticulação sem falar do Grupo de Estudos do Ensino de Matemática (GEEM) e de Osvaldo Sangiorgi. No entanto, observemos que, os congressos que iniciaram de dois em dois anos, depois se passaram três, em seguida foram quatro; o V Congresso só veio a ocorrer em 1966 em São José dos Campos no Centro Técnico da Aeronáutica.

Durante o IV Congresso já foi constatada a presença do GEEM, que se articulou em torno das propostas de implantação da Matemática Moderna. Como esse movimento era internacional, talvez por aí compreendamos melhor o porquê da iniciativa de convidar educadores matemáticos estrangeiros. O GEEM foi criado em 1961 na capital paulistana após um curso de Matemática Moderna ministrado pelo professor George Springer. Esse grupo “...*tinha por finalidade incentivar, coordenar, divulgar e atualizar o ensino de Matemática em todos os níveis de ensino*”⁴⁵.

O V Congresso Brasileiro de Ensino de Matemática foi realizado em 1966, na cidade de São José dos Campos, no Centro Técnico da Aeronáutica e foi coordenado pelo idealizador do GEEM, o professor Osvaldo Sangiorgi, ou seja, foi organizado pelo próprio GEEM. Neste Congresso, o último da série aqui descrita, foi dada uma especial atenção ao desenvolvimento da Matemática Moderna. O que viria a ser o VI Congresso, e que deveria ocorrer no Estado da Paraíba, não se realizou, segundo Martha Dantas (2003), “*por falta de recursos*”.

No entanto, essa suposta “falta de recursos” deve ser melhor explicada, contextualizada. Em recente conversa telefônica com a professora Martha Dantas, ela falou em tom de naturalidade, quando perguntada sobre essa falta de recursos: “*Foi a ditadura!*”. Esse congresso obviamente ocorreria posteriormente ao ano de 1966; a ditadura estava dando seus primeiros passos. Mais uma vez reforçamos o papel negativo que os períodos de exceção representaram para a emancipação da Educação Matemática como área autônoma

⁴⁵ ONUCHIC, L. Disponível em: <http://www.sbempaulista.org.br/epem/anais/grupos_trabalho/gdt06.doc>. Acessado em 31/03/2005.

e organizada sob forma de Comunidade científica ou Sociedade. A Educação Matemática, assim como a SBEM, sempre esteve ligada, de alguma maneira, à democracia.

5. SBM: uma Sociedade para poucos

Sobre a questão de “corte de verbas” por parte da ditadura, uma passagem histórica protagonizada pela Sociedade Brasileira de Matemática (SBM), segundo Bigode, parece-nos fornecer elementos conjecturais sobre a necessidade de criação da SBEM.

A SBM foi criada justo no calor mais intenso da ditadura militar, final da década de 60. Podemos ler no sítio eletrônico da SBM: *“Fundada em 1969, durante a realização do VII Colóquio Brasileiro de Matemática, em Poços de Caldas, a SBM é uma entidade civil, de caráter cultural e sem fins lucrativos voltada principalmente para estimular o desenvolvimento da pesquisa e do ensino da Matemática no Brasil”*⁴⁶.

Da Entrevista com Bigode, extraímos um importante fragmento sobre o papel histórico cumprido por essa Sociedade, que de fato não congregou o conjunto dos professores de Matemática e educadores matemáticos brasileiros.

A SBPC, entidade que sempre contou com a simpatia dos setores progressivos no campo popular, tais como partidos de trabalhadores, partidos socialistas, Sociedades científicas em geral, no ano de 1977, teve também sua verba cortada, tal qual o VI Congresso da série inaugurada por Martha Dantas, por parte do governo federal, conforme relata Bigode:

⁴⁶ SBM. Disponível em: <<http://www.sbm.org.br/funcao.html>>. Acessado em 9/3/2005.

Bigode: Eu estava com a idéia de uma sociedade brasileira de Educação Matemática na cabeça, porque havia tido uma situação anterior há muito tempo atrás. Eu vou tentar situar: em 1977 é quando eu localizo a minha relação com a Educação Matemática. Em 1977 o Delfim Neto era Ministro do Planejamento ou coisa parecida, e o presidente era o Geisel, acho que era o Geisel... e uma das formas de tentar sufocar a oposição foi cortar todo o financiamento para a organização da SBPC. A SBPC era um dos únicos fóruns, junto com as reuniões da CNBB, em que a oposição podia se colocar, a imprensa cobria etc. e tal. Mas em cima da hora, qualquer coisa como um mês antes de acontecer a SBPC, o Ministro do Planejamento disse que não haveria verba. Então a sociedade civil se organizou “loucamente” – enfático - e organizou uma SBPC que foi um “baita” de um sucesso, usando o espaço da PUC ali na Monte Alegre!

Deniz: Na PUC de São Paulo.

*B: Na PUC de São Paulo. Por que isso tem a ver com a nossa história? Porque **uma única** – enfático - Sociedade científica rejeitou assinar o manifesto de apoio à SBPC!*

D: A SBM.

B: A SBM.

Outra questão que destacamos é sobre o caráter elitista da SBM. Um documento da SBM, contendo vários relatórios de suas atividades, foi endereçado à SBPC em 1987. Esse documento, produzido em dezembro de 1984, trata de eventos relativos ao ensino de Matemática de 1978 até 1983. O título do referido documento é “*Reuniões sobre ensino, promovidas pela Sociedade Brasileira de Matemática desde 1978*”. O que concluímos é que de 1983 em diante não houve mais atividades sobre ensino. Se tomarmos atenção para o fato de que a SBEM surgiu como **idéia** em 85 e como **movimento** em 87, talvez possamos conjecturar sobre um certo “vazio” que o relatório da SBM suscita. O número de participantes destes eventos também nos chama atenção: enquanto o I Congresso de 1955 organizado por Martha Dantas na Bahia já pôde contar com 115 participantes e o III Congresso registrou 500 participantes, os eventos da SBM acima referidos giravam em torno de 30 pessoas (mínimo 19; máximo 39). Para sermos mais enfáticos no que tange a “números”, o I ENEM, realizado na PUC em São Paulo, em 1987, contou com 550 participantes; onze anos depois, já no VI ENEM, realizado na UNISINOS, em 1998, agora sob a coordenação da SBEM, contou com 2390 participantes.

Uma passagem da Entrevista com Bigode ilustra bem essa diferença de concepção acerca da amplitude de participação do professor de Matemática como construtor direto de sua Comunidade científica entre a SBM e a SBEM:

O Ubiratan tem orgulho em dizer que foi um matemático, um cara reconhecido pela academia matemática americana, as pessoas não conhecem o trabalho matemático do Ubiratan; ele sempre foi um matemático importante! Isso é uma história que você vai ter que ‘pegar’! O Ubiratan, muito tempo antes... não é que ele brigava com a SBM, era que esta se tornou uma estrutura ‘encastelada’! Uma vez, em um dos debates das listas, eu disse: ‘Olha, não é para ser contra os matemáticos! É para ser contra essa elite – enfático - que toma conta da Sociedade Brasileira de Matemática!’ Essa coisa que nos deixa assim em posição de conflito, não faz parte da cabeça da maior parte dos matemáticos! Nós temos matemáticos importantes, matemáticos interessantes na Educação Matemática. O nosso problema era uma elite que tomava conta e que bloqueava qualquer tipo de discussão situada fora do esquema.

Para finalizar este tópico, reforçamos com outra passagem pitoresca que compõe a história da Educação Matemática brasileira.

Em um Colóquio Brasileiro de Matemática, promovido pela SBM, na cidade de Poços de Caldas (MG), no início da década de 60, o jovem professor Sérgio Lorenzato pode vivenciar o que mais tarde viria a fazer sentido para ele diante das trajetórias históricas da SBM e da SBEM.

Na época, Sérgio Lorenzato trabalhava em Brasília. Interessado em questões que lhe “impacientavam”, elaborou um estudo sobre reprovação: “...apresentei um levantamento estatístico que mostrava que a Matemática em Brasília era a disciplina que mais reprovava em todas as séries, do diurno e do noturno, de qualquer grau, hoje chamado de fundamental ou ensino médio”.

Impaciente com o rumo dos debates, pois ali só se tratava de “Matemática”, interessado em problemáticas de ensino e educação, Lorenzato providenciou uma cartolina e anunciou uma reunião para tratar de questões sobre ensino de Matemática, onde apresentou os resultados de seus estudos em Brasília. A atividade foi feita de modo

espontâneo sem passar pelo controle a anuência da Coordenação do Colóquio. Segundo Lorenzato, *“a sala lotou!”*.

O resultado foi uma dupla decepção ao nosso jovem militante precoce da Educação Matemática, que viria então a produzir sentido sobre a linha política e ideológica das lideranças da SBM à época.

A primeira decepção veio do público, que reprovaram a investida de Lorenzato. Alegaram, segundo nosso entrevistado: *“Ah, eu pensei que o senhor fosse apresentar soluções para o ensino, problemáticas da Matemática, e não mostrar a gravidade e extensão do problema”*.

A segunda decepção veio do Comitê Organizador:

“O senhor está convidado a se retirar do evento...”.

D: ... – gargalhadas.

S: “...porque o senhor está tumultuando a ordem das coisas”. E eu ainda perguntava: “Eu, mas por quê? O que foi?”. Disseram: “Porque, na medida em que os professores ficaram lá assistindo a palestra, que não era oficial, o senhor tirou eles das salas de aula dos cursos oficiais”. Eu não me dei conta exatamente disso, mas serviu para mostrar que eu era uma criatura consciente da Educação Matemática. E felizmente fundamos em 1988 oficialmente a SBEM; acho que, daí em diante, a Educação Matemática está melhorando, não é?”

D: Mas no final das contas, o senhor se retirou do Colóquio?

S: Ah, sim! Eu acho que está claro: “Você é pessoa que não é bem-vinda. Fora daqui!”. Agora um pouco de ironia nisso, fora da Educação Matemática: uns dois ou três anos depois disso eu me tornei Chefe de Gabinete em Brasília e esse pessoal que coordenava os encontros, os colóquios brasileiros, foram lá pedir verba, e aí eu falei: “Vocês se lembram de uma pessoa que vocês mandaram embora? Sou eu!”. Mas ganharam o dinheiro, porque o trabalho deles sempre foi muito sério.

6. Ubiratan D’Ambrósio: proponente da Sociedade Brasileira de Educação Matemática – SBEM

No jantar dos brasileiros participantes da VI CIAEM, em Guadalajara, México, em 1985, foi proposta a criação da SBEM, conforme anteriormente exposto. Esse jantar foi proposto por Ubiratan D’Ambrósio e aí decidiram criar uma Sociedade.

Dois aspectos devem ser apontados para que se atinja a compreensão do porquê isso foi possível: por um lado, a inserção de Ubiratan em nível internacional na Comunidade de Educação Matemática nos anos anteriores; por outro, o trabalho de base efetivamente representado pelos participantes ali presentes.

A proposição de Ubiratan somente encontrou fundamento por ter se dirigido a algo que já vinha se constituindo, a Educação Matemática estava sendo desenvolvida em várias partes do Brasil, mas sem uma direção, sem o caráter de Comunidade científica organizada. A interrupção, em 1966, dos congressos iniciados por Martha Dantas, certamente trouxe prejuízo para essa organização. Mas, com a retomada da democracia no país, os grupos voltaram a se constituir em vários setores, desde cineclubes (que foram perseguidos durante toda a década de 70), passando por movimentos operários e camponeses, com destaque para o surgimento no cenário político brasileiro de duas importantes organizações, que marcaram para sempre a história deste país: o Partido dos Trabalhadores e a Central Única dos Trabalhadores. Logo mais, veremos como se constituíram e a importância de grupos regionais autônomos de Educação Matemática para a criação da SBEM, já que esses formaram a base de sustentação e de trabalho efetivo da fundação e das gestões posteriores.

Pela forte presença de Ubiratan D’Ambrósio no cenário da Educação Matemática brasileira, sempre corre-se o risco de parecer apologia falar de seu trabalho, de sua trajetória; para um trabalho que se pretende materialista dialético, seria uma contradição bastante séria. Por isso o cuidado que estamos tendo em falar do “trabalho” como constituindo pessoas e coisas e não o contrário.

Zizek (1992, p.323), citando Lacan, diz:

A definição lacaniana diz que louco é quem acredita em sua identidade imediata consigo mesmo, quem não é capaz de um distanciamento dialeticamente mediado de si mesmo como um rei que pensa ser rei, que toma seu ser-rei por uma propriedade imediata, e não por um mandato simbólico que lhe é imposto por uma rede de relações intersubjetivas da qual ele faz parte.

Ou seja, foi o trabalho de Ubiratan que o constituiu e é a este que, fundamentalmente, dirigimo-nos.

Fomos surpreendidos, na Entrevista com Ubiratan, por ele avaliar não estar sendo reconhecido sobre trabalhos que realizou há mais de trinta anos e que achava não estar sendo devidamente lembrado, como foi o caso de um artigo sobre “Matemática Cultural” em que ele sequer aparece na bibliografia⁴⁷. Nosso espanto foi bem respondido por Ubiratan na direção do que ora estamos pondo em relevo: o trabalho efetivo em contraposição ao reconhecimento meramente formal. Falamos de nossa surpresa, de vermos tal reconhecimento saltar aos olhos. Ubiratan contrapõe: “*É, fala, mas na hora do reconhecimento efetivo... Claro, dão-me uma placa*⁴⁸ *daquelas: ‘Porque é o Presidente Honorário da Sociedade’ etc*”.

Coerentes com nossos pressupostos teóricos, o que buscamos é identificar o fluxo histórico em que a SBEM foi apanhada, tornou-se contingente. Esse mesmo fluxo foi quem apanhou Ubiratan, no qual é representado e o representa.

Ubiratan foi um dos pioneiros da Educação Matemática brasileira. Em 1957, já havia participado com apresentação de trabalho no II Congresso Nacional de Ensino da Matemática no Curso Secundário em Porto Alegre onde já citava Piaget, Dieudonné, quando grande parte dos participantes, segundo ele, estava interessada em que nível dever-

⁴⁷ Trata-se de um artigo publicado na Educação Matemática em Revista, n. 13, Ano 10, pp 13-27 de autoria do professor Renato J. C. Valladares, da Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, RJ. No artigo em questão o professor utiliza uma “curta” bibliografia, os PCNs, três autores e sete artigos de sua própria autoria. Ubiratan não figura nessa bibliografia.

⁴⁸ Placa concedida pela SBEM ilustrada na foto na página 16 desta Tese.

se-ia ensinar frações, por exemplo. Esteve envolvido com atividades de renovação do ensino de Matemática. Na Entrevista ele diz: “*E eu procurei chamar a atenção para esse Movimento que estava começando na Europa (principalmente na Europa) nos anos 50, que é o Movimento que ficou depois identificado como Matemática Moderna...*”.

Após ter concluído seu doutoramento em Matemática Pura, na USP, *Campus* de São Carlos⁴⁹, em 1963, lançou-se ao nível internacional. Teve uma rápida passagem pela Itália, como estudante de doutorado, envolvendo-se em várias atividades, palestras, estudos, a convite do seu orientador, o professor Jaurès Ceconi. Após terminar o doutorado, fixou-se nos Estados Unidos, onde fez o que hoje seria chamado de pós-doutoramento em Matemática Pura na Universidade de Brown em 1964-1965⁵⁰.

Da tese de Carlos Vianna (2000, p. 82), trazemos um trecho da entrevista de Ubiratan em que fala como se deram seus primeiros contatos com o que viria a ser seu pós-doutoramento: “*Eu trabalhava em Cálculo de Variações, e a NASA, junto com a American Mathematical Association, fez um Summer Institute, curso de verão, de 8 semanas, quase dois meses, em Cornell, e tinha algumas vagas para estrangeiros. Eu escrevi para eles e ganhei uma bolsa...*”. Isso aconteceu durante o ano de 1963. Nos Estados Unidos, encontrou matemáticos que respeitavam muito o trabalho de De Giorgi, matemático italiano que Ubiratan conhecera quando de sua passagem pela Itália (ibid., p.81) e, baseado nele, vinha desenvolvendo pesquisas. Como ainda não havia concluído o doutoramento, foi aconselhado a voltar ao Brasil, concluí-lo e retornar para o pós-doutorado, o que de fato ocorreu.

Em 1964, houve o Golpe Militar no Brasil. Embora Ubiratan não tivesse envolvimento político, na Entrevista que nos concedeu, disse não se sentir “*confortável*” para regressar ao Brasil: “*Não tinha nenhum envolvimento político, tanto que eu viajava de vez em quando, vinha para cá visitar a família, mas não me senti à vontade para voltar e fiquei lá*”. Na entrevista com Vianna (2000, p.82), ele reforça o sentimento de ficar nos Estados Unidos, pois lembra do período em que foi aluno de Graduação na USP em São Paulo em que freqüentava a casa de Omar Catunda, ex-membro do partido comunista:

⁴⁹ Cidade de porte médio do interior de São Paulo.

⁵⁰ Disponível em: <<http://www.pucsp.br/pos/edmat/memubiratan.html>>. Acessado em 31/03/2005.

“Fiquei sabendo que muitos dos meus amigos foram presos; eu não tinha nenhum envolvimento político, mas eu freqüentava a casa do Catunda, era muito amigo do Mário Schenberg, todo esse pessoal.”

Ubiratan ficou nos Estados Unidos até 1972, quando regressou ao Brasil, para assumir a Direção do Instituto de Matemática, Estatística e Ciência da Computação (IMECC) da UNICAMP. Nos Estados Unidos, foi professor na Universidade de Búfalo, no Estado de Nova Iorque. Na Entrevista, diz Ubiratan:

(...) fiquei por lá, dando aula. Primeiro fui como pesquisador e depois imediatamente me empreguei e fiquei lá como professor da State University of New York at Buffalo⁵¹, onde fiz toda a minha carreira: Professor Assistente, depois efetivado como Professor Associado, e no momento de ser promovido a Professor Titular, voltei para o Brasil. Fui diretor do Programa de Pós-Graduação em Matemática (doutorado, mestrado).

Nesse período, Ubiratan teve inserção em nível internacional, porém no universo dos matemáticos. Participou de todos os congressos internacionais de 1966 em diante, até 1990, e das reuniões da American Mathematical Society (AMS) *“sempre apresentando trabalhos e com alguma função”* (2003), mas esteve um pouco distante da Educação Matemática, não participava de congressos internacionais na década de 60, não participou dos congressos internacionais de Educação Matemática, não participou das reuniões anuais do National Council of Teachers of Mathematics (NCTM) nos Estados Unidos, onde se encontrava. Em suas *“Reminiscências”* (2003), diz: *“Quando foram realizadas as 1ª CIAEM/Primeira Conferência Interamericana de Educação Matemática, em 1961 em Bogotá, e 2ª CIAEM, em Lima em 1965, eu não estava muito envolvido com Educação Matemática. Eu lecionava na State University of New York, em Buffalo, Estados Unidos, e minha atividade central era a matemática”*.

Ubiratan só veio a se envolver mais profundamente, e definitivamente, com a Educação Matemática após ter voltado ao Brasil, quando assumiu o IMECC da

⁵¹ No noroeste do Estado de New York.

UNICAMP em 1972. Neste ano, ocorreu a III CIAEM em Bahia Blanca na Argentina: “...*resolvi ir. Havia uma boa representação brasileira*” (ibid., p. 4). Fizemos questão de citá-lo, pois isso nos remete a uma decisão pessoal, poderia não ter ido; ou seja, foi um fato episódico. Ubiratan ainda não estava imerso nessa nova realidade, aliás começaria a partir daí uma nova trajetória que passamos a relatar; por isso, nosso esforço em destacar essa passagem da história.

Explicitamos que estamos empenhados em desenvolver, de modo sincrônico, três eixos: a Educação Matemática, a Comunidade de Educação Matemática e um nível superior de organização dessa mesma Comunidade em “Sociedade”. A III CIAEM, para nós, marca a entrada de Ubiratan nos dois últimos.

O representante brasileiro na III CIAEM era Leopoldo Nachbin, que não pôde comparecer por motivos de saúde, enviando um representante, um matemático do Rio de Janeiro que Ubiratan, no texto “*Reminiscências*”, não lembra bem quem foi, poderia ter sido Carlos Alberto Aragão de Carvalho, Guilherme de La Penha ou Luis Adauto da Justa Medeiros: “*Esse representante, que estava estremecido com os outros, coisa comum na Matemática brasileira, teve que retornar mais cedo e pediu-me para representá-lo em algumas funções, na verdade representar o Nachbin por tabela*” (ibid., p. 4). A partir dessa função destacada, Ubiratan se envolveu com a cúpula da CIAEM, conheceu Hans Freudenthal, e principalmente Luis Santaló, com o qual estabeleceu estreitos laços de relacionamento; nesta CIAEM, Santaló foi eleito o Presidente. Ubiratan atribui a ele sua aproximação com a “Oficina Regional de Ciências e Tecnologia para a América Latina e Caribe” (ORCTALC), atividade criada pela UNESCO em conjunto com a OEA.

Mas sua entrada na Educação Matemática possui um marco anterior apontado pelo próprio Ubiratan: a tarefa de **recrutamento de negros** para compor o quadro de alunos na Universidade de Búfalo onde trabalhava nos Estados Unidos. A universidade acabara de adotar o plano de cotas para negros em todas as áreas de Ensino, na qual ele era o responsável por uma turma de 60 alunos no PhD. Considerando que deveria ter 25% de negros em cada disciplina, logo deveria recrutar 15 alunos negros. Foi então tomado de súbito ao pensar nas conseqüências dessa medida: entram quinze, mas em quê condições?

Trazemos, da Entrevista de Ubiratan, um trecho relativamente longo sobre isso, dada a importância que atribuímos:

Ubiratan: Todo ano eu ia às reuniões do AMS/MAA (American Mathematical Society e Mathematics Association of America), eles faziam reuniões conjuntas. Havia um grande interesse dos matemáticos por educação. Uma das principais lideranças era o Peter Hilton, o outro líder era o Gail Young, e todo esse pessoal se envolvia muito com educação. Eu era colega deles como matemático, mas, ao mesmo tempo, se eles mostravam interesse em educação, educação para mim não era um negócio fora de... eu estava lá em 1968, eu era Diretor de estudos de Pós-Graduação na Universidade de Búfalo (doutorado e mestrado na Universidade de Búfalo, que era uma das maiores do estado), quando recebi uma mensagem lacônica do Reitor da universidade: “Você tem que incluir nas suas admissões vinte e cinco por cento de negros”; eu e todos os outros coordenadores de Graduação e de Pós-Graduação...

Deniz: Isso consta no texto das “Reminiscências”.

U: ‘Tem que receber vinte e cinco por cento de negros’. Olhei a lista dos candidatos: uma Universidade muito boa, todo mundo lá, sessenta candidatos ao doutorado, PHD, todos com bolsa! Bom, eu falei: ‘Eu vou ver os negros que estão...’. Não tinha nenhum candidato negro! – enfático. Por quê? Porque os negros não tinham coragem de se candidatar nas universidades maiores. Mas eu tinha que produzir vinte e cinco por cento de alunos negros! E saí em um processo muito instrutivo para mim de recrutamento de alunos... negros!. E fui procurar; aonde? Nas universidades do Sul, onde a grande maioria, quase totalidade, dos alunos eram negros; e ali, eu recrutei vinte e cinco por cento de negros. Quer dizer, eu tinha quinze alunos negros que levei para lá.

Maria do Carmo Domite: Você conseguiu que tivessem graduação, para poder fazer o doutorado.

U: Claro, boa graduação, porque não era pegar qualquer um...

Maria do Carmo Domite: Porque não era tão comum naquela época!

U: Bom, todos os meus colegas, inclusive de outras universidades, perguntavam-se: ‘Como é que você está fazendo?’ Falei: ‘Ah, eu estou viajando, estou viajando’. Era o que a gente fazia! Procuramos recrutar e eu levei quinze. E isso foi uma lição muito grande: não adianta você ‘abrir a porta’ para a pessoa entrar, se depois que ela entrar, não se sentir bem. A coisa não é a dificuldade de ‘abrir a porta’; qualquer um abre a porta. Mas é a pessoa que entra... Você sabe quando vai a uma festa que foi admitido, entrou, mas chega lá dentro e todo mundo está achando que você não devia ter entrado. E foi um drama, um negócio seríssimo! Para mim foi um momento de muita educação, eu me eduquei muito sobre isso. Desses alunos tem uma, a Gwendolyn Smith, uma vez ou outra eu encontro, que foi desse grupo, uma das sobreviventes. E no ano seguinte foi a mesma dose, repetir,

procurar alunos. Foi um momento que agora no Brasil estão falando em ‘cotas para negros’⁵²; é um negócio tão complicado e nos Estados Unidos foi feito com tanta maturidade. Aqui simplesmente foi uma ‘penada’ do Presidente da República, como se isso fosse uma coisa que dependesse só de um Decreto: não é! Lá nos Estados Unidos foi altamente positivo; aqui eu acho que já está começando fracassado. Mas isso é outra conversa.

E Ubiratan (ibid., p.3) mesmo conclui, dizendo: “*Assim, comecei a ter uma visão mais ampla do papel social das Universidades, de como um sistema educacional pode ser a raiz de iniquidades sociais e do que pode ser feito para corrigir uma organização perversa da sociedade. Daí vem a origem do meu pensar sobre as dimensões políticas da Educação Matemática*”.

Logo em seguida, em 1970, Ubiratan foi trabalhar na África, na República do Mali (parte Ocidental da África). Era um curso de pós-graduação inovador idealizado pela UNESCO; ele trabalhou com Análise Matemática. Porém, alega que o contato com professores de diversas partes do mundo e de especialidades distintas, tais como, Geologia, Biologia, Lingüística, um ambiente transcultural e transdisciplinar, foi o responsável pelo impulsionamento de uma vertente interdisciplinar: “*...quando eu cheguei lá, comecei a me interessar muito por História; não História da Matemática, tipo Boyer, mas uma história da Matemática ligada à cultura, que é, no fundo, base da Etnomatemática*”. Em 1972, retornou ao Brasil para trabalhar na UNICAMP, mas continuou ligado a esse trabalho iniciado no Mali.

⁵² Sistema chamado de “ações afirmativas” com objetivos de diminuir a distância sócio-econômica entre negros e brancos; consiste em reservar um certo número de vagas para pessoas que se declararem negros.

7. CIAEM e ICME: inserção definitiva do Brasil na Educação Matemática mundial

Nos dias de hoje, os brasileiros são participantes ativos de vários encontros internacionais de Educação Matemática, apresentando trabalhos, compondo grupos de pesquisas, tais como o PME (Psychology of Mathematics Education), ICMI (International Congress of Mathematical Instruction), CIBEM (Congresso Ibero-Americano de Educação Matemática). O Brasil tem sediado encontros internacionais de Etnomatemática, na área de ensino de Estatística; a SBEM já promoveu dois simpósios internacionais, o SIPEM (Simpósio Internacional de Pesquisa em Educação Matemática); o II CIBEM foi realizado em Blumenau, SC, organizado pela professora Maria Salett Biembengut, então Secretária Geral da SBEM que, posteriormente, também organizou a XI CIAEM⁵³, onde foi escolhida Presidente. Na Entrevista, Salett fala desse período: *“Foi esse processo de fazer a SBEM. Nesse ínterim eu também assumi o CIBEM⁵⁴ (que foi o II CIBEM), ocorreu em 1994, ainda na minha gestão, aqui em Blumenau, que tivemos mais de mil participantes. Quer dizer, eu estava organizando o CIBEM, estava trabalhando na SBEM, buscando isso.”*

Mas, no começo da década de 70, a participação brasileira em eventos internacionais, particularmente em posições destacadas, ainda era incipiente. Seguindo a trajetória de inserção de Ubiratan nesse universo, já citamos sua aproximação com a CIAEM, onde passou a ser um dos nomes mais lembrados. Hoje acessamos o sítio eletrônico da CIAEM⁵⁵ e encontramos um item dos “Precursores”; são três: Luis Santaló, Martha Souza Dantas e Ubiratan D’Ambrósio. Essa trajetória se iniciou na III CIAEM.

Embora Ubiratan não tenha feito parte da Direção do CIAEM⁵⁶ em Bahia Blanca, pela aproximação que tinha com a UNESCO e a OEA, efetivamente participou de várias atividades deste, segundo seu próprio relato em *“Reminiscências”*. Sua entrada

⁵³ Nessa XI CIAEM fomos fundadores do WG7, Work Group-7, “Matemática & Sociedade”, onde apresentamos um trabalho sobre a Matemática como um constructo ético, baseados em Lacan-Zizek.

⁵⁴ CIBEM: Congresso Ibero-Americano de Educação Matemática.

⁵⁵ Disponível em <http://www.furb.br/ciaem/precursores_main.htm>. Acessado em 22/03/05

⁵⁶ Comitê Interamericano de Educação Matemática que organiza a Conferência Interamericana de Educação Matemática.

formal se deu então na IV CIAEM na cidade de Caracas, Venezuela, em 1975, onde fora indicado por Luis Santaló, que não esteve presente por motivo de saúde, para sucedê-lo à presidência. Porém, Maria Laura Leite Lopes, representante de Leopoldo Nachbin (brasileiro reconhecido no universo matemático internacional), sugeriu que Santaló permanecesse no cargo de Presidente. Assim aconteceu, e Ubiratan foi escolhido Vice-Presidente. Mas Santaló praticamente entregou a direção a ele. Nesta função, realizou vários trabalhos sobre Educação Matemática na América Latina, culminando com sua eleição de Presidente na gestão seguinte. Organizou então a V CIAEM em Campinas em 1979. Permaneceu na direção até 1987, quando repassou a direção na VII CIAEM em Santo Domingo na República Dominicana.

Ubiratan, segundo seu próprio relato em *“Reminiscências”*, vinha sendo reconhecido na Europa e nos Estados Unidos. Em 1976, participou do 3º ICME. Sobre isso diz: *“Eu já estava muito conhecido na Educação Matemática na Europa e nos Estados Unidos. Por iniciativa de E. G. Begle havia sido convidado para organizar o importante grupo de estudos sobre ‘Por que ensinar matemática?’ no 3º Congresso Internacional de Educação Matemática, em Karlsruhe, Alemanha.”*

Em Karlsruhe, fez uma Conferência focando aspectos sócio-culturais e da história da Matemática, criando a base para o que viria a ser enunciado, em forma de Conferência, em 1984, na cidade de Adelaide, Austrália, no 5º ICME: a Etnomatemática. No início da década de 80, obteve licença de suas atividades profissionais na UNICAMP, voltando aos Estados Unidos, assumindo a função de Chefe da “Unidade de Melhoramento de Sistemas Educativos, Currículo e Metodologia da Organização dos Estados Americanos”, em Washington:

Era uma posição focal na América Latina e pude examinar a grande maioria dos projetos de educação de todos os países. Havia poucos projetos do Brasil. Recebi então um outro passaporte diplomático, da OEA, e viajei por toda América Latina e Caribe. Sempre dava um jeito de combinar atividades específicas da OEA com coisas da UNESCO, do CIAEM e da Pugwash. Curioso que muitas vezes eu visitava um país em missão da OEA, mas eu tinha bom relacionamento com o pessoal ligado à UNESCO. Geralmente, eram grupos politicamente em oposição, o

que muitas vezes me permitia agir como elemento de conciliação. A África e a Ásia não ficaram esquecidas e eu tinha bom acesso a esses países. Sempre uma atividade apoiando a outra. Às vezes, olhando para alguns relatórios das missões que fiz para a UNESCO e para a OEA, eu mesmo fico surpreso de ver como foi possível combinar todas essas ações.

Concluindo esse tópico, chegamos na VI CIAEM no México, quando um grupo de brasileiros e brasileiras firmaram o compromisso de fundar a SBEM. Na Entrevista, Ubiratan nos traz um elemento novo, que não encontramos em outras fontes e que também não fora citado pelos demais entrevistados. Trata-se de uma referência a um fato acontecido três anos antes da CIAEM de Guadalajara e que guarda, segundo a avaliação dele próprio, uma relação bastante estreita com a iniciativa que teve em sugerir a criação de uma Sociedade no Brasil, que congregasse os educadores matemáticos brasileiros. Na Entrevista, diz:

Quando eu cheguei no México, teve essa reunião. Mas, curiosamente, em 1982, teve a reunião da Sociedade Internacional de História da Ciência na Romênia. Lá também latino-americanos se encontrando: “Que absurdo, a gente vir se conhecer na Romênia!”. Daí veio a decisão de criar a ‘Sociedade Latino-Americana de História da Ciência’.

D: Lá na Romênia, vocês...

U: A idéia! Como aconteceu em Guadalajara; Guadalajara foi a idéia de...

D: ...de formar uma Sociedade

U: Não se criou coisa alguma! Mas se falou: “Chegando em casa, nós vamos nos encontrar e fundar uma Sociedade’. Isso aconteceu em Guadalajara, com relação ao Brasil; na Romênia, com relação à América Latina.

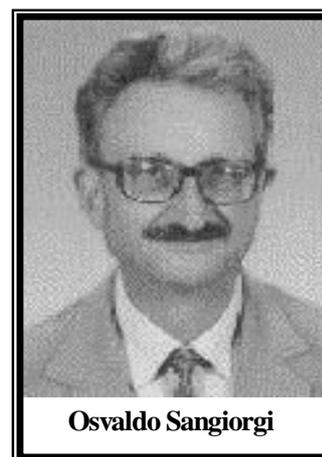
Em relação ao contexto mundial, a reunião da Romênia pode ser apontada como um marco histórico da SBEM, pelo que relatamos acima: a situação análoga, pesquisadores de uma mesma região ou país precisando viajar para fora de suas localidades para poder conhecer os trabalhos de seus pares, isso por falta de uma Sociedade que os

congregassem. Mas o marco fundamental permanece sendo Guadalajara, porque foi aí que a Educação Matemática brasileira se fez representar em forma de coletivos, que passamos agora a fundamentar sua importância histórica.

8. Coletivos: a SBEM surgindo pela base

8.1 O GEEM

O primeiro grupo de Educação Matemática, o GEEM, criado por professores de Matemática do Estado de São Paulo, surgiu em 1961 sob a liderança de Osvaldo Sangiorgi.⁵⁷ A professora Regina Pavanello, uma de nossas entrevistadas, cita alguns nomes importantes que atuaram no GEEM, da mesma forma: “*Eram o Castrucci, o Scipione, o Lira, o Farah, eram grandes nomes da Matemática que estavam preocupados com essa questão do ensino da Matemática*”.



Na época, a expressão hegemônica era “ensino”. Essa polêmica sobre a utilização dos termos persiste ainda hoje. A Educação Matemática como área, como campo científico, adquiriu força a partir do fortalecimento de grupos de atuação regional, de surgimento de pós-graduações em alguns pólos nacionais e o surgimento e solidificação da SBEM. A sigla GEEM significa Grupo de Estudos do Ensino da Matemática. Pavanello reforça isto em sua Entrevista:

⁵⁷ Foto: Disponível em: <<http://www.forst.tu-muenchen.de/EXT/AIS/isd/personoj/1690OP006.html>>. Acessado em 27/03/2005.

Eu fui da primeira Regional paulista da SBEM. A primeira vez que a gente se reuniu, eu participei das reuniões todas, a gente estava tentando formalizar, fazer um corpo da SBEM. É que no fundo a Comunidade era muito pequena, hoje ela cresceu, mas nós tínhamos poucas pessoas que trabalhavam com o que a gente chama hoje de Educação Matemática; que não era nem isso, era gente preocupada mesmo, sei lá se era ensino, qualquer coisa assim, mas a gente estava se reunindo para estudar juntos.

Desde o primeiro congresso liderado por Martha Dantas, as influências das mudanças ocorridas nos Estados Unidos e na Europa começaram a se fazer sentir no Brasil. Esse processo de mudanças com abrangência internacional ficou conhecido como Movimento de Matemática Moderna, cujo principal grupo responsável pela sua difusão no Brasil foi o GEEM, a partir de 1961. Zuin (2001, apud Búrigo, 1990) diz: “*Acontecem reuniões e cursos para os professores de matemática de modo a capacitá-los para a ‘matemática moderna’.* O GEEM foi o maior responsável pela difusão do MMM⁵⁸”.

Segundo Miorim (1998, p.113), Osvaldo Sangiorgi teve seu primeiro contato com o MMM durante um curso em Kansas nos Estados Unidos. Voltando ao Brasil, tomou a iniciativa de propor um curso de aperfeiçoamento para professores, a fim de introduzir o ensino de Matemática Moderna. O curso fora ministrado por professores da USP, PUC de São Paulo e Mackenzie, com participação do professor George Springer da Universidade de Kansas.

A professora Lourdes de La Rosa Onuchic estava nos Estados Unidos nessa época em que o GEEM surgiu. Embora sua formação fosse em Matemática, esteve envolvida com questões de ensino por lá, participando de cursos. Voltando ao Brasil, aproximou-se do GEEM. No VII EPEM, ocorrido na cidade de São Paulo, na Faculdade de Educação da USP, em junho de 2004, no Grupo de Discussão Temática sobre “*Histórias de professores de matemática: mudanças e permanência*”⁵⁹ apresentou o que segue:

⁵⁸ Movimento de Matemática Moderna.

⁵⁹ Disponível em: <http://www.sbempaulista.org.br/epem/anais/grupos_trabalho/gdt06.doc>. Acessado em 27/03/2005.

Nosso Grupo de Estudos de Rio Claro fez-se presente nos encontros do GEEM, a partir de 1963. Em agosto de 1965 foram realizadas 'Sessões de Estudo de Matemática Moderna', promovidas pelo GEEM, em convênio com a Secretaria de Educação de São Paulo. Participei do V Congresso Brasileiro do Ensino de Matemática, realizado no Centro Técnico da Aeronáutica, em São José dos Campos, sob a coordenação do GEEM, realizado de 10 a 15 de janeiro de 1966. Nos anos 1965 e 1966 desenvolvi um trabalho de orientação pedagógica, para professoras primárias, junto às Escolas Primárias da Cidade de Rio Claro, sobre Métodos Modernos do Ensino de Matemática. Nesses anos novos alunos da Graduação de nossa Faculdade foram se agregando ao nosso Grupo de Trabalho.

Miorim (ibid. p. 114) fala que o GEEM marcou presença apresentando trabalhos de destaque já no IV Congresso em Belém em 1962, responsabilizando-se pela sua quinta edição em São José dos Campos. Como já dissemos anteriormente, esse congresso contou pela primeira vez com uma forte representação estrangeira. O Brasil estava se inserindo aos poucos no cenário internacional.

Ruy Madsen Barbosa⁶⁰ reforça essa informação em texto proveniente do mesmo grupo de discussão temática que nos referimos logo acima: “*Em 1962, no IV Congresso Brasileiro de Ensino da Matemática, realizado em Belém, os primeiros resultados foram apresentados com sucesso*”.

O trabalho do GEEM não se restringiu a ministrar cursos. Vários livros foram produzidos pelo grupo, o que nos remete a acreditar que o Movimento tenha então se alastrado em massa. Madsen (ibid.) cita:

O GEEM publicou alguns livros para a formação atualizada do professor: Matemática Moderna para o Ensino Secundário, Um Programa Moderno de Matemática para o Ensino Secundário, Elementos da Teoria dos Conjuntos (B.Castrucci), Introdução da Matemática Moderna na Escola Primária (A.Franchi e M.P. Liberman), Iniciação às Estruturas Algébricas (J.Monteiro), Combinatória e Probabilidades (R. M. Barbosa).

⁶⁰ Disponível em: <http://www.sbempaulista.org.br/epem/anais/grupos_trabalho/gdt06-RuyMadsen.doc>. Acessado em 27/03/2005.

A professora Regina Pavanello era estudante na época. Trazemos para cá seu relato como forma de enriquecer essa história com o ponto de vista de alguém que não era uma liderança como as que anteriormente citamos:

Aqui, antes de ser PUC (a PUC só a encampou mais tarde), era Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Sedes Sapientiae, onde trabalhava muita gente que era da USP e que vinha para cá: o Aléssio de Caroli, tinha então um pessoal que era de lá e trabalhava... Então a gente tinha assim muito dessa ligação com a USP; apesar de estar em uma faculdade particular, mas tinha essa ligação toda. Nós fazíamos semana de Matemática, começamos a trazer aqui o pessoal da USP para participar, os nossos professores nos ajudavam... e foram eles que nos levaram para o GEEM, disseram que tinha isso, que era bom a gente ir, em uma das semanas de Matemática. O Sangiorgi veio aqui para fazer uma palestra, ele era autor de livro didático, o melhor didático antes da Matemática Moderna era considerado o livro do Sangiorgi, era adotado praticamente no Estado todo.

Não obtivemos nenhuma referência escrita sobre como o GEEM se extinguiu.

O GEEM surgiu para impulsionar o MMM, mas este refluíu por suas contradições internas, pois não conseguiu resolver as questões que se propôs sobre ensino. Miorim (1998, p.115) trata disso: “*Já no início do movimento, alguns professores, como Carlos B. Lyra e Omar Catunda, alertaram para os riscos de um enfoque centralizado apenas na linguagem. Apesar desses alertas iniciais, foi exatamente o caminho percorrido pela Matemática moderna em nossas escolas*”.

No entanto, um outro fato se soma às questões de ordem interna acima relatadas: a ditadura militar que acabara de ser implantada no Brasil. **Mais uma vez, a dicotomia democracia/período de exceção atravessa a história da Educação Matemática.** A professora Regina Pavanello explicitamente alude a extinção do GEEM à ditadura. Traz-nos ainda uma referência à ditadura na Argentina e um episódio pitoresco, que diríamos “cômico se não fosse trágico”:

Deniz: Quer dizer que o GEEM, com o fechamento, ele se extingue?

Regina Pavanello: Ele se extingue com essa conjuntura...

D: Porque era proibida a reunião.

RP: Era proibida a reunião.

D: Mesmo para discutir Matemática...

RP: Não importa.

D: Eles não tinham controle.

*RP: Bom, eu me lembro que nessa época (década de setenta mais ou menos) a gente nunca tinha certeza se havia alguém do DOPS fantasiado de aluno na sala de aula. Então se ficava mais restrito a falar alguma coisa. No Brasil nós não tivemos isso, mas na Argentina... não sei se você assistiu o filme do Costa Gravas, acho que o nome era Z e ele coloca na abertura, ele fala sobre o fechamento do regime na Argentina. Na lista das coisas proibidas estava a Matemática Moderna, porque falava de **conjunto** e não sei o que, e isso era visto como termo subversivo...*

D: Conjunto.

RP: Pelas ditaduras do Cone Sul, no Brasil nós não tivemos isso, não foi... nós não tivemos esse fechamento em torno de temas, textos, palavras, termos que não tinham nada com a política, porque era exclusivamente Matemática, não teve... sei lá, falar de conjunto, isso não era, isso não foi proibido, não era muito legal, então eles, lá é proibido, aqui ainda a gente, não foi proibido, mas a gente sabia que todo grupo que se reunia tinha assim, podia acontecer alguma coisa, quer dizer, a gente prosseguiu até quando foi possível.

A professora Manhúcia reforça esse ponto de vista:

Deniz: Pelo que a Pavanello me falou, o GEEM se extingue com a ditadura militar.

Manhúcia: Sim, com certeza!

A Educação Matemática brasileira construída pela base, por grupos autônomos, não se restringiu ao GEEM. No início da década de 70, surgiu o Grupo de Estudos sobre o Ensino de Matemática de Porto Alegre (GEEMPA); em 1976, o Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Matemática (GEPEM) no Rio de Janeiro. Miorim (ibid., p. 114) cita ainda outros grupos como o Núcleo de Estudo e Difusão do Ensino da Matemática (NEDEM) em Curitiba e o grupo coordenado por Omar Catunda na UFBA.

8.2. O GEEMPA

O GEEMPA foi criado em Porto Alegre em 10 de outubro de 1970 por um grupo de 50 professores. O objetivo explícito do grupo era a “melhoria do ensino de Matemática”, uma tendência que é presente ainda hoje, podendo ser hegemônica inclusive. Independentemente das polêmicas que são travadas nesse campo, há que se reconhecer a importância histórica deste grupo. O GEEMPA reivindica a tradição do GEEM, inclusive buscou sua



Esther Pillar Grossi

inserção em nível internacional, com contatos diretos com o grupo de Genebra de Jean Piaget e da Hungria de Zoltan Dienes, estabelecendo núcleos em diversos países.⁶¹

Em seu sítio eletrônico⁶², encontramos referência sobre sua primeira “morada”, já que funcionou em seus primórdios, em salas emprestadas na UFRGS e no Centro de Ensino de Ciências do Rio Grande do Sul (CECIRS), e sobre o trabalho efetivo do GEEMPA:

⁶¹ Foto: Disponível em: <<http://www.geempa.org.br/html/janela/janela.htm>>. Acessado em 28/03/2005

⁶² Disponível em: <<http://www.geempa.org.br/html/janela/janela.htm>>.

Construindo um campo de atuação aberto às novas idéias, o GEEMPA, em 1978, consolida-se, assim, como instituição ao adquirir sua primeira sede, localizada à rua Luiz Manoel, 230 apto. 8. No decorrer do tempo, a ampliação dos sócios, das atividades de pesquisa e de suas ações tornaria pequena a primeira morada do GEEMPA. Boletins informativos, encontros entre pesquisadores, publicações, jornadas de estudos, palestras, seminários e cursos de formação faziam da sede do GEEMPA um foco de irradiação de novas e criativas linhas de pesquisa e investigação sobre o processo de ensino-aprendizagem, nos moldes dos grandes centros de estudos internacionais.

O trabalho de expansão do GEEMPA prosseguiu por toda a década de 70, mudando de sede mais algumas vezes, a fim de comportar esta ampliação. Em 1983, em Assembléia Geral Extraordinária para mudanças estatutárias, mudou o nome, mantendo, porém, a sigla e os objetivos originais, mas levando em conta sua nova realidade de grupo de pesquisa e formulação de propostas concretas no campo educacional, em particular, o da Matemática. Começa uma nova fase então como “Grupo de Estudos sobre Educação, Metodologia de Pesquisa e Ação”:

No ano seguinte surge o primeiro Curso de Especialização sobre Alfabetização em Classes Populares, na cidade de Porto Alegre / RS e, em 1985, forma-se a primeira turma de professores alfabetizadores capacitados nos quadros de uma pedagogia geempiana..Nos anos subseqüentes, a experiência será repetida com sucesso, em Porto Alegre, sendo disseminada progressivamente para outras cidades do estado e do país, como Rio de Janeiro, Niterói, Passo Fundo, Recife, São Paulo, São José do Rio Preto entre outras cidades.⁶³

Um das pessoas destacadas na construção do GEEMPA foi Esther Pillar Grossi. Como já dissemos, Esther fazia parte do grupo de brasileiros e brasileiras que estiveram presentes na VI CIAEM em 1985 no México e que assinou a carta de compromisso de criação da SBEM.

⁶³ Disponível em: <<http://www.geempa.org.br/html/janela/janela.htm>>. Acessado em 3 de abril de 2005.

8.3 GEPEM e Projeto Fundação

O “Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Matemática” (GEPEM) foi criado como grupo autônomo em fevereiro de 1976 no Rio de Janeiro. Na época eram cerca de vinte professores de Matemática, um grupo pequeno se comparado aos mais de 300 sócios que já possuíam em 1999⁶⁴ não só no Rio de Janeiro bem como em outros estados brasileiros e inclusive no exterior. Falamos do momento presente para ressaltar que este grupo nascido na década de 70 é um dos que perdurou, está ativo e em processo de permanente crescimento.

O GEPEM possui uma estrutura formal com Estatuto, diretoria, sócios, mensalidade, e com regime presidencial com mandato de dois anos. A primeira Presidente do GEPEM foi a professora Maria Laura Mouzinho Leite Lopes, permanecendo no cargo até 1984, quando cedeu para Moema Sá de Carvalho, mas permaneceu na diretoria na Assessoria de Publicações e Secretaria Cultural até 1997.⁶⁵

A professora Maria Laura ingressou no curso de Matemática na então Universidade do Distrito Federal em 1939, quando a mesma foi



fechada e os alunos transferidos para a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), onde foi aluna de conhecido matemático Lélío Gama; formou-se em 1942, já assumindo a cadeira de Geometria na FNFfi. Com a vinda de matemáticos italianos e posteriormente do matemático português, Antonio Monteiro, a FNFfi se tornou o primeiro centro de pesquisas em Matemática do Rio de Janeiro. Antonio Monteiro orientou sua Livre-Docência. Em 1953

⁶⁴ Disponível em: <<http://home.ism.com.br/~mazoreis/Gepem.htm>>. Acessado em 3 de abril de 2005.

⁶⁵ Maria Laura Leite Lopes, em pé, no centro, durante o VII ENEM, Rio de Janeiro, 2001.

assumiu cadeira na FNFi como interina e depois foi efetiva na UFRJ até 1969, “aposentada” pelo AI-5⁶⁶. No exílio “Apresentou-se a oportunidade em Estrasburgo, França, de trabalhar no Institut de Recherches sur l'Enseignement des Mathématiques (IREM), o que lhe permitiu ter uma visão aprofundada dos problemas da Educação Matemática (E. M.) e desenvolver pesquisa.”⁶⁷ Voltando ao Brasil, pôde aproveitar a experiência que obteve na França para coordenar a equipe que fundou e construiu o GEPEM, o que viria a culminar com a Pós-Graduação em Educação Matemática na Universidade Santa Úrsula em 1980.

Em 1980, Maria Laura é anistiada, voltando às suas funções na UFRJ, e em 1983 compõe o Projeto FUNDÃO, que mais tarde viria a integrar o projeto da CAPES SPEC/PADCT nesta Universidade com o seguinte objetivo:

*(...) VALORIZAÇÃO DO PROFESSOR mediante a sua atualização no uso de metodologias inovadoras e seu aprofundamento em conhecimento matemático. Caracteriza a sua metodologia o trabalho em GRUPOS TEMÁTICOS compostos por professores do IM, professores da escola básica (professores multiplicadores PM) e licenciandos (estagiários). Nestes grupos são elaboradas, testadas, reformuladas, e divulgadas idéias e atividades inovadoras.*⁶⁸

Uma das professoras que compunha o Projeto FUNDÃO esteve presente no México, a professora Vânia Maria dos Santos-Wagner. Na Entrevista ela confirma essa presença:

O primeiro momento em que a gente pensou em fazer alguma coisa, que pensamos em alguma ‘Sociedade’, nas minhas recordações, foi em um Encontro que teve em novembro de 85 no México. Um Encontro, em que eu e outras professoras do Instituto de Matemática, do grupo do Projeto FUNDÃO da UFRJ, e de outras universidades, enviamos trabalhos sobre Educação Matemática para esse

⁶⁶ Ato Institucional nº 5 que marcou o recrudescimento da ditadura militar no Brasil.

⁶⁷ Academia Brasileira de Ciências. Disponível em: <http://www.abc.org.br/org/aca.asp?codigo=mlml#biog>>. Acessado em 04/04/2005.

⁶⁸ Projeto FUNDÃO. Disponível em: <<http://www.im.ufrj.br/projetos/profundao.php>>. Acessado em 04/04/2005.

Congresso que seria no México. Recebi recursos financeiros da CAPES que me possibilitaram ir apresentar o trabalho.

Outra liderança reconhecida do GEPEM foi a professora Estela Kaufman Faiguelernt que fez parte da primeira diretoria e se manteve até pelo menos à data de escrita do presente texto no GEPEM; foi Vice-Presidente por duas gestões a partir de 1988 e Presidente em 1992.

O GEPEM, ao longo dos anos, desenvolveu cursos, boletins periódicos, livros e seminários. Em 1986, ano que sucedeu a conferência de Guadalajara e antecedeu o I ENEM, o GEPEM organizou o *Seminário Interestadual de Educação Matemática, comemorativo da primeira década do GEPEM. Teve a participação de 220 professores de 13 estados da Federação*” (GEPEM, 1986, p.5), o que mostra o movimento em andamento que culminou com criação efetiva da SBEM.

Do sítio eletrônico do GEPEM, trazemos uma importante contribuição, posto que sintetiza o que aqui procuramos construir, o caráter democrático de base da SBEM e a urgência da Sociedade na década de 80:

Na década de 60 e 70, o número de pessoas interessadas começa a crescer e vários grupos são formados, GEPEM, GEEMPA, G-Rio, entre outros. Nesta ocasião, dado aos não tão avançados meios de comunicação, cada grupo ficava bastante restrito ao estado, e até mesmo à cidade na qual havia sido formado. A difusão do que cada grupo fazia era bastante precária. Mas já passávamos de ações isoladas para ações em pequenos grupos. No final da década de 80, mais uma vez, dado ao crescente aumento no número de interessados, passamos à criação da SBEM que agrega não somente os participantes de grupos mas todos aqueles que querem participar no panorama da Educação Matemática brasileira, além disto, a academia começa a olhar para Educação Matemática, criando cursos de Especialização, Mestrado e Doutorado em Educação Matemática.⁶⁹

⁶⁹ Disponível em: <<http://home.ism.com.br/~mazoreis/Gepem.htm>>. Acessado em 04/04/2005.

Ressaltamos do texto a alusão aos precários meios de comunicação em relação aos dias de hoje (sitio eletrônico, correio eletrônico, telefone celular). No capítulo seguinte, mostraremos a verdadeira odisséia percorrida pelos construtores e pelas construtoras da SBEM para se garantir que as cerca de 1200 pessoas que participaram do Movimento Pró-SBEM construíssem o Estatuto da Sociedade em um tempo que não havia Internet e que a Sociedade ainda engatinhava, não existia formalmente. Nesses tempos em que a burocracia, por força da manutenção do *status quo*, só atribui conteúdo àquilo que tem forma (exercício de vigilância para usar uma expressão de Foucault), a urgência de se criar uma Sociedade que reivindicasse verbas para alavancar a Educação Matemática se tornou contingente. Na Entrevista com Ubiratan, ele diz:

Ubiratan: Então, o papel da Tânia⁷⁰ foi extremamente importante. E foi difícil pra ela, foi difícil! Recurso, tudo isso era muito, muito difícil! Eu sei que ela fez lá a reunião...

Maria do Carmo Domite: Nós trabalhamos muito, viu Ubiratan? Nós trabalhamos muito! Foi muito difícil! Era uma coisa de 'cortar papel' e tal, mas era...

U: Muito difícil! A coisa foi feita assim na base de um esforço pessoal, mas ...

Deniz: A dificuldade vinha de quê? De uma falta de recursos ou de uma oposição política...

U: Uma coisa nova; uma coisa nova que não era vista com grande simpatia pelo pessoal que comandava as verbas...

D: E esse pessoal era ligado à SBM.

U: Mais ligado à SBM, claro!

D: As verbas do MEC.

MC: Sim.

U: Claro! ... que sempre via a participação, o aparecimento da SBEM, para falar de uma forma mais delicada, como a duplicação de finalidades e objetivos já desenvolvidos pela SBM. E até hoje há essa crítica. Quer dizer: "Por que ter a SBEM, se a SBM pode tomar conta disso?".

⁷⁰ Professora Tânia Mendonça Campos, uma das principais organizadoras do I ENEM.

8.4 Grupo de Estudos Momento e CEM

O Centro de Educação Matemática (CEM), tal qual o Projeto FUNDÃO, foi criado em 1983, não como projeto Institucional, mas um projeto autônomo como o GEPEM. Ao longo de sua trajetória, ocupou-se com assessoria a Secretarias de Educação, escolas, Delegacias de Ensino. Publicou alguns livros e manteve um boletim chamado “Cadernos do CEM”, com verbas do Subprograma de Educação para a Ciência (SPEC) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)⁷¹. O CEM, posteriormente, cumpriu importante papel na criação da SBEM: um de seus membros, o Bigode, foi um dos articuladores e organizador do I ENEM; três de seus membros estiveram em Guadalajara (Bigode, Lucília Bechara Sanchez e Ana Franchi); a totalidade do grupo participou da construção do Estatuto da SBEM; Lucília e Bigode foram da Secretaria Geral da SBEM-SP e de comissões editoriais e de avaliações de vários ENEMs, bem como Dione Luchesi de Carvalho e Regina Pavanello; e Manhúcia organizou um das revistas temáticas da SBEM, dentre outras tantas atividades ao longo dos anos.

O CEM teve sua origem no “Grupo de Estudos Momento”, formado por professores de Matemática do Estado de São Paulo, com alguns remanescentes do GEEM. O Momento se constituiu durante um curso de aperfeiçoamento para professores de Matemática promovido em intercâmbio com a Universidade de Laval do Canadá, sob a coordenação do professor Claude Gaulin, de 1983 a 1985. Seu primeiro nome foi Sociedade de Educação Matemática (SEM), mudado por proposta do Bigode, quando da realização do I ENEM, para não confundir com a Sociedade que viria a surgir neste Encontro. Isso mostra a disposição de algumas lideranças em de fato criar a SBEM logo no I ENEM.

Bigode, consultado por meio de correio eletrônico sobre o CEM, explicou:

⁷¹ BIGODE. Disponível em: <http://www.matematicahoje.com.br/telas/mat_cem.asp>. Acessado em 05/04/2005.

O grupo Momento se formou com as remanescentes da parte, digamos assim, mais construtivista dos pioneiros da Matemática Moderna que se reuniam em torno do GEEM no início dos anos 60; este sub-grupo formado pela Lucília Bechara, Anna Franchi, Manhúcia Liberman, Antonieta Moreira Leite, Cecília Doneaux, Elza Babá, etc, se consolidou num intercâmbio com Dienes agregando uma segunda geração com Dione Luchesi, Dulce Onaga, Anna Regina Lanner e cia. O Dienes era um grande catalisador de grupos em SP (o povo que virou Momento, depois SEM e depois CEM); RS, em torno do GEEMPA; RJ, com GPEM e talvez G-RIO, não sei ao certo se o Dienes trabalhou diretamente com o G-RIO⁷², mas sinto muitas influências nos trabalhos do José Guilherme e mesmo do Baldino; BA, o pessoal em torno do Omar Catunda, Martha Dantas e Arlete. Eu não peguei a fase “Dienes” e sim a continuação daquele trabalho através do Claude Gaulin.

A professora Regina Pavanello foi uma das participantes do Momento. Na Entrevista que nos concedeu, afirmou que o grupo brotou de dentro das universidades: vários grupos que se encontravam uma vez por mês em um sábado para trocas de experiências. Pavanello concorda com Bigode sobre a informação de que o Momento teria sido uma espécie de continuação do GEEM:

Havia grupos que estavam trabalhando em cima dessas idéias. Evidentemente que cada grupo, trabalhando em um determinado lugar, tomou as formas locais. Você sabe como é, cada um se molda dentro do grupo que participa. Aqui foi um movimento realmente, um movimento da universidade, dentro dos departamentos de Matemática. Eram os nossos professores que estavam lá nesse grupo e a gente ia, achava maravilhoso etc e tal. Nós entramos no Movimento da Matemática Moderna a partir disso aí... Porque para a gente era lindo aquilo que está se aprendendo dentro da universidade, ensinar para a criança. Depois você vai perceber que a coisa não funciona e a gente começou procurar pessoas. Mas aí ainda eram as mesmas, muitas das mesmas pessoas que estavam preocupadas com o rumo que estavam tomando; e a gente se juntou para estudar. O Momento era um dos grupos que tinha pessoas desde a época do GEEM, que estavam ali com gente mais nova, como o Bigode que ainda era bem mocinho...

⁷² Consultado por telefone, em 04/04/2005, Baldino explicou que o G-RIO não trabalhou com Dienes. José Guilherme, segundo ele, era um entusiasta de Dienes; embora José Guilherme tivesse participado de algumas reuniões no G-RIO, não era membro efetivo.

O fato de encontrarmos o grupo Momento como continuidade do GEEM e originado um grupo mais organizado e sistemático que existiu até 1997⁷³, o CEM, mostra para nós que de fato a ditadura interrompeu o fluxo principiado pelo GEEM. Não se pode alegar contra essas pessoas que não eram sinceras no que faziam, por isso o desaparecimento do grupo liderado por Sangiorgi. Do contrário, por que essas pessoas voltaram a se organizar como grupo, atuando no movimento de Educação Matemática até os dias de hoje? Mais uma vez a questão central de nossa Tese, a democracia, coloca-se em evidência como inerente a um movimento mais geral.

8.5 Outros e G-RIO

Os grupos anteriormente relatados foram os que perduraram como grupo. Vários outros trabalhos organizados de Educação Matemática ocorriam no país nessa mesma época, compondo um quadro de base que alcançava todas as regiões do Brasil. Estamos salientando os trabalhos grupais, no entanto temos de dizer que a Educação Matemática se desenvolvia através do exercício natural da profissão de professor de destacadas lideranças, o professor Eduardo Sebastiani era uma delas, inclusive um dos participantes da VI CIAEM em Guadalajara. Outro ponto de apoio da Educação Matemática como movimento pela base foram as pós-graduações existentes no Brasil, como o Mestrado da Universidade Estadual Paulista (UNESP) em Rio Claro no Estado de São Paulo, criado em 1984 e, posteriormente, o Mestrado da Universidade Santa Úrsula (USU) no Rio de Janeiro.

⁷³ Bigode explicou por meio de correio eletrônico que o CEM existiu na prática até 1997 com os projetos financiados pelo SPEC. As pessoas que o compuseram continuam todas ativas em algum setor que se faz Educação Matemática, universidades por exemplo, mas não prosseguiram o trabalho coletivo. O CEM existe como instituição formal com estrutura de ONG, manteve uma sede até 2005, suas atividades poderão ser retomadas em um ritmo próximo de sua dinâmica da época da fundação da SBEM tão logo um de seus membros possa assumir com exclusividade a função de coordenação.

Um grupo que compôs o movimento de criação da SBEM foi o de Recife. Em Pernambuco, o grupo de Teresinha Nunes⁷⁴ já fazia bastante sucesso, particularmente pela projeção obtida com a obra *“Na Vida Dez, na Escola Zero”* de sua autoria. No Estado do Pará, também havia professores organizados atuando com Educação Matemática. Da Entrevista com a professora Vânia, falando dos participantes da VI CIAEM, ela faz referência à existência de um “grupo”: “... conheci o professor Neivaldo, que era do grupo lá do Belém do Pará...”.

Dos grupos que não perduraram⁷⁵, destacamos o Grupo Pedagógico do Estado do Rio de Janeiro (G-RIO), fundado a partir de um projeto do Centro de Ciências da FAPERJ com o auxílio do PADCT e da CAPES. Consultada via correio eletrônico, a professora Tânia Cabral, uma das fundadoras do G-RIO, explicou que ele foi criado a partir de uma confluência de motivações: a existência do Projeto FUNDÃO, a participação que alguns de seus membros tiveram em um projeto coordenado pela professora Diva Noronha sobre formação de multiplicadores para intervir em escolas de ensino básico, as mudanças curriculares do IMUFRJ para a Licenciatura e Bacharelado, contato com professores da rede de ensino público e do ensino privado, a vontade de reunir pessoas que estivessem dispostas a levar para suas salas de aula a proposta da Assimilação Solidária.⁷⁶



⁷⁴ Na época conhecida como Terezinha Nunes Carraher.

⁷⁵ Salientamos que o fato de alguns grupos não terem continuado até os dias de hoje não significa de modo algum referência a possível insucesso. É compreensível que um grupo cumpra uma função localizada e que seus membros passem a incorporar novos projetos em outros momentos e situações.

⁷⁶ A Assimilação Solidária já vinha sendo implementada por professores e alunos da UFRJ, tendo à frente os professores Roberto Baldino e Charles Guimarães. Baldino havia voltado recentemente de seu pós-doutoramento na França, onde conheceu Louis Althusser e trouxe alguns de seus livros. Um grupo de graduandos da Matemática e de pós-graduandos da Engenharia vinha se reunindo para debater sobre sistemas de alicciamento no processo de promoção escolar. Baldino propôs ao grupo ler e debater sobre a obra *“Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado”* de Althusser. Das idéias advindas desse debate, Baldino

Duas lideranças advindas desse grupo assumiram papel fundamental no processo de criação efetiva da SBEM, em especial na sistematização das propostas de composição do Estatuto da Sociedade, como veremos no próximo capítulo: os professores Roberto Ribeiro Baldino e Ledo Vaccaro Machado.

Em 1987, durante o I ENEM em São Paulo, uma Comissão com 22 nomes foi criada com a tarefa de produzir os estatutos da Sociedade em formação. Baldino foi escolhido o Secretário do movimento Pró-SBEM que ali nascia. Dirigiu o debate com eficácia, garantindo a democracia interna do movimento. Foram cerca de 50 reuniões nacionais e regionais em todo o território nacional, envolvendo em torno de 1200 pessoas. A Secretaria do movimento fez funcionar uma organização de “Correspondentes Regionais” que fizeram circular as decisões da base para o movimento nacional e vice-versa⁷⁷. Para as novas gerações que tiveram contato com essa Tese, ressaltamos que nessa época os micro-computadores recém tinham chegado ao Brasil, várias cartas de professores de Matemática endereçadas às primeiras diretorias da SBEM eram “manuscritas”.

A importância que atribuímos ao G-RIO no processo de construção da SBEM se refere à experiência que vinham desenvolvendo sobre trabalho participativo e práticas grupais, promovidos pela proposta didático-pedagógica da Assimilação Solidária, cujo valor alternativo à competência por conteúdos adquiridos, no processo de promoção escolar, é o **trabalho produtivo** (MARX, 2002). Identificamos, portanto, que os fatos que a nós se mostraram, quais sejam, do visível engajamento da Regional Rio de Janeiro no movimento Pró-SBEM e a participação marcante do G-RIO nessa Regional, advêm dessa concepção. Na Entrevista com Ledo Vaccaro, ele ressalta esse fundamento:



formulou a proposta chamada Assimilação Solidária em 1983 para uma turma de Cálculo I do Curso de Farmácia da UFRJ, adotada por outras pessoas do grupo em escolas de ensino básico também.

⁷⁷ Ver Capítulo 2.

E eu fazia parte de um grupo no Rio de Janeiro que se caracterizava pelo trabalho – enfático –, era o grupo chamado G-RIO. No Estatuto do G-RIO havia uma cláusula que dizia que se o trabalho parasse, o grupo se desmontava, se extinguiu. O G-RIO não podia existir de forma aparente. Éramos obrigados a manter um curso e, se esse curso deixasse de existir por três semestres seguidos, o Estatuto detonava a Sociedade. O G-RIO era extremamente ligado à questão do trabalho.

A Assimilação Solidária⁷⁸ foi criada por Baldino em 1983 para o Curso de Cálculo I e II em turmas de Farmácia da UFRJ e encampada posteriormente pelo G-RIO. A Assimilação Solidária se define como intervenção no ensino tradicional vigente. Por vias **democráticas**, os alunos são convidados a fazer a experiência através de debates em assembléias e posterior decisão através de voto. A aplicação da proposta se dá preferencialmente através de dinâmicas de grupos, com o fundamento de que a fala do aluno é condição necessária no processo de ensino-aprendizagem. A estrutura da proposta procura, dessa forma, garantir a socialização da palavra através da socialização das dúvidas e certezas dos alunos.

Em conclusão, dizemos que foi esse o contexto que identificamos como sendo gerador de condições favoráveis à criação da Sociedade Brasileira de Educação Matemática. Alertamos, no entanto, que não estiveram “lá” como elementos que foram acumulados, resultando na Sociedade. Só agora, como *efeito retroativo* (ZIZEK, 1992, pp. 99-125) é que tais elementos podem ser considerados como geradores, não em uma suposta essência de “geração”. Eles adquirem significado como efeito de *retroação*: é a SBEM que os explica. Reforçamos nosso ponto de vista com parte da Dedicatória de Roberto da Matta na obra “*Relativizando – uma introdução à Antropologia Social*” (1997, p.5): “*Para os meus alunos, que me fizeram professor*”. Ou seja, não foram pessoas que criaram a SBEM autonomamente, mas a SBEM, enquanto o nome de um processo, que as tornou construtoras.

⁷⁸ Conheci a Assimilação Solidária em 1988 através de Baldino e Tânia Cabral em Rio Claro, SP. Logo no ano seguinte, 1989, adotei a AS como proposta fundamental de minha prática docente até os dias de hoje (ago/2005).

9. De Guadalajara ao ENEM

O compromisso explicitamente assumido em Guadalajara no México em forma de uma Carta apenas inaugurou um processo que viria a ter contornos surpreendentes, culminando com a criação da SBEM, construída a fundação democraticamente por mais de mil pessoas durante os anos de 86 e principalmente 87.

O nome que aparece na história (registros escritos e orais) como sendo o articulador do I ENEM, que marcou o primeiro grande salto qualitativo nesse processo, é o de Antonio José Lopes, o Bigode. Este fato, mais uma vez, para nós, marca a tendência democrática e militante desse movimento. Várias interpretações, e possivelmente todas legítimas, podem ser feitas. Mas um fato é incontestável: foi absolutamente inusitada essa passagem da história, pois se estava a criar uma Sociedade científica, cujo coordenador do movimento era um aluno de graduação em Matemática da Universidade de São Paulo, fato esse que, inclusive, teria sido objeto de especulações e divergências no interior do movimento, conforme relataremos mais adiante.

Bigode fala de duas pessoas que foram as responsáveis pela efetividade do acontecimento, o I ENEM: ele próprio e a professora Tânia Campos. Pela condição acadêmica de Bigode, o nome de Tânia Campos ficou em destaque, pois foi a PUC de São Paulo quem promoveu o evento, através de sua representante, a professora Tânia. Na entrevista que Martha Dantas concedeu à revista da SBEM⁷⁹ ela fala disto: “A PUC-SP, por meio da Faculdade de Ciências Matemáticas e Físicas, sediou o ‘I Encontro Nacional de Educação Matemática’ (...), e Tânia Maria Mendonça Campos coordenou. (In DYNNIKOV, 2002, p. 10). No entanto a própria professora Tânia Campos reconhece o papel dirigente de Bigode. Na Entrevista a nós concedida, diz:

⁷⁹ Educação Matemática em Revista.

Deniz: Certo. Eu fiz entrevista com o Bigode...

Tânia Campos: Sim.

D: E o Bigode colocou duas pessoas em destaque em termos da realização do I ENEM: ele e você.

TCampos: É verdade, o Bigode foi realmente a grande alma do I ENEM. Eu, institucionalmente; e ele, que conhecia as pessoas e quem estava militando naquele momento na Educação Matemática. Fizemos com grandes dificuldades. Nós trouxemos aqui para a PUC de São Paulo um anfiteatro cheio e as pessoas nos hotéis e nós não tínhamos um tostão para pagar ninguém, porque o dinheiro dos ministérios não havia chegado até aquele momento.

D: Foi nesse anfiteatro⁸⁰.

TCampos: Foi nesse anfiteatro.

D: O Bigode coloca na entrevista dele que até então os seus contatos, em termos de Comunidade, eram mais ligados à Matemática.

TCampos: Ah, eu não conhecia nada do grupo da Educação Matemática, na realidade eu fui introduzida na Educação Matemática através desse grupo, foi a partir dessa reunião que eu conheci esse grupo, percebi a potencialidade deles e apostei todas as fichas na credibilidade e nas boas intenções, competência, compromisso, seriedade que aquele grupo tinha para que tal missão pudesse ser realizada.

Podemos imaginar o impacto da decisão do jantar de Guadalajara. Bigode fala na Entrevista que o começo da conversa apontava em outra direção. As pessoas ali presentes estavam animadas em ver tantos trabalhos ocorrendo em várias partes do país e o que pensavam era mais em voltar e fazer um evento onde pudessem mostrar isso aos demais, impulsionar um movimento de Educação Matemática; não se cogitava em se fazer uma Sociedade. Mas ele já acumulava divergências com a SBM desde 1977, conforme aqui já relatado, o episódio com a SBPC. Quanto ao Ubiratan, ele já havia passado a experiência da Romênia em 1982. O fato é que Bigode afirma que ele e Ubiratan tinham isso na cabeça e não tem certeza de quem partiu a proposta, mas ela de fato houve e as pessoas ali presentes concordaram e se comprometeram. O professor Ubiratan foi entrevistado

⁸⁰ Encontrávamo-nos no anfiteatro da PUC de São Paulo.

posteriormente e teve acesso à Entrevista de Bigode, conforme metodologia adotada: não fez nenhuma consideração em contrário. Tomamos esse silêncio como significativo.

Uma vez que a Carta foi escrita e assinada passaram à fase seguinte que foi a de distribuição de tarefas. Bigode fala de um certo impasse durante a reunião de Guadalajara. Estava entre pessoas com projeção nacional e internacional, pesquisadores, alguns doutores e pós-doutores e ele era um graduando que “caiu de pára-quadras”, segundo ele. Relata que passaram a investigar interessados em coordenar o evento em questão a ser realizado no retorno ao Brasil, mas que não houve voluntários. Bigode então se dispôs, foi voluntário, mas isso teria gerado uma certa atmosfera de desconfiança, por ser ainda um “mocinho”, como se referiu Regina Pavanello a ele, e pela sua condição de carreira acadêmica:

Bigode: Ali naquele jantar, eu acho que fui uma das pessoas... ou fui eu ou foi o Ubiratan, que disse: “Não basta a gente fazer uma apresentação lá no Brasil, a gente devia aproveitar isso e organizar um movimento de fundação de uma Sociedade brasileira de Educação Matemática!”.

Deniz: Mas o que seria essa apresentação?

B: O tema do jantar inicial foi: as pessoas, lá no Brasil, precisam saber o que nós fizemos aqui!

D: Foi uma espécie de relatório.

B: Ou um evento

D: Um evento ...

B: Um evento em que estas pessoas que estavam no México seriam apresentadas às pessoas que estavam no Brasil! E no meio do jantar é que isso migrou para: “Vamos mais longe, vamos organizar um evento mais massivo, vamos fazer desse evento uma Sociedade brasileira de Educação Matemática!”. Então é isso que estou tentando lhe dizer: quem tinha isso daí já pensado de algum modo era eu e o Ubiratan; eu, por causa desses conflitos que tinha com a SBM desde 77, e o Ubiratan pelas razões dele. O que eu quero dizer é que as outras pessoas, não é que fossem contrárias, mas isso não estava na pauta delas; estavam ocupadas com outras coisas, e eram pessoas um bocado importantes... mas não estava na ordem....

D: Vocês não foram para o jantar, pensando em propor isso.

B: Não, não, não! Fomos lá para: “Olha, os brasileiros, a maior delegação brasileira!”... para nos encontrarmos e nos conhecermos. A maior parte da delegação brasileira não se conhecia. Eu participava do mesmo grupo que Anna Franchi e ela conhecia a Esther Pillar Grossi por causa da época da Matemática Moderna, mas a maior parte das pessoas se conheceu ali. Então, dali saiu a proposta de se organizar um evento no Brasil que, inicialmente, não tinha a perspectiva de ser um evento massivo, de organizar uma Sociedade. Isso não estava na cabeça da maior parte das pessoas, estava na minha cabeça e na do Ubiratan. Mas e aí: ‘Quem organiza?’. E ficou aquele negócio: “Mas quem organiza?”. E aí ficou aquele negócio de joga-pra-lá-joga-pra-cá. E eu era o quê? Eu era um reles, um professor de uma escola com trezentos alunos; eu era um “Zé Mane” que foi a essa Conferência por ter escrito umas ‘notas de aulas’ refletidas para o Ubiratan, e ele me devolveu essas notas de aulas com o comentário de que eram muito importantes; o Ubiratan me estimulou, mas eu não era nada na Comunidade acadêmica, um professor que não estava nem formado, não tinha posto na faculdade; eu era o único cara que não estava na Universidade, não era docente, aparentemente, um franco-atirador!

D: Você era um graduando.

B: Eu era um graduando, um professor de quinta à oitava série, que por acaso caiu lá, por estímulo do Ubiratan! E quando eu cheguei, acabei sendo um dos painelistas; foi em 85. Fui no lugar do Dante, que não foi. Em outras palavras, a minha carreira na Educação Matemática, comecei no topo! Foi uma coisa muito ‘louca’, meio inacreditável; virei-me bem, usei meu “portunhol”, montei um grupo, depois eu fui professor convidado em 87 na Universidade Nacional Autônoma do México por causa daquela participação. Mas eu não era nada, não tinha nenhum suporte atrás! E naquela história de quem organiza, eu sei que cada um ficou empurrando um para o lado do outro e... eu acho que só com muita tequila teria falado aquilo! A maior parte das pessoas que estava ligada ao mundo acadêmico, achava que toda aquela discussão ali era meio um jogo político, e ninguém queria dar o braço-a-torcer. Sabe, que nem “jogo de xadrez”, tomando cuidado? Sabe, que nem o primeiro tempo de Brasil e Inglaterra? Então eu disse: “Ninguém organiza?! Eu organizo!”. Ingenuidade! Eu era um ingênuo, não tinha o menor cacife, mas ninguém desautorizou! Aí entra um dado que não é em Off, mas é muito interessante: a maior parte das pessoas que não me conhecia, pois eu não fazia parte da história, achavam que eu estava lá como “laranja”, fazendo “o jogo” de alguém. Esse que é o lance interessante da história. Mas ninguém me desautorizou, porque ninguém queria organizar. Então ninguém falou: “Quem é você moleque?”. Então ficou estabelecido que eu iria organizar, mas...

D: Isso foi lá no jantar.

B: Sim, no jantar.

Aí as pessoas foram dormir e pensando: ‘Isso está esquisito, quem é esse cara, que cacife ele tem, qual é a dele?!’. As pessoas achando ou que eu fazia o jogo do Ubiratan, ou da Esther, ou da Terezinha.

D: Então existiam interesses distintos.

B: Eu imagino que sim!

Mas as pessoas realmente achavam que eu estava fazendo o jogo de alguém, que eu estava lá como laranja: “Como é que um cara desses sai do nada, vai para um Congresso, era um painalista?!”. Então eu senti que a visão ali na hora era que eu fazia o jogo do Ubiratan, que eu era o ‘laranja’ do Ubiratan! Por quê? Porque eu era painalista; eu era um pé-rapado, mas que teve verba para ir....

Com o retorno ao Brasil, o compromisso haveria de ser efetivado, por suposto, e este estava sob a responsabilidade do Bigode. A primeira tentativa de comprometer uma instituição em assumir o evento que haviam programado foi o Instituto de Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo (IME-USP), segundo Bigode. Na época ele era estudante de graduação no IME e tinha como referência o saudoso professor Seiji Hariki, a quem atribui influência para ir participar da CIAEM no México. Fez seu primeiro contato, então, com Seiji, a fim de realizar o evento em questão. Seiji, porém, não conseguiu apoio político e desistiram. Bigode, na Entrevista, sobre esta questão, fez uma comparação um tanto quanto sarcástica: “...o IME era assim a versão paulista do IMPA”.

A memória histórica vale mais pelas imagens que constrói do que pela precisão factual, daí a importância de se cotejar a memória com as fontes documentais; separadamente, corre-se o risco de se desvirtuar para o subjetivismo idealista, contrário à nossa posição materialista histórico dialética, ou então pender para um formalismo documentalista, materialismo vulgar em certas condições.

Esse tópico sobre o período de preparação do ENEM nos rendeu boas horas de estudo minucioso sobre os documentos e as Entrevistas, complementados por informações adicionais por vias cibernéticas ou telefônicas com Bigode, a fim de compormos um quadro factual compatível e coerente.

Da memória de Ubiratan, contida na Entrevista, trazemos o seguinte fragmento acerca da primeira reunião realizada para se encaminhar a proposição de um evento que contemplasse as propostas de socialização da produção de Educação

Matemática brasileira e o lançamento das bases da construção de uma Sociedade. Ubiratan lembra que:

(...) quando nós chegamos aqui de volta, depois dessa reunião em Guadalajara, eu estava dando aula (isso eu acho que foi 86, 85, por aí), em Rio Claro, na Pós-Graduação que estava começando lá. E nessa primeira turma tinha gente como a Regina Buriasco⁸¹, muitos outros, não vou conseguir lembrar de todos. Então falei: “Vamos levar adiante essa idéia de fazer essa Sociedade de Educação Matemática brasileira!”. Não tinha nome ainda: “Bom, precisamos trabalhar para isso!”. Aí eu falei: “Vamos fazer uma primeira reunião para definir uma comissão”. “Aonde vamos fazer a reunião?” – supõe alguém indagando. Falei: “Vamos fazer no meu apartamento”. E essa reunião aconteceu lá no meu apartamento em Campinas. Eu ainda era professor da UNICAMP, estava lá em Rio Claro... Você conheceu o apartamento? – dirigindo-se à professora Maria do Carmo.

Bigode, consultando a memória e documentos de seu arquivo pessoal, repassou-nos algumas informações que não se encaixam perfeitamente, por isso tratamos de contemplar as duas fontes. Ele fala de um curso para professores de Matemática realizado mais ou menos no início do ano de 1986 sob a coordenação da Prefeitura de Campinas e que, por isto, aproveitaram para fazer a reunião no apartamento de Ubiratan. Foi a primeira reunião. Mas não entram em detalhes sobre os participantes, nem sobre as decisões tomadas.

Bigode, que assumira a direção deste processo acima descrito, em companhia de Rômulo Campos Lins, aproveitou o “I Encontro Interestadual de Educação Matemática”⁸² e foi ao Rio de Janeiro com o intuito de encontrar pessoas importantes da Educação Matemática brasileira, pensando em acumular apoio. Bigode diz na Entrevista: “Fizemos uma reunião lá: eu, o Rômulo, Maria Laura, Dante e um cara de Minas, o Reginaldo Naves de Lima⁸³”. A situação, temos de convir, era um tanto inusitada: dois jovens graduandos liderando a criação de uma Sociedade científica neste momento. Da memória de Bigode, materializada na Entrevista, chama-nos a atenção o fato de ter sido

⁸¹ Regina Buriasco, professora da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

⁸² Encontro promovido pelo GEPEM, em abril de 1986, como comemoração de uma década de existência.

⁸³ Professor Reginaldo Naves de Lima, então professor da Escola de Aplicação da UFMG.

enfático em destacar uma suposta rejeição. Era pública a estreita ligação do professor Dante com a SBM e muitos apontam uma certa oposição desta Sociedade à criação da SBEM:

A Maria Laura e o Dante disseram: “Que bobagem! Pra quê?”. (...) Nessa reunião, que tem poucas testemunhas (eu, Maria Laura, Rômulo), Reginaldo Naves de Lima foi o único cara que era uma personalidade, fez aquele mestrado lá na UNICAMP⁸⁴ com o Ubiratan, ele era uma personalidade, um cara importante mesmo, foi o único cara que falou: “Vamos mandar brasa, vai, é isso aí, e etc. e tal”.

Rômulo, na Entrevista, divergiu dessa posição de que teria havido um boicote. Aludiu a um mito essa história de oposição à criação da SBEM:

Deniz: Na fala do Baldino, da Tânia e do Bigode, na fala do Ubiratan ainda tenho que verificar, isso fica claro. Pelo que tenho acompanhado como pesquisador, acredito que eles convergem na visão de que se não fizessem em Maringá, talvez não fosse fundada a SBEM, pois existiam forças contrárias, as quais sabe-se bem quem são: da SBM. Inclusive, você viu a entrevista com o Bigode, em que ele deixa bem claro que havia pessoas da área...

Rômulo: O Dante!

D: Sim, ele cita o Dante. O Bigode fala que existia um movimento contrário, por isso corria-se o risco de não sair a SBEM, e se esta não saísse naquele momento, talvez não saísse mais, pois fortaleceria...

R: Isso foi uma das coisas que eu notei, essa é uma avaliação romântica, pelo seguinte: cada uma dessas falas quer fazer parecer que foi um ato heróico a criação da SBEM, um ato de romper grilhões: “Aqui fica criado!”, “Aqui está a nossa liberdade!”. Isso é falso! Se fizessemos uma mesa-redonda, poderia até discutir com eles. A prova disso é que a SBM, logo em seguida, mandou a Alciléia, não me lembro se alguém comentou isso. Voltando um pouco, houve uma reunião, se não me engano em Janeiro de 87, na PUC, onde um número expressivo de pessoas estava lá para discutir como seria encaminhado o processo de elaboração dos estatutos, pois já estava claro que este não seria feito por “canetada”. Lembro-me bem do Imenes presente, pois houve uma fala dele, logo depois de uma fala minha, que foi logo depois de uma fala da Alciléia. A Alciléia se levantou e

⁸⁴ Programa de Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática, com apoio da OEA, de 1975 a 1980.

disse alguma coisa no seguinte sentido, de que nós não precisávamos sair da SBM, nós podíamos reforçar a seção de ensino da SBM.

D: Como um departamento.

R: Isso. Por coincidência, o primeiro inscrito depois dela era eu. Eu disse que não tinha intenção de ficar dentro de uma instituição que sistematicamente havia desrespeitado o trabalho profissional. Não estou falando em impedimento, digo “boicotava” no sentido de desrespeitar, de desvalorizar. Por que tenho que trabalhar com gente que desrespeita o que eu faço? Disse também, que não tinha interesse em romper com nada, só queria ter o meu próprio espaço. O Imenes que, por coincidência, era o próximo, fez uma fala, que não pude responder, pois havia a ordem da inscrição, sobre aquele não ser o momento de brigarmos com os matemáticos. Foi uma fala muito conciliadora. Fiquei indignado, pois eu não estava falando isso. Lá no IME, quando estudava na USP, eu e o Bigode procurávamos os matemáticos para conversar, pois éramos próximos de vários deles. Nós falávamos para os matemáticos: “Isso que vocês fazem, de dar formação matemática de segunda para os licenciandos, está errado. Um licenciando, no caso um educador matemático, tem que saber mais de Matemática do que o matemático, pois ele não tem que saber só fazer tem que saber explicar”. A Alciléia conhecia essa história, então aquela frase do Imenes me pegou, como se estivesse falando: “Não quero saber”.

A história é bastante polêmica neste aspecto. No *folder* do I ENEM, podemos ver listada, dentre outros, a SBM compondo os apoiadores. No entanto, essa posição de que não teria havido oposição encontra argumentos frontalmente contrários em outras falas de alguns entrevistados. Baldino, por exemplo, lembra de posições defendidas como “... *de que era prematura a fundação da SBEM, de que deveria se procurar fortalecer a SBM, fortalecer outras entidades, mas não tentar fundar a SBEM, porque isso iria diluir, iria ser uma coisa sem nível, iria dar articulação, dar voz a pessoas que não tinham qualificação, coisas assim: um pensamento elitista*”.

Ledo Vaccaro lembra de uma carta em que Dante enviou através de outra pessoa para a Regional de São Paulo, já no período de construção dos estatutos, pedindo demissão do cargo de Secretário-Geral da Regional:

Ledo: Ocorreu um incidente: existiu uma carta, você deve saber sobre ela, do Dante...

Deniz: Do Dante.

L: ... essa carta não deve existir mais; ela deve ter sido rasgada. Esta carta apresentava posições bastante contrárias à formação da SBEM da forma como vinha sendo encaminhada e ...

D: Que a Ema⁸⁵ trouxe para a reunião da Regional São Paulo.

L: É. E teve também uma declaração de Maria Laura Leite Lopes que dizia que talvez não fosse o momento para a formação da Sociedade. Constitui-se um grupo de trabalho, para a formação da SBEM, que acabou se dividindo: uma parte defendia tenazmente a presença de professores de primeiro e segundo graus na formação da Sociedade Brasileira de Educação Matemática, sendo o Baldino um dos “cabeças” deste grupo, com a nossa participação; e uma outra parte que tentava formar uma Sociedade elitista, tentava formar um grupo de doutores que decidisse como as coisas iriam funcionar. Mas, se existisse um só grupo, o processo democrático não teria se desenrolado. Nem todos os que defendiam uma Sociedade elitista, expunham isso declaradamente, como o fez Dante.

D: O Dante declarou isso?

*L: Declarou através da carta. Ele chamou as pessoas que estavam organizando a Sociedade de **novatos aventureiros**. Inclusive essa expressão ficou bem marcada por ser ofensiva. Depois aqueles que defendiam uma Sociedade elitista acabaram encampando a Sociedade. O próprio Dante foi homenageado na Plenária de formação da SBEM!*

D: Ele foi o primeiro Secretário Geral na verdade, porque a Nilza Bertoni era Gestão Provisória.

L: Na verdade a Sociedade acabou saindo a meio-termo entre um ponto e outro, entendeu?

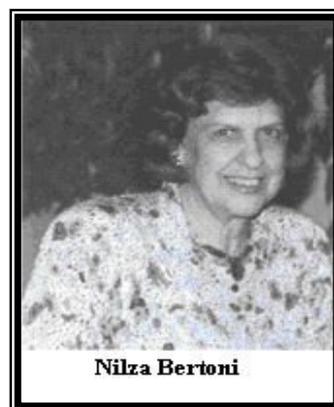
D: Sim.

Ainda que essa polêmica esteja viva ainda hoje, no entanto, desde o princípio, ela tem sido objeto de posicionamentos marcados. Nos Anais (1988) do IENEM, Ubiratan relata que:

⁸⁵ Professora Ema Luiza Beraldo Prado, Rio Claro, SP.

Em várias reuniões o grupo dos 11 signatários, modificado pela deserção de alguns e pela adesão de outros, verificou que a tarefa não seria fácil. Pressões diretas e indiretas questionavam a criação da nova sociedade (“Por que mais uma?”) e mesmo desacreditavam que a idéia de um congresso nacional era factível (“Ainda não há massa crítica de pesquisa que possa alimentar um congresso do gênero”; “Não há capacidade organizacional”).

O movimento pela criação da SBEM foi marcado em sua trajetória histórica por disputas em relação aos rumos a serem tomados. A fragilidade resultante dessa mesma trajetória, no entanto, era suplantada pela correta orientação democrática que vimos ressaltando e haveremos de fundamentá-la ao longo do texto. Na Entrevista com Ubiratan, auxiliado pela professora Maria do Carmo Domite, lembramos de uma divergência que ocorreu durante o II ENEM em Maringá acerca da possibilidade de escolha da professora Maria Aparecida Viggiani Bicudo para a Secretaria-Geral da SBEM na primeira gestão. Maria não era um nome de consenso, tal qual foi o da professora Nilza Berton. Como se não bastasse um graduando ter coordenado o I ENEM, o Bigode, em que pese à época ser um membro ativo do CEM, portanto engajado em uma Comunidade em formação, agora queriam ceder a Secretaria-Geral a uma filósofa da Educação Matemática?! Maria Bicudo, à época já vinha trabalhando em Educação Matemática, construindo, em conjunto com outros matemáticos e educadores, a área de Pesquisa em Educação Matemática. Já havia tido presença importante na elaboração do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática que se concretizou em no *Campus* da UNESP de Rio Claro, SP. Neste Programa, orientou as primeiras dissertações de Mestrado, dentre elas, de Marcelo de Carvalho Borba e José Acioli (em co-orientação com Eduardo Sebastiani), de Luiz Márcio Imenes e Ocsana Danyluck. Em 1987, em co-autoria com Ubiratan D’Ambrósio, Cleyde Medeiros, Cecília Micotti e Marilyn Franklin, publicou um livro de Educação Matemática.



Segundo a professora Maria Bicudo⁸⁶, outro nome aventado foi o do professor Luiz Roberto Dante, mas ambos não representavam consenso: a primeira por não ser da área de Matemática ; o segundo, por encontrar resistências por parte de importantes impulsionadores do movimento de criação da SBEM. Diz Maria: “*O nome que conseguiu apaziguar esses embates foi o de Nilza Bertoni*”.

Tais aspectos dividiam o movimento! Alguns temiam que a Sociedade nascesse enfraquecida, uma votação rachada seria “matá-la no ninho”. Não com essas palavras, foi o que afirmou Ubiratan sobre um possível “racha” na votação. Daí surgiu Nilza Bertoni, educadora matemática respeitada na Comunidade, inclusive dos matemáticos, que fora escolhida a primeira Secretária-Geral da diretoria provisória que ali nascia. Maria do Carmo Domite, na Entrevista conjunta com Ubiratan, refere-se a essa diretoria:

Maria do Carmo Domite: Aí montaram uma diretoria “neutra”

Ubiratan: E aí a idéia para evitar essa coisa, que seria muito desagradável. Não esqueça que era uma Sociedade que estava nascendo enfraquecida pela oposição.

MC: Da SBM.

U: ... da SBM, oposição da SBM, e por aqueles educadores matemáticos que tinham medo de contrariar a SBM.

MC: É.

U: Quer dizer, uma coisa muito importante, nesse negócio todo, é um processo de...

Deniz: Isso é importante!

U: Você não senta à mesa dos “comensais” (e isso é geral não é só nesse episódio). É servido o “banquete”, você não está sentado à mesa do banquete, mas você fica em uma mesinha ao lado e come a “sobra”, você recebe a “migalha”. E tem muita gente que.....

D: Era assim que se sentia a Comunidade de Educação Matemática à época?

U: ... muita gente que luta por essas “migalhas”, ainda hoje!

⁸⁶ Explicação concedida já na fase de revisão entre a Defesa e a finalização da Tese.

MC: Hum-hum – assentindo com um movimento positivo com a cabeça.

U: Muita gente que luta por essas migalhas! E esse pessoal que lutava por essas migalhas, não tinha coragem de assumir fortemente a criação da SBEM. E, com isso, a SBEM estava, de algum modo, antes mesmo de nascer...

D: E esse pessoal era a oposição da SBM ou era...

U: Não, não, era gente que tinha medo de contrariar: “Puxa vida, o que o pessoal da SBM vai pensar? Da próxima vez que eu for pedir uma bolsa, não vou conseguir; próxima vez que eu pedir uma viagem, não vou conseguir...”

MC: Hum-hum. Ou então, Ubiratan: “Eu não estou fazendo Matemática! Eu não estou fazendo coisas que os matemáticos fazem!”.

U: É!: “Eu quero o respeito dos matemáticos!” – supõe a fala de alguém com as características logo acima descritas. Mas o respeito dos matemáticos não vem; é a migalha que joga!

MC: É!

U: É uma gente que nunca tem nenhum destaque na Comunidade matemática; não é nem reconhecida! Mas tem a ilusão de que a Comunidade matemática olha bem para eles

Ubiratan e Maria do Carmo, ao contrário de Baldino, Bigode e Ledo, preferem falar dos fatos sem entrar nos detalhes dos nomes. Portanto, o que está anteriormente citado, não se refere necessariamente a quem quer que seja em especial. Não se refere certamente ao Dante, pois, em outra passagem, Ubiratan se posiciona dizendo que o Dante foi e tem sido importante para a Educação Matemática brasileira e que não tem recebido o devido reconhecimento. Para nós, o que interessa é apresentar o quadro vigente à época acerca de profundas divergências que houve com a elitista SBM e também com posições no interior do Movimento Pró-SBEM.

Retomando a trajetória de construção do I ENEM, Bigode e Rômulo voltaram do Rio de Janeiro para São Paulo “*sem nada*”, como disse Bigode; este último, com a responsabilidade de ser o representante do movimento que ora dava seus primeiros passos; para sermos precisos na metáfora, “engatinhando” seria uma expressão mais adequada.

Bigode então fez uma nova tentativa e chamou uma reunião em São Paulo na Escola Novo Horizonte, onde ele lecionava. Essa reunião foi bastante significativa para a história da SBEM, pois nela apareceu um grupo que vinha atuando localmente no Rio de Janeiro e daí em diante viria a marcar para sempre o processo de efetiva construção da SBEM:

Bigode: E hoje as pessoas falam assim: “Ah, a Tânia, etc. e tal ...” – referindo-se à importância que algumas pessoas atribuem à Professora Tânia Campos no processo de construção da SBEM. Mas depois o Baldino passou a ser considerado uma das pessoas mais importantes da Educação Matemática.

Deniz: Tânia Campos.

Bigode: Sim... mas se o Baldino não estivesse do meu lado, talvez não tivesse acontecido a SBEM.

Nessa reunião foram poucas pessoas de São Paulo. Mas apareceu em peso um grupo do Rio de Janeiro, o G-RIO:

Bigode: Eu não me lembro quem veio, mas eu escrevi um relatório que o Ubiratan depois me deu “uma dura”, dizendo: “Só faltou você descrever a cor das gravatas das pessoas!”. Ele me mandou uma carta, dizendo isso, eu tenho essa carta. Veio o Baldino, a Soraia, o Ledo. Enfim veio o povo do Baldino a fim de organizar uma “SBEM” ...

Deniz: O pessoal do G-RIO.

B: Exatamente. Não me lembro se veio o Pupim⁸⁷, o Charles⁸⁸ (com a namorada que, acho, chama-se Ana), mas veio um grupo do Rio. Certamente veio a Soraia, o Ledo...

D: A Tânia Cabral⁸⁹ ...

⁸⁷ Professor Gilson Pupim, ex-professor do lendário Colégio Pedro II no RJ, ex-presidente do Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro.

⁸⁸ Charles Guimarães, então professor da UFRJ, membro do G-RIO.

⁸⁹ Professora Tânia Cristina Baptista Cabral, então professora da Rede Pública de Ensino do Estado do Rio de Janeiro, participante do G-RIO.

B: A Tânia, acho que o namorado da Soraia... e o Baldino!

Mas o G-RIO só viria a ter forte presença nacional na construção da SBEM durante e após o I ENEM, quando Baldino foi escolhido o Secretário do movimento Pró-SBEM e, fundamentalmente, desempenhou a função conforme a demanda de organização exigiu. Mas, no plano da organização efetiva do I ENEM, o que ocorreu foi que a falta de uma instituição forte que encampasse a proposta, a falta de recursos financeiros, fez minguar o movimento pela criação da Sociedade. Foi quando Anna Franchi, que era professora da PUC de São Paulo, e que atuava junto com Bigode no CEM, percebeu que o movimento estava minguando. Mesmo sem confiar na capacidade de Bigode em organizar um empreendimento dessa natureza, segundo relato dele próprio, ainda assim o apresentou à professora Tânia Campos que coordenava a Matemática na PUC.

Tânia Campos tinha ligações com a Matemática dita “pura”, trabalhava com Álgebra Genética, era algebrista. Mas se interessou pela idéia de fazer um evento na PUC de Educação Matemática:

TCampos: Em 1985, quando houve o memorável jantar, o grupo que ali estava, chegou ao Brasil e por motivos diversos não conseguiram dar andamento àqueles planos de Guadalajara. Foi nesse momento que eles procuraram a PUC para reunir e fazer o primeiro Encontro Nacional de Educação Matemática. Então, para avaliar essa situação, nós fizemos uma reunião, tentando agrupar as pessoas de Guadalajara; não conseguimos todos, mas reunimos uma parte. Foi discutida a viabilidade de se criar a Sociedade e se criar o primeiro Encontro Nacional de Educação Matemática. Foi por isso que a PUC sediou o primeiro ENEM.

E assim chegamos ao primeiro Encontro Nacional de Educação Matemática. Bigode colocou sua experiência militante como atrativo, sendo que Tânia Campos tinha a instituição e as verbas, ainda que poucas, como ela mesma declara, pois não veio a verba solicitada: *“Fizemos o primeiro ENEM com grandes dificuldades. Trouxemos aqui para PUC-SP um anfiteatro cheio. As pessoas estavam nos hotéis e não tínhamos um tostão*

para pagar ninguém, porque o dinheiro dos ministérios não havia chegado até aquele momento". Procuraram uma grande empresa de aviação como patrocinadora e realizaram o ENEM com um sucesso total, com participação massiva de todos os grupos e pólos regionais, o CEM em peso, G-RIO, GEPEM, FUNDÃO. Participaram cerca de 550 pessoas, a maioria do Rio de Janeiro e São Paulo: juntos, 65%. Minas Gerais, Pernambuco e Bahia, nesta ordem, destacam-se entre os demais. Quanto à atuação profissional, chamamos atenção o fato de 46% dos participantes atuarem em nível superior, quando quase 37% atuavam em nível secundário (ENEM, 1988, p. 161).

Na época, esse Pesquisador⁹⁰ era aluno de graduação em fase de conclusão e dava seus primeiros passos na Educação Matemática em Campo Grande, MS, através dos professores Eronides Bíscola, José Magalhães de Freitas e Luis Carlos Pais. Hoje, olhando para o *folder* do I ENEM, podemos ver praticamente todos os nomes que por esta Tese desfilaram apresentando-se no Encontro: Eron, José Luis e Luis Carlos estavam lá.

Por tudo o que esse encontro representou, sob todos os aspectos, em que pesem as dificuldades políticas e financeiras, o grande número de participantes com trabalhos apresentados significa o que pode ter de mais concreto sobre aquilo que precisamos de centenas de páginas, fatos, teorias, para dizer: **a democracia de base, participativa, do movimento Pró-SBEM que ali nascia**. Por isso achamos importante um gesto de carinho e de reconhecimento a todos os participantes efetivos do primeiro Encontro Nacional de Educação Matemática.

A seguir, cópia do cartaz e do *folder* de divulgação do I ENEM e reprodução dos Anais (ENEM, 1988). Na Apresentação dos Anais, Tânia Campos faz referência a estes e ao caderno de Resumos dos Trabalhos (ENEM, 1987): "*Juntos, o livro de Resumos de Trabalhos e este volume completam o quadro de apresentações do ENEM*". O caderno de Resumos foi confeccionado à época de forma rudimentar em relação à tecnologia disponível hoje. Justapuseram cópias dos artigos submetidos pelos participantes, tal e qual. Não há uma edição padronizada, alguns textos são datilografados, o uso do microcomputador era ainda incipiente. Estão organizados em duas partes: "Comunicações,

⁹⁰ Denivalde Jesiél Rodrigues Pereira, então aluno de graduação em Licenciatura Plena em Matemática pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, UFMS.

Conferências e Mesas-Redondas” e “Minicursos”. Têm a vantagem, em relação aos Anais, de possuírem o conteúdo das apresentações. No entanto, os Anais apresentam o conteúdo das Conferências e listam Minicursos, Mesas-Redondas e Sessões Coordenadas que não constam no caderno de Resumos.

2 A 6 DE FEVEREIRO DE 87

Encontro Nacional de Educação Matemática

(Temas): Metodologia, História da Matemática, Metodologia, Resolução de Problemas, Formação de Professores, Currículos, Métodos de Avaliação, Pesquisas, Licenciatura, Métodos de Ensino, Prática em Educação Matemática...

- **MINI-CURSOS**
- **SESSÕES COORDENADAS**
- **RELATOS DE EXPERIÊNCIAS**

PROMOÇÃO
 Faculdade de Ciências Matemáticas e Físicas do PUC - S. Paulo
 LACOM, M. Alamy de M. Programação, TI
 Conselho - S. Paulo - SP

APOIO:
 PUC - SP
 CAPES
 CNPq
 SBM
 FAPESP
 Sec. Est. de Educação - SP

 **ATUAL HORIZONTE**



Informações: R. Cássio Martins Viçosa - 408 - CEP 01249
 Tel: (011) 263-4647 e 65-5354

ENEM — ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

De 2 a 6 de fevereiro de 1987

Promoção: Faculdade de Ciências Matemáticas e Físicas da PUC-SP

Local: Rua Marquês de Paranaguá, 111 - Consolação - São Paulo - SP

Informações e Inscrições:

Malu Losso Relações Públicas e Eventos S/C Ltda.
Rua Cássio Martins Vilaça, 408 - CEP 01249 - São Paulo - SP - Fones: (011) 65-5354/263-4647

OBJETIVOS:

- 1 — Reunir profissionais das áreas de matemática, pedagogia, psicologia, professores de 1.º, 2.º e 3.º graus, bem como pesquisadores em educação matemática ou áreas afins, em busca de caminhos para a melhoria do ensino de matemática em todos os níveis.
- 2 — Propiciar a troca de experiências entre os participantes, bem como divulgar tendências atuais em educação matemática.
- 3 — Caracterizar a educação matemática como uma área de estudos com objeto próprio e de caráter interdisciplinar.

APOIO:

PUC-SP, CAPES, CNPq, FAPESP, SBM, SEC. EST. DE EDUCAÇÃO - SP, ATUAL EDITORA, VARIG.

PROGRAMAÇÃO PREVISTA

DIA 2

- 8h00 — Recepção e distribuição de material
Rua Marquês de Paranaguá, 111
- 10h30 — ABERTURA
Teatro da Secretaria de Educação — Praça da República, 53

CONFERÊNCIAS

DIA 2

- 16h00 — EDUCAÇÃO MATEMÁTICA NOS ANOS 90: PERSPECTIVAS E DESAFIOS
Ubiratan D'Ambrósio (UNICAMP-SP)

DIA 3

- 10h30 — MESTRADO EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA NO BRASIL
Luiz Roberto Dante (UNESP — Rio Claro)

DIA 4

- 10h30 — EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E INTERDISCIPLINARIDADE
Maria Laura Leite Lopes (UFRJ)

DIA 5

- 10h30 — INICIAÇÃO AO PENSAMENTO MATEMÁTICO NO 1.º GRAU
Scipione Di Pierro Netto (PUC-SP)
- 16h00 — MATEMÁTICA: CONCEITOS E CONTROVÉRSIAS
Elon Lajes Lima (IMPA-RJ)

DIA 6

- 10h30 — GEOMETRIA EUCLIDIANA E NÃO-EUCLIDIANA
Paulo Figueiredo (UFPE)

MESAS-REDONDAS

DIA 3

- 10h30 — TECNOLOGIA NA SALA DE AULA DE MATEMÁTICA
- 16h00 — MATEMÁTICA INTUITIVA
Therezinha N. Carraher, David Carraher, Ana Lúcia Schliemann (PE)

DIA 4

- 10h30 — O CURRÍCULO DE MATEMÁTICA
Nilza Bertoni (DF), M. Auxiliadora S. Araújo (BA), Equipe de Matemática da CENP (SP), Tania Cristina Tavares (MG)
- 14h00 — AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO SUB-PROGRAMA EDUCAÇÃO PARA CIÊNCIA
Ubiratan D'Ambrósio, Eda Barbosa Coutinho, Silvío Botomé, Luiz Roberto Dante

DIA 5

- 10h30 — O ENSINO DE GEOMETRIA
Estela K. Fainguelernt (RJ), Ana Regina L. de Moura (SP), Arlete C. Lima (BA), M. Dolores C. Mendes (SP)
- 16h00 — PROFESSORES DE MATEMÁTICA: FORMAÇÃO x RECICLAGEM
Manoel Oriosvaldo de Moura (SP), Reginaldo N. de Lima (MG), Equipe de Matemática da CENP (SP), Luís Carlos Pais (MS)

DIA 6

- 10h30 — O LUGAR DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

SESSÕES COORDENADAS

DIA 2

- S1 - 16h00 — ENSINO DE GEOMETRIA
Célia Regina (SP), Geraldo Perez (SP), M. Verônica Rezende Azevedo e Anna Franchi (SP)
- S2 - 16h00 — EDUCAÇÃO MATEMÁTICA
Lúcia A. de Albuquerque Tinoco (RS), Lilian Nasser e Luciana G. Tirana (RJ), Rafaela M. Guidi e Rosália H. Rodrigues (DF)
- S3 - 16h00 — FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE 1.º A 4.º SÉRIE
Dione Luchesi (SP), Manoel Oriosvaldo de Moura (SP)
- S4 - 16h00 — FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE 5.º A 8.º SÉRIE E DE 2.º GRAU
Estela K. Fainguelernt (RJ), Luís Carlos Pais (MS), Gelsa Knijnik e Renita Klusener (RS), Maurício Ruggiero (SP)

DIA 3

- S5 - 10h30 — EDUCAÇÃO MATEMÁTICA
Antônio José Lopes (SP), Marcelo C. Borba, Maria A. V. Bicudo, Eduardo Sebastiani (SP), Cleide Farias Medeiros (PE)

S6 - 10h30 — RECICLAGEM DE PROFESSORES: 1.ª A 4.ª SÉRIE

Equipe de Matemática da CENP (SP), Dulce S. Onaga (SP), Maria do Carmo Villa (MG)

S7 - 10h30 — RECICLAGEM DE PROFESSORES: 5.ª A 8.ª SÉRIE E 2.º GRAU

Reginaldo N. de Lima (MG), José Luiz M. de Freitas (MS)

DIA 4

S8 - 10h30 — EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

Rômulo C. Lins (SP), Mirian G. P. da Silva e Odesnei A. Pastori (SP), Tadeu O. Gonçalves (PA)

DIA 5

S9 - 10h30 — EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

Lucília Bechara Sanchez, Mara Vada e Tereza Cristina Meyer (SP); Maria A. V. Bicudo e Ocsana Sônia Danyluk (SP); Nadja M. Acioly e Ana Lúcia Schliemann (PE)

S10 - 16h00 — EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

Ema Luíza B. Prado e José Geraldo A. M. da Silva (SP); Antônio José Lopes (SP), Maria Cristina Maranhão

RELATOS DE EXPERIÊNCIAS

Dia 2 — R1 — 16h00 — ENSINO DE 3.º GRAU

Dia 3 — R2 — 16h00 — ENSINO DE 1.ª A 4.ª SÉRIE

Dia 5 — R3 — 16h00 — ENSINO DE 1.º E 2.º GRAUS

Dia 6 — R4 — 10h30 — TECNOLOGIA NA SALA DE AULA

MINICURSOS (30 vagas por curso)

Inscrição antecipada, obedecendo ordem de chegada

(Dia 3 a dia 6 — das 8h30 às 10h00)

M1 — ENSINO DA GEOMETRIA BASEADO EM TRANSFORMAÇÕES

Martha M. Souza Dantas (UFBa)

M2 — A GEOMETRIA NA ESCOLA PRIMÁRIA: O QUE É POSSÍVEL E O QUE É DESEJÁVEL

Arlete C. Lima (UFBa)

M3 — ENSINO E APRENDIZAGEM DE GEOMETRIA

Lucília Bechara Sanchez (ESCOLA VERA CRUZ - SP)

M4 — HISTÓRIA DA MATEMÁTICA

Eduardo Sebastiani (UNICAMP), Francisco César Polcino Millies (IME-USP) e Elon Lajes Lima (IMPA - RJ)

M5 — O ENSINO DE OPERAÇÕES ARITMÉTICAS NO 1.º GRAU

Maurício I. Lima (UFPe)

M6 — ALGORITMOS DE MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO NAS SÉRIES INICIAIS

Centro Pedagógico da UFMG

M7 — ENSINANDO FRAÇÕES ATRAVÉS DE JOGOS

Centro Pedagógico da UFMG

M8 — REGRA DE TRÊS SEM REGRA

Rafaela M. Guidi (UnB)

M9 — PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA

Flávio W. Rodrigues (IME-USP)

M10 — O COMPUTADOR NA CLASSE DE MATEMÁTICA

Rômulo C. Lins (SP)

M11 — RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS NO 1.º GRAU

GERP (Grupo de Estudos de Resolução de Problemas - SP)

M12 — RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS É UMA SOLUÇÃO?

Seiji Hariki (IME-USP)

M13 — CÁLCULO EM ASSIMILAÇÃO SOLIDÁRIA

Roberto R. Baldino (UFGJ)

M14 — CÁLCULO NA ESCOLA BÁSICA: POR QUE, O QUE E COMO?

Nilson José Machado (FE-USP)

M15 — INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO

Eduardo Chaves (UNICAMP - SP)

(Dias 2, 3 e 5 — das 14h00 às 15h30)

T1 — GEOMETRIA DAS DOBRADURAS

Luís M. P. Imenes (FUNBEC - SP)

T2 — O ENSINO DE GEOMETRIA: COMPOSIÇÃO E DECOMPOSIÇÃO DE FIGURAS PLANAS

S.E.M. (SP)

T3 — A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE GEOMETRIA E ÁLGEBRA LINEAR NO 2.º GRAU

André Luís Rodrigues Chaves e Estela K. Fainguelernt (RJ)

T4 — GEOMETRIA PLANA: ATIVIDADES QUE LEVAM A FORMAÇÃO DOS CONCEITOS

Gelson Iezzi (PUC - SP)

T5 — SOBRE A CONSTRUÇÃO DOS INTEIROS

Dora Kindel e outros (UFRJ)

T6 — NÚMEROS INTEIROS E RACIONAIS

Projeto FUNDAÇÃO - UFRJ

T7 — NÚMEROS INTEIROS E RACIONAIS

Projeto FUNDAÇÃO - UFRJ

T8 — GRUPOS DE ISOMETRIA

Francisco César Polcino Millies e Roberto Celso Fabrício Costa (IME-USP)

T9 — UMA EXPERIÊNCIA COM NÚMEROS RACIONAIS

CECI - RJ

T10 — SISTEMAS DE NUMERAÇÃO

Sônia Santos e outros (UFBa)

T11 — O ENSINO DO CONCEITO DE PROPORCIONALIDADE

Adriano Ruiz (SP)

T12 — O ENSINO DE MATEMÁTICA ATRAVÉS DA IMAGEM

Abdala Gannam (UFMG)

T13 — ATIVIDADES COM A CALCULADORA DE BOLSO EM SALA DE AULA

Jovana F. de Rezende e M. Encarnacion M. Gonçalves (SP)

INSCRIÇÃO

Valor: Cz\$ 400,00 (quatrocentos cruzados)

Para inscrever-se no ENEM, envie cheque nominal cruzado a favor do Encontro Nacional de Educação Matemática, à Secretaria Executiva do evento, Rua Cássio Martins Viçosa, 408 - CEP 01249 - SÃO PAULO - SP.

Se desejar reserva de hotel escreva para Secretaria Executiva pedindo informações.

ENEM — ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

2 a 6 de fevereiro de 1987

FICHA DE INSCRIÇÃO

(preencha à máquina ou letra de forma)

NOME:

ENDEREÇO:

CEP: CIDADE: ESTADO:

TELEFONE: (.....)

INSTITUIÇÃO:

FUNÇÃO:

DATA: ASSINATURA:

MINICURSO ESCOLHIDO: 1.ª opção

2.ª opção

OBS.: Serão conferidos certificados aos participantes

Encontro Nacional de Educação Matemática (ENEM)

ANAIS - 1988

Comissão Organizadora

- Anna Averbuch (RJ)
- Antonio José Lopes (SP)
- Aparecida F. da Silva (PR)
- Eduardo Sebastiani (SP)
- Esther P. Grossi (RS)
- Lucília Bechara Sanchez (SP)
- Luiz Roberto Dante (SP)
- Manoel O. de Moura (SP)
- Maria do Carmo Villa (MG)
- Maria Laura M. Leite (RJ)
- Marília B. Toledo (SP)
- Martha Souza Dantas (BA)
- Mônica Bertoni (RS)
- Nilson J. Machado
- Nilza Bertoni (RS)⁹¹
- Paulo Figueiredo (PE)
- Regina M. Pavanello (SP)
- Roberto R. Baldino (RJ)
- Rômulo C. Lins (SP)
- Seiji Hariki (SP)
- Sílvia Dias A. Machado (SP)
- Tadeu O. Gonçalves (PA)
- Tânia Maria C. Campos (Coordenadora)⁹²
- Terezinha N. Carraher (PE)
- Vânia Maria P. Santos (RJ)
-

Presidente de Honra do Encontro

- Prof.a Martha Souza Dantas (BA)

⁹¹ Na verdade, do DF.

⁹² Os Anais do I ENEM foram confeccionados em 1988, após a criação da SBEM em 1988. O nome do Bigode, aluno de graduação no tempo do I ENEM, portanto uma questão delicada para o movimento que ora nascia com forte oposição de alguns setores, não havia necessidade de ocultá-lo. Fazemos aqui o registro do papel de Coordenação do I ENEM do Bigode junto com Tânia Campos.

Homenagem Especial

- Prof. José Carlos de Melo e Souza (RJ)
- Prof. Ubiratan D'Ambrósio (SP)

Homenagem Póstuma

Prof. Omar Catunda (BA)

Conferências

- Educação Matemática nos anos 90: Perspectivas e Desafios:
Conferência de Abertura
Ubiratan D'Ambrósio (UNICAMP-SP)
- Mestrado de Educação Matemática no Brasil
Luiz Roberto Dante (UNESP - Rio Claro)
- Novas Perspectivas para o Ensino da Matemática à Luz do Conhecimento do
Processo Cognitivo
Esther Pillar Grossi (GEEMPA-RS)
- Pesquisa em Educação Matemática
Maria Laura M. Leite Lopes (UFRJ)
- Geometria Euclidiana e Não-Euclidiana
Paulo Figueiredo (UFPE)
- Conceitos e Controvérsias
Elon Lajes Lima (IMPA-RJ)
- Iniciação ao Pensamento Matemático no 1º Grau
Scipione Di Pierro Netto (PUC-SP)

Minicursos

Ensino da Geometria baseado em Transformações
Marta Maria de Souza Dantas (UFBA)

Sobre a Construção dos Inteiros
Dora Soraia Kindel, Maria de Fátima Pacheco e Armando José Salgado Marinho (UFRJ)

Inteiros: Dificuldades históricas e uma Proposta de Ensino para Ultrapassá-las.
Maria Terezinha Jesus Gaspar (UnB)

Ensino Aprendizagem em Geometria
Lucilia Bechara Sanches (Escola Vera Cruz-SP)

O Ensino do Conceito de Proporcionalidade
Adriano Ruiz (UEM-PR)

O Ensino da Geometria nos Diversos Níveis Escolares
Eronides de Jesus Bíscola (UFMS)

O Ensino de Operações Aritméticas no 1º Grau
José Maurício de Figueiredo Lima (UFPE)

Algoritmos da Multiplicação e da Divisão nas Séries Iniciais
Sheila Mariz Goulart Cordeiro, Dulce Helena Moraes dos Santos Costa (CECIMIG-UFMG)

Ensinando frações através de jogos
Tania Margarida Lima Costa e Heloísa Pena Borges (CECIMIG-UFMG)

Regra de Três sem Regra
Rafaela Mousinho Guidi e Rosália Horta Rodrigues (UnB)

Probabilidade e Estatística
Flávio W. Rodrigues - SP

Computadores na Classe de Matemática
Rômulo Campos Lins - SP

Resolução de Problemas no 1º Grau
Antonio José Lopes, Marcelo Lellis, Marcos Cássio I. Pimenta, Maria do Carmo Mendonça e Maria Lydia de Mello Negreiros (GERP-SP)

Resolução de Problemas é Uma Solução?
Seiji Hariki (IME-SP)

Frações
Marlene Daud (UFU-MG)

Cálculo na Escola Básica: Porquê, o quê e como?
Nilson José Machado (FE-USP)

Informática na Educação
Eduardo O. C. Chaves (UNICAMP-SP)

Geometria das Dobraduras
Luiz Marcio Pereira Imenes (FUNBEC-SP)

O Ensino de Geometria: Composição e Decomposição de Figuras Planas
Ana Regina Lanner de Moura, Anna Franchi (PUC-SP), Antonieta Moura Leite, Antonio José Lopes, Dione Luchesi, Jeanette V. Eeiss, Maria Cecília Doneaux, Maria Verônica Rezende de Azevedo e Silvia Hamburger (SEM-SP)

A Importância do Ensino de Geometria e Álgebra Linear no 2º grau
André Luiz Rodrigues Chaves e Estela Kaufman Fainguelernt (GEPEM-RJ)

Geometria Plana: Atividades que levam à formação de conceitos
Gelson Iezzi (PUC-SP)

História da Matemática
Eduardo Sbastiani (UNICAMP), César Polcino (IME-USP) e Geraldo Ávila (UnB)

Números Inteiros e Racionais
Maria de Fátima da Silva Saraceno, Vânia Pereira dos Santos e Luiz Cláudio da Silva (UFRJ)

Números Decimais
Ana Lúcia Bordeaux Rego, Ionilde Maria de Azevedo e Neide Parracho Sant'Anna (UFRJ)

Grupos de Isometria
César Polcino Milles e Roberto Celso Fabrício Costa (IME-USP)

Uma Proposta de como Chegar a Algoritmos de Conversão de Bases
Cesar Almeida Cruz, Ledo Vaccaro Machado, Norma Whately E Sandra Maria Di Flora Barreto da Silva (CECI-RJ)

Sistemas de Numeração
Sonia Muniz Santos, Maria Delvina Lemos da Fonseca e Nilza Rocha Medrado Santos (UFBA)

Cálculo em Assimilação Solidária
Roberto Ribeiro Baldino (UFRJ)

O Ensino da Matemática Através da Imagem
Abdala Gannam (UFMG)

Atividades com a Calculadoras em Sala de Aula
Jovana Ferreira de Rezende, Maria Encarnación M. Gonçalves (UFRJ)

Tópicos de Metodologia do Ensino da Matemática
Benedito Castrucci (PUC-SP)

A Matemática do Cotidiano na Sala de Aula
Sergio Roberto Nobre (UNESP - Rio Claro)

A Geometria na Escola Primária: o que é Possível e o que é Desejável
Arlete C. Lima (UEFS)

Mesas-Redondas

Tecnologia na Sala de Aula
Nelly de Souza Pinto (CENIFOR - Funtevê), Waldemar Waingort Setzer (IME-USP) e Rômulo Campos Lins (SP)

Matemática Intuitiva
Terezinha Nunes Carrher, Ana Lúcia Dias Schellemann e David William Carrher (UFPE)

Avaliação do Impacto do Subprograma: Educação para a Ciência PADCT/CAPES
Eda B. Coutinho (CAPES-MEC), Luiz R. Dante (UNESP - Rio Claro), Reginaldo N. Lima (CECIMIG), Silvio Botomé (UFScar) e Ubiratan D'Ambrósio (UNICAMP-SP)

O Ensino de Geometria: Propostas e Tendências

Ana Regina L. de Moura (SEM-SP), Arlete Cerqueira Lima (UEFS), Estala Kaufman Fainguelernt (GEPEN-RJ) e Geraldo Perez (UNESP - Rio Claro)

Professor de Matemática: formação X Reciclagem
Cleide Farias Medeiros (Um. Fed. Rural de PE), Luis Carlos Pais (UFMS), Manoel Oriosvaldo de Moura (FE-USP), Gilda Palis (PUC-RJ) e Maria do Carmo Vila (CECIMIG)

Sessões Coordenadas

Introdução ao ensino da perspectiva através da arte
Célia Regina R.M. Pomárico (SP)

Relato de uma experiência: Percepção e Representação de Formas Geométricas Tridimensionais.
Maria Verônica Rezende de Azevedo (SEM) e Anna Franchi (PUC-SP)

Sobre a Idéia Geométrica de Comprimento
Maria Dolores Ceccato Mendes (UNESP - Rio Claro)

Um Estudo Sobre o Conceito de Ângulo
Luciano de Lemos Meira (UFPE)

Um Modo Interessante de Dividir Frações
Solange Amorim e Amato (UnB)

Pesquisa para Avaliação de Proposta Didática para o Ensino de Frações
Lucia A. de Albuquerque Tinoco (UfrJ)

Proposta de Ensino de Proporções
Lilian Nasser, Luciana Getirana de Santana (UFRJ)

Regra de Três sem Regra
Rafael Mousinho Guidi e Rosalia Marta Rodrigues (UnB)

Construção e Utilização da Caixa de Frações
Diva Maria Brêtas de Noronha (UFRJ)

Diretrizes para um Programa da Disciplina Didática da Matemática – Formação de Professor de 1ª a 4ª Séries do 1º Grau
Dione L. de Carvalho (SEM-SP)

Professor de Professor e a Organização de sua Ação.
Manoel Oriosvaldo de Moura (FE-USP), Maria do Carmo Vila (CECIMIG)

Educação Matemática: Percepção do Aluno Reprovado no Ensino de 1º e 2º Graus
Antônio Pinheiro de Araújo (UFRN)

Relato de Algumas Experiências na Prática de Ensino de Matemática
Luiz Carlos Pais (UFMS)

A utilização do Videocassete na Prática de Ensino em Matemática
Maurício Carlos Ruggiero (UFSCar)

Dificuldades do Ensino de Matemática – uma Pesquisa Realizada por Alunos de Prática de Ensino
Nilson J. Machado e Alunos da FE-USP

Encontro Informal de Jovens Educadores em Ensino de Matemática com o Prof. Ubiratan D'Ambrósio

Da Ação à Abstração - Um Programa de Atividades Lógico-Matemáticas para a Pré-Escola: Experimentação, Implantação e Capacitação de Professores.
Maria Helena Fávero (SE)

Materiais Didáticos e o Contexto Escolar: Pesquisa-ação em Educação Matemática.
Antonio Pinheiro de Araújo (UFRN)

Atividades Matemáticas - uma Experiência Pedagógica em Escolas Públicas Estaduais de São Paulo
Célia Pires, Maria Nunes, Marília Toledo (CENP-SP)

Projeto Matemática no 1º Grau
Marger da Conceição Viana (UFOP)

Educação Matemática: Relato de Atividades Desenvolvidas com Professores
José Luiz Magalhães de Freitas (UFMS)

Convênio CENP-USP
Maria Inês Diniz (IME-USP)

A Experiência Matemática na Sala de Aula - Uma Proposta para o Ensino-Aprendizagem da Álgebra
Antonio José Lopes (SEM/GERP-SP)

A História da Matemática Vista como Contexto do Ensino da Matemática
Ema Luiza Beraldo Prado, José Geraldo Acioly Mendes da Silva (UNESP - Rio Claro)

Uma Proposta Alternativa para o Ensino de Matemática
Centro Pedagógico da UFMG

Relato de uma Prática do Trabalho de Matemática com 1ª Série
Eleonora Sampaio Caselato (Escola Ágora – Cotia, SP)

Frações na 4ª Série
Marcos Cássio I. Pimenta (Escola Crescer – Cotia, SP)

A Matemática da 1ª à 4ª Séries – Construção, Jogos e Fantasia
Rita e Tina (Escola Pirâmide – SP)

Uma Experiência Desenvolvida por Professores da Faculdade de Educação da UFBA na Disciplina Metodologia do Ensino da Matemática
Adelaide Reis Mendonça (UFBA)

Projeto: Matemática, Comunidade e Universidade
Gilda Palis, João Bosco Pitombeira, Maria Aparecida Mamed Neves (PUC-RJ)

Curso de Pós-Graduação "LATO-SENSU" em Educação Matemática (Especialização)
Estela Kaufman Fainguelernt (RJ)

Proposta de um Novo Currículo Pleno (Plano de Curso) para o Curso de Licenciatura Plena em Matemática.
Marlene Daud (UFU)

Laboratório de Ensino de Matemática: uma Disciplina no
Curso de Licenciatura em Matemática.
Gelsa Knijnik, Renita Klüsener (UFRGS)

Aprendizagem em Matemática Através da Análise de Erros
Ary V. Barradas, Izabel Campos Barroso (UFRJ)

O Caminho do Dedutivo no Ensino da Matemática.
Claudia C. de S. Vianna, Mario T. Teixeira (UNESP - Rio Claro)

Matemática e Realidade do Aluno.
Vânia Maria Pereira dos Santos (UFRJ)

Números Primos
Maria Auxiliadora M. Paiva (UFPE)

O Pensamento de Engels Sobre a Matemática
Gilson Puppim, Charles Guimarães Filho, Ana Luíza Guimarães (RJ)

Uma Proposta Curricular de Matemática para o 1º Grau, Hoje.
Equipe da CENP (SP)

A Reorganização do Ensino de 2º Grau e a Necessidade de uma
Nova Proposta Curricular de Matemática.
Regina M. Pavanello, Roberto Barbosa, Susana L. Cândido (CENP-SP)

Uma proposta de Currículo por Atividades de 1ª. à 4ª Séries - Matemática
Maria Auxiliadora Sampaio Araújo (UFBA)

Um Novo currículo de Matemática da 1ª à 8ª Séries
Nilza Eigenheer Bertoni (UnB)

O problema Especial da Geometria
Arlete Cerqueira Lima (UEFS)

Os Caminhos da Geometria – 2º segmento do 1º Grau
André L. R. Chaves, Estela Kaufman Fainguelernt, Sandra M. Di Flora B. da Silva (RJ)

A Intuição no Ensino de Geometria Elementar
Maria Aparecida Viggiani Bicudo, Rut de Rogatis Ceron (UNESP - Rio Claro)

Ensinamos Geometria no 1º Grau?
Geraldo Perez (UNESP - Rio Claro)

Modelagem Matemática: uma Metodologia Alternativa para o
Ensino de Matemática na 5ª Série
Rodney C. Bassanezzi, Dionísio Burak (UNESP - Rio Claro)

O Ensino de Alguns Tópicos de Matemática na 5ª Série Através de Modelagem Matemática
Odesnei Aparecida Pastori, Mirian Godoy Penteado da Silva (UNESP - Rio Claro)

A Matemática das Quantidades Físicas
Paulo Figueiredo Lima (UFPE)

Concepções em Educação Matemática: Uma Pesquisa Fenomenológica

Cleide Farias de Medeiros (UFRPE)

Implantação de uma Metodologia Ativa nas Escolas Oficiais do Ensino Regular do 1º Grau no Estado do Rio de Janeiro
Diva Maria Brêtas de Noronha (Centro de Ciências FAPERJ)

Matemática e Alfabetização
Manoel Lima Teixeira, Tânia Cristina Baptista Cabral (RJ)

Alfabetização Matemática: Uma Questão a ser Estudada
Maria Aparecida Viggiani Bicudo, Ocsana Sonia Danyluk (UNESP - Rio Claro)

Etnomatemática: uma Proposta Pedagógica para a Favela da Vila Nogueira - São Quirino
Eduardo Sebastiani Ferreira (UNICAMP), Marcelo de Carvalho Borba, Maria Aparecida Viggiani Bicudo (UNESP – Rio Claro)

Escolarização e Conhecimento de Matemática no Contexto do Jogo do Bicho.
Nadja Maria Acioly, Analúcia Dias Schliemann (UFPE)

Sistema de Numeração
Regina Célia Santiago do Amaral Carvalho (DEPLAN - SP)

Aprendizagem de Aritmética e do Sistema de Numeração:
Relato de Observação em Sala de Aula
Lucilia Bechara Sanchez, Mara Vada Tereza Cristina Meyer (Escola Vera Cruz – SP)

Sistema de Numeração num Currículo de Matemática para Escolas da Zona Rural
Maria Delvina Fonseca, Sônia Santos (BA)

Algoritmo da Divisão e da Multiplicação nas Séries Iniciais:
uma Proposta Alternativa Realizada no Centro Pedagógico da UFMG
Centro Pedagógico da UFMG

A Resolução de Problemas na Construção e Desmi(s)tificação do Conhecimento Matemático
Antonio José Lopes (GERP/SEM – SP)

Abordagem Crítica na Resolução de Problemas: Dominâncias Cognitivas
Ma. Cristina S. A. Maranhão (FFCL - Santo André)

Construção de Conhecimento Matemático na Sala de aula
Através da Resolução e da Transformação de Problemas.
Romulo Campos Lins (SP)

Na Mecânica, um Isomorfismo da Multiplicação em Z
José Barreto de Souza (SP)

Sobre a Construção dos Inteiros
Armando José Salgado Marinho (Centro de Ciências FAPERJ), Dora Soraia Kindel (CECI-RJ),
Maria de Fátima Pacheco (UFRJ)

Números Inteiros e Números Racionais
Vânia Maria P. dos Santos, Maria de Fátima da Silva Sareno, Luiz Cláudio da Silva (UFRJ)

Experiência de uma Metodologia Inovadora para o Ensino de Matemática
a Nível de 1º Grau e Feira de Matemática.
Vilmar José Zermiani, José Valdir Florian (Universidade Regional de Blumenau – SC)

Matemática, Ciência, Lazer e Arte
Tadeu Oliver Gonçalves, Neivaldo O. Silva, Lúcia R. V. Silva, Nelson L. Cardozo (UFBA)

Criatividade e Ensino de Matemática
Célia Regina R. M. Pomárico (SP)

Ensino de Matemática no 2º Grau Elaborando o Cotidiano do Aluno
Rute da Cunha Pires (Santo André – SP)

Oficina
Raimunda da Silva Carvalho, João Carlos Borio (EEPSG Prof. Architiclino Santos – SP)
Experiência na EEPSG Prof. Alberto Conte
Katia Cristina Stocco Smole (SP)

Clube de Matemática
Mário Takazaki, Vilma Keiko M. Yamada (EEPSG Prof. Edmundo de Carvalho – SP)

Nova Fase do Boletim GEPEN
Regina Monken (RJ)

5 Anos da RPM e Outras Publicações
Renate G. Watanabe, Alciléia A. H. Melo (SP)

Revista de Ensino de Ciências
Equipe do FUNBEC (SP)

II. PRÓ-SBEM

Podemos identificar vários momentos, situações e acontecimentos que foram decisivos para a criação oficial da Sociedade Brasileira de Educação Matemática no dia 27 de janeiro de 1988, na cidade de Maringá, PR, por deliberação da Plenária Final do II Encontro Nacional de Educação Matemática, com a aprovação de cerca de 600 pessoas. Neste capítulo, daremos destaque a alguns desses momentos, situações e acontecimentos da trajetória de construção da Sociedade que, ao nosso ver, podem ser caracterizados como “peculiaridades” de um movimento democrático de organização de uma Comunidade Científica emergente em um cenário internacional mais avançado do ponto de vista da produção e desenvolvimento da Educação Matemática.

Para além da “consagrada referência” ao jantar promovido pelo professor Ubiratan D’Ambrósio, durante a realização da VI Conferência Interamericana de Educação Matemática, ocorrida em novembro de 1985, em Guadalajara, México, momento em que onze brasileiros firmaram o compromisso de voltar ao Brasil e trabalhar pela criação de uma Sociedade brasileira de Educação Matemática, um momento que destacamos ocorreu no dia 6 de fevereiro de 1987. Neste dia, foi realizada a Plenária Final do Encontro Nacional de Educação Matemática na cidade de São Paulo, nas dependências da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Advinda de debates ocorridos antes e durante a realização do Encontro, a proposta de criação de uma Sociedade que congregasse profissionais que atuassem com Educação Matemática, compreendida em seus mais amplos aspectos interdisciplinares, didáticos, pedagógicos, sociológicos, filosóficos, históricos, sociais, foi aprovada pela ampla maioria dos presentes. Entretanto, decidiram que a Sociedade não seria criada imediatamente, mas que seria desencadeado um amplo movimento, que veio a se chamar “Pró-SBEM”. Deste movimento, participaram cerca de 1200 pessoas em aproximadamente 50 reuniões regionais e nacionais, tendo em vista a construção coletiva e democrática dos estatutos da entidade. As táticas de construção

adotadas acabaram constituindo um quadro riquíssimo, pois adotaram um método que permitiu esse feito: centralização da ação coletiva e descentralização das possibilidades e peculiaridades existentes, concretamente em cada região, desse imenso país de uma diversidade cultural reconhecida mundo à fora.

1. Plenária Final do I ENEM

A Plenária Final do primeiro ENEM⁹³ decidiu-se pela constituição de uma comissão para encaminhar o II ENEM e uma Comissão Central (CC) que teria a incumbência de conduzir o processo de construção dos estatutos, através da organização de Comissões Regionais, da sistematização das contribuições das bases nas Regionais, centralizando o debate acerca da criação da SBEM. Essa trajetória foi realizada de modo amplo e democrático, dentro das possibilidades concretas, recolhendo as contribuições advindas das bases e repassando para os demais com a contribuição da própria CC em forma de sistematização.

A Comissão Central ficou assim constituída:

Antonio Pinheiro de Araújo	Natal, RN
Antonio José Lopes *	São Paulo, SP
Arlete Cerqueira Lima	Salvador, BA
Charles Guimarães Filho	Rio de Janeiro, RJ
Dario Fiorentini	Campinas, SP
Elizabeth de Oliveira Valdek	João Pessoa, PB
Emerson Arnaut de Toledo	Maringá, PR
Estela Kaufmann Fainguerlernt	Rio de Janeiro, RJ
Esther Pillar Grossi	Porto Alegre, RS
Lourdes de La Rosa Onuchic	São Carlos, SP

⁹³ Por uma questão de comodidade, grafaremos “primeiro ENEM” por I ENEM, embora, naquele momento, tenha sido identificado apenas por Encontro Nacional de Educação Matemática.

Luis Márcio Imenes	São Paulo, SP
Maria Aparecida V. Bicudo *	Rio Claro, SP
Maria do Carmo Vila *	Belo Horizonte, MG
Maria Laura M. L. Lopes *	Rio de Janeiro, RJ
Manoel Oriosvaldo de Moura	São Paulo, SP
Nilson José Machado	São Paulo, SP
Nilza Eigenheer Bertoni	Brasília, DF
Roberto Ribeiro Baldino *	Rio de Janeiro, RJ
Seiji Hariki *	São Paulo, SP
Tânia Maria Mendonça Campos *	São Paulo, SP
Terezinha Carraher	Recife, PE
Vânia Maria Pereira dos Santos	Rio de Janeiro, RJ

Em 28 de março de 1987, ocorreu na PUC de São Paulo a primeira reunião da CC Pró-SBEM. Nessa reunião foi decidido que *“o professor Baldino, continuaria secretariando a Comissão Central, apoiado na infra-estrutura (xerox e correio) fornecida pelo Instituto de Matemática da UFRJ”* (D20)⁹⁴.

Não temos registro sobre uma decisão anterior em relação a qualquer tipo de trabalho de Secretaria. Porém, a observação mencionada acima, remete-nos à suposição de que Roberto Ribeiro Baldino tenha secretariado o que se chamou a partir da Plenária Final do I ENEM de movimento “Pró-SBEM”. A análise dos documentos nos aponta para a existência de uma certa “espontaneidade” nesse processo. As decisões acerca de recursos materiais e humanos eram tomadas na medida em que as questões concretas se apresentavam. Na Ata dessa primeira reunião da CC⁹⁵ consta que a Ata da Plenária Final do I ENEM fora redigida por Roberto Ribeiro Baldino e Vânia Maria Pereira dos Santos, e distribuída aos membros das Comissões Central e Locais. Anexo à Ata, encontrava-se uma carta solicitando que esta fosse reproduzida e distribuída às bases do movimento e que as observações julgadas necessárias fossem encaminhadas à CC, com o compromisso de que tais observações seriam encaminhadas à apreciação da Plenária Final do II ENEM. Não

⁹⁴ Os documentos que tivemos acesso, compondo os Arquivos do Movimento Pró-SBEM, por nós chamados, consta de Atas, cartas, Relatórios, guardados pela professora Maria Aparecida Vigiani Bicudo e pelos professores Dario Fiorentini e Ledo Vaccaro Machado. Grafaremos de ora em diante, por uma questão de organização própria, na exploração dos dados nos referidos documentos, M, D, L, respectivamente, acompanhados de um número, diferenciando-os (ver Bibliografia).

⁹⁵ A partir desse momento, identificaremos as reuniões da Comissão Central por RCC, acompanhadas pelo número que essas assumiram na seqüência de reuniões realizadas, em um total de seis.

encontramos registros que indiquem que isso tenha ocorrido. Supomos, portanto, que o relato apresentado por Baldino e Vânia tenha sido aceito por todos.

A Ata da primeira reunião da Regional São Paulo (M2) de 14 de abril de 1987, redigida por Antonio José Lopes (Bigode), confirma a escolha de Baldino para secretariar a CC: “*Informou ainda que a Comissão Nacional havia se reunido no dia 28 de março na PUC-São Paulo, indicando o professor Baldino da Universidade Federal do Rio de Janeiro para Secretário Geral da Comissão*”.

Nesta Ata (M2), consta que a Mesa Diretora dos Trabalhos da Plenária Final do I ENEM fora composta por: Antonio José Lopes (Bigode) – presidente; Tânia Maria Mendonça Campos – secretária; Vânia Maria Pereira dos Santos – secretária; e Roberto Ribeiro Baldino – suplente. Apesar dessas denominações, o que vimos foi a tarefa concreta de secretaria da Plenária Final do I ENEM ser realizada por Baldino; some-se o fato de ele ter dito na Entrevista que:

Então, tem algumas coisas que eu lembro, minha memória é fraca, eu não lembro das datas. Lembro-me de uma reunião na PUC em que a Tânia Campos chegou para mim, um pouco antes da reunião e disse: “Não, então vamos dirigir, você me ajuda, nós dirigimos a reunião”; era uma Assembléia. E aí sentamos, eu, ela, não sei se havia mais alguém à mesa, não me lembro se era I ENEM ou se era uma outra reunião; tenho a impressão, ficou-me a impressão de que era o I ENEM. E essa reunião foi muito complicada, foi uma Assembléia Geral que durou muito tempo e eu terminei coordenando, fazendo a direção da Assembléia, porque foi uma Assembléia difícil, havia várias Questões de Ordem...⁹⁶

O relato feito por Baldino e por Vânia (M1) na Ata em questão (da Plenária Final do I ENEM) consta que a Sessão fora aberta às 11h40 do dia 6 de fevereiro de 1987, com a presença de 250 pessoas. Primeiramente, o Presidente da Mesa eleito, Antonio José Lopes Bigode, agradeceu a colaboração da PUC de São Paulo e o empenho da professora Tânia Campos, que retribuiu lembrando o esforço desenvolvido por Bigode: “*Todos*

⁹⁶ Uma Questão de Ordem em uma Assembléia é levantada quando um dos participantes entende que o Regimento Interno da Entidade, ou decisões anteriores da própria Assembléia, não estão sendo obedecidos pelos participantes ou pela Mesa diretora dos trabalhos.

aplaudem demoradamente”. Em seguida, Bigode leu uma carta enviada ao ENEM pela Sociedade Brasileira de Matemática Aplicada e Computacional (SBMAC). Ato contínuo, apresentou a proposta de pauta da Plenária, marcada pela orientação de se fundar a Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM) e da realização do próximo Encontro Nacional de Educação Matemática (ENEM), advindos dos trabalhos ocorridos durante o presente ENEM nas Sessões Coordenadas, Mesas-Redondas e Espaços Livres. **Em um dos Espaços Livres, realizado no dia anterior à Plenária Final, as pessoas aí reunidas propuseram pela primeira vez na história, em ambiente formal, a fundação da Sociedade Brasileira de Educação Matemática.** Tal proposta foi encaminhada à Plenária Final: *“Que a Plenária do ENEM se manifeste a favor da criação da Sociedade Brasileira de Educação Matemática”* (M1).

Duas pessoas cujos nomes aparecem, e aparecerão em várias oportunidades no transcorrer da história da SBEM, tomaram a iniciativa de manifestar-se favoravelmente. Por suas trajetórias, presença e liderança que exerciam, ainda exercem, podemos conjecturar acerca da influência que tais falas possivelmente causaram. Estamos falando de Maria Laura Mouzinho Leite Lopes e Luis Márcio Imenes: **a SBEM estava criada, a Plenária aprova a proposta por aclamação.**

Muito embora destaquemos esse momento, data, episódio, como um marco “oficial” de criação da SBEM, a idéia estava consolidada na prática dos militantes desse movimento, era um anseio concreto da Comunidade de Educação Matemática brasileira aí reunida e organizada. Um sinal disso que concluímos vem das demais propostas debatidas e trazidas para serem votadas na Plenária Final, porque não houve tempo para isto nos espaços dedicados à sua elaboração. Três propostas foram apresentadas por Horácio Francisco Reis Filho, Diva Noronha e Nilza Bertoni. Embora essas difiram em aspectos importantes ou secundários, algo as unifica: o sentimento de que a “SBEM” já era uma realidade. A Plenária apenas ocupou-se em dar um nome para a “coisa”, fundando-a. A essa questão que aqui se abre, espinhosa desde sempre para a Filosofia, realidade e linguagem, valemo-nos de Foucault (1999, p. 47) quando diz:

No século XVI, a linguagem real não é um conjunto de signos independentes uniforme e liso, em que as coisas viriam refletir-se como num espelho, para aí enunciar, uma a uma, sua verdade singular. É antes coisa opaca, misteriosa, cerrada sobre si mesma, massa fragmentada e ponto por ponto enigmática, que se mistura aqui e ali com as figuras do mundo e se imbrica com elas: tanto e tão bem que, todas juntas, elas formam uma rede de marcas, em que cada uma pode desempenhar, e desempenha de fato, em relação a todas as outras, o papel de conteúdo ou de signo, de segredo ou de indicação. No seu ser bruto e histórico do século XVI, a linguagem não é um sistema arbitrário; está depositada no mundo e dele faz parte porque, ao mesmo tempo, as próprias coisas escondem e manifestam seu enigma como uma linguagem e porque as palavras se propõem aos homens como coisas a decifrar.

As propostas que emergiram dos debates no interior do IENEM tratavam de encaminhamentos inerentes a uma Sociedade que, de certo modo, já se encontrava em funcionamento. Tais propostas foram apresentadas por Horácio, Diva e Nilza com o decidido objetivo de traçarem planos de trabalho reais, para estruturar a “futura” Sociedade. Horácio e Nilza, no relato de Baldino, aparecem como autores de propostas que tratam a organização como “**a SBEM**”, mostrando a certeza de que a Sociedade seria fundada e que a mesma já estava em processo de funcionamento. Neste sentido, é válido apontar que as três propostas encaminhavam elementos fundamentais acerca da concretização da entidade, inclusive com forma organizativa marcante, centralizada e democrática: Princípios, Comissões Central e Locais. Isso que concluímos poderá ser confirmado posteriormente pelo transcorrer dos fatos que aqui descreveremos. Por ora, analisaremos a construção que se deu, de modo coletivo, dos estatutos, pela base, com abrangência nacional e com a iniciativa de tentar envolver amplos setores ligados ou não ao objeto da Educação Matemática, tais como, professores de Matemática em todos os níveis, estudantes de Licenciatura em Matemática e profissionais de áreas afins: sociólogos, psicólogos, filósofos, enfim a área das Ciências Sociais.

É importante ressaltar que estamos em fevereiro de 1987. Como dizem Bigode, Baldino e Tânia Cabral em suas respectivas entrevistas, o clima de recém-saídos da ditadura militar contagiava e impulsionava na direção de práticas democráticas e de construção de organizações que questionassem as estruturas políticas, econômicas, sociais.

Bigode, quando perguntado sobre a existência de outras Sociedades científicas de Educação Matemática em outros países, diz:

E essa questão da Educação Matemática estava se iniciando no próprio processo de conquistar a democracia, cara! – enfático, com um certo tom de emoção e entusiasmo. Sabe por quê? Estava acontecendo o quê? Em países como o Brasil, Espanha, Portugal, países recém saídos de ditaduras, era como se fosse um “Maio de 68”.

Baldino, criticando a mudança de rumos, que acreditava estar ocorrendo à época da Entrevista, com a SBEM, diz:

O que havia na SBEM no início era uma concepção... não sei se era predominante, mas entre muitos daqueles que militavam. Eu tenho certeza que nessa concepção vão estar, incluindo eu, a Tânia [Cabral], o Ledo Vaccaro, a Soraia, o pessoal todo do G-RIO, o Augusto Conceição até (que já faleceu), o próprio Araújo (Antônio Pinheiro de Araújo), o Rômulo, o Bigode; tem todo esse pessoal que sentia que isso aí era uma luta política; uma boa parte daquelas pessoas que moviam, sentiam que isso era uma luta política. (...) Quer dizer: a percepção de que se tratava de uma luta política era uma percepção que estava clara em 87 (talvez por que a gente estava saindo da ditadura e essa percepção da luta contra a ditadura foi algo muito forte) e hoje ela desapareceu, hoje ela não está...

Uma vez que as propostas foram apresentadas, seriam encaminhadas à votação. Nesse ínterim, Bigode “*sugere que os presentes que assim o desejarem ponham seus nomes numa lista para serem considerados fundadores da SBEM*” (M1). Tal sugestão não teve origem no debate dos espaços dedicados à elaboração de propostas, mas isso costuma ser normal em Assembléias; sempre é necessário que se corrijam rotas, daí a flexibilidade, e o que se espera de uma Mesa é que exerça uma certa liderança. Isso nos parece natural, na medida em que é usual, em encontros, congressos, as pessoas se evadirem, conforme seus compromissos de retorno lhes impõem tal atitude; por aí compreendemos a urgência da intervenção. Houve manifestações favoráveis por parte de mais alguns participantes, porém adendando no sentido de estender a mesma a pessoas que

participaram do ENEM, mas que estavam ausentes nesse momento. Baldino então propõe “*que a caracterização precisa das atribuições dos Fundadores e das demais categorias de sócios seja remetida à discussão geral dos estatutos*” (M1). No decorrer da Assembléia esse encaminhamento se efetivou e os Sócios Fundadores da SBEM foram constituídos, então, somente no dia 27 de janeiro de 1988 na Plenária Final do no II ENEM em Maringá (S1): “*A presidente da mesa à plenária (sic) que de acordo com o estatuto serão considerados também fundadores todos os que assinarem a ata de Fundação ou os dois livros de presença desta Assembléia*”.

Surgiu, então, uma proposta de encaminhamento por iniciativa de um professor do estado de Pernambuco, chamado Raul⁹⁷, procurando sintetizar o debate em questão: o encaminhamento foi aprovado. Propôs que se debatessem os seguintes temas: Carta de Princípios; Sócios Fundadores; Comissão Central, Comissões Locais e suas atribuições; Prazo para elaboração e oportunidade de aprovação dos estatutos (II ENEM), local e data do II ENEM.

A Plenária passou ao debate efetivo a partir do encaminhamento aprovado, portanto do primeiro ponto, acerca da construção de uma “Carta de Princípios”. Emergiram duas propostas formuladas pela professora Dione Lucchesi de Carvalho e pelo professor Gilson Puppín. Dione propôs que se remetesse a questão dos “Princípios” em conjunto com a construção dos estatutos, ou seja, que não se fizesse isso nesse momento; Puppín propôs que a Plenária estabelecesse não uma “Carta de Princípios”, mas os “princípios de uma Carta”. Esse encaminhamento foi aceito; remeteram a uma Comissão indicada ali mesmo para realizá-la. Embora tenha sido aprovada a proposta de Puppín, não foi por ampla maioria, pois o registro diz que foram 65 votos contra 58 votos e 10 abstenções, ou seja, menos do que a metade. Posteriormente estaremos focando o caráter democrático desse movimento, onde fica explícito que, em questões não centrais, prevaleceu o conceito de aprovação por maioria simples, embora em outras, o movimento Pró-SBEM tomou todos

⁹⁷ A referida Ata não apresenta o sobrenome. No final estão listados os nomes das pessoas que foram indicadas como responsáveis por impulsionar as Comissões Locais; em relação a Pernambuco, novamente o registro indica apenas o primeiro nome “Raul”, no entanto, na seqüência de documentos relativos ao movimento Pró-SBEM o nome de Fernando Raul de Assis Neto se consolida como correspondente regional de Pernambuco. Em consulta recente via correio eletrônico o professor Fernando Raul não lembrou essa passagem; esse fragmento do texto acima foi remetido a ele como instrumental de rememoração.

os cuidados de que os rumos adotados fossem por maioria absoluta, consensuais, ou praticamente consensual. Por exemplo, quando Baldino propôs na Plenária Final do II ENEM, durante o processo oficial de criação da SBEM: “*Enunciou a seguir, o princípio norteador para a constituição de uma primeira diretoria provisória que virá garantir a consolidação da SBEM: o do consenso sem restrições.* (Ata de Fundação, S1).

Os trabalhos da Plenária Final do I ENEM prosseguiram, indicando quatro pessoas para apresentar uma proposta de “Princípios” que viriam a ser efetivamente a “coluna vertebral” de todo o debate acerca da construção dos estatutos da SBEM: Maria Laura Leite Lopes, Terezinha Nunes Carraher, Tânia Campos e Horácio Reis Filho.

Seguem os “Princípios” trazidos pela comissão (M1):

Volta ao Plenário a Comissão designada para estabelecer os princípios da SBEM e lê suas conclusões:

A SBEM deve:

- 1- ser sem fins lucrativos, independente de atividades político-partidárias e religiosas;**
- 2- ser aberta a todos os interessados na Educação Matemática;**
- 3- promover o desenvolvimento da Educação Matemática como campo científico e como prática pedagógica e social;**
- 4- promover seminários, encontros, publicações e outras atividades que incentivem o intercâmbio entre os associados;**
- 5- responsabilizar-se pela continuidade dos ENEMs e dar cobertura aos comitês de organização local;**
- 6- promover e defender o direito de todos a uma Educação Matemática libertadora e democrática, acessível a todos;**
- 7- organizar-se de maneira democrática.**

De fato, temos fortes motivos para dizer que tais princípios viriam a ser a diretriz de construção da SBEM. Por exemplo, se observarmos o atual Estatuto da SBEM (2004), Capítulo 1, da Denominação, Sede e Finalidades, Art.1º, a associação com o primeiro princípio construído em 87 é imediata: “*A Sociedade Brasileira de Educação Matemática, (...) constitui-se como entidade civil de caráter educacional, científico e cultural, sem fins lucrativos, de direito privado, de âmbito nacional e sem qualquer vinculação político-partidário ou religiosa*”.

O Art. 2º. do Estatuto atual, item I, determina que é finalidade da SBEM: *“congregar profissionais da área de Educação Matemática, bem como outros profissionais interessados nesta área ou áreas afins, com o fito de promover o desenvolvimento desse ramo do conhecimento científico”*.

Novamente associamos o presente Artigo a um dos princípios norteadores de 87, o segundo princípio. Ao longo dos estudos sobre a construção dos estatutos veremos esses princípios de fato orientando a concepção mais geral da SBEM. Ainda, uma pesquisa que se propusesse a estudar como se deu na prática essa abrangência, atestaria que de fato a Educação Matemática foi e tem sido aberta a profissionais de áreas afins em Ciências Sociais. Na UNICAMP, professores de outras áreas puderam fazer pós-graduação nos grupos ligados ao CEMPEM. Na Conferência de “20 Anos de Pós-Graduação em Educação Matemática” da UNESP de Rio Claro, SP, ocorrida em março de 2004, em uma Sessão Plenária, uma estudante do doutorado, Mestre por essa mesma Instituição, relatou sobre a surpresa que foi para ela ser aceita nesse meio por ter formação básica, graduação, em Pedagogia.

A Comissão específica para propor “Princípios” foi pensada como forma de tornar o andamento da plenária mais dinâmico, portanto prosseguiram os debates enquanto esta trabalhava. Passaram direto ao quinto item. Embora não esteja descrito na Ata, inferimos que a passagem ao debate acerca de local e data para o II ENEM dependia menos do resultado dos Princípios a serem adotados pelo coletivo aí reunido do que os outros pontos da pauta, quais sejam, Sócios Fundadores, Comissão Central e Locais e Estatutos, bem como da presença dos membros da Comissão.

A delegação de Pernambuco propôs que se estabelecesse um prazo de três a quatro meses para que os pretendentes a sediar o II ENEM apresentassem um projeto estruturado. Mas existia certa urgência na criação da Sociedade. Por esse motivo, a Plenária decidiu que saíssem dali com um grupo já comprometido em realizar o próximo ENEM e, por consenso, que os estatutos fossem aprovados neste encontro. O Estatuto da SBEM foi então aprovado no II ENEM em Maringá, após um ano de trabalho das Comissões Central e

Locais, constando de mais de 50 reuniões com a participação de mais de 1200 pessoas (D2).

Grupos de três cidades se apresentaram para sediar o II ENEM: Recife, Belo Horizonte e Maringá. Maringá venceu com 58 votos; Recife obteve 39 e Belo Horizonte 35. Como não foi solicitada votação em segundo turno, ficou aí definida a cidade de Maringá como Sede do II ENEM. Por consenso, escolheram a última semana de janeiro de 1988: o II ENEM ocorreu efetivamente de 24 a 29 de janeiro de 1988.

Na seqüência da Plenária, decidiram sobre a formação da Comissão Central (CC). No entanto, a professora Lúcia Tinoco sugeriu que se estabelecesse uma “subcomissão” por considerar a CC *“muito numerosa”*. Uma comissão numerosa, compreendemos, pode constituir-se em um obstáculo à agilização de tarefas, principalmente quando se trata de tarefas não bem precisas, como era o caso: a criação de uma Sociedade científica por uma Comunidade que ainda se gestava. Baldino, na condição de coordenação da Plenária *“acata a sugestão, desde que a atribuição da subcomissão se restrinja a agilizar a convocação da Comissão Central”* (M1). Destacamos essa intervenção de Baldino que, intencionalmente ou não, converge com uma fala de Bigode em Entrevista, quando trata da orientação que atribuiu ao movimento em relação a um certo zelo em se evitar a constituição de poderes pessoais ou grupais: *“Nós estávamos saindo da ditadura, entendeu? Então, em todos os setores da sociedade, havia essa preocupação de ter estatutos, esquemas democráticos, para evitar manipulação, concentração, ou uso da instituição como palco de poder pessoal”*. Por aí, interpretamos a objeção feita por Baldino.

A idéia da subcomissão foi incorporada imediatamente pelos participantes; passaram a indicar nomes para ela, são aqueles assinalados com asteriscos na tabela aqui apresentada. Na Plenária, tais nomes se encontravam expostos em um quadro-de-giz; marcaram no quadro com asteriscos os nomes em questão. A professora Lúcia Tinoco não se deu por satisfeita, pois retomou a questão da “comissão numerosa”, propondo que os nomes assinalados com asteriscos compusessem não uma subcomissão, mas a própria Comissão Central. A Mesa manteve a proposta de CC com 22 nomes e uma Subcomissão

com 7 nomes, com poderes não deliberativos, mas apenas de mobilização. Tais propostas, mutuamente excludentes, foram à votação. Olhando para a Ata em questão, podemos observar como essas duas interpretações foram marcantes pelo resultado da votação: venceu a proposta da Mesa, porém com uma diferença minúscula, 28 a 23, sendo que 4 abstenções determinam um placar de apenas uma pessoa a mais em concordância com a proposta vencedora.

Às 15h30 foi dada por encerrada a Assembléia do I ENEM: **na prática estava criada a Sociedade Brasileira de Educação Matemática**, bastando então oficializá-la, o que seria feito no II ENEM em Maringá em 1988 e consolidá-la ao longo dos próximos anos. Na Entrevista, o professor Ubiratan D’Ambrósio, quando perguntado sobre a situação atual da SBEM, 2003, diz que “*É uma Sociedade irreversível e a tendência é subir!*”.

2. O Movimento Pró-SBEM

No dia 28 de março de 1987 ocorreu a primeira reunião da Comissão Central (RCC1)⁹⁸ do movimento Pró-SBEM na PUC em São Paulo. Essa reunião foi presidida pela professora Tânia Maria Mendonça Campos e secretariada pelo professor Roberto Ribeiro Baldino com a presença de dezenove professores. A reunião foi abrilhantada pela presença do professor Alan Bell, membro da *Association of Teachers of Mathematics* (ATM), professor da Universidade de Nottingham, Grã-Bretanha. Aberta a Sessão pela Presidente, a professora Maria Laura Leite Lopes deu seqüência, apresentando aos demais o professor visitante, solicitando a ele que “*dissesse algumas palavras sobre a Educação Matemática na Inglaterra*”. (D20)

⁹⁸ Designaremos por RCC1 a primeira reunião da Comissão Central; RCC2, a segunda; e assim por diante.

Dando seqüência aos trabalhos, rumaram à “mobilização”. Como já dissemos, e procuraremos mostrar ao longo dessa Tese, esse movimento teve um caráter amplamente democrático e a tarefa de construir os estatutos da SBEM teve essa direção coletiva. Houve a orientação de se buscar agregar mais pessoas; assim, o resultado, o Estatuto, seria representativo de uma Comunidade que pretendia ter caráter nacional. Além disso, observamos a preocupação de se envolver todos os níveis profissionais de ensino, respaldando também o que já vinha sendo produzido por grupos regionais de Pesquisa em Educação Matemática, como era o caso do GEEMPA, do CEM, GPEM, G-RIO e outros.

Grupos de professores dos estados que se apresentaram, nesta reunião, planos de trabalhos de mobilização: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Distrito Federal, Paraná, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Pará e Rio de Janeiro. Os demais estados ali representados ficaram de enviar os planos pelo correio para serem anexados à Ata desta reunião; não há registro de que estes estados tenham enviado seus planos de mobilização, o fato é que a mobilização ocorreu.

Nesse ponto, reforçamos a idéia de que parecia natural a construção de uma organização em forma de Sociedade de modo a congregar um movimento de Educação Matemática em curso, portanto em oposição a uma concepção meramente burocrática. A SBEM foi naturalmente adquirindo características como as de suas construtoras e de seus construtores. Ilustramos esse fato, quando destacamos que os representantes dos estados acima convergiram em seus planos no que diz respeito a táticas de construção dos estatutos, implementando um projeto de desenvolvimento da Educação Matemática brasileira concomitantemente à constituição da Sociedade, a SBEM, propriamente dita.

Dos planos de mobilização apresentados, destacamos as seguintes atividades, distribuídas pelas regionais, não se referindo obrigatoriamente, a todas:

- convocar e mobilizar as Comissões Locais;
- organizar reuniões amplas, utilizando-se de instrumentos facilitadores de mobilização, tais como: cartas às escolas, imprensa local;
- expandir o movimento para as demais cidades do interior dos estados;

- aproveitar os espaços já constituídos, tais como, encontros, congressos, feiras, conferências, cujo tema central fosse Educação Matemática;
- organizar um dossiê com a documentação referente à criação da SBEM e enviá-lo aos membros da Comissão Local;
- contatar núcleos de ensino de terceiro grau em Matemática;
- reunir-se com professores de Matemática Especialistas, pertencentes às Secretarias de Educação (buscando integração com o aparato público);
- elaborar cadastro do conjunto de professores de Matemática e demais interessados na concretização da Sociedade.

O movimento teve uma característica que julgamos ter sido positiva por dois aspectos que poderiam se excluir, o que não ocorreu efetivamente. Fruto da estrutura centralizada e democrática, conseguiram realizar, como já dissemos, um trabalho organizado em nível nacional, considerando a dimensão continental do território brasileiro, sem obliterar a espontaneidade do movimento na base. Este fato se confirma com as contribuições das Regionais. Cada qual, a sua maneira, tratou de se ocupar de pontos fundamentais, distintos de região à região, que expressaram a situação concreta de seus participantes. Em algumas regiões, o trabalho se dirigiu mais aos professores de Matemática dos níveis fundamental e médio (denominação atual); em outras, aos professores universitários. Algumas se ocuparam de se inserir no movimento de Educação Matemática que já existia, mas ainda com características locais. Foi a partir da criação da SBEM que puderam encontrar um ponto de convergência, os ENEMs, dotando o movimento de caráter nacional e, hoje vemos, com projeção internacional.

Por exemplo, o Rio Grande do Sul planejou entrar em contato com a Organização do Encontro Estadual de Ensino de Matemática, que ocorreria em setembro de 1987, para divulgação do material elaborado pela CC e Comissão Local; Santa Catarina marcou reunião sobre a construção da SBEM durante a “III Feira Catarinense de Matemática”, ocorrida nos dias 18 e 19 de setembro de 1987. Já São Carlos-SP, utilizou a CDCC-USP (Coordenadoria de Divulgação Científica e Cultural), pois tinha como liderança a professora Lourdes Onuchic atuando aí.

3. Algumas Regionais Tomam a Dianteira

As Regionais do Pará, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte se destacaram nessa primeira reunião da CC, pois relataram trabalhos já em andamento, enquanto as demais estavam ainda traçando seus planos de trabalho.

A Regional do Pará, por exemplo, enviou uma carta através do professor Neivaldo Oliveira Silva, na qual é relatada a tentativa que fora feita para reunir “*professores interessados em Educação Matemática*” no dia 21 de março de 1987. Nessa reunião, em que pese a ampla divulgação que fizeram, compareceu um pequeno número de professores em relação ao comparecimento médio obtido nas demais Regionais. Porém não desistiram e marcaram outra reunião para o dia 16 de maio de 1987 em Belém, onde contaram com dezoito pessoas ligadas à Educação Matemática (L21).

As Regionais do Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte trouxeram, para essa primeira reunião da CC, contribuições que se destacaram: a primeira debateu e chegou a elaborar proposições que versavam sobre a concepção mais geral do que deveria ser uma Sociedade científica com as características que o movimento vinha apontando. Já a Regional do Rio Grande do Norte contribuiu com a apresentação de um esboço de estatuto, construído a partir dos Princípios definidos na Plenária Final do I ENEM, que viria a se constituir, de fato, em um elemento fundamental no debate em torno do mesmo.

O Rio de Janeiro, como a história mostra, assumiu papel de liderança nesse processo. Conforme veremos ao longo de nosso relato, as Regionais do Rio de Janeiro e de São Paulo foram decisivas para a criação e solidificação da SBEM, particularmente pelo fato de que nesses estados se encontravam, e ainda se encontram, as maiores universidades brasileiras, congregando pesquisadores que já vinham atuando em Educação Matemática, como vimos anteriormente, incluindo alguns com evidência na Comunidade internacional de Educação Matemática. O destaque dessas Regionais é evidente, em que pese o fato delas só apresentarem suas Comissões Locais após o I ENEM, o que as demais já haviam feito. Conforme podemos ler na Ata da primeira reunião da Regional do Rio de Janeiro: “*No*

ENEM vários locais apresentaram também suas Comissões Regionais, o que não foi feito por Rio e São Paulo, talvez porque seus representantes já estivessem incluídos na Comissão Central". (D13)

Houve duas reuniões no Rio de Janeiro antes desse primeiro encontro da CC, uma no dia 21 de março de 1987 na Universidade Santa Úrsula, com a presença de 22 professores, e outra no dia 24 de março em um Sindicato de professores, com cerca de 20 presentes. Baldino e Maria Laura fizeram os relatos de tais reuniões.

Na primeira, debateram e trouxeram para a CC uma contribuição que destacamos por não se tratar do mais imediato, as tarefas de mobilização:

(...) debateu-se sobre critérios de formação da Regional-RJ, tendo-se chegado à conclusão de que a participação nesta Comissão é muito mais uma proposta de trabalho que uma distribuição de poder. Este ainda não existe, pois a SBEM ainda está em formação. O poder será constituído precisamente a partir do trabalho que for desenvolvido. Portanto, na Comissão, devem estar representados, além dos grupos que já trabalhavam em Educação Matemática, também as sub-regiões que conseguirem organizar reuniões e promover a mobilização entre seus professores. (D20)

Nessa primeira reunião, compuseram a Comissão Local segundo os critérios acima estabelecidos. Na segunda reunião, a Ata diz que ampliaram-na com mais dois representantes. O registro não é explícito, mas, pela forma como está redigido, acreditamos que os dois nomes por último relacionados foram os posteriormente inclusos: um representante da Secretaria Municipal de Educação e uma representante da Secretaria Estadual de Educação. Isso demonstra a orientação em inserir a Sociedade que nascia em várias áreas de atuação e de influência.

A Comissão foi a que segue:

- Ledo Vaccaro (sub-regional de Nova Iguaçu)
- Manoel Lima Teixeira (sub-regional de Campo Grande)

- Dora Soraia Kindel (sub-regional de Miguel Pereira)
- Luiz Carlos da Silva (sub-regional de São Gonçalo)
- Lúcia Tinoco (Projeto FUNDÃO)
- Regina Monken (GPEM)
- Luiz Antonio Garcia (Secretaria Estadual de Educação)
- Mônica Cerbella Freire Mandarino (Secretaria Municipal de Educação)

Além destas pessoas que compuseram a Comissão Local do Rio de Janeiro, foi solicitado que os presentes se comprometessem em receber, reproduzir e distribuir o material de divulgação da próxima reunião (realizada no dia 11 de abril de 1987). Esta prática foi consensual e visava “*aproveitar o pique das pessoas presentes*” (D13), porque acharam que a mobilização para a divulgação destas duas reuniões fora insuficiente. O volume de material assumido como tarefa (cartas e cartazes) foi visivelmente diferente, com algumas pessoas se destacando, por exemplo, Dora Soraia Kindel e Luiz Antonio Garcia (80 e 50 cartas, respectivamente), confirmando a tática proposta: aproveitar o pique das pessoas presentes.

E foi assim que se deu o processo de criação da SBEM, cada Regional contribuindo à sua maneira, com suas possibilidades, criatividade e realidade. Um movimento organizado, centralizado, mas que não tolheu a espontaneidade da base. Enquanto a Regional do Rio pensava em princípios, conceitos, a de São Paulo se ocupava em pensar detalhes de uma Sociedade como se já estivesse em pleno funcionamento, propondo estrutura com subcomissões de divulgação, publicação, eventos, estatuto, entre outras; estrutura formal da Comissão Local, propondo Conselho com ampla representação da sociedade civil, como APEOESP, CENP, CPP e outros.

A contribuição da Regional do Rio Grande do Norte já está na história e reforçaremos com o devido destaque que julgamos, não por motivos idiossincráticos tão somente, mas amparados na própria história da SBEM. Esta Regional chegou para a RCC1 com um relato constando de várias atividades que haviam realizado e já com um plano de continuidade também bem elaborado. Mas o destaque vai para a primeira proposta de

estatuto da SBEM que trouxeram. Tal proposta se tornou o ponto de partida da construção dos estatutos da Sociedade, sendo este processo palco de intensas discussões e de participação representativa, para então, no II ENEM, ser aprovado em Plenária Final. Antônio Pinheiro de Araújo liderou esse processo no Rio Grande do Norte. Embora pareça contraditório destacar tantos nomes, quando insistimos no caráter de base, democrático, do movimento, por outro lado seria amputar da história o papel de lideranças, não necessariamente em oposição a um processo como esse.

4. Rede Básica de Informações

Nesta primeira reunião da Comissão Central, a RCC1, constituíram uma rede de informação e divulgação, tendo pelo menos um correspondente de cada Comissão Local, com a tarefa de reproduzir e distribuir o material que recebesse da Comissão Central. Representantes de 19 estados se propuseram a compô-la, mostrando mais uma vez a orientação em tornar o movimento Pró-SBEM o mais abrangente e representativo possível. Os referidos estados foram: Rio de Janeiro, Pernambuco, Paraíba, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Brasília, Sergipe, Paraná, Mato Grosso, Ceará, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Pará, Piauí, Bahia, Roraima, São Paulo (na ordem descrita na Ata).

5. Comissão de Organização do II ENEM

A organização para a realização do que viria a ser o II ENEM ficou sob a incumbência do grupo de Maringá, PR, desde o I ENEM. Nesse dia, na RCC1, discutiu-se acerca de sua organização, porém o relato que consta na Ata é que a Plenária solicitou ao professor Emerson Arnaut de Toledo que compusesse um texto sobre o discutido e anexasse a mesma. A tarefa incumbida ao professor Emerson não foi encontrada materializada nas fontes de que dispusemos. Mas o fato é que o II ENEM ocorreu em Maringá e, pelas entrevistas que temos, de modo bastante satisfatório. Bigode, a este respeito, afirma: “*Eles mostraram capacidade de organização; na organização do segundo ENEM, que ainda é considerado o melhor e o mais bem organizado...*”. Vânia Santos-Wagner analisa a realização deste encontro em relação ao primeiro, de São Paulo:

Eu vejo um fluxo bem contínuo em questão das reuniões para pensar e montar a Sociedade, a discussão sobre os estatutos e várias outras discussões. Mas eu vejo um salto grande de qualidade da organização e da participação do I ENEM para o II ENEM. Mas isso eu acho que é lógico! Porque várias coisas que nós próprios organizamos no I ENEM, vimos que não foram as melhores possíveis, nós tivemos a oportunidade de contribuir com a equipe de Maringá, que organizou o segundo ENEM, para melhorar. A equipe de Maringá também foi maravilhosa, tanto como a equipe da PUC, que organizou, junto com vários outros, o I ENEM. Mas a equipe de Maringá foi maravilhosa, principalmente a participação do professor Emerson⁹⁹ e vários outros colegas lá em Maringá. E nós tivemos pessoas, que trabalharam no primeiro ENEM, participando do Comitê Científico e ajudando em muitas coisas aqui; então eu vejo assim um “contínuo” nestes procedimentos; o que não funcionou bem aqui, nós tivemos o senso crítico, e a humildade, e a maturidade, de corrigir para cá para o II ENEM em Maringá.

Valer ressaltar que, embora Maringá tenha ficado com a responsabilidade da organização local, o conjunto dos ativistas que criou a SBEM, através de suas organizações Regionais, contribuiu a sua maneira para a edificação desse Encontro.

⁹⁹ Professor Emerson Arnaut de Toledo, professor da Universidade Estadual de Maringá, organizador do II ENEM.

6. Segunda Reunião da Comissão Central (junho de 87)

Rio de Janeiro

A Comissão Central (CC) voltou a se reunir no dia 6 de junho de 1987, a segunda reunião (RCC2), na Universidade Santa Úrsula, no Rio de Janeiro, com 24 participantes. Dos 23 membros da CC, apenas 10 estavam presentes; 14 pessoas não eram membros, o que mostra o caráter de abertura da CC. Não temos registro se tinham direito a voto, mas seus nomes estão listados na Ata como tendo participado. A maioria dos participantes, 13 pessoas, dessa reunião era do Rio de Janeiro, certamente porque foi o local que sediou a RCC2. Essa reunião foi presidida pela professora Maria Laura e secretariada pelos professores Bigode e Baldino, auxiliados por Dora Soraia Kindel e Tânia Cristina Baptista Cabral. (L21)

A pauta foi a mais provável: mobilização, informes regionais, informes do II ENEM e discussão dos estatutos. Sobre mobilização, apenas trataram de atualizar a lista de Correspondentes Regionais, pois, no processo, novas pessoas se incorporaram ao trabalho. A mobilização fundamental era a que ocorria nas bases, nas Regionais, portanto o primeiro ponto se diluiu no segundo. Algumas Regionais presentes informaram sobre suas atividades, outras já haviam feito através de cartas e divulgadas por uma Circular da Secretaria do movimento Pró-SBEM. O caminho desse processo, como já dissemos, dava-se através de Correspondentes Regionais que multiplicavam as informações oriundas da Secretaria da Comissão Central e faziam chegar às bases do movimento.

A Circular em questão é de 25 de maio de 1987 (M7), portanto alguns dias antes dessa reunião. A organização central do movimento agia com convicção de que a informação plena era fundamental para o andamento dos trabalhos. A tarefa que lhes era colocada exigia essa disciplina toda que iremos constatando ao longo deste relato.

A Circular de 25 de maio informou sobre as atividades do RJ, SP, PE, MT, PA e BA. Uma carta do RN chegou para a CC entre o envio da Circular e a RCC2, constando na Ata dessa reunião datada em 9 de junho de 1987. As demais Regionais

relataram suas atividades na própria RCC2: RS e SC, relatou Dario Fiorentini; MG, Luis Humberto Pinheiros; DF, Rafaela Mousinho Guidi; MS, Luiz Carlos Pais. Alguns presentes ampliaram as informações já contidas na Circular: Neivaldo Oliveira Silva, PA; Fernando Raul de Assis Neto, PE; Adelaide Reis Mendonça, BA. O conjunto de atividades que constam desses dois documentos segue abaixo.

7. Educação Matemática e SBEM : processo e fusão processual

O movimento de fundação da SBEM impulsionou a Educação Matemática brasileira na justa medida em que fora impulsionado por ela. As pessoas que se organizaram para construir os estatutos e apresentá-los no II ENEM procuraram ser táticas, aproveitando-se de um movimento pré-existente.

As informações trazidas por Dario incluíam a capital de SC e algumas cidades do interior de SC e RS e deixam claro que em toda a região Sul houve formação de núcleos representativos regionais. Em Florianópolis, um grupo de professores da Universidade Federal de Santa Catarina se reuniu em maio de 1987 para se informar sobre a SBEM, e aí formaram um núcleo sob a coordenação de Antônio Carlos Dutra e Mary Terezinha Porto Carvalho. O núcleo pretendia articular-se com professores da região para se inserir no movimento Pró-SBEM, que levaria sugestões ao “V Simpósio Sulbrasileiro de Ensino de Ciências” em Blumenau em julho de 1987.

Em Blumenau (SC) já havia a formação de um núcleo representativo. Este se encontrava com problemas para a realização de novas reuniões, pois as atividades de uma greve de professores, vinha dificultando. O Coordenador deste núcleo era José Vilmar Zermiani que já havia garantido um espaço para a SBEM no Simpósio da região sul.

Marcaram então para 28 de julho uma reunião entre os três estados do Sul. Os representantes dos núcleos regionais apresentariam, neste Simpósio, informes de suas reuniões e se organizariam em comissões programadoras de atividades para o segundo semestre de 87, visando à construção do movimento Pró-SBEM.

Em Passo Fundo (RS), reuniram-se em maio de 1987, professores do Laboratório de Matemática da Universidade de Passo Fundo, onde obtiveram relatos pela professora Ocsana Danyluk sobre o andamento da formação da Sociedade. A região de Passo Fundo aproveitou a “7ª Jornada Regional de Educação Matemática” para voltar a se reunir.

Em Carazinho (RS) houve uma reunião Pró-SBEM durante o “I Encontro Regional de Professores de Matemática” também em maio de 1987. Esta reunião contou com a participação de 75 professores de 1º e 2º graus (Fundamental e Médio) que formaram um “Grupo de Estudos em Educação Matemática”. Esse grupo encarregar-se-ia de divulgar a SBEM. A professora Ocsana Danyluk e o professor Sérgio Nobre levaram à essa reunião os informes sobre a SBEM. Através destes relatos percebe-se claramente a freqüente ocorrência de encontros e simpósios na área de Educação Matemática, os quais foram muito bem aproveitados para o sucesso do movimento Pró-SBEM.

Em Minas Gerais foram realizadas diversas reuniões nas cidades de Montes Claros e São Sebastião do Paraíso para sensibilizar os professores de Matemática do 1º, 2º e 3º graus sobre a importância da SBEM. A Comissão Regional de MG elaborou um modelo de estatuto que foi levado à CC em junho de 1987.

Em Brasília, reuniram-se em 26 de maio de 1987, onde surgiram sugestões em torno da criação da SBEM que foram levadas para essa RCC2. Houve também uma reunião da Comissão Local ampliada no dia 3 de junho de 1987.

Professores da Rede Estadual e das Universidades Federal e Rural de Pernambuco se reuniram nos dias 28 de março e 13 e 27 de maio de 1987; na primeira se criou um Seminário de Estudos onde os integrantes apresentaram seus trabalhos em Educação Matemática. Nesta mesma reunião se aprovou a elaboração de Boletins

Informativos para a divulgação de Congressos e outros eventos na área. O grupo também realizou reuniões com alunos de Licenciatura em Matemática, professores da Rede Municipal de Recife e professores do curso de Especialização do Departamento de Matemática da UFPE.

Os informes do Rio Grande do Norte foram dados através de cartas à CC, que as recebeu após a Circular de 25 de maio 1987. Nestas cartas, segundo o anexo na Ata da RCC2, reuniram-se no dia 30 de maio de 1987, discutindo os seguintes temas: divulgação dos informes do II ENEM, distribuição e discussão da Ata da Plenária Final do I ENEM, definição de uma Comissão de mobilização de professores de todos os graus da região e divulgação da proposta de estatuto da SBEM.

Segundo o que já relatamos sobre o destaque nas atividades e iniciativa do RN, também pudemos perceber, através deste documento, a continuidade dos trabalhos propostos. Este grupo permaneceu cadastrando professores de Matemática do estado e de interessados em Educação Matemática, disseminando o máximo possível a participação da base no movimento Pró-SBEM. Além disso, seguiram ampliando as discussões da SBEM (incluindo a produção dos estatutos) nas escolas do interior do estado e nas universidades; utilizaram a imprensa local para divulgação do II ENEM e da fundação da SBEM.

A Regional Bahia realizou uma reunião no dia 28 de maio de 1987, organizada pelas Professoras Adelaide Mendonça e Martha Dantas, contando com a participação de professores dos Departamentos de Matemática e de Educação da UFBA. Nesta reunião, discutiram os informes do ENEM e criação da SBEM, fizeram uma leitura seguida de discussão dos Princípios da SBEM e discussão do “esboço” de estatuto feito pelo grupo do RN.

No Mato Grosso do Sul, fizeram uma divulgação dos objetivos da SBEM junto ao Departamento de Matemática da UFMS e para professores de Matemática dos Centros Universitários de Dourados, Corumbá, Três Lagoas e Aquidauana. Ainda, utilizaram a imprensa estadual para a divulgação da formação da Sociedade. Fizeram cadastros de pessoas interessadas na SBEM para o envio de malas-diretas.

A segunda reunião da Regional do Pará ocorreu no dia 16 de maio de 1987. Dividiram-se em pequenos grupos de trabalho para a elaboração dos estatutos da Sociedade. Foi escolhido um Comitê Local com a tarefa de mobilização que assumiu receber o resultado dos trabalhos destes grupos e sistematizá-los. Das reuniões surgiram sugestões que foram encaminhadas à CC do Pró-SBEM, constando na Ata da RCC2 de 6 de junho. Essas propostas não foram encontradas nos Arquivos que dispomos, mas os registros apontam para a existência das mesmas.

A regional do Mato Grosso não se fez representar na RCC2. Na Circular de 25 de maio consta que estavam em um momento ainda bem inicial, buscando contatos com a SEC/MT, DREC/MT¹⁰⁰ e professores de primeiro e segundo graus do interior do Estado.

A RCC2 terminou acrescentando novos integrantes à lista de Correspondentes Regionais da SBEM e afirmou o compromisso dos presentes para a divulgação de todos os eventos relacionados com Educação Matemática, mesmo àqueles que fossem de domínio público.

8. As Regionais do Rio e São Paulo se afirmam como lideranças

A Circular da CC do dia 25 de maio faz referências às reuniões de Rio e São Paulo, além das mencionadas anteriormente. Em São Paulo, foi realizada a primeira reunião no dia 14 de maio de 1987, enquanto no Rio, a Circular alude à data de 21 de maio. Em relação ao Rio de Janeiro, anteriores a essa de maio, já relatamos a primeira ocorrência em duas partes, nos dias 21 e 24 de março. Mas, entre março e maio, houve outra reunião no dia 11 de abril.

¹⁰⁰ Órgãos governamentais.

Como temos procurado destacar, as contribuições das Regionais foram ocorrendo de modo espontâneo, segundo as condições e as características de cada agrupamento. Umas trataram de se inserir em movimentos já existentes de Educação Matemática, outras se concentraram em agilizar a confecção dos estatutos. Mais adiante, veremos que o Rio de Janeiro procurou programar atividades como debates, oficinas, palestras, como chamariz, esperando influenciar a participação dos presentes a reuniões que marcavam logo após essas atividades. Sobre isso nos diz Ledo Vaccaro na Entrevista: *“Nós fazíamos, sempre tentávamos fazer, uma atividade, como jogos com materiais concretos, para atrair os professores. Sempre que possível, precedia a reunião uma palestra, alguma coisa desse tipo”*.

O grupo Pró-SBEM conseguiu combinar de maneira exemplar a espontaneidade da base do movimento com centralização a partir da CC. Não nos cansamos de destacar a importância desse rico casamento: centralismo com democracia. Isso era o que estava na cabeça das pessoas: mais do que elaborar estatutos, impulsionar efetivamente a Sociedade. Não que os estatutos tenham sido desprezados, pelo contrário; as dinâmicas é que foram distintas, mesmo por que, como poderemos constatar ao longo de todo o relato, essa foi a orientação predominante da CC. A eficiência que dispuseram ao movimento, um trabalho de boa sintonia entre as Comissões Central e Regionais, permitiu que as informações subissem da base para a CC e voltassem elaboradas para as demais, permitindo um movimento de idas e vindas, como se a CC fosse um verdadeiro *GRIOT*¹⁰¹ da Educação Matemática da moderna tribo ocidental. São Paulo trouxe para o movimento sua contribuição: foram pioneiros em pensar uma estrutura de funcionamento para a futura Sociedade com distribuição de cargos e constituição de Secretarias.

¹⁰¹ O Griot era pessoa que, em algumas tribos africanas, tinha a função de recolher e socializar à tribo toda a produção musical feita pelos seus membros.

9. A Regional-São Paulo entra em cena

No dia 14 de abril de 1987 ocorreu a primeira reunião da Regional-São Paulo, a SP1¹⁰², no “Instituto de Matemática, Estatística e Ciências da Computação” (IMECC), na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Estiveram presentes 41 pessoas entre professores universitários e alunos de Matemática do Estado de São Paulo.

A reunião começou com um amplo informe do professor Bigode pondo os presentes a par dos pontos principais sobre a trajetória do movimento desde as decisões do I ENEM até os acontecimentos e decisões que culminaram com a RCC1.

Enquanto as demais regionais vinham se ocupando de várias questões necessárias, a Regional-São Paulo, além dessas, partiu logo para a criação e formalização enquanto uma “Entidade”. Lembremos que São Paulo já possuía três grandes universidades estaduais com departamentos que se ocupavam inclusive de Pós-Graduação em Educação Matemática, como era o caso da UNESP, Campus de Rio Claro. As demais, embora não tivessem um curso de pós-graduação específico como Rio Claro, desenvolviam trabalhos de Educação Matemática em Cursos de Pós-Graduação em Faculdades de Educação ou Institutos de Matemática. Dada essa realidade tão pujante, sob vários aspectos, é que vislumbraram a possibilidade de se criar duas Comissões Regionais em São Paulo: da Capital e do Interior.

A Ata em questão cita o professor Luiz Roberto Dante como tendo se manifestado em nome do grupo de Rio Claro, opondo-se à existência de duas Regionais, defendendo, portanto, uma única Regional, com sub-regionais, “*dado que dividi-la seria enfraquecê-la*” (M2). O grupo aí reunido acatou a proposta do Dante e assim ficou estabelecido: “*(...) que haverá uma comissão (Conselho) regional única, de caráter provisório, até que se tenha elaborado o Estatuto e efetive-se a Sociedade, a qual caberá coordenar as*

¹⁰² Pelo destaque das Regionais do Rio de Janeiro e de São Paulo na construção da SBEM e pelo número de reuniões superior em relação às demais, designaremos-las por SP1, SP2, e assim por diante; RJ1, RJ2, e assim por diante

subcomissões, divulgar os trabalhos e reforçar a necessidade e colaborar na formação e efetivação da SBEM onde se fizer necessário”.

Como Dante falou em nome de Rio Claro, mas não temos registros de alguma reunião anterior, ao menos não relatadas pela CC, ou pela Regional São Paulo, conjecturamos que conversas informais tenha tido seu espaço e seu papel. Se Dante falou em nome do grupo, há que se levar em conta que tenham conversado sobre isso; possivelmente essas informações estivessem circulando anteriores à reunião, prática usual em movimentos, particularmente aos que estão iniciando, onde os espaços organizativos costumam ser razoavelmente indefinidos.

A centralização e distribuição das informações cumpriam importante papel; porém a descentralização total no campo da criação e aproveitamento das realidades específicas marcou o sucesso dessa empreitada. São Paulo, além das três universidades estaduais, ainda possuía grandes universidades particulares e uma federal e vários grupos já atuando em Educação Matemática. A cada uma dessas instituições ou grupos foi dado o direito de apresentar um representante para compor o referido Conselho.

- Universidades Estaduais: UNESP, UNICAMP, USP (São Paulo e São Carlos);
- Universidade Federal: UFSCAR (São Carlos);
- Universidades Particulares: PUC-SP, PUCCAMP (Campinas);
- Órgãos Governamentais: FUNBECC, CENP, DEPLAN;
- Grupos Autônomos: GERP, CEM
- Sindicatos e Centro de Professores: APEOESP, SINPRO, CPP;
- Estudantes: monitores de Matemática da Rede Oficial de Ensino, Mestrandos em Educação Matemática, graduandos em Matemática.

O processo seguia de modo autônomo ainda que centralizado. Enquanto o Rio de Janeiro buscava a participação direta do professorado, São Paulo articulava uma forma de democracia mais no estilo “representativa”. Elegeram nessa primeira reunião uma Diretoria com funções bem definidas através de Comissões.

A Diretoria da Regional São Paulo ficou assim constituída, então:

- Secretaria-Geral: Luiz Roberto Dante

- Tesouraria: Sérgio Roberto Nobre

- Coordenadores de Comissões:

- Eventos: Manoel Oriosvaldo de Moura e Nilson José Machado
- Publicação e Divulgação: Antônio José Lopes Bigode
- Estatuto: Seiji Hariki

Na Circular de 25 de maio (M7) não consta uma reunião da Regional-São Paulo que ocorreu em 23 de maio de 1987, a SP2. Do arquivo doado pela professora Maria Bicudo, tivemos acesso à Ata dessa reunião (M6); como ocorrera dois dias antes da Circular ser expedida, e a Secretaria do movimento Pró-SBEM se concentrava no Rio, é compreensível que tais informações não tenham chegado a tempo. Não esqueçamos que, na época, não tínhamos no Brasil a facilidade que a Internet proporciona nos dias de hoje, fazendo a informação chegar praticamente em tempo real. Esta reunião ocorreu no Instituto de Geociências e Ciências Exatas da UNESP em Rio Claro, SP; fora presidida pelo professor Luiz Dante com a participação de 14 pessoas. Trazemos para cá o nome dessas pessoas, pois hoje constatamos que a maioria delas se firmou como liderança na Educação Matemática brasileira (na ordem em que aparece na Ata): Regina Maria Pavanello, Sérgio Roberto Nobre, Gilberto Luiz Moraes Selber, José Lafayette de Oliveira Gonçalves, Dione Luchesi de Carvalho, Ema Luíza Beraldo Prado, Geraldo Perez, Antonio José Lopes, Marcos Luis Lourenço, Tereza Toshiko Udu, Antonio Miguel, Maria Aparecida Vigiani Bicudo e Anna Franchi.

O que fora planejado na reunião anterior, dia 14 de abril, foi tratado nesta, ou seja, o trabalho das Comissões de Eventos, Publicação e Divulgação, Estatutos.

A Comissão de Eventos propôs que se aproveitassem espaços em eventos de Educação Matemática, tal qual já vinha sendo feito por outras Regionais, por exemplo de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Isso reforça o que vimos destacando acerca da

importância da sistematização centralizada, não centralizadora, da Comissão Central (CC). Somos levados a crer, o que seria natural, que as idéias disseminadas pela CC, através dos Correspondentes Regionais, fossem incorporadas pelos demais na medida do possível.

Os relatos disponíveis não são precisos se as táticas utilizadas por São Paulo foram as mesmas utilizadas na região Sul ou no Rio. O mais provável é que tenham se valido de ambas. O fato é que aproveitaram, como diz na Ata da reunião do dia 3 de julho de 1987, a SP3 (M9):

- a “Mini-São Domingos”: três Mesas-Redondas nas cidades de São Paulo, Campinas e Rio Claro (USP, UNICAMP, UNESP), com pessoas que participaram da VII CIAEM em Santo Domingo, República Dominicana;
- o “II Encontro Estadual de Professores de Matemática”: ocorrido em outubro de 1987 em Rio Claro, SP;
- a “Mesa-Redonda sobre Ensino de Geometria”: ocorrida em novembro de 1987 na PUC-SP;
- as “Conferências Mensais em Educação Matemática”: que ocorriam toda última quarta-feira do mês em Rio Claro, SP.

Na cidade de São Paulo, a atividade foi mais ampla, pois a Regional organizou em 28 de agosto na USP, coordenada pelo professor Oriosvaldo de Moura, uma Mesa-Redonda sobre “Tendências atuais em Educação Matemática”, onde foram apresentados os resultados das conferências internacionais que ocorreram em julho de 1987: Santo Domingo (República Dominicana), Montreal (Canadá) e Sherbrooke (Canadá). Os expositores foram: Bigode, Lucília Bechara Sanchez, Maria do Carmo Mendonça e Rômulo Marinho do Rego. (L28)

Quanto ao encontro de professores de Matemática e as Conferências, de Rio Claro, a tática tem a ver com a região Sul, pois foram realizadas segundo uma seqüência já existente.

Em relação a “Eventos”, o coletivo decidiu, nesse dia, que *“tudo o que ocorrer em Educação Matemática deverá ser enviado à Secretaria Geral, para que se tenha uma Central de Informações”* (M6), conforme já havia sendo orientado pelo movimento nacional. Na reunião seguinte, a SP3, complementaram isso ao decidir que *“todo Evento ou publicação e divulgação feitos em nome dessa Regional deverá ser comunicado à Secretaria Regional, e a ela caberá divulgá-los entre os demais interessados”*. Alguns membros da Comissão de Eventos, como por exemplo a professora Tânia Campos, solicitaram verba do CNPq para um Ciclo de Conferências, onde planejava reservar um espaço para divulgação do movimento Pró-SBEM. Planejaram ainda um calendário de eventos para 1987.

Análogo ao que o movimento nacional chamou de “Rede Básica de Informações”, na SP2, tentaram prever nomes de correspondentes de algumas cidades, que receberiam e disseminariam aos interessados de sua região as informações acerca dos eventos em Educação Matemática, conforme segue: *Estão relacionados a saber. Capital: Regina e Antonio José; Presidente Prudente: Regina (Departamento de Matemática, UNESP); Santos: pessoa a ser contatada por Antonio José; Campinas: Gilberto, Rodney e Miguel; Rio Claro: Ema Luiza Beraldo Prado; São José do Rio Preto: Marcos Lourenço; Jales: Neto; São Carlos: Carmem; Marília: Vilma; Ribeirão Preto: pessoa a ser indicada.* (M6)

A Comissão de Publicação e Divulgação propôs centrar o trabalho para que a SBEM fosse conhecida como uma instituição nascente, um fórum adequado para debates em Educação Matemática. Decidiram então contatar revistas e jornais; pensaram também na elaboração de um boletim estadual.

O debate acerca da construção da SBEM não era nem um pouco linear, nem um pouco óbvio; por vezes as divergências tomavam vulto, as formas de elaboração do que se planejava nem sempre estavam em sintonia. Já nessa reunião podemos falar de enfrentamento entre concepções da Sociedade, que mais adiante foram se avolumando. Bigode sugeriu que os eventos relacionados com Educação Matemática tivessem como conferencistas pessoas indicadas pela SBEM; e o evento em questão, o aval da Sociedade.

Porém, Dante manifestou-se em contrário, pois acreditava que a SBEM não deveria ter o poder de julgar sobre a qualificação de pessoas que eventualmente se dispusessem a isso. O que destacamos e trazemos para esse texto é o fato de estarem permanentemente atentos à possibilidade de desenvolvimento de esquemas de poder. Não importa quem estivesse certo, se isso fosse o caso, o que importa para a história que estamos reconstituindo é essa orientação: auto-vigilância permanente! Por fim a proposta de Dante foi aceita.

Como já dissemos, a Regional-São Paulo foi marcante no sentido de pensar logo a estrutura orgânica de funcionamento da Sociedade. Chegaram ao final dessa reunião, a SP2, estabelecendo planos financeiros. Propuseram organizar um “Livro de Ouro” em que os *“contribuintes receberiam um carta onde rezaria que contribuiu para a formação dessa Sociedade. No futuro essas pessoas receberiam ficha de inscrição definitiva na Sociedade”* (M6). Esta proposta teve prosseguimento na reunião posterior quando o Tesoureiro, Sérgio Nobre, colocou em discussão como operacionalizar a distribuição dos cartões de sócios. Ficou então decidido que estes cartões só deveriam ser oferecidos aos que estivessem interessados em envolver-se de fato com a criação da SBEM. Como é comum nesses casos, o dinheiro a ser arrecadado, decidiu-se, seria colocado em caderneta de poupança em nome do Secretário-Geral, Luiz Roberto Dante, e do Tesoureiro, Sérgio Nobre. Esse fato poderia ser classificado como banal do ponto de vista da história, mas no entanto fazemos questão de relacioná-lo, na medida em que temos procurado destacar justo essa contribuição da Regional São Paulo, uma Regional que funcionou de forma adulta desde o princípio.

Em que pesem as diferenças com o processo bem mais centrado na base, como ocorreu no Rio de Janeiro, não levando em conta o significado mais profundo que isso possa ter, quanto a nós, reservamo-nos o papel de destacar a importância desses dois processos: uma Sociedade que se propõe congregar uma Comunidade científica precisa de representatividade pela base e de funcionamento orgânico. Tais características, muito mais do que não serem mutuamente excludentes, são mutuamente necessárias. Outra diferença foi em relação à campanha de finanças: enquanto a Regional Rio de Janeiro confeccionava e vendia camisetas a Cz\$ 200,00 (duzentos cruzados) com a sigla da SBEM, São Paulo decidiu que os participantes deveriam contribuir com Cz\$ 100,00 (cem cruzados) a cada

reunião. Destacamos, a título de referência monetária, que cem cruzados era o preço normal de uma camiseta à época.

Essa riqueza de procedimentos foi construtiva. Uma tática que funciona em uma dada realidade, pode não funcionar em outra, o que não significa que não se devam implementar propostas exeqüíveis localmente pelo simples fato de que não funcionam universalmente. Se o procedimento de arrecadação utilizado em São Paulo fosse colocado como condição para participação em todas as Regionais, certamente iria inibir a participação do professorado de nível fundamental e médio; no caso dos estudantes de licenciatura seria ainda pior; mas professores universitários puderam e fizeram de modo desprendido, o que só veio a contribuir com a edificação da Sociedade em São Paulo, por consequência, da própria SBEM.

Nessa reunião, a SP2, conforme orientação da CC, decidiram pelo nome da professora Maria Bicudo como representante da Regional na RCC2 que viria a ocorrer então em 6 de junho de 1987.

Em relação aos estatutos, o debate foi iniciado a partir do relato da professora Maria Bicudo que era integrante dessa Comissão. A Comissão não conseguiu chegar a uma proposta completa de estatuto, o que aliás era bastante comum nas demais regionais. Mas São Paulo teve essa marca histórica de pensar a estrutura mais geral, as coisas mais prontas, com tendência a definições; essa mesma tendência se refletiu na construção dos estatutos, portanto. Anna Franchi se posicionou que a Regional poderia dispor da prerrogativa de decidir sobre os estatutos, como de fato ocorreu. Nessa reunião debateram sobre o que fora produzido pela Comissão e fizeram os adendos que julgaram necessários.

Na reunião de 3 de julho de 1987, a SP3, aumentaram a Comissão de Publicação e Divulgação e, ao contrário do que dizia a Ata da reunião anterior, decidiram por fazer um Boletim desta Regional. Tomaram o cuidado, no entanto, em que este Boletim fosse de caráter informativo, e também que não fosse uma réplica do BOLEMA¹⁰³, que já

¹⁰³ BOLEMA: Boletim de Educação Matemática, Departamento de Matemática, UNESP, Rio Claro, SP.

existia nesta época. Além disso, Ema sugeriu que a Regional tivesse um logotipo que poderia ou não persistir após à oficialização da Sociedade.

10. Regional-Rio de Janeiro: a democracia direta se afirma como tendência em luta

A Regional-Rio trouxe para o movimento Pró-SBEM uma posição que ainda hoje está presente: uma tendência à participação direta do professor de Matemática em todos os níveis na vida da SBEM. No entanto, essa não era uma tendência homogênea, como veremos logo mais.

No dia 11 de abril de 1987, houve a segunda reunião dessa regional na USU com a participação de 18 pessoas, a RJ2, presidida por Baldino e secretariada por Vânia Santos e Tânia Cabral (L31). Maria Laura e Baldino iniciaram fazendo um relato da RCC1 para os participantes, distribuindo uma cópia da Ata e anunciando data e local da RCC2, desse modo, socializando as informações e incentivando a participação.

A pauta ficou assim estabelecida: local e data da próxima reunião, avaliação e mobilização, definição da Comissão Regional-Rio e início de discussão sobre estatutos.

No item “local e data da próxima reunião”, fez-se presente uma certa diferença entre concepções. Três propostas foram feitas, duas para ocorrerem no sábado e uma para a quinta-feira. A divergência não era apenas por preferência pessoal. É que a quinta-feira inviabilizaria a participação do professor que atuava na rede diariamente; o sábado aumentaria as possibilidades de participação desse setor. A proposta vencedora, de autoria de Maria Laura, foi pela quinta-feira, dia 21 de maio de 1987. Porém nesse dia 21 de maio houve novo embate, dessa vez explícito (L32): “*Inicialmente foi submetida à*

Plenária a alternativa: sábado ou não-sábado”. A proposta de reunião no sábado foi vencedora dessa vez, marcada para 27 de junho de 1987.

Em relação à mobilização, Baldino entregou cartazes de divulgação dessa reunião nos seguintes lugares: GEPEN, Sindicato dos Professores, Fundação e no CECI. Outros participantes levaram os informes sobre a mobilização na sua região. Em algumas das regiões como Campo Grande e em Miguel Pereira, os contatos foram essencialmente verbais, já em Nova Iguaçu houve divulgação na SEE e no curso CECI.

Neste ponto da pauta, levantaram as diversas maneiras com as quais os integrantes do grupo estavam se organizando para divulgação da SBEM. Ledo fazia uma campanha para angariar verbas para a sub-regional de Nova Iguaçu, através da confecção e venda de camisetas com a sigla da SBEM, atitude que recebeu críticas e aplausos dos presentes; logo em seguida isso foi adotado: as camisetas foram postas à venda por Cz\$ 200,00 (duzentos cruzados), com a sigla e a inscrição “Sociedade Brasileira de Educação Matemática”, o que mais uma vez mostra que a entidade já era uma realidade antes mesmo de sua oficialização, que viria a ocorrer em Maringá no ano seguinte; seus membros estavam empenhados em edificá-la!

A professora Lúcia Tinoco sugeriu que se compusesse um pequeno histórico da SBEM para divulgação das reuniões sub-regionais, tarefa assumida por uma comissão composta pela própria Lúcia, Baldino e Luiz Antonio. Luiz Antonio sugeriu que fosse divulgada a SBEM durante o Encontro do Projeto Fundação que contaria com a presença do professor Luiz Márcio Imenes e que se efetivassem as reuniões nas sub-regionais. Mônica Cerbella sugeriu que os pontos das pautas das reuniões fossem divulgados com antecedência nas bases, para que servissem de atrativo à participação; sugeriu ainda que as reuniões fossem precedidas por uma atividade de Educação Matemática: mesas-redondas e painéis.

A proposta de Mônica foi aceita e encaminhada, ficando decidido que na reunião seguinte, que viria ocorrer em 21 de maio de 1987, a mesma aconteceria em dois momentos: “...no primeiro, um painel de tempo limitado, com um ou vários professores convidados e no segundo, a reunião usual da regional” (L31). Efetivamente houve a

atividade programada com a participação do professor Marcelo de Carvalho Borba como palestrante. Uma das formas de divulgação se deu através de um pequeno cartaz destacando: o nome “SBEM”, a área em questão da Palestra, a “Etnomatemática” e a “Reunião Pró-SBEM”; constavam ainda, os Princípios advindos do IENEM.

Quando entrou em pauta o item “Comissão da Regional”, Baldino se antecipou em propor “*que se considerem Membros da Regional-Rio as pessoas que efetivamente estiverem trabalhando pela criação da SBEM*” (L31), proposta aceita por consenso. Pontuamos aqui as diferenças de encaminhamento entre Rio e São Paulo; as preferências ficam por conta do caro leitor, nosso dever tem sido o de pontuar, historicizar.

Em seguida leram sobre questões dos estatutos. Preferiram não debater sem a presença mais marcante da base, portanto adiaram esse debate e se propuseram concentrar na mobilização. Tiraram a tarefa de procurar estatutos de outras entidades congêneres como apoio à execução desse trabalho: GEPEN, OAB e SBM. Na terceira reunião de 21 de maio de 1987 os Estatutos das entidades aqui referidas foram distribuídos aos presentes.

Nessa terceira reunião já se viram os frutos dos planos de mobilização: 60 pessoas se fizeram presentes na atividade de Educação Matemática, uma Palestra sobre Etnomatemática ministrada pelo professor Marcelo Borba, sendo que 47 permaneceram para a segunda parte sobre a criação da SBEM. Essa palestra foi gravada e transcrita, feito um encarte pela Comissão de Organização e posto à venda por Cz\$ 30,00. Comparado com o valor da camiseta, podemos inferir que cobraram o preço de custo da fotocópia.

A reunião aconteceu no Colégio Santa Úrsula, na cidade do Rio de Janeiro. O professor César F. Azevedo questionou acerca do alcance aos professores dos demais municípios do Estado do Rio de Janeiro. Hoje vemos, de forma panorâmica, que o alcance obtido em termos de número de participantes não era desprezível; porém, em movimento, a tendência de ativistas costuma ser por buscar a maior abrangência possível; por aí compreendemos a ânsia do professor César. Essa manifestação à orientação de ampliação da base de modo participativo foi então contemplada com a sugestão de Baldino, quando propôs que se fizessem algumas reuniões em municípios do Grande-Rio, sempre precedidas

por um evento de Educação Matemática. Compreende-se por que foram centralizadas no município do Rio de Janeiro, pois, como lembrou Marcelo (L32), “...a localização da atual reunião se deveu a se encontrar aqui, no Município do Rio, a maior parte das pessoas que hoje atuam intensamente na Educação Matemática”. Ledo finalizou essa questão propondo a criação de duas comissões, uma de Redação e outra de Organização. É que as dificuldades concretas só haveriam de ser sentidas por quem de fato se pusesse a organizar as reuniões, daí a iniciativa da criação da Comissão de Organização, a quem caberia a tarefa de decisão de onde seria mais adequado fazer as futuras reuniões. A Comissão de Redação se incumbiu de redigir as Atas e sistematizar o debate em torno da questão dos estatutos.

11. Terceira Reunião da Comissão Central (agosto de 87)

Campinas, SP

Nos dias 14 e 15 de agosto de 1987, houve em Campinas, SP, a terceira reunião da CC, RCC3. No dia 20 de agosto, o Secretário do movimento Pró-SBEM, Roberto Baldino, endereçou às Regionais uma carta intitulada “Informe da Reunião de Campinas 14-15/08/1987”. A Secretaria não enviou a Ata dessa reunião (M12): “*O informe é urgente; depois faremos a Ata*”. Essa Ata não consta nos Arquivos pessoais de que dispomos, tampouco nos Arquivos da SBEM, portanto é nossa única fonte primária. A própria dinâmica do movimento costuma impor condicionantes; achamos razoável conjecturar que a Secretaria não atribuiu à carta a importância de uma Ata, pois fora feita em caráter de urgência, mas, no entanto, tudo indica que essa tenha sido a Ata não oficial da RCC3.

A urgência se deveu ao fato de que o Secretário Executivo do PADCT, o Prof. Ernesto Costa de Paula, enviou uma carta “*dirigida à SBEM e datada de 18 de*

agosto, comunicando o final de mandatos de membros dos GT, os Grupos Técnicos que ‘coordenam o planejamento dos subprogramas’, ‘elaboram editais de convocação e ‘acompanham a implementação do Subprograma’ ” (M12). A presença desta citação objetiva ilustrar o fato de que desde o princípio, ainda no processo de gestação, a SBEM já vinha sendo reconhecida, não só pelas construtoras e construtores da Sociedade, mas inclusive por organismos governamentais. O representante do PADCT pedia a indicação de no máximo 3 nomes para recomposição dos GTs, para as vagas de Ensino de Física, Ensino de Matemática e Ensino de Ciências, portanto 9 nomes. A Secretaria, seguindo a orientação mais geral de combate a esquemas de poderes pessoais, agiu coerentemente não indicando nomes, mas remetendo às Assembléias Regionais. O prazo dado por Costa de Paula era o dia 8 de setembro de 1987, daí o caráter de urgência da carta. Presumimos, pelo fato de que só dispunham à época de meios de comunicação menos ágeis em relação à Internet (fax e correio convencional), que aproveitaram para enviar informes gerais sobre a reunião da CC não ainda elaborados com o cuidado necessário que se pode ter na confecção de uma Ata.

A CC anunciou a data da próxima reunião que haveria de ocorrer no dia 24 de outubro de 1987 em Belo Horizonte, MG, a RCC4. Já se encontravam adentrando o segundo semestre e a tarefa principal da CC, a construção dos estatutos, ainda estava apenas iniciada, embora já tivessem sido dados importantes passos nessa direção com um esboço razoavelmente estruturado. Hoje vemos que grande parte desse esboço chegou ao texto final com as naturais modificações e acréscimos resultantes do processo de construção; na verdade, desde a primeira sugestão apresentada ainda em março, na RCC1, grande parte se manteve quase intacta até o texto final aprovado no II ENEM em Maringá quando da fundação da SBEM. Para que isso se desse a contento, trataram logo de estabelecer prazos, a fim de que essa atividade fosse garantida. Marcaram, portanto, as seguintes datas:

- Até 15/10 – a CC recebe propostas de alterações, desdobramentos de itens em alternativas e de redação de novos capítulos;
- Até 30/10 – a CC sistematiza o material recebido e envia às CR um estatuto definitivo, com itens desdobrados em alternativas, que daí por diante só poderá ser votado e não poderá ser mais modificado.
- Até 15/12 – a CC recebe os resultados das votações nas plenárias das Regionais.
- Até 30/12 – a CC elabora o mapa de votação nas bases e decide quais alternativas serão levadas à votação na plenária do II ENEM. (M12)

Nessa carta, o Secretário repassou uma sugestão dada pela experiência da Regional-Rio. Recomendaram que não se discutisse acerca de redação dos estatutos nas reuniões das Regionais; que apenas fossem debatidas e votadas e que a tarefa de redação fosse creditada a Comissões de Sistematização regionais, que se reuniriam entre plenárias consecutivas. O esforço em se manter a **democracia** no movimento novamente se apresentou nesse ponto: as propostas vencidas não seriam sumariamente deixadas de lado, pois teriam a possibilidade de enviar redações alternativas novamente à Comissão de Sistematização sobre a proposta não aprovada, que seriam contempladas na redação de novas propostas. Na plenária seguinte seriam votadas as redações novas contra as já aprovadas. Em caso de ninguém enviar propostas de novas redações, “*a antiga é aprovada por decurso de prazo*”. (M12).

De fato a experiência daqueles que participam de movimentos de base aponta para dificuldades em se constituir textos de modo coletivo. Na Entrevista, Ledo cita uma passagem em uma das reuniões da Regional-Rio no item “Estatutos” em que ficaram 20 minutos decidindo se um determinado “a” era ou não craseado. Compreende-se, a partir da informação obtida através desse método de pesquisa oral, a entrevista, isso que o documento, a Ata, marca como registro na história; tal registro encontra uma explicação na memória de seus protagonistas.

Mas todo movimento vive de fluxos e refluxos, cada acerto e cada erro serve de base para o replanejamento permanente. Nessa reunião foi questionada a legitimidade dos representantes presentes e alguns reclamaram de não terem recebido o convite, o que demonstrou que a rede de comunicação não vinha funcionando bem. Não declararam explicitamente qual fora o motivo de tal questionamento, mas a decisão que tomaram em relação aos representantes das Regionais para a próxima reunião em Belo Horizonte dá boas pistas: *“Para que tenham o mesmo grau de legitimidade que os membros da CC nominalmente citados acima¹⁰⁴, é fundamental que os nomes desses representantes constem nas atas das reuniões em que tiverem sido indicados, e que com elas compareçam à reunião de BH. Nessa reunião, a CC deverá decidir, de uma vez por todas, sua futura forma de trabalho”*. (M12)

12. Quarta Reunião da Comissão Central (outubro de 87)

Belo Horizonte

Conforme pudemos ver, à medida que o tempo foi avançando em direção à data marcada para o II ENEM, onde deveria ser apresentada a proposta de estatutos a ser homologado por aclamação ou com modificações pontuais, o movimento Pró-SBEM tratou de fazer a reflexão de sua própria ação para que o objetivo pudesse ser alcançado. Em Campinas, colocaram-se prazos; já em Belo Horizonte, acharam por bem não cumpri-los em função do movimento concreto que se apresentara. Em carta datada de 31 de julho de 1987 (M10), a Secretaria Geral da CC lembra que:

É preciso que cheguemos ao II ENEM com um estatuto pronto, bem discutido nas bases, que possa ser aprovado, de preferência por aclamação. Se isso não for

¹⁰⁴ A Secretaria tratou de reproduzir na carta circular enviada aos correspondentes regionais a lista de nomes da CC que consta na Ata da RCC1.

possível, pelo menos as divergências devem estar resumidas em poucos pontos, para serem votados. Para que se possa fundar a SBEM naquela oportunidade, é preciso que lá cheguemos com uma grande familiaridade com o debate sobre os estatutos, por insípido que seja este tema.

A RCC4 ocorreu na cidade de Belo Horizonte nos dias 24 e 25 de outubro antecedida por várias reuniões nas Regionais, reuniões da Comissão de Sistematização (CS) da Comissão Central que trabalhou em conjunto com a CS da Regional-Rio: Baldino e Ledo residiam no Rio e atuavam juntos no G-RIO, sendo natural a aproximação. Destacaram-se Rio e São Paulo nesse processo de construção dos estatutos: o Rio, pelo volume de trabalho e de mobilização; São Paulo, pela eficiência. Como poderemos constatar no próximo capítulo dedicado ao processo de construção dos estatutos, as reuniões de 25 de setembro em São Paulo (SP4) e 2 de outubro (SP5) praticamente definiram os estatutos. É necessário porém ressaltar que esse trabalho não se deu em cima do “nada”, mas sobre o conjunto de propostas elaboradas pelo movimento nacional e sistematizadas por iniciativa do grupo do Rio de Janeiro com um total de 8 reuniões anteriores à RCC4.

Logo no dia seguinte à reunião de Belo Horizonte, a Secretaria Geral enviou cartas às bases do movimento tratando da tarefa assumida pela Regional São Paulo de fazer circular os informes sobre a RCC4 e o “convite/convocação” para a próxima reunião (RCC5) que viria a ser realizada em novembro na PUC de São Paulo. Sabemos que “marcas” não falam por si só; marcas só são marcas, quando “marcadas”, e é nisso que reside o papel do historiador. Em se tratando disso, fazemos questão de marcar “convite/convocação”, pois convocação só pode ser feita por autoridade constituída, o que não era o caso. Mas a urgência em se realizar a tarefa em questão tampouco dava margem a formalidades inconseqüentes: convite/convocação nos parece ser mais do que um convite e menos do que uma convocação.

Essa orientação pode ser apontada em vários momentos na relação do movimento. Na carta de 31 de julho, a Secretaria faz questão de frisar que:

Nesse processo, tanto as Comissões Regionais quanto a Comissão Central têm recebido valiosas adesões. Têm sido bem-vindos todos os que querem e têm disponibilidade para TRABALHAR em prol da construção da SBEM. Não se tratam de cargos honoríficos”. Já nessa carta de 26 de outubro diz que “Como em todo o processo de formação da SBEM, as funções não são pré-determinadas em relação às tarefas a elas inerentes. As atividades que venho desempenhando, da melhor forma possível, são as que posso e sei fazer e as que julgo importantes nesse momento. A função cuja existência se deve ao exercício dessas atividades têm sido denominada “Secretaria Geral da Comissão Central”.

Efetivamente, a Regional-São Paulo fez um boletim informativo acerca da RCC4 (D2); traçou um breve balanço das atividades desenvolvidas até o momento, um misto de boletim com “ata”. Declaram nesse boletim informativo que teriam sido realizadas *“aproximadamente 50 reuniões estaduais, reunindo nas regionais cerca de 1200 pessoas; 4 reuniões da comissão nacional reunindo em torno de 60 representantes eleitos em assembleias; 9 propostas completas de estatutos apresentadas pelos estados de Rio Grande do Norte, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pará, Mato Grosso do Sul, Paraná, Pernambuco...”*.

A RCC4 contou com a presença de 33 representantes regionais. Pela importância dessa reunião, pois nela deram um grande salto organizativo na direção do fechamento do texto dos estatutos e conseqüente consolidação da Sociedade, que elencamos aqui os nomes dos presentes. O próprio informativo confirma isso: *“Por aquilo de que exporemos a seguir, a reunião de BH pode, seguramente, ser considerada mais um grande passo para a consolidação da SBEM em nível nacional”*:

Manoel ORIOSwaldo de Moura (FE-USP)-SP; ASSIS (UFPB)-PB; MARGER (UFOP) MG; Lourdes Onuchic (Usp/S.Carlos)-SP; EUDES (UFRO)-RO; Tânia Cabral (G-Rio)RJ; Roberto R.BALDINO (UFRJ)-RJ; DIONE Luchesi (PUC-SP)-SP; SORAIA Kindel (G-Rio)RJ; LEDO Vaccaro (G-Rio)-RJ; JANETE (Ciência Viva) RJ; Vanildo-RJ; Fratane-RJ; ADELAIDE R.Mendonça (UFBA).BA; Antônio V. ARAÚJO (UFRN)-RN; LUCÍLIA Bechara (FE-USP)-SP; DARIO Fiorentini-RS; NERI (UFSC)-SC; Luís M IMENES (FUNBECC)-SP; ELIZETE (UFMT)-MT; VÂNIA (UFRJ)-RJ; LILIAN Nasser (UFRJ)-RJ; BERNARDETE-MG; Antônio José (Bigode) (SEM/GERP)-SP; DANIEL (UE Maringá)-PR; CRISTIANO (UnB)-DF; NEWTON-MG; Maria do Carmo Vila (CECIMIG)-MG; RÔMULO C.Lins

(CAEM/IME-USP)-SP; ABDALA Ganan-MG; LÉA Fagundes-RS; VICENTE (Enemat)-MG.

A orientação adotada na reunião anterior em Campinas previa votações nas bases das alternativas mutuamente excludentes e o texto final dos estatutos deveria ser o resultado dessas votações. Procuravam “*sempre dar a todos os envolvidos neste processo a certeza de que ele seria resultado de debates e escolhas lúcidas, apoiadas no fato de que TODAS AS POSICÕES E SUGESTÕES ESTARIAM PRESENTES*”. (D2). Optaram por incluir desde o início alternativas que refletissem orientações distintas, embora tenham marcado a importância de vários pontos convergentes, sem alternativas, o que para eles identificavam uma certa maturidade do movimento que davam consecução. A discordância foi significada pela Regional-São Paulo como sendo “*jamais um jogo de poder, mas o resultado da convivência com a diversidade*”. Levamos em consideração que essa opinião da Regional deve ser contextualizada: figurava em um boletim em que assumiram a tarefa de representar os anseios mais gerais advindos do movimento que acabara de se reunir, portanto não uma opinião isolada, com uma certa “representatividade”.

Nessa reunião de BH (levamos em conta que já estavam no final do mês de outubro), o debate convergiu para o seguinte entendimento: ao lerem os “Subsídios” (proposta de texto com pontos desdobrados em alternativas para o debate e decisão nas bases), não conseguiam “*ver a espinha dorsal deste documento*”. Segundo o boletim, surgiu nas Regionais a necessidade de se “*ENXUGAR*” os estatutos, deixando o que era essencial e não o contraditório. Anteviram o risco dos estatutos resultar em um texto incoerente e desarticulado e tinham a convicção de que “*o estatuto será, sem dúvida, a espinha dorsal da Sociedade*”. Levaram em conta que os presentes eram representativos, pois foram eleitos em Assembléias nas Regionais, eram legítimos; ainda, que o processo de debate e construção dos estatutos já transcorria há 8 meses: “*Oito meses de debate franco, lúcido e aberto a todas as contribuições*”. (D2)

Em função dessa reflexão coletiva decidiram assumir as conseqüências de se investirem de representatividade e votaram aí mesmo as alternativas ainda presentes, com o

objetivo explícito de se obter uma proposta de estatuto coerente. Rediscutiram os Princípios, agora amparados pela concretude de um estatuto semi-pronto. Identificaram os princípios centrais de cada capítulo, buscando um eixo orientador na decisão das alternativas. Chegaram a uma proposta “fechada” de estatuto que viria a ser praticamente o Estatuto votado em Maringá com algumas modificações. Certamente não saiu daí um texto consensual, porque tal consenso não existe em sociedades fundadas na luta de classes, como é a sociedade contemporânea; justo o contrário: o movimento social é produzido pelo dissenso. O grande feito democrático do movimento Pró-SBEM foi que **“A SBEM manteve-se afastada dos ‘eu-quero’ e dos ‘de-jeito-nenhum’ ”**. (D2)

O eixo norteador das decisões trazemos para cá na íntegra, dada sua importância histórica; vale ressaltar que tais princípios, esses sim, foram decididos “*praticamente por consenso*”, ainda que os pontos polêmicos tenham gerado debates “*francos e longos*”, respeitando-se a votação, embora algumas questões tenham sido decididas por maioria simples e por pequena margem de votos. Depois de 14 horas de trabalho no sábado, dia 24 de outubro de 1987, delegaram a um grupo de 10 pessoas a tarefa de concluir o texto, as questões polêmicas já haviam sido decididas; esse grupo ainda trabalhou no domingo, dia 25 de outubro.

Por fim, o boletim fala de congratulações recebidas pela organização da SBEM por parte da direção da ATM (*Association of Teachers of Mathematics*, Inglaterra), dos editores da *Mathematics Teacher* (revista da ATM) e da APM (Associação dos Professores de Matemática, Portugal).

Encerramos com os princípios traçados pelo movimento:

- 1) Caracterizar a Educação Matemática como uma área DE CONHECIMENTO, autônoma por gerar problemas próprios e autônoma por respeitar e ser respeitada como tal pelas demais áreas de conhecimento, em permanente intercâmbio com estas áreas.
- 2) Caracterizar a SBEM como uma sociedade ABERTA, isto é, acessível a todas as pessoas interessadas e envolvidas com a Educação Matemática como em (1).
- 3) Que os objetivos não sejam casuísticos nem circunstanciais, isto é, que garantam o crescimento e a solidificação da SBEM - além dos dias de hoje.
- 4) Que se estimule e privilegie o surgimento e fortalecimento de estruturas regionais, com liberdade de organização para estas regionais. Esta foi a alternativa natural para uma país grande e diverso como o Brasil, que precisa da multiplicação da produção em EM mas também do acesso a esta produção. Além disso desde o princípio o processo de formação da SBEM se caracterizou como regional resultando em enriquecimento dos trabalhos e não em obstáculos.
- 5) A Assembléia Geral é a instância máxima de decisão da SBEM.

13. Contribuição divergente da Regional Pernambuco

O grupo de professores e pesquisadores atuantes em Educação Matemática de Recife se reuniu para debater acerca dos Subsídios recebidos até 29 de agosto, produzidos pela Comissão de Sistematização da Regional-Rio e por dois membros da CC. Reuniram: professores do Departamento de Matemática, Curso de Especialização em Ensino de Matemática para professores do 1º. grau, Departamento de Psicologia e Centro de Educação da UFPE; professores da UFRPE; CECINE da UFPE.

O resultado desses debates foi remetido cinco dias antes da reunião de Belo Horizonte, portanto não puderam fazer chegar ao conhecimento das bases do movimento. Por isso, dada a natureza frontalmente divergente do documento apresentado e assinado pela professora Terezinha Nunes Carraher, na parte da manhã do sábado a CC reunida em Belo Horizonte tratou de iniciar a RCC4 pelo documento apresentando pelo grupo de Recife. Caso as propostas ali contidas fossem aprovadas, não faria sentido debater todo o

resto, porque não se tratava de adendos, divergências pontuais, mas demarcação explícita em relação aos Princípios votados no I ENEM. Avaliaram que a proposta de estrutura contida no documento de Recife devesse ser rejeitada, e o fizeram por maioria absoluta, “*por ferir frontalmente o 4º. princípio*”. (D2). O quarto princípio a que se referiram não é o quarto princípio da lista de Princípios definidos no I ENEM, mas esses votados na reunião de BH, ou seja, aquele que trata da SBEM como entidade centralizada a partir de estruturas regionais.

Esse grupo considerou que os estatutos apresentavam uma formalização além da necessária, que não deveria constar propostas de criação de uma superestrutura burocrática e administrativa. A SBEM deveria limitar-se à manutenção de um boletim nacional e organização do ENEM.

O documento também aponta pontos que julga contraditórios como, por exemplo:

a SBEM é declaradamente uma entidade sem fins políticos, mas compromete-se a apoiar greves de classes. Também observou-se que a finalidade de promover a Educação Matemática como área de conhecimento havia sido quase perdida quando a SBEM apresenta-se quase como uma entidade de classe dos professores de Matemática, não sendo este o desejo dos participantes na discussão. (D29)

A proposta de estatuto apresentada era bastante sintética, constando com nove artigos que versam praticamente sobre a “Organização Administrativa”, com apenas duas instâncias: Assembléia Geral e Conselho Deliberativo.

14. “A Encruzilhada”

Uma carta enviada por Roberto Baldino intitulada “A Encruzilhada” (M23) em caráter pessoal, não como Secretário-Geral, a Bigode, Ledo, Lucília, Maria Bicudo, Rômulo e Terezinha Carraher, expõe em parte o clima de disputa de rumos do movimento Pró-SBEM.

Baldino atribui, nessa carta, o salto qualitativo da Comissão Central, passando de instância sistematizadora a instância decisória. O Documento de Recife tecia críticas no que dizia respeito tanto ao conteúdo como à forma de organização, desqualificando-o, conforme diz a carta, como “*Colcha de Retalhos*”. De fato o movimento assumiu tais críticas, o que o fez mudar seus rumos: o caminho que tinham combinado em Campinas de levar as alternativas para as bases decidir foi alterado e a CC “enxugou” em Belo Horizonte a “colcha de retalhos”.

Mas o conteúdo de “A Encruzilhada” não aponta para questões meramente de definição textual, senão de concepções políticas:

Com a reunião de Belo Horizonte a SBEM chegou a uma encruzilhada decisiva. Em breve estarão determinados seus rumos definitivos. O que se viu em Belo Horizonte foi, antes de mais nada, a irreversibilidade da SBEM. Seu embrião já ultrapassou o ponto em que poderia ser abortado; germina, e as feições do rebento começam a se tornar claras. Apenas o parto poderá ser mais ou menos doloroso. Estejam, pois, avisados os que apostarem na extinção do processo; só lhes resta participar ou ficar à margem da História.

O problema central apontado por Baldino, e que já vimos ter sido o entendimento geral da CC naquela oportunidade, é que a proposta de Recife implicava em uma organização informal centralizada nacionalmente, sem organização das bases, com atividades centradas em encontros nacionais e diretorias eleitas em assembleias. O estatuto

proposto por Recife era enxuto, coerente, mas fruto da “*concepção de uma ou de poucas pessoas*”, sendo que o outro era frágil, incoerente, produzido por adições sucessivas, mas produzido nas bases. E foi o movimento gerado por Recife que promoveu uma inflexão no movimento, pois tiveram que optar por um caminho ou outro.

No entanto, a decisão tomada pela CC foi criticada por Baldino nessa carta. Decidiram não mais enviar as alternativas às bases para serem votadas, pois reivindicaram nessa oportunidade “legitimidade” e “representatividade”. Decidiram enviar às bases somente o “*Estatuto Enxugado, junto com um informe ou histórico, descrevendo o processo que culminou nele e anunciando (de maneira mais ou menos ‘en passant’) a existência do Documento de Recife. Era o primeiro passo da SBEM na direção de um dos caminhos da encruzilhada*”. No boletim informativo produzido pela Regional-São Paulo (D2) pudemos constatar de fato que assim foi feito. Baldino se disse voto vencido: “*Eu queria que o Documento de Recife fosse enviado às bases, junto com o Estatuto Enxugado, acompanhados, cada qual, dos subsídios necessários a sua compreensão e defesa, para serem votados, um contra o outro. Ganhando o Estatuto Enxugado, aí as bases poderiam homologá-lo ou votar as alternativas da Colcha de Retalhos*”.

Em favor da posição vencedora, aponta de memória que os argumentos foram tais como:

Sobre a questão ideológica:

- fomos nós que arregaçamos as mangas e vimos trabalhar pela SBEM;
- o documento de Recife é uma intervenção indébita no processo e deve ser anulada;
- somos nós os legítimos representantes das bases;
- enviar o Documento de Recife junto com o nosso seria permitir que "furasse a fila";
- colocar o Documento de Recife em paridade com o nosso seria um desrespeito para com aqueles que deram tanto de si para chegarmos até cá;
- será um documento pessoal da colega Carraher?
- o Documento de Recife não propõe uma Associação mas um comitê.

Sobre a questão política:

- qual será a correlação de forças na plenária final da II ENEM?

- os adeptos do Documento de Recife terão força par "melar" a formação da SBEM?

- e se as bases optarem pelo Documento de Recife?.

Baldino divergiu dessa linha de argumentação. Disse que Terezinha Carraher não estava intervindo “de fora”, era participante do movimento como qualquer outro, bem como não apenas os presentes, mas todos aqueles que participaram “*desde Guadalajara, ou mesmo antes*”. Argumentou que a única instância legítima para “derrotar” o documento do Recife era a votação nas bases. Baldino se opôs diametralmente às propostas de Recife, divergindo não somente das propostas em si, bem como a forma que encaminharam, “*à concepção de Educação Matemática*” nele contida, à “*posição de classe implícita*”. Porém divergiu do rumo adotado pela CC dizendo: “*Mas não foi para esse ramo da encruzilhada que se caminhou. Deu-se um passo na direção do outro! Apesar do irrepreensível currículo de militância democrática dos presentes, começou o processo de exclusão de posições não majoritárias na SBEM*”.

15. “Estamos Fundados”

Superada a crise de Belo Horizonte, com os estatutos já com uma versão “enxugada” pela CC, mas sem abandonar os “Subsídios”, seguiram os debates nas bases. A Regional São-Paulo ainda voltou a se reunir na PUC de São Paulo em 21 de novembro, SP6. A Regional-Rio, em 23 de novembro, realizou sua nona e última reunião desse período, RJ9. Prosseguiram o debate, produzindo contribuições em forma de indagações sobre aspectos que ainda apontavam para certas incoerências e imprecisões. No capítulo posterior, precisaremos concretamente essas questões. Embora tenham sido lembrados pela professora Janete Frant de que o Documento de Recife deveria ser apenas objeto de

“informe” às regionais, diante da insistência dos participantes nessa reunião, Ledo, na função de Secretário da RJ9, propôs uma “*rápida leitura*” do documento e que passassem em seguida ao debate sobre as sistematizações da CC, o que foi feito. Por pequena margem de votos (7 a 6) venceu a proposta de votarem o documento na íntegra por considerarem não haver contraditórios, fazendo, como já dissemos, apenas “*recomendações*” à CC.(L34)

A CC se reuniu na PUC em São Paulo no dia 28 de novembro, RCC5, e deram ainda outros passos na construção dos estatutos, levando-se em conta as novas propostas de sistematização do Rio de Janeiro. Essa versão resultante dos trabalhos feitos em BH e São Paulo está disponibilizado na íntegra no capítulo sobre a evolução dos estatutos, dada sua importância histórica: foi essa a versão apresentada para o debate e decisão final no II ENEM. Dessa reunião da CC em São Paulo, a RCC5, não foi guardada a Ata pelos nossos colaboradores (Dario, Ledo e Maria Bicudo) e não a obtivemos por outras fontes. O único registro que possuímos são manuscritos, anotações, da professora Maria Bicudo; por ser a única fonte disponível, daremos a tais anotações o tratamento de “documento”, atribuindo a ele o código M21.

A Ata da RCC5, levando em conta o “documento” M21, provavelmente tenha sido a seguinte:

- *Informes*
- *SBEM e SBM*
- *Sigla*
- *Estatuto*
- *Processo de Implantação da SBEM*
- *Processo Eleitoral*
- *Tarefas*

Escolheram uma Comissão para conversar com a SBM e a SBMAC: Imenes, Dario, Dione e Maria Bicudo. Como se tratam de anotações, não temos como ser precisos. Apenas apontamos que, nesta “Ata”, propuseram que se buscassem contatos mais amplos como SBPC e ANDES.

Em 12 de janeiro de 1988, a Secretaria do Movimento Pró-SBEM enviou às bases um boletim informativo com as sistematizações anexas (D37). É citado o dia de 24 de janeiro, portanto durante o II ENEM, para ocorrer a RCC6, o que viria de fato acontecer no dia 26 de janeiro; um dia antes houve debate como atividade do II ENEM e a RCC6 tratou de sistematizar as modificações propostas por escrito até ao meio dia de 26 de janeiro. No dia seguinte, portando dia 27 de janeiro de 1988, com início às 16 horas, no auditório “Dona Guilhermina” na Avenida Tiradentes, 740, em Maringá-PR, realizou-se a **“Assembléia Geral de Fundação da Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM)”** com a presença de cerca de 600 pessoas. Desta Assembléia, destacamos a fala registrada em Ata deste que várias pessoas atribuem o reconhecimento como “o idealizador” da SBEM, desde os tempos de Guadalajara na XI CIAEM no México, professor Ubiratan D’Ambrósio: *“ESTAMOS FUNDADOS!”*.

Pela relevância do “Ato de Fundação”, apresentamos a “Ata de Fundação” da SBEM na íntegra com pequenas adequações gramaticais:

ATA DA ASSEMBLÉIA DE FUNDAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA (SBEM).

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de janeiro de 1988 (hum mil novecentos e oitenta e oito), no auditório Dona Guilhermina, sito à Avenida Tiradentes, 740 (setecentos e quarenta), em Maringá, Estado do Paraná, com início às 16 (dezesesseis) horas, realizou-se a Assembléia Geral de Fundação da Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM), contando com aproximadamente 600 (seiscentas) pessoas presentes. A mesa foi composta pelos seguintes elementos: Maria Laura M. Leite Lopes, Sérgio Roberto Nobre, Lucília Bechara Sanchez, Manuel Claudemir Silva Caldas e Emerson Arnaut de Toledo. A presidência da mesa esteve com Maria Laura M. Leite Lopes, que abriu os trabalhos e apresentou, em seguida, os membros da Comissão Central responsáveis pela organização da presente Assembléia: Lucília Bechara Sanchez, José Aluisio Ferreira Lima, Tânia Maria Mendonça Campos, Tânia S. Bascos, Elisete de Miranda, Jonas Martins Silva, Manoel Oriosvaldo de Moura, Luís Carlos Pais, José Luiz Magalhães de Freitas, Tadeu Oliver Gonçalves, Luiz Márcio Imenes, Roberto Ribeiro Baldino, Tânia Cristina B. Cabral, Janete Bolete Frant, Neri Terezinha Both Carvalho, Antônio Pinheiro de Araújo, Dione Lucchesi de Carvalho, Gelsa Knijnik, Lourdes Onuchic, Adelaide Reis Mendonça Salvador, Dora Soraia Kindel, Vanildo de Jesus Xavier, Maria Tereza C. Soares, Manuel Claudemir Silva Caldas, Sérgio Roberto Nobre, Eudes Barroso Júnior, Dario Fiorentini, Rômulo Campos Lins, Rômulo Marinho do Rego, Nilza Eigenheer Bertoni, Charles Guimarães Filho, Vânia Maria Pereira dos Santos, Ledo Vaccaro Machado, Marlene de Araújo, Regina Maria Pavanello, Maria

Laura Lopes, Rafael a Mousinho Gendi, Cristiano Alberto Muniz. Em seguida, foi dada a palavra ao Professor Roberto Ribeiro Baldino, secretário geral da Comissão Pró-Fundação da SBEM, o qual solicitou que se levantassem todos os presentes que, de alguma forma haviam trabalhado junto às regionais, tendo-se constatado o número considerável de pessoas que participaram do processo. Advogou o encaminhamento transparente e democrático do processo. Enunciou a seguir, o princípio norteador para a constituição de uma primeira diretoria provisória que visa garantir a consolidação da SBEM: o do consenso sem restrições. Informou, também, que a proposta da Comissão Central reunida no dia anterior é a de eleições em novembro do corrente ano e posse da diretoria eleita em janeiro de 1989 (hum mil novecentos e oitenta e nove). Em seguida o Professor Roberto Ribeiro Baldino despediu-se da função de Secretário Geral, por ele exercida até àquele momento. Logo após a Professora Beatriz D'Ambrósio leu a seguinte moção: "Proponho à Assembléia a aceitação de uma moção de apoio e agradecimento à Comissão Central Pró-Fundação da SBEM em particular à sua Coordenação e Comissão de Sistematização, pelo empenho e dedicação demonstrados na condução do processo desencadeado no Primeiro Encontro Nacional de Educação Matemática (ENEM) e cujo esforço tornou possível a concretização do anseio da comunidade que trabalha com Educação Matemática em nosso país: a efetiva existência da nossa Sociedade Brasileira de Educação Matemática. Proponho a escolha da Professora Lourdes Onuchic para simbolizar esta Comissão e seu empenho na realização da sua tarefa". A moção foi aceita por aclamação. Em seguida o Professor Tadeu Oliver Gonçalves leu o telegrama enviado pelo representante da Organização dos Estados Americanos (OEA) dirigido ao Professor Roberto Ribeiro Baldino, cumprimentando a comunidade que trabalha em Educação Matemática pela fundação da SBEM e agradecendo o convite que recebeu para participar da mesma. A presidente da mesa informou a seguir, que a Comissão Central se reuniu no dia 26 (vinte e seis) de janeiro próximo passado para discutir as propostas de mudanças no estatuto, apresentadas após à Assembléia de discussão do mesmo realizada no dia 25 (vinte e cinco) de janeiro próximo passado e encaminhadas por escrito à Comissão Central até às 12 (doze) horas do dia 26 (vinte e seis) conforme encaminhamento aprovado na referida Assembléia. Informou também a presidente da mesa que a Comissão Central, nessa reunião, decidiu que só se fariam mudanças que garantissem a manutenção dos princípios que nortearam a elaboração do estatuto: que fosse sucinto e não regimental, que não entrasse em questões circunstanciais, que garantisse uma estrutura de sociedade aberta. Informou também que a Comissão Central nesta mesma reunião elegeu uma Comissão de sete membros para estudar a possibilidade de incorporar as mudanças propostas e apresentou à plenária tal comissão composta por: Antônio Pinheiro Araújo, Dario Fiorentini, Luís Márcio P. Imenes, Lourdes Onuchic, Ledo Vaccaro Machado, Maria Laura M. Leite Lopes e Nilza Eigenheer Bertoni. Em seguida a mesa propôs a leitura na íntegra dos 39 (trinta e nove) artigos do estatuto, revisto pela Comissão acima referida, para a Assembléia. A leitura foi feita pelo Professor Luís Márcio P. Imenes. Após a leitura a mesa consultou da necessidade de esclarecimentos. Interferiu o Professor Antônio José Lopes propondo a aprovação por aclamação, do estatuto, partindo do pressuposto que o texto será revisto por um advogado e um especialista em linguagem, mas a Assembléia não acatou a proposta. O Professor Luís Márcio P. Imenes pediu à plenária que procurasse agilizar o processo de votação do estatuto para evitar o esvaziamento. Em seguida, o Professor Manoel Oriosvaldo propôs que houvesse limitação do tempo de esclarecimentos, o que foi acatado pela mesa, que concedeu 10 (dez) minutos para tal finalidade. Os pedidos de esclarecimentos foram feitos

por Terezinha Nunes Carraher sobre a redação do artigo 29 (vinte e nove) parágrafo 3º (terceiro); Lúcia A. Tinoco sobre a viabilidade do cumprimento do artigo 11 (onze) considerando o processo inflacionário brasileiro; João Bosco Pitombeira, sobre o direito de voto pelo não cumprimento do artigo 11 (onze); Nilza E. Bertoni e Cristiano Alberto Muniz sobre a necessidade de Assembléia Extraordinária para homologação dos resultados das eleições que não coincidem com a data do Encontro Nacional de Educação Matemática (ENEM); Elizabete Zardo Búrigo, sobre prazo de carência; Professor Carlos Renato Fuzstemberg sobre inviabilidade de modificação estatutária: dadas as exigências do artigo 39 (trinta e nove); Cíntia Paes Carvalho, sobre os artigos 2º. (segundo), 11 (onze), 35 (trinta e cinco) e sobre normas para realização das próximas eleições e possibilidade de reeleição da Diretoria Nacional Executiva (DNE). Durante tais intervenções os esclarecimentos foram feitos por membros da Comissão Central. Esgotado o tempo previsto, a mesa pôs em votação o estatuto que foi aprovado pela maioria absoluta da Assembléia, com nenhum voto contra e um mínimo de abstenções. Após o processo de votação do estatuto a plenária aclamou o ato de fundação da Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM). Após à aclamação, o Professor Hilton Machado, representante da Sociedade Brasileira de Matemática Aplicada e Computação (SBMAC) leu a seguinte manifestação em nome do seu presidente: "A Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM). Como presidente da SBMAC cumprimento toda comunidade de Educação Matemática na data de criação da SBEM desejando à nova Diretoria e seus Coordenadores Regionais e a todos os seus associados o maior sucesso em suas iniciativas e realizações. A SBMAC se orgulha de participar deste momento e espera estabelecer laços estreitos de cooperação e intercâmbio com a SBEM. Assinado Carlos A. de Moura. Em seguida o Professor João Bosco Pitombeira se manifestou em nome do Sociedade Brasileira de Matemática (SBM), regozijando-se com o nascimento da SBEM e desejando a união das três sociedades: SBM, SBMAC e SBEM, num trabalho harmonioso dentro das vocações profissionais de ensino e pesquisa. A seguir o Professor Ubiratan D'Ambrosio, manifestou-se em nome da Comissão Internacional de Instrução Matemática (ICMI) e do Comitê Interamericano de Educação Matemática (CIAEM), congratulando-se com a SBEM pelo preenchimento de uma lacuna ha muito sentida no cenário nacional. Cumprimentou todos os que trabalharam desde a VI (sexta) Conferência Interamericana de Educação Matemática (CIEAM) em Guadalajara - México em novembro de 1985 (hum mil novecentos e oitenta e cinco) quando se firmou a intenção de fundação da Sociedade. Em seguida se dirigiu particularmente àqueles que dedicaram esforço físico e emocional para que a Sociedade se concretizasse. Parabenizou enfim à Educação Matemática do Brasil confirmando: "Estamos Fundados". Terezinha Nunes Carraher, a seguir manifestou-se como membro do Comitê Executivo do Grupo Internacional para a Psicologia e a Didática da Matemática, cumprimentando os presentes pela fundação da SBEM. Finalmente a Professora Maria Laura Leite Lopes reafirmou o apoio da Sociedade Brasileira de Física (SBF) em nome do seu Presidente. A presidente da mesa à plenária que de acordo com o estatuto serão considerados também fundadores todos os que assinarem a ata de Fundação ou os dois livros de presença desta Assembléia. A presidência da mesa foi então substituída pelo Professor Sérgio Roberto Nobre, que anunciou o próximo item da pauta: eleição da diretoria. Foi proposta e aceita pela Assembléia a eleição de uma Diretoria Nacional Executiva (DNE) provisória, encarregada de consolidar as bases da SBEM, tomando todas as providências para o registro civil da mesma e para a realização de eleições em novembro de 1988 (hum mil novecentos e oitenta e oito) de acordo com o estatuto aprovado nesta Assembléia Geral. A seguir a Professora

Maria Laura Leite Lopes em nome da Comissão Central reunida no dia 26 (vinte e seis) próximo passado apresentou a seguinte chapa para a Diretoria provisória: Nilza Eigenheer Bertoni da Universidade de Brasília para Secretária Geral; Antônio Pinheiro Araújo C. da Universidade Federal do "Rio Grande do Norte para Primeiro Secretário; Tadeu Oliver Gonçalves, da Universidade Federal do Pará para Segundo Secretário; Cristiano Alberto Muniz., da Universidade de Brasília, para Primeiro Tesoureiro e Daniel de Freitas Barbosa, da Universidade Estadual de Maringá, para Segundo Tesoureiro. A seguir a mesa consultou o plenário acerca da existência de outra chapa e não havendo manifestação alguma, a Professora Nilza Eigenheer Bertoni, em nome dos colegas de chapa se declarou à disposição para desenvolver esforços no sentido da consolidação da SBEM e aceitou a indicação. O presidente da mesa propôs a aprovação da chapa por aclamação, no que foi acatado pelo plenário. Em seguida a Assembléia deu posse à Diretoria eleita. O Professor Antônio José Lopes interferiu, convocando os presentes a se organizarem em seus estados para real efetivação da tarefa da Diretoria Provisória: a de consolidação das bases da SBEM e condução do processo eleitoral. O Professor Cristiano Alberto Muniz, em nome da Diretoria eleita, reforçou a necessidade de apoio das Estaduais. Após consulta à plenária a mesa deu por encerrada a Assembléia de Fundação da Sociedade Brasileira de Educação Matemática e Eleição da Primeira Diretoria, seguida de aplausos dos presentes. Eu, Lucília Bechara Sanchez, como secretária "ad hoc" lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada por mim e pelo presidente da Assembléia.

Lucília Bechara Sanchez
Secretária da Assembléia

Maria Laura Mousinho Leite Lopes
Presidente da Assembléia

III. A DUAS MIL E QUATROCENTAS MÃOS

Concluindo nossa tarefa de investigação, em relação ao movimento que criou a SBEM, passamos agora a exibir o resultado de nossos estudos no que diz respeito à produção propriamente dita da tarefa da Comissão Central (CC) do movimento pró-SBEM: a elaboração do Estatuto. Temos por pressuposto que o conhecimento em geral se constrói através de imagens, dentre outras, por palavras, descrições, articulações discursivas e teóricas. Cremos que a evolução dos estatutos sozinha não forneceria os elementos necessários, ou pelo menos seriam poucos, para que se justificasse nossa Tese sobre o caráter democrático desta mesma construção. Tampouco apenas a descrição das condições desta produção seria favorável à empreitada teórica em que estamos engajados. Consideramos de fundamental importância mostrar como o Estatuto da SBEM foi construído pelas 1200 pessoas, número que estamos procurando tornar oficial, que de alguma maneira contribuíram para a execução desse feito que impulsionou a Educação Matemática brasileira, pondo-a em relevo no cenário mundial.

O Estatuto da SBEM tem sua origem na Plenária Final do I ENEM, quando definiram os “Princípios” de criação da Sociedade. O que segue abaixo é uma cópia fiel de parte da Ata da Plenária (M1) citada em relação aos princípios em questão, que viriam a orientar não só a construção textual dos estatutos, bem como o próprio movimento de Educação Matemática brasileira que se organizou em torno da SBEM:

A SBEM deve:

- 1 – ser sem fins lucrativos, independentemente de atividades político-partidárias e religiosas;*
- 2 – ser aberta a todos os interessados na Educação Matemática;*
- 3 – promover o desenvolvimento da Educação Matemática como campo científico e como prática pedagógica e social;*
- 4 – promover seminários, encontros, publicações e outras atividades que incentivem o intercâmbio entre os associados;*

5 – responsabilizar-se pela continuidade dos ENEMs e dar cobertura aos comitês de organização local;

6 – promover e defender o direito de todos a uma Educação Matemática libertadora e democrática, acessível a todos;

7 – organizar-se de maneira democrática.

Na Reunião da Comissão Central de 28 de março de 1987, a RCC1, que ocorreu na PUC em São Paulo, surgiu a primeira proposta de estatuto enviada pela **Regional Rio Grande do Norte** (D20). Esta proposta fora construída a partir dos Princípios do movimento e foi de fundamental importância, pois impulsionou todo um processo que viria a durar quase um ano. No texto final, podemos ver a marcante presença, exposto aqui na íntegra, do pioneirismo potiguar. Marcamos em destaque algumas palavras e expressões que apontam para a orientação democrática de que estivemos falando até aqui.

TÍTULO I

Da Natureza e Objeto

CAPÍTULO I

Da caracterização, Sede e Foro.

Art. 1º. - A Sociedade Brasileira de Educação Matemática, denominada SBEM é uma entidade civil, sem fins lucrativos, independente de atividades político-partidárias e religiosas que incorpora professores do 1º., 2º. e 3º. graus e outros interessados em Educação Matemática.

§ 1º. - A SBEM terá sua sede nacional onde estiver instalada a sua Secretaria.

§ 2º - Para efeitos legais a SBEM terá foro em...

CAPÍTULO II

Dos Objetivos

Art. 2º - A SBEM é uma comunidade profissional tendo por finalidade o

desenvolvimento da Educação Matemática como campo científico e como prática pedagógica social, dentro dos princípios de uma **Educação democrática e acessível a todos**.

Art. 3º - A SBEM tem por objetivos:

I — Promover o desenvolvimento do ensino da Matemática **em todos os níveis de ensino**.

II - Assegurar o **entrosamento entre a Diretoria Nacional e os Comitês Locais**.

III - Assegurar o intercâmbio e a cooperação entre as instituições educacionais, entidades congêneres, os profissionais do ensino da Matemática e demais interessados.

IV - Fomentar a produção de trabalhos na área de Educação Matemática facilitando também sua difusão e intercâmbio.

V — Estimular atividades de pesquisa e experiências educacionais de pesquisa e experiências educacionais identificando temas prioritários ao país e às condições concretas do ensino de 1º, 2º e 3º graus.

VI - Responsabilizar-se pela continuidade dos Encontros Nacionais de Educação Matemática - ENEM's - e dar apoio institucional aos comitês locais.

VII - Promover cursos, seminários, encontros e outras atividades que incentivem o intercâmbio entre os seus associados.

VIII- Zelar pelos interesses dos profissionais interessados em Educação Matemática

IX - Contribuir para o aperfeiçoamento e a melhoria na formação de professores de Matemática.

X - Agir junto às agências financiadoras de pesquisas nos países, **lutando por uma participação democrática efetiva**.

XI -....¹⁰⁵

TÍTULO II
Do Quadro Social
CAPÍTULO I

¹⁰⁵ Destacamos o XI item inexistente. As reticências indicam “abertura”, participação coletiva.

Dos Sócios

Art. 4º - O quadro social da SBEM é **constituído por um número ilimitado de sócios**, distribuídos pelas seguintes categorias:

I - Sócios fundadores - são profissionais e **estudantes**¹⁰⁶ que participaram do momento de fundação da SBEM.

II - Sócios Efetivos - são profissionais e **estudantes** a ela associados após sua fundação.

CAPÍTULO II

Dos Direitos e Deveres dos Sócios

Art. 5º - Os associados gozarão dos direitos de participação nas atividades da SBEM, de palavra e voto nas Assembléias Gerais e demais reuniões, de elegerem a diretoria e de requererem em conjunto de pelo menos um terço dos sócios, a convocação de assembléias extraordinárias.

Art. 6º - Os associados deverão cumprir o estatuto, os regulamentos e disposições da SBEM, exercer os cargos para os quais forem eleitos, participar das atividades e prestigiar as iniciativas da Sociedade.

Parágrafo único - Os associados ficarão obrigados a uma contribuição anual que será fixada, cada ano, pela Assembléia Geral, aprovada durante os Encontros Nacionais.

TÍTULO III

Da Organização

CAPÍTULO I

Da Organização e Funcionamento

Art. 7º - A SBEM terá sua estrutura organizacional e administrativa com a participação efetiva e da **maior representatividade dos associados**, por regiões e Estados....

Art. 8º - Os setores que integram a estrutura organizacional da SBEM serão:

¹⁰⁶ Projetavam a participação de estudantes de Matemática na vida efetiva da Sociedade.

- 1- Assembléia Geral
- 2- Presidência
- 3- Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal
- 4- Secretaria Geral
- 5- Comitês Locais
- 6- ...

A partir da apresentação desta proposta, ficou constatado entre os presentes que **havia divergências**. O encaminhamento proposto foi não iniciar neste momento a discussão, apenas conceituar os tópicos que deveriam ser discutidos e **enviar para as bases**.

A enumeração dos tópicos propostos pela CC ficou assim resolvida:

- 1 – Finalidade e Objetivos da SBEM: com o aprofundamento dos princípios decididos no I ENEM;
- 2 – Sócios: discutir quem são, direitos e deveres, a qual categoria devem pertencer (estudantes, profissionais, interessados em geral etc) e forma de filiação à Sociedade;
- 3 – Estrutura: instâncias de decisão;
- 4 – Fundos e Patrimônio: financiamento e alocação dos recursos da Sociedade;
- 5 – Intercâmbio com outras entidades e grupos: quais são os compromissos assumidos nesse item;
- 6 – Publicações: natureza e objetivos;
- 7 – Disposições Transitórias.

Da RCC1 à RCC2, o processo inaugurado pelo Rio Grande do Norte foi se ampliando. A Ata chegou às bases do movimento através dos “**Correspondentes**”

Regionais” que tinham a tarefa de impulsionar o movimento na base. Várias Regionais iniciaram o debate balizadas pelos “Princípios” e pelo esboço proposto pelo RN, portanto sob orientação de um processo coletivo e acumulativo. Em 6 de junho, na RCC2, foi eleita uma “Comissão de Sistematização” que elaborou o primeiro documento conjunto que serviria de base para a unificação das propostas, convergindo para o que seria então aprovado no II ENEM. O RN, que já havia tomado a dianteira em relação aos estatutos, manteve o pioneirismo, sendo novamente a primeira Regional a apresentar, dessa vez, uma proposta estruturada de estatuto (D31) logo dois dias após à RCC1, portanto no dia 30 de março.

Em relação ao esboço inicial, na nova proposta estruturada do RN, definiram alguns pontos que tinham deixado em aberto, por exemplo a questão do Foro, apontando “São Paulo” como Foro da SBEM, mas que viria a se constituir na cidade de Maringá, a partir do II ENEM aí realizado. Acrescentaram vários itens nos “Títulos” referentes à Organização, ao Patrimônio e sua Administração e às Disposições Gerais e Transitórias.

Esta proposta estruturada apresentada pelo RN trouxe elementos que costumam fazer parte de qualquer estatuto, mas orientados pelos Princípios definidos no I ENEM. Por exemplo, dedicaram um parágrafo, o segundo parágrafo do Artigo 8º, no Capítulo I sobre “Organização Administrativa e Funcional” (D31): *“Os membros eleitos para qualquer cargo e/ou função não poderão fazer uso da denominação SBEM, salvo se em benefício da Associação”*. Isto que pode até ser qualificado como um exagero constar em um estatuto, visto que deveria ser automático em qualquer associação, corrobora a **tendência que vimos destacando sobre o caráter democrático e auto-vigilante em relação à possibilidade de constituição de poderes pessoais que o movimento apontava.**

De Santa Maria (RS), em carta enviada ao professor Dario Fiorentini pelas professoras Vanilde e Eleni (D21), 26 de março de 1987, além do relato da mobilização local, sugeriram: 1 – que a SBEM tivesse por objetivo discutir a Educação Matemática no seu sentido mais amplo (Educação + Matemática) e que para tanto a Sociedade fosse aberta a educadores, sociólogos, psicólogos, filósofos enquanto associados; 2 – que existisse uma

diretoria em nível nacional, mas que em cada Estado, ou no máximo em cada região, existisse também uma comissão composta de representantes de cada universidade que atuassem em linhas de pesquisas em Educação Matemática. Os presidentes dessas comissões locais participariam de uma diretoria em nível nacional que teria o funcionamento de um Conselho de Representantes Estaduais, em separado da Diretoria Executiva Nacional; 3 – a SBEM deveria garantir a **participação de alunos de graduação** como sócios.

Em resposta a Vanilde e Eleni, Dario enviou a Ata da RCC1 de 28 de março e forneceu outros informes como, por exemplo, a reunião de São Paulo em 16 de abril, onde foram formadas três comissões, uma delas para discutir estatutos.

A Regional Rio, em 11 de abril, realizou uma reunião, a RJ2, na qual um dos pontos de pauta foi “*Início da discussão sobre o estatuto*” (L31). Nesta reunião foi lida a proposta do Rio Grande do Norte e resolveram angariar mais subsídios antes de efetivar os debates; propuseram-se buscar estatutos de outras entidades. Foram citadas três: GEPEM, OAB e SBM. Na reunião de 21 de maio, a RJ3 (L32), continuaram os debates sobre estatutos na Regional-Rio. Baldino distribuiu aos presentes 47 cópias do Estatuto da OAB, da SBM e do GEPEM. Seguiram-se os relatos provenientes dos debates feitos no Projeto FUNDÃO e outro da UFF.

A Proposta do Projeto FUNDÃO: o informe sobre a discussão do FUNDÃO foi pronunciado pela professora Lúcia Tinoco. Vieram para essa reunião com a discussão feita sobre o Estatuto da OAB. A partir desse debate, deram os primeiros passos na direção da formulação dos estatutos; acataram com louvor os “Princípios” decididos no I ENEM. Trataram das seguintes questões (L32):

- **Objetivos:** propuseram que a SBEM exercesse a função de coordenação e de incentivo às iniciativas já existentes ou emergentes relativas à Educação Matemática;
- **Sócios:** deveriam ser considerados “Efetivo” os professores de Matemática; alunos de cursos de licenciatura teriam a denominação “Estudante”; aos

demais profissionais de nível superior, “Participativo”, sendo que estes deveriam ser indicados por dois sócios efetivos com aprovação da diretoria. Mantiveram a categoria de sócio “Fundador”, mas fizeram questão de ressaltar que **não deveriam gozar de nenhum privilégio por esta condição**. Não aprovaram a categoria de “Sócio Institucional”, pois não consideravam necessário ou vantajoso;

- Estrutura: propuseram que a SBEM se estruturasse com uma “Diretoria” e em “Conselho”, sendo este último composto por delegados das Regionais. As Regionais deveriam ter no mínimo 20 sócios com direito de 1 a 3 delegados, dependendo do número, limitando o direito a voto condicionados a um percentual mínimo de presença nas atividades das Regionais;
- Taxas: propuseram taxa anual e poderia ser parcelada em duas vezes.

Proposta da UFF: Nessa mesma reunião, a RJ3, o grupo que se reuniu na UFF trouxe a seguinte proposta:

- Sócios: propuseram que fossem considerados “Efetivo” todos os fundadores da SBEM, graduados em Licenciatura Plena ou Curta em Matemática, professores de “Curso de Formação de Professores” (antigo Magistério em nível secundário) e profissionais que desenvolvessem atividades e trabalhos em Educação Matemática. A esses últimos, propuseram a exigência de que fossem indicados por pelo menos cinco sócios efetivos. Para graduados em curso superior, portanto aos demais não graduados em Matemática, a categoria proposta era de “Aspirante”. Já para estudantes de curso de Licenciatura Plena ou Curta em Matemática ou no Curso de Formação de Professores (Magistério), a categoria deveria ser “Aluno”.
- Princípios: sugeriram que constasse nos “Princípios” o estímulo à procura de metodologias adequadas às diversas peculiaridades dos participantes.
- Taxas: debateram, mas não propuseram algo.

Prosseguindo a RJ3, o professor Baldino informou aos presentes acerca de um relato feito pelo professor Allan Bell sobre a existência de duas Associações de Educação Matemática na Inglaterra; uma dessas associações funcionava sem a figura de um “Presidente”, substituída por um “Conselho”. Consta que o plenário simpatizou com essa proposta, porém preferiu não proceder votação, mediante o entendimento que desse ponto dependeria uma análise de conjunto dos estatutos. Efetivamente a SBEM teve Secretário-Geral até a gestão do professor Rômulo Campos Lins, quando houve mudança estatutária em Aracajú (SE), durante o V ENEM, homologada em Serra Negra no I SIPEM. Na Entrevista concedida por Ubiratan, ele relata que foi contra essa decisão na fundação da SBEM; alegou que os contatos com outras Sociedades do mundo todo se dá através dos “presidentes”, mas que escolheram “Secretário-Geral” por motivações “ideológicas”; quando perguntado se tinha a ver com a nomenclatura preferencial dos partidos comunistas respondeu com um risonho “sim” como quem diz: “Óbvio!”.

A Regional São Paulo se reuniu pela segunda vez, a SP2, em Rio Claro em 23 de maio. Consta na Ata (M6) que a “Comissão de Estatutos” criada na SP1, em 14 de abril, apresentou seu informe proferido pela professora Maria Bicudo; disponibilizaram uma proposta de estatuto que foi lida e debatida, chegando-se aos seguintes resultados:

- **Sócios:** surgiu uma polêmica em torno da questão das competências da categoria de “alunos” enquanto sócio. Houve consenso sobre a possibilidade de associar-se; no entanto, esta Regional não tinha claro para si se devia ou não estabelecer diferença entre sócio e sócio estudante em relação às questões “*sócio estudante tem direito a voto? Sócio estudante é elegível?*” (M6);
- **Organização:** propuseram uma estrutura praticamente acabada que constava de Diretoria Nacional Executiva (DNE), Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal. Propunham Secretarias Estaduais com estrutura idêntica à nacional em inter-relação. Para a DNE, propuseram: Secretário Geral (incumbido de coordenar as reuniões do Conselho e da DNE, representar juridicamente a Sociedade, convocar e presidir a Assembléia-Geral, assinar em conjunto

com o 1º Tesoureiro e presidir o Conselho Deliberativo); 1º Secretário (exerceria as funções de secretaria de qualquer Sociedade); 2º Secretário (deveria substituir o 1º Secretário quando de sua ausência e coordenar a Comissão Nacional de Eventos; na vacância de seu cargo, assumiria um dos seis elementos restantes da Comissão, indicado pela mesma); 3º Secretário (coordenaria a Comissão Editorial; na vacância de seu cargo, assumiria um dos seis elementos restantes da Comissão, indicado pela mesma); 1º Tesoureiro (cuidaria das funções da tesouraria); 2º Tesoureiro (substituiria o 1º Tesoureiro quando da sua ausência. Quanto à forma de eleição, os membros deveriam ser escolhidos em eleição nacional feita nos mesmos moldes da eleição da SBPC à época. A DNE deveria ter duas Comissões: a Comissão Editorial - coordenada pelo 3º Secretário e composta por mais seis membros; Comissão de Eventos - coordenada pelo 2º Secretário e composta por mais seis membros. O “Conselho Deliberativo” deveria se incumbir da articulação das Secretarias Estaduais e a Diretoria Executiva Nacional. O “Conselho Fiscal” deveria ser composto por cinco membros eleitos, que não deveriam pertencer à DNE. Quanto à “renovação” dos cargos acima citados, propuseram que os membros do Conselho Deliberativo e da DNE não fosse renovados todos ao mesmo tempo, tampouco renovar o Conselho e a Diretoria Executiva ao mesmo tempo. Quanto às competências dos cargos, propuseram que o Conselho Deliberativo decidisse sobre questões não previstas em estatuto, sugerir e dar andamento à execução de planos, programas e projetos, apreciar e opinar sobre relatórios, homologar decisões tomadas *ad-referendum* pela Diretoria e homologar a formação das Secretarias Estaduais. Sobre o “caráter da Sociedade”, concordaram com os “Princípios”, definindo que a SBEM fosse uma entidade sem fins lucrativos e de caráter científico e social. Os mandatos deveriam ter duração de dois anos.

- Parte Financeira: propuseram que se estabelecesse taxa de anuidade para sócios. Previram que as Secretarias Estaduais pudessem possuir verbas próprias, sendo que deveria enviar 20% destas rendas à Diretoria Nacional,

que retornaria 10% de toda sua arrecadação igualmente para as Secretarias Estaduais.

Da Regional Bahia, a partir de reunião ocorrida em Salvador em 30 de maio, seguiram informes das atividades e sugestões de estatutos (L10) encaminhados para Baldino e assinado pela professora Adelaide Reis Mendonça. Estiveram reunidos os professores do Departamento de Matemática e do Departamento de Educação da UFBA e representantes de Universidades do interior do estado. A discussão sobre os estatutos teve como subsídio a proposta do Rio Grande do Norte. Comparando essa proposta com a que apresentou a Regional Bahia, sugeriram majoritariamente mudanças de redação, não alterando o sentido da proposta.

Questionaram sobre a categoria de “Sócio Institucional”: “*Como participariam da Sociedade outras instituições interessadas em Educação Matemática que não fizeram parte da implementação da SBEM?*”. Manifestaram preocupação sobre a possibilidade de não haver ENEM anualmente. Mediante isto, propuseram uma mudança de redação no Art. 9º onde estivera previsto que a Assembléia Geral anual ordinária ocorresse durante o ENEM: “*A Assembléia Geral deve reunir-se ordinariamente uma vez por ano devendo a convocação ser feita com bastante antecedência*” (L10). Hoje vemos que a Regional-Bahia se antecipou, pois de fato os ENEMs ocorrem de três em três anos.

A proposta da Regional-Minas Gerais (D33) foi apresentada na RCC2 no dia 6 de junho de 1987 (L21). Em comparação com a proposta do Rio Grande do Norte, trouxe sugestões para os itens “Dos Objetivos” e “Dos Sócios”, além de uma proposta de organização da SBEM que fora apresentada em forma de Organograma. O texto da proposta é idêntico ao do RN até um certo ponto, fazendo acréscimos e algumas modificações. **Por aí vemos o caráter de complementaridade e de construção coletiva.**

Na especificidade dos Objetivos, houve mudança de texto no item X, que trata da relação da SBEM com as agências financiadoras. A Regional Rio Grande do Norte propôs “*Agir junto às agências financiadoras de pesquisas no país, lutando por uma participação democrática efetiva*” (D31) e a proposta de Minas Gerais sugeriu que SBEM

deveria “Agir junto às agências financiadoras de pesquisas no país, lutando por uma participação democrática efetiva da comunidade congregada na sociedade” (D33).

Acrescentaram os itens:

XI - Proporcionar atividades motivadoras para estudantes de 1º e 2º graus.

XII - Atuar junto aos Conselhos Estadual ou Federal de Educação nas questões de natureza curricular ou Educação Matemática.

XIII – Manter, pelo menos, uma publicação própria para divulgação específica de temas relacionados em Educação Matemática.

Foram acrescentadas as categorias de Sócio “Aspirante”, “Honorário” e “Institucional”, além de mudanças conceituais. Não relacionam a categoria de Sócio “Fundador”, no entanto incluem essa categoria como Inciso II do artigo que trata de “Sócios”.

A Regional-Pará, em reunião no dia 16 de maio de 1987, decidiu por formar pequenos grupos para analisar e discutir propostas de estatutos para a SBEM. As reuniões ainda se encontravam em andamento, quando, em 4 de junho, foram enviadas as sugestões à CC do Pró-SBEM.

A Regional Mato Grosso do Sul solicitou subsídios para os estatutos em duas oportunidades: a primeira, quando divulgou os objetivos da SBEM junto ao Departamento de Matemática da UFMS e para professores de Matemática dos Centros Universitários de Dourados, Corumbá, Três Lagoas e Aquidauana; a segunda, quando realizaram três mini-conferências para professores de Matemática da Rede Estadual, onde divulgaram a proposta da SBEM. Tais subsídios não chegaram a tempo da segunda reunião da CC, sendo remetidos posteriormente.

1. Comissão de Sistematização dos Estatutos

Os estatutos foram adquirindo forma e conteúdo a partir desse trabalho coletivo. Surgiu então a necessidade de organização, o que fizeram através da criação de uma Comissão de Sistematização dos Estatutos (CS), criada na RCC2. Elegeram as seguintes pessoas para compô-la: Antonio Araújo (RN), Luiz Humberto Pinheiro (MG), Charles Guimarães Filho (RJ) e Roberto Ribeiro Baldino (RJ). Decidiram não só pela criação da CS e seus membros, bem como a “Metodologia” de trabalho com relação aos estatutos. Optaram por *“não votar as divergências na Comissão Central, mas remetê-las à discussão nas bases”* (L21). Portanto, a tarefa da Comissão de Sistematização foi organizar a redação dos itens que eram consensuais e destacar em forma de alternativas o que era polêmico.

A CS, de posse das propostas aqui descritas, organizou, de modo sintético, um documento onde alternativas que se excluía mutuamente foram remetidas às bases para discussão e votação (L1). Esse documento foi enviado como um anexo da Ata da RCC2 em 15 de junho de 1987. Incorporaram ao texto as propostas do Mato Grosso do Sul, que foram enviadas em 10 de junho, portanto após à RCC2. O que segue é de fundamental importância para se localizar o processo de construção dos estatutos da SBEM, pois tais propostas foram objeto de grandes debates e de modificações. No entanto, foram elas que praticamente definiram o caráter e a forma dos estatutos, o grande subsídio. O texto submetido às bases do movimento ficou assim materializado:

Título I
Da Natureza e Objetivo
Capítulo I

Da Caracterização, Sede e Foro

Artigo 1º - A Sociedade Brasileira de Educação Matemática, denominada SBEM, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, de caráter educacional, científico e cultural, independente de atividades político partidária e religiosa, que...

Alternativas:

- a)...incorpora pesquisadores e professores de Matemática e de Educação Matemática do 1º, 2º e 3º graus e outros interessados por Educação Matemática.
- b) ...congrega os que trabalham em, e os que se interessam por, Educação Matemática.
- c)...incorpora profissionais da área de Educação Matemática ou áreas afins e outros interessados em Educação Matemática.
- d) ...congrega toda e qualquer pessoa interessada em Educação Matemática.

.Observação: Em 6/6 houve consenso de que a SBEM deve ser o mais aberta possível. As três primeiras posições foram discutidas em 6/6. O principal debate ocorreu sobre as expressões: "os que trabalham em" versus "profissionais da área". A terceira posição foi apresentada também por MS em 10/6/87. A quarta é do PA, em 4/6/87, recebida depois da reunião de 6/6.

§ 1º. - A SBEM terá sua sede nacional onde estiverem instaladas sua presidência e sua secretaria geral.

§ 2º. - Para efeitos legais a SBEM terá foro na cidade de São Paulo.

Capítulo II

Dos Objetivos

Artigo 2º. - (Alternativas discutidas em 6/6)

a) - A SBEM é uma sociedade que tem por finalidade o desenvolvimento da Educação Matemática como área do conhecimento e como prática pedagógica e social disseminadora e geradora de conhecimentos, pautada nos princípios da liberdade humana e da organização social democrática.

b) - A SBEM é uma comunidade profissional tendo por finalidade desenvolvimento da Educação Matemática como campo científico e como prática pedagógica social, dentro dos princípios de uma Educação libertadora, democrática e acessível a todos.

c) - A SBEM tem por finalidade o desenvolvimento da Educação Matemática, não só como prática pedagógica mas também como campo de pesquisa científico, tendo como compromisso a democratização do conhecimento Matemático, tornando-o acessível a todos.

Observação: Argumentos apresentados em 6/6: Em a) e b) a palavra "social" é redundante pois toda prática pedagógica é prática social. Em b) e c) a expressão "acessível a todos" pode vir a ter o efeito de discriminar as pedagogias que se definem prioritariamente pelas classes menos favorecidas. As expressões "educação libertadora" e "liberdade humana" caracterizam preferência por um certo ponto de vista em eventual detrimento de outros, também encontrados na Educação, como, por exemplo, os que colocam as questões pela via da hegemonia (de idéias) ou da exploração (econômica) ou os que se definem, no plano teórico, como anti-humanistas.

(Ver o ponto #1 da proposta à CS e à Regional-Rio que formulei¹⁰⁷ em anexo).

¹⁰⁷ Baldino formulou uma proposta a partir desse texto sistematizado pela CS, da qual ele fazia parte. Como o trabalho de digitação era feito por ele, marcou no texto os pontos onde apresentou alternativas. As propostas de Baldino serão aqui apresentadas logo após esse texto que ora expomos.

Artigo 3º - A SBEM tem por objetivos:

(Ver o ponto # 2 da proposta à CS e à Regional-Rio que formulo em anexo).

Ia - Promover o desenvolvimento do ensino da Matemática em todos os níveis de ensino.

Ib - Promover o desenvolvimento da Educação Matemática em todas as modalidades de ensino.

II - Assegurar o intercâmbio e a cooperação entre as instituições educacionais, entidades congêneres, os profissionais do ensino da Matemática e demais, interessados

IIIa - Fomentar a produção de trabalhos na área de Educação Matemática facilitando também sua difusão e intercâmbio.

IIIb - Propiciar a produção de conhecimentos na área de Educação Matemática e facilitar a difusão deles.

IIIc - Buscar verbas para a pesquisa na área da Educação Matemática, para cursos de aperfeiçoamento, seminários e encontros profissionais.

IVa - Estimular atividades de pesquisa e experiências educacionais, identificando temas prioritários ao país e às condições concretas de ensino de 1º, 2º. e 3º. graus.

IVb - Nortear a Educação Matemática no Brasil a partir do estudo da realidade dela.

IVc - Estimular a procura de metodologias adequadas as nossas diversas peculiaridades.

Va - Responsabilizar-se pela continuidade dos Encontros Nacionais de Educação Matemática – ENEM’S – e dar apoio institucional e financeiro a seus comitês de organização locais.

Vb - Dar apoio institucional e financeiro às Comissões Estaduais.

VIa - Promover cursos, seminários, encontros e outras atividades que incentivem o intercâmbio entre seus associados.

VIb - Incentivar e facilitar o intercâmbio de conhecimentos sobre Educação Matemática entre seus associados, promovendo cursos, seminários, encontros e outras atividades que atinjam tal finalidade.

VIc - Coordenar e incentivar as iniciativas já existentes ou emergentes relativas à Educação Matemática.

VIIa - Zelar pelos interesses dos profissionais interessados em Educação Matemática.

VIIb - Zelar pelos interesses de seus sócios no que concerne ao desempenho de suas atividades profissionais.

VIIc - Fomentar a organização dos profissionais associados.

VIIId - Zelar pelos interesses dos profissionais da Educação Matemática, defendendo o aprimoramento profissional incluído no horário de serviço e apoiando os movimentos por salários condignos.

VIIIa- Contribuir para o aperfeiçoamento e a melhoria na formação de professores de Matemática.

VIIIb – Contribuir para o aperfeiçoamento da formação do professor de Matemática.

IXa - Agir junto às agências financiadoras de pesquisa no país, lutando por uma participação democrática e efetiva da comunidade congregada na Sociedade.

IXb - Agir junto aos órgãos do governo que tratam das questões da Educação para opinar na formulação da política educacional do país e na de currículos de Matemática.

IXc - Atuar junto aos Conselhos Estaduais e Federal de Educação nas questões de

natureza curricular e do processo ensino-aprendizagem da Matemática.

IXd - Intervir de forma crítica nos cursos de Licenciatura em Matemática.

Xa - Proporcionar atividades que motivem estudantes de 1º e 2º graus para o estudo da Matemática, na tentativa de desmistificá-la como disciplina difícil de ser aprendida.

Xb – Proporcionar atividades motivadoras para estudantes de 1º. e 2º. graus.

XII - Manter pelo menos uma publicação própria para divulgação específica de temas relacionados à Educação Matemática.

XIII - Manter, em cada Regional da SBEM, em nível estadual, uma biblioteca de Matemática, com textos, revistas, teses, para o manuseio dos sócios interessados.

. . .

XIIIb- (Da CS) Manter, nas diversas Regionais da SBEM, em nível estadual, biblioteca especializada em Educação Matemática, com textos, revistas, teses, materiais pedagógicos, inclusive mimeografados de uso local e demais subsídios relevantes à Educação Matemática.

XIV - Manter Laboratório de Ensino de Matemática e prover professores para monitorar o uso e o fabrico de materiais didáticos para os laboratórios particulares das escolas.

XV — Priorizar suas atividades na seguinte ordem: primeiro grau, segundo grau, terceiro grau, demais interessados.

TÍTULO II
DO QUADRO SOCIAL
CAPÍTULO I
DOS SÓCIOS

a) RN

Art. 4º. - O quadro social da SBEM é constituído por um número ilimitado de sócios, distribuídos pelas seguintes categorias:

I- Sócios Fundadores - são profissionais e estudantes que participaram do momento de fundação da SBEM, constantes na Ata de Fundação.

II- Sócios Efetivos: são profissionais e estudantes de licenciatura de Matemática filiados à SBEM depois de sua fundação.

III - Sócios Institucionais: são instituições congêneres interessadas em Educação Matemática que participaram da implementação da SBEM.

§ único. Os estudantes de 1º e 2º graus participarão da SBEM a partir das atividades e estratégias dos Comitês Locais.

b) MG

Art. 4º - A SBEM terá as seguintes categorias de sócios:

I - Sócios Aspirantes: são estudantes universitários de graduação.

II- Sócios Fundadores: são professores de Matemática e profissionais que participaram do momento da fundação da SBEM, constando no ato da fundação.

III - Sócios Efetivos: são todas as pessoas físicas que concordarem com os objetivos da sociedade e podem contribuir para que os mesmos sejam alcançados desde que tenham seus nomes aceitos pela Coordenadoria de Admissão.

IV - Sócios Honorários: são pessoas físicas ou jurídicas que por relevantes serviços prestados à SBEM recebam tal designação do Colegiado.

V - Sócios Institucionais: são entidades públicas ou privadas que tenham sua inscrição aceita pela Coordenadoria de Admissão e cuja contribuição anual à SBEM seja de pelo menos 20 vezes a anuidade do sócio efetivo.

c) SP

Art. 4º - O quadro social da SBEM é constituído por um número ilimitado de sócios.

§ 1º - São sócios da SBEM, professores de Matemática do Ensino de 1º, 2º e 3º graus e outros interessados em Educação Matemática que, comprovadamente, exerçam atividades ligadas à essa área do conhecimento.

§ 2º - A SBEM admite no seu quadro de sócios a modalidade Sócio Estudante, constituída por estudantes do 1º, 2º e 3º graus que se interessem por Educação Matemática.

§ 3º - O sócio-estudante, ao se tornar profissional e exercer atividades profissionais ligadas à Educação Matemática, pode passar a Sócio, mediante solicitação específica à Diretoria.

Art. 5º - Os sócios, de que fala o artigo 4º e seus parágrafos, são distribuídos nas seguintes categorias:

I - Sócio Fundador: são os professores de Matemática do 1º, 2º e 3º graus e outros interessados por Educação Matemática que participaram da fundação da SBEM à época dos ENEMs, realizados de 2 a 6 de fevereiro de 1987 na cidade de São Paulo e de... a (sic) de janeiro na cidade de Maringá, PR.

II – Sócio Efetivo: são os professores de Matemática do 1º, 2º e 3º graus e outros interessados por Educação Matemática associados à SBEM após sua formação.

III - Sócio Institucional: são instituições congêneres interessadas por Educação Matemática.

Art. 6º - O sócio estudante-fundador, ao se tornar Sócio, passará à categoria de Sócio-Fundador.

d) Projeto FUNDÃO.

Art. 4º. - São as seguintes as categorias de sócios:

I - Sócio Efetivo: são professores de Matemática.

II - Sócio Estudante: são alunos do curso de Licenciatura.

III - Sócio Participativo: são outros profissionais de nível superior que tenham sido indicados por 2 sócios efetivos e cuja admissão tenha sido aprovada pela diretoria.

IV -.Sócios Fundadores: (não têm privilégios).

Observação: Cogitou-se de limitar o direito a voto aos sócios que tiverem um percentual mínimo de participação nas atividades da Regional.

É necessário amarrar ao máximo o que significa interessado em Educação Matemática (expressão usada nos Princípios da SBEM),

Foram acatados, com louvor, os Princípios já redigidos.

e) da UFF

Art. 4º. - São as seguintes as categorias de sócios.

I - Sócio Efetivo - são todos os fundadores da sociedade, graduados em Licenciatura Plena ou Curta em Matemática, professores do "Curso de Formação de Professores" (nível de 2º grau Magistério), profissionais que apresentem atividades e trabalhos em Educação Matemática, desde que sejam indicados por pelo menos cinco sócios efetivos.

II - Sócio Aspirante - são graduados em Curso Superior.

III - Sócio Aluno - são alunos de cursos de Licenciatura Plena ou Curta em Matemática, de cursos de Formação de Professores, desde que, em ambos os casos, comprovem estar regularmente matriculados.

f) PA

Art. 4º - São as seguintes as categorias de sócio.

I- Sócios Fundadores- é todas as pessoas envolvidas no processo de discussão do Estatuto da SBEM, sendo estas indicadas pelas Comissões Locais.

II - Sócios Efetivos - são todas as pessoas associadas após a fundação da SBEM.

g) MS

Art. 4º - São as seguintes as categorias de sócio.

I - Sócios Estudantes

II - Sócios Fundadores

III – Sócios Efetivos

IV – Sócios Institucionais

(Ver o ponto #3. da proposta que formulo em anexo).

CAPÍTULO II

DOS DIREITOS E DEVERES DOS SÓCIOS

a) RN

Art. 5º - Os associados gozarão, dos direitos de participação nas atividades da SBEM, de palavra e voto nas Assembleias Gerais e demais reuniões, de eleger, a diretoria e de requerer, em conjunto de pelo menos um terço dos sócios, a convocação de Assembleia Geral Extraordinária.

Art. 6º - Os associados deverão cumprir o estatuto, os regulamentos e disposições da SBEM e dos Comitês Locais, exercer os cargos para os quais forem eleitos, participar das atividades, e prestigiar as iniciativas da Sociedade e de seus Comitês.

Parágrafo único - Os associados ficarão obrigados a uma contribuição anual que será fixada, cada ano, pela Assembleia Geral, aprovada durante os Encontros Nacionais.

b) SP

Art.6º - São direitos do Sócio:

I - votar e ser votado para os cargos eletivos.

II - Tomar parte nas Assembléias Gerais e nelas apresentar e votar propostas.

III - Beneficiar-se dos serviços da SBEM.

IV - Participar de todas as atividades a que esteja a SBEM direta ou indiretamente ligada.

V - Ter acesso a qualquer momento, às dependências, informações e documentações da SBEM.

VI - Convocar, em conjunto com pelo menos um terço dos sócios, Assembléia Geral Extraordinária.

Art. 7º. - São direitos do Sócio-Estudante:

I - Tomar parte nas Assembléias Gerais e nelas apresentar e votar propostas.

II - Beneficiar-se dos serviços da SBEM.

III - Participar de todas as atividades concernentes à produção e divulgação do conhecimento a que a SBEM estiver direta ou indiretamente ligada.

IV - Ter acesso a qualquer momento às dependências, informações e documentação da SBEM.

V - Convocar, em conjunto com pelo menos um terço dos sócios e um terço dos não sócios-estudantes, Assembléia Geral Extraordinária.

Art. 8º. - São deveres do Sócio:

I - Cumprir as disposições deste Estatuto.

II - Acatar as determinações aprovadas em Assembléia Geral.

III - Exercer o cargo para o qual foi eleito e aceitar os encargos que lhe forem atribuídos, salvo se houver motivo justificável.

IV - Colaborar com a Diretoria na consecução dos trabalhos e objetivos da SBEM.

V - Difundir e prestigiar as atividades da SBEM.

VI - Zelar pelo patrimônio da SBEM.

VII - Manter atualizado o pagamento da contribuição anual destinada à manutenção da SBEM.

Art. 9º - São deveres do Sócio-Estudante:

I - Cumprir as disposições deste estatuto.

II - Acatar determinações aprovadas em Assembléia Geral.

III - Colaborar com a Diretoria na consecução dos trabalhos e objetivos da SBEM.

IV - Difundir e prestigiar as atividades da SBEM.

V - Zelar pelo patrimônio da SBEM.

VI - Manter atualizado o pagamento da contribuição anual destinada à manutenção da SBEM.

Art. 10º - Dá-se o desligamento do Sócio e do Sócio-Estudante:

§ 1º. - mediante seu pedido expresso, desde que estejam quites com a Tesouraria da SBEM;

§ 2º. - pelo atraso no pagamento de contribuições anuais;

§ 3ºo. - pelo não cumprimento das disposições deste estatuto.

Art. 11º - Dá-se a readmissão do Sócio e do Sócio-Estudante:

§ 1º - mediante solicitação dos mesmos, devidamente aprovada pela Diretoria, se afastado na forma prescrita pelo § 1º. do artigo 10º.

§ 2º. - mediante solicitação dos mesmos aprovada pela Diretoria e quitação dos seus débitos para com a Tesouraria da Sociedade, se afastada na forma prescrita pelo § 2º do artigo 10º.

Art. 12º. - Os sócios ficarão obrigados a uma contribuição anual que será fixada pela Assembléia Geral, realizada por ocasião dos Encontros Nacionais.

§ 1º - O Sócio-Estudante ficará obrigado a contribuição anual de que fala o caput do artigo, no correspondente a 50% do valor estipulado para o Sócio.

c) PA

Os associados à SBEM terão direito à participação, palavra e voto em toda e

qualquer atividade da SBEM e de requerer, em conjunto de pelo menos um terço dos sócios, a convocação de Assembléia Extraordinária.

Os associados deverão cumprir o Estatuto, regulamentos e disposições da SBEM e dos Comitês Locais.

2. Proposta de Roberto Baldino

Baldino apresentou propostas elaboradas a partir da sistematização presente à CS da CC e à Regional Rio (L9). Essas propostas acabaram por marcar certas posições no processo de construção dos estatutos. Algumas seguiram até o texto final, outras foram encampadas por parte dos ativistas da Regional-Rio, mas preteridas no plano mais geral. Preferências por termos como “intervir”, “promover”, **foram sendo objeto de pequenos embates e suprimidas antes da redação definitiva**. A proposta de marcar no Art. 1º, o mais importante de todos, pois aquele que definiu o caráter da Sociedade, a Educação Matemática como “Área de Conhecimento” equiparável às demais, tais como a Educação e a Matemática, conseguiu a aprovação do movimento, chegando ao texto final. **Embora com alterações que modificaram a proposição inicial, no processo de negociação natural, o termo chegou como resultante de um sistema de forças, das preferências pessoais e ideológicas**, como não poderia ser diferente.

A sistematização de 15 de junho foi remetida aos demais membros da CS da CC, porém, antes que tivessem tempo de analisá-las e propor modificações, houve uma reunião da Regional-Rio em 27 de junho, RJ4. Trabalharam sobre o texto sistematizado e as intervenções feitas por Baldino e outras propostas recolhidas até o dia 21 de junho das

demais Regionais, resultando nos textos que receberam os códigos L2a e L2b¹⁰⁸, respectivamente.

O debate, segundo as justificativas apresentadas nos documentos acima descritos, vinha girando em torno dos sujeitos da SBEM, de quem comporia a SBEM. As intervenções de Baldino apontaram na direção das funções da SBEM em que os sujeitos seriam definidos por consequência de tal definição. Por isso propôs uma redação alternativa (L9):

*Art. 1º – A Sociedade Brasileira de Educação Matemática denominada SBEM, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, de caráter educacional, científico e cultural, independente de atividades político partidária e religiosa, que tem por FINALIDADE promover o desenvolvimento da EDUCAÇÃO MATEMÁTICA como ÁREA DE CONHECIMENTO **organizando-se e atuando segundo os princípios da Democracia**¹⁰⁹.*

A preferência de Baldino pela expressão técnica “Área de Conhecimento” foi por considerá-la como consagrada por órgãos governamentais (CNPq, CAPES) para abranger Ciências Exatas, Humanas e Sociais. Nas tabelas desses órgãos, em relação às áreas e sub-áreas, já figurava “Matemática” e “Educação”, mas não “Educação Matemática”. Essa era uma proposição militante para inserir a Educação Matemática no contexto efetivo da existência das ciências no plano nacional. Baldino cita Maria Laura (L9): “*A caracterização de Educação Matemática como interação entre uma ciência, a Matemática, e uma prática social, a Educação, deve-se à Maria Laura, no I ENEM*”.

A outra questão dizia respeito à extensa lista de objetivos. Do proposto por Baldino e do trabalho da Regional-Rio sobre a sistematização de junho sob tal intervenção, resultou a proposição de enxugamento dos objetivos, realçando os principais, separando daqueles necessários à consecução dos primeiros. Como as propostas advindas das Regionais eram excludentes em certos casos, agruparam alguns em forma de “alternativas”

¹⁰⁸ Tratam-se de atas provenientes do Arquivo do professor Ledo Vaccaro. O texto presente em L2a, produzido por parte da Regional-Rio, fora modificado na RJ4, resultando em L2b.

¹⁰⁹ Negrito nosso.

para serem decididos pelas bases do movimento. Este método por fim se consolidou como o método da CS da CC.

3. A Regional-Rio cumpre a importante tarefa de Sistematização

Estavam lançadas as bases para a constituição efetiva dos estatutos, pois, a partir de 15 de junho, todas as Regionais tiveram um texto único para trabalhar sob um fio condutor, que fosse capaz de orientar quanto a uma linguagem que fosse comum, necessária à construção de um estatuto pensado como este, coletivamente. Daí em diante, era só uma questão de aprofundamento e busca pela coerência textual em função das opções ideológicas do movimento, pois o texto recebera seu primeiro formato

A história se faz com pessoas concretas em relação umas com as outras. De fato poderemos constatar o papel da Regional-Rio em relação ao debate e sistematização das propostas que brotaram do cenário nacional. Nada se pode dizer do que efetivamente poderia ocorrer, caso um grupo como o do Rio não assumisse a liderança desse processo. Do ponto de vista das possibilidades, pensamos ser razoável conjecturar que um processo como esse poderia minguar, se as bases parassem diante da árdua tarefa de se construir um estatuto **“a 2400 mãos”** (cerca de 1200 pessoas foram mobilizadas nesse processo durante o ano de 1987). Concretamente, a Regional-Rio se lançou imediatamente ao trabalho em torno dos subsídios advindos da primeira Sistematização e as três propostas de Roberto Baldino.

Parte da Regional-Rio se reuniu em 21 de junho para debater sobre as sistematizações em questão. A CS da Regional elaborou uma proposta de sistematização (L2a) que identificamos como sendo fruto do debate neste dia sobre os documentos

supracitados. Logo em seguida, fizeram então a RJ4, 4^a. Plenária, momento no qual votaram o Artigo 1^o e todos os seus parágrafos (L50). Daí resultou uma sistematização ampliada (L2b) que fora remetida à CS da CC. Podemos constatar que o texto contemplou grande parte das propostas advindas das bases do movimento, presentes na primeira sistematização da CS da CC, incorporando as propostas feitas por Baldino com algumas modificações de redação, preservando o sentido proposto. No convite datado de 22 de julho para a RJ6, que viria a se realizar em 11 de agosto, a Comissão de Organização da Regional-Rio solicitou às bases que enviassem novos artigos e/ou alterações de redação até o dia 5 de agosto (L50). Membros da CS da CC se reuniram com a CS da Regional-Rio em duas oportunidades antes da reunião da CC de Campinas: dois membros da CS da CC em 7 de agosto e três membros em 13 de agosto trabalharam em conjunto sobre os subsídios disponíveis. Não temos registros sobre o envio de propostas por outras Regionais. Somos levados a conjecturar que tais subsídios foram os aqui relatados; primeiro, porque dois membros da CS da CC eram do Rio de Janeiro, Baldino e Charles Guimarães; segundo, porque os textos, em questão, são uma mescla das sistematizações das duas Comissões (D26 e D27).

Em 3 de julho, ocorreu a SP3 na PUC de São Paulo. No que diz respeito ao debate sobre a construção dos estatutos, essa Regional propôs que a CS da CC devesse elaborar um estatuto preliminar a ser analisado por um advogado. Posteriormente, deveria ser reproduzido e enviado às Regionais, quando ocorreria o processo de discussão nas bases. Os resultados das discussões nas Regionais seriam remetidos à CC para sistematização. Já, em Maringá, deveria haver uma reunião formada por um representante de cada Regional para analisar o estatuto a ser votado na Assembléia do II ENEM. Sugeriram que, na Assembléia, fossem discutidos e votados somente os artigos, emendas, alterações, que tivessem sido enviados anteriormente à CC até um certo prazo previamente estabelecido. A proposta dos prazos foi contemplada na RCC3. Quanto às demais propostas de São Paulo, os rumos da construção dos estatutos foram decididos em Campinas, portanto foram rejeitadas. (M12)

A RCC3 ocorreu em Campinas em 14 e 15 de agosto. A Regional-Rio, que nos pareceu ser a que esteve mais organizada em relação ao debate sobre estatutos¹¹⁰, realizou a RJ6 em 23 de agosto. Novamente os membros da CS da CC, dois membros, reuniram-se com a CS da Regional-Rio, sistematizando as propostas advindas desse novo passo com os subsídios recebidos das Regionais até o dia 29 de agosto, incluindo a reunião de Campinas e a do Rio de Janeiro (L5). Neste documento, o que pudemos constatar foi que grande parte das alterações, em relação às sistematizações anteriores, foram mais de ordem de adequação aos artigos em que se localizavam ou de redação. No entanto, algumas questões mais gerais, conceituais, mobilizaram decisões e tomadas de posições.

Na Sistematização anterior à RCC3, questões inerentes ao perfil dos futuros participantes da SBEM, ou seja, os Sócios, encontravam-se no Artigo 1º. que tratava da “Caracterização, Sede e Foro” (D27):

(alternativa a) poderão fazer parte da SBEM todos os que quiserem corroborar o disposto no caput deste artigo. (alternativa b) poderão fazer parte da SBEM todas as pessoas que concordarem com os objetivos da sociedade e que podem contribuir para que os mesmos sejam alcançados, desde que tenham seus nomes aceitos pela Coordenaria de Admissões.

Após à RCC3, isso foi deslocado para o Título II “Do Quadro Social”, Capítulo I “Dos Sócios”: “Art. 3º. – Poderão fazer parte da SBEM...”. (L5)

Outras modificações foram introduzidas: a categoria de Sócio Honorário, proposta pela Regional-Minas Gerais, já não aparece mais na Sistematização pós-RCC3. Os Sócios Efetivos passam a ser graduados em Curso Superior ou em Curso de Magistério e professor de Matemática; na redação anterior eram pessoas físicas graduadas em Curso Superior e pessoas físicas que satisfizessem as condições enumeradas no artigo 3º. da atual redação supracitada.

¹¹⁰ Foram 9 reuniões ordinárias e uma extraordinária

Ainda, sobre o Capítulo “Dos Sócios”, foram definidos os direitos do Sócio Institucional (L5):

Art. 6º – São direitos do Sócio Institucional:

I – declarar-se ‘filiado’ à SBEM.

II – (alternativa a) ter 1 (um) representante no CD, desde que tenha pelo menos 20 sócios comum com a SBEM;

(alternativa b) (Omitir).

A anuidade que deveria ser paga pelos Sócios à SBEM era consensual que devesse existir. Surgiu na sistematização de 29 de agosto (L5) uma diferença sobre qual instância deveria fixar o seu valor. Na redação anterior consta que “*Os sócios ficarão obrigados a uma contribuição anual que será fixada pela Assembléia Geral realizada por ocasião dos Encontros Nacionais ou, na falta desses, pela coordenadoria de Admissão*”. Esse texto ficou mantido, porém como uma alternativa; a outra foi: “*Os Sócios ficarão obrigados a uma contribuição anual que será fixada pela Diretoria e homologada pela Assembléia Geral*”.

A forma de organização administrativa da SBEM não vinha sendo tratada nas Sistematizações anteriores, apesar de já figurar propostas para o tema, sobretudo oriundas do Rio Grande do Norte e Minas Gerais, contidas no documento onde aparece a primeira Sistematização. A partir da Sistematização que estamos tratando (até 29 de agosto), o tema foi posto para a discussão nas bases. Não só definiram as instâncias, bem como definiram as competências de cada uma. O proposto foi o que segue (L5):

Art. 11º – Os setores que integram a Estrutura Organizacional e Administrativa da SBEM são:

Assembléia Geral (AG),

Conselho Nacional Deliberativo (CND),

Diretoria Nacional Executiva (DNE),

Conselho Nacional Fiscal (CNF),

alternativa a) Comissões Regionais, alternativa b) Comissões Estaduais.

O processo natural era que as resoluções das reuniões da CC chegassem às bases através dos Correspondentes Regionais e das organizações locais. O caminho era o de debates e de sugestões que retornavam à CC através de sua Comissão de Sistematização, a CS. Os documentos que tivemos acesso nos mostram que houve de fato esse trâmite descrito, porém somente alguns, oriundos de Rio e São Paulo, foram guardados por nossos “guardiões” e nossas “guardiãs”¹¹¹.

Na RCC3, a proposta feita por São Paulo, de se estabelecer prazos, foi contemplada (M12). Decidiram pelo seguinte: até 15 de outubro, a CC receberia propostas de alterações, desdobramentos de itens em alternativas e de redação de novos capítulos. Entre 15 e 30 de outubro, a CC sistematizaria o material recebido, enviando às Regionais um estatuto definitivo, com itens desdobrados em alternativas; daí por diante, só poderia ser votado, não aceitando modificações.

A CC recebeu, até 15 de dezembro, os resultados das votações nas plenárias das Regionais. Partindo dos resultados obtidos, elaborou, até 30 de dezembro, um mapa das votações nas bases e decidiu quais alternativas seriam levadas à votação na plenária do II ENEM.

Em 19 de setembro, ocorreu a RJ7 (L38a). Debateram sobre o Título II, Capítulo I, “Dos Sócios”, Artigos 3º. e 4º. do documento produzido pela CS da CC (L5). Em 13 de outubro realizaram a RJ8, dessa vez tratando do Título III, Capítulo I “Da Organização Administrativa e Funcional” (L38b). Ou seja, a Regional-Rio seguia avançando o debate sobre os estatutos. Nesse ponto, em relação ao que tinham produzido na época, faltava apenas mais um Título: “Das Disposições Transitórias”.

Em 25 de setembro, foi a vez de São Paulo realizar a SP4 em Campinas, na PUCCAMP. Essa reunião foi marcada pela surpresa de uma carta de pedido de demissão do então Secretário-Geral da Regional-São Paulo, Luiz Roberto Dante. A reunião, que começou às 9h, estendeu-se por todo o dia, mas não conseguiram abordar todas as questões

¹¹¹ Ver “Dedicatória”.

sobre os estatutos, provavelmente porque a emergência em se tratar da questão da “demissão” tenha tomado boa parte do tempo. Lembremos que aí estiveram reunidos visando o prazo de 15 de outubro, prazo final para se enviar propostas de modificações dos estatutos. Por isso marcaram uma nova reunião, a SP5, que viria a ocorrer em 2 de outubro. As decisões foram remetidas à CS da CC. Anexaram as resoluções na Ata da SP5; no exemplar que obtivemos não consta esse anexo. Pelo acompanhamento do processo de sistematização, pudemos precisar o conteúdo dessa contribuição.

Dois membros da CS da CC se reuniram com a CS da Regional-Rio e produziram um novo texto de Sistematização (L6) com os subsídios recebidos até o dia 13 de outubro, o dia em que ocorreu a RJ8, incluindo os subsídios advindos de São Paulo resultantes da SP4 e SP5. Observando esse novo texto, podemos constatar a inclusão de várias alternativas às redações já existentes que identificamos como sendo pertinentes aos subsídios de São Paulo. Por exemplo, o Capítulo sobre “Eleições” veio todo de São Paulo.

Nesse ponto, o texto sistematizado já se apresenta elaborado como segue:

- Título I: “Da Natureza e Objetivos”
- Capítulo I: Da Caracterização, Sede e Foro
- Capítulo II: Dos Objetivos
- Título II: “Do Quadro Social
- Capítulo I: Dos Sócios
- Título III: Da Organização
- Capítulo I: Da Organização Administrativa e Funcional
- Capítulo II: Da Assembléia Geral
- Capítulo III: Do Conselho Nacional Deliberativo
- Capítulo IV: Da Diretoria Nacional Executiva
- Capítulo V: Da Eleição para os Cargos
- Título (Último): Das Disposições Transitórias
- Capítulo I: Da Filiação
- Capítulo II: Da Organização

No Artigo 1º, o principal deles, pois sintetiza o essencial da Sociedade que viria a ser criada, apareceu no novo texto uma alternativa proposta por São Paulo que tentou fundir as alternativas anteriores (L6): “... *congregar profissionais da área de EM¹¹² ou áreas afins e outros interessados em EM para promover o desenvolvimento da EM como área de conhecimento*”. De fato, essa proposta se encaminhou na direção do consenso, pois, veremos logo adiante, as grandes decisões que foram tomadas na RCC4 em Belo Horizonte mantiveram essa redação. Isso pode ser constatado no documento objeto de sistematização da referida reunião da Comissão Central (D36).

A importância do trabalho da Regional-São Paulo não parou por aí. O Capítulo II “Dos Objetivos” que continha um número relativamente grande de Incisos, em comparação com o Estatuto aprovado em Maringá, foi “enxugado” pelo trabalho minucioso e sensato de São Paulo. Neste item, pediram a supressão de vários incisos, mediante à argumentação de que todos estavam contemplados em sua proposta no inciso VIII. Novamente buscaram o consenso, fundindo alternativas (L6): “... *zelar pelos interesses comuns de seus associados no que concerne ao desempenho de atividades profissionais relativas à EM*”. Em função dessa alternativa, propuseram omitir os incisos IV, V, VI, VII, X, XII, XIII, XVII e XIX da redação anterior, pois redundavam com a nova redação.

No texto de Belo Horizonte, de fato os incisos acima foram omitidos, com exceção do inciso X; o inciso XVI foi omitido por sugestão de alguma Regional não especificada no documento. Este inciso, embora pudesse ser relacionado à alternativa em questão, proposta por São Paulo, por outro lado, tocava em uma certa especificidade que o grupo reunido em Belo Horizonte preferiu preservar: a “Pesquisa”. A alternativa de São Paulo falava em “*desempenho de atividades profissionais*”, que inclui a Pesquisa, mas não a põe em relevo. No texto posterior, o de Belo Horizonte, o conteúdo do inciso X foi preservado da seguinte forma (D36): “*estimular atividades de pesquisa em Educação Matemática*”.

¹¹² Utilizaram sistematicamente EM indicando “Educação Matemática”.

Outros incisos foram objeto de solicitação de supressão, mas por outros motivos e não necessariamente por São Paulo. O Inciso I foi proposta sua supressão, já que tratava daquilo que era o cerne dos estatutos já exposto no Art. 1º. Seguiram modificações nos Incisos II, III, IX e XX, todas elas contempladas posteriormente no texto de Belo Horizonte (D36) com nova ordenação, respectivamente:

I – intervir junto aos órgãos governamentais para participar da formulação, da execução e da avaliação das políticas nacionais de educação em tudo que disser respeito à EM.

II - promover foro de debate sobre a produção na área de EM que leve ao desenvolvimento de uma análise crítica dessa produção.

IV – orientar e intervir na obtenção de verbas para estimular o desenvolvimento de atividades na área de EM.

V – estimular as atividades que envolvam estudantes de 1º e 2º graus. Propuseram como alternativa à redação que determinava que as “atividades em questão eram extra-curriculares, portanto mais geral a proposta alternativa. Isso foi contemplado em Belo Horizonte, porém com o adendo “3º grau”.

Ao Inciso XV, propuseram sua supressão com o argumento de possuir “caráter factual”: foram contemplados, da mesma forma. Nesse item, a redação anterior propunha que as Regionais mantivessem bibliotecas, contendo um acervo variado de livros, revistas, *softwares*, materiais pedagógicos, especializados em Educação Matemática.

Resta apenas comentar a supressão do inciso XVIII (L6), que propunha que a Sociedade apoiasse movimentos de reivindicação salariais dos professores. No texto de Belo Horizonte, este inciso já não aparece mais, ou seja, aprovaram a proposta de “omitir”. Esta proposta não está indicada de onde surgiu; não foi de São Paulo, pois suas sugestões estão indicadas no documento. **Mais uma vez, as diferenças de concepção e de linha política se enfrentaram.** O texto votado em Belo Horizonte (D36) resultou em oito incisos, fruto desse processo geral de debates, sistematizações e a posterior decisão pelos representantes das bases do movimento.

Avançando no texto, chegamos no Capítulo referente aos Sócios. Neste ponto, São Paulo também apresentou contribuições. Em relação ao item que tratava dos “Fundadores”, as opções giravam em torno dos que participaram do I ENEM, dos que assinaram a Ata de Fundação do I ENEM, dos participantes do II ENEM e dos participantes nas reuniões das Regionais no processo de criação da Sociedade. Na redação posterior, a de Belo Horizonte, definiram como sendo “...todas as pessoas que, independentemente de virem a se filiar a ela e da categoria de sócio a que vierem a pertencer participaram do momento de fundação e/ou processo de formação da SBEM” (D35). Esta foi a redação que permaneceu no Estatuto. Restou uma imprecisão do que seria o “ato de fundação”. Era referido à fundação durante o I ENEM, mas nomearam a Ata do II ENEM (S1) como sendo “Ata da Assembléia de Fundação da Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM)”. Nessa Ata, lê-se: “Após o processo de votação do estatuto a plenária aclamou o ato de fundação da Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM)”.

São Paulo fez outras propostas sobre esse item, algumas em relação à redação. Propuseram que a prerrogativa de participar de modificação de estatutos fosse restrita aos “Sócios Efetivos”, e foram contemplados na redação de Belo Horizonte. Também foi proposta a supressão do item que definia direito a um assento no Conselho Deliberativo para um representante advindo da categoria “Sócio Institucional”.

Na seqüência de modificações, fizeram propostas sobre “Organização” em relação aos poderes da “Assembléia Geral” (AG), órgão máximo da SBEM até o presente momento, que viria a ser homologado na votação sobre o Estatuto em Maringá. Elaboraram uma redação que fosse capaz de tornar coerente esse item com o que propuseram no Título I. O texto anterior tratou da periodicidade da AG (L5): “... de dois em dois anos, durante o ENEM ou, extraordinariamente, por convocação, na forma deste estatuto”. São Paulo inseriu um condicionante: que as AGs extraordinárias estivessem condicionadas à convocação de pelo menos 1/3 dos Sócios. Foi sugerido ainda que as AGs pudessem ocorrer por um período determinado sem presença física, ou seja, que certas questões importantes pudessem ocorrer através de posicionamentos escritos e enviados para o Órgão

competente através de correio. A referência numérica da fração dos sócios com poder de convocação de AG extraordinária foi contemplada em Belo Horizonte, mas a AG alternativa, “*sem presença física*”, não foi aceita.

Houve uma orientação de alteração sobre a periodicidade de reunião do Conselho Nacional Deliberativo (CND) que veio de alguma Regional não explicitada nos Arquivos. Propuseram ao CND “*reunir-se ordinariamente em prazo não superior a 30 dias, contados a partir da data realização (sic) de qualquer AG*” (L6). Hoje vemos que isso é totalmente inviável para uma Sociedade que buscava um “lugar-ao-sol”, sem verbas, em um país continental. A redação anterior indicava a periodicidade de seis em seis meses: a proposta de modificação foi rejeitada em Belo Horizonte. São Paulo defendeu a tese que se delegasse ao CND o poder de constituição de comissões de trabalho *ad hoc* e foi mantido em Belo Horizonte.

A composição da Diretoria Nacional Executiva foi palco de uma diferença marcante de concepções. Para esse item, existiam duas propostas de redação: a) uma do conjunto dos ativistas do movimento; b) outra de São Paulo especificamente. A primeira, era evidentemente centrada em esquemas que apontavam na direção de controlar a constituição de poderes pessoais ou locais; a de São Paulo, era convencional. Lembremos que São Paulo elegeu sua Diretoria logo na primeira reunião com as pessoas que efetivamente estavam presentes e assim trabalharam o tempo todo, foram pragmáticos.

Essencialmente as diferenças foram as seguintes (L6):

Alternativa a:

Art. 16º – A Diretoria Nacional Executiva é composta por:

a) um membro de cada região

b) dois Secretários

§ 1º – os membros Regionais são eleitos por voto direto dos Sócios Aspirantes e Efetivos de cada região

§ 2º – o membro da DNE pertencente à região em que se realizará o ENEM exercerá a função de Secretário Geral da DNE

§ 3º – a Região em que se realizará o ENEM elegerá os dois Secretários

§ 4º – a DNE reúne-se por convocação do Secretário Geral e decide por maioria simples dos membros presentes a sua reunião.

Art. 17º – À DNE compete:

I – executar a política geral da SBEM determinada pelo CD e homologada em AG

II – delegar poderes a Comissões Executivas e indicar seus integrantes ao CD

III – coordenar as Comissões Executivas.

Alternativa b:

Art. 16º – A Diretoria Nacional Executiva é composta por:

a) Secretário Geral

b) 1º Secretário

c) 2º Secretário

d) 3º Secretário

e) 1º Tesoureiro

f) 2º Tesoureiro

g) Comissão Editorial

h) Comissão de Eventos

§ 1º – A Comissão Editorial é composta por 7 membros eleitos e pelo 2º Secretário.

§ 2º – A Comissão de Eventos é composta por 7 membros eleitos e pelo 3º Secretário.

§ 3º – Os Componentes da DNE serão eleitos por voto direto, em nível nacional, a partir de uma lista de candidatos organizada pelo CND e/ou por grupos de sócios (como na SBPC).

Art. 17º – Compete ao Secretário Geral:

I – convocar e presidir a AG

II – coordenar as reuniões da DNE

III – coordenar as reuniões do CND

IV – representar juridicamente a SBEM

V – assinar juntamente com o 1º Tesoureiro

Art. 18º – Compete ao 1º Secretário:

(Funções de Secretaria de qualquer sociedade)

Art. 19º – Compete ao 2º Secretário

I – substituir o 1º Secretário nos seus impedimentos

II – coordenar a Comissão de Eventos

Art. 20º – Compete ao 3º Secretário

I – substituir o 2º Secretário nos seus impedimentos, exceto na coordenação da Comissão Nacional de Eventos

II – coordenar a Comissão Nacional Editorial

Art. 21º – Compete ao 1º Tesoureiro

(funções de tesoureiro)

Art. 22º - Compete ao 2º Tesoureiro substituir o 1º Tesoureiro em seus impedimentos.

Nessa fase da Sistematização, São Paulo propôs uma alternativa “c” diferente de “b” que já havia sido formulação da própria Regional. Propuseram a retirada das Comissões Editorial e de Eventos da composição da DNE, remetendo-as a um artigo específico, concebendo-as como estando ligadas à DNE. Essa proposta foi a escolhida em Belo Horizonte.

Foi de autoria de São Paulo um Capítulo inédito tratando de “Eleições”. Esta proposta foi aprovada em Belo Horizonte quase na íntegra, suprimida a expressão que fora também rejeitada em relação à AG: “*sem a presença física dos participantes*”. Destacamos desta proposta um Parágrafo que dizia: “*Uma chapa só terá sua inscrição aceita se, em anexo, apresentar um programa de trabalho*” (L6). **A exigência de um programa é típica de experiências democráticas, onde uma chapa deve se comprometer antecipadamente com o perfil da gestão futura.**

Por fim, esse documento apresenta três propostas no Título “Das Disposições Transitórias”, tratando das regras para a definição de “regiões”. Essa proposta era alternativa às regiões definidas pela territorialidade de cada Estado. Como não foram aceitas em Belo Horizonte, naturalmente a adequação neste Título também fora preterida.

4. As contribuições das demais Regionais

Dentro do prazo estipulado em Campinas de 15 de outubro, a CC recebeu as contribuições de SP, PR, BA, RN e RJ. A partir dessas novas contribuições, a Regional-Rio preparou um novo documento de Sistematização (L7). Até este momento, a CS da

Regional- Rio vinha trabalhando em conjunto com parte da CS da CC. Esse documento, porém, nada diz sobre a CC, o que nos leva a crer que tenha sido feito somente pela Regional-Rio em 18 de outubro. Embora o documento diga respeito à Regional-Rio¹¹³, sua elaboração deve ter sido uma contribuição apenas da CS dessa Regional, uma vez que já haviam realizado oito reuniões e a RJ9 só viria a ocorrer em 23 de novembro, conforme o documento L34.

Nesta nova Sistematização feita pela CS da Regional-Rio, no Capítulo “Dos Objetivos”, os Incisos III e IV, que tratavam da SBEM como único fórum competente para avaliar e qualificar a produção em Educação Matemática, foram fundidos. Alguns termos promoviam inflexões de sentido entre as propostas, como por exemplo “*toda produção*” ou “*produções*”. Abrangeram e os condensaram na seguinte redação: “*instituir-se como único foro competente, a nível (sic) nacional, para avaliar e qualificar produções em Educação Matemática*” (L7). Esse item estava diretamente relacionado à luta que vinha sendo travada, tendo em vista garantir nos estatutos o que buscavam junto à sociedade em geral; em particular, junto aos órgãos governamentais: a Educação Matemática reconhecida como área autônoma de conhecimento, ou seja, no mesmo nível das demais áreas, tais como a Educação ou a Matemática. Na Entrevista com o professor Ubiratan D’Ambrósio, ele é bastante direto e esclarecedor com relação a esse aspecto:

Ubiratan: Muito difícil! A coisa foi feita assim na base de um esforço pessoal, mas...

Deniz: A dificuldade vinha de quê? De uma falta de recursos ou de uma oposição política...?

Ubiratan: Uma coisa nova; uma coisa nova que não era vista com grande simpatia pelo pessoal que comandava as verbas...

Deniz: E esse pessoal era ligado à SBM.

Ubiratan: Mais ligado à SBM, claro!

Deniz: As verbas do MEC.

¹¹³ O documento traz grafado “CR-Rio”. Inferimos se tratar da Regional, embora no contexto mais geral, tudo indica que tenha sido uma reunião apenas da CS da Regional-Rio.

A proposta de fusão dos incisos III e IV mantinha a diferença básica entre as propostas anteriores: reivindicar-se como “único foro competente” ou “promover foros de debates”. **A primeira, analisamos, conduzia a uma ruptura explícita com as demais áreas, em especial com a SBM que historicamente reivindica verbas para a área de “Ensino” junto aos órgãos governamentais; a segunda, não torna essa divergência explícita.** Em Belo Horizonte, a CC optou pela segunda proposta.

Comparando o documento que ora analisamos, a Sistematização promovida pela CS da Regional-Rio (L7), com a Sistematização anterior oriunda das decisões após a RCC3 de Campinas (L5), seguiram ainda várias modificações de caráter suplementar.

Em relação aos “Objetivos”, surgiram novas propostas ou novas propostas de redações, tais como: promover o intercâmbio e a cooperação entre instituições e profissionais envolvidos em Educação Matemática, incentivando iniciativas emergentes e/ou existentes; zelar pelos interesses dos profissionais (alternativo ao termo “associados”) ligados à Educação Matemática, no que concerne ao desempenho de suas atividades nesta área de conhecimento, fomentando sua organização; manter nas regionais acervo em geral sobre Educação Matemática, tais como revistas e materiais pedagógicos.

Da mesma forma, as modificações surgidas nesse documento em relação ao Capítulo “Dos Sócios” dizem respeito a detalhes, ainda que importantes, não essenciais. Propostas como assegurar que fossem considerados sócios todas as pessoas que concordassem com os objetivos da Sociedade, desde que tivessem seus nomes indicados por 2 Sócios Efetivos e aceitos pela coordenadoria de admissões. Algumas questões, que já haviam sido superadas até o presente momento, voltaram a ser consideradas, pois, nessa fase, as contribuições vieram das demais Regionais. Em comparação com a mobilização aplicada pelo Rio de Janeiro e pela eficácia de São Paulo, as demais Regionais andaram em um ritmo mais lento, isso dito a partir do que foi efetivamente apresentado à CS da CC. Por isso, achamos compreensível que tais questões tenham retornado, como é o caso da “Coordenadoria de Admissões”, e também de uma proposta que veio originalmente de Minas Gerais sobre a categoria de “Sócio Honorário”. Nesse ponto, foi proposta também uma nova categoria, a de “Sócio Benemérito”, àqueles que viessem a fazer importantes

doações ou prestassem serviços relevantes à SBEM. Esta proposta não sobreviveu às decisões de Belo Horizonte, tampouco a de Sócio Honorário.

Uma proposta chamada de “Alternativa Y” que pretendia substituir os Incisos I, II e III que tratava dos sócios “Aspirantes, Efetivos e Institucionais”, propondo que o “*quadro social da SBEM fosse constituído por um número ilimitado de sócios, composto de professores de Matemática de 1º, 2º e 3º graus, estudantes, profissionais das áreas afins e qualquer pessoa interessada no ensino da Matemática*” (L7), não foi aceita em Belo Horizonte, mantendo-se a redação que já vinha sendo proposta.

Modificações na estrutura organizativa também foram feitas. Voltaram questões que diziam respeito a diferenciações entre “Comissões Estaduais e Regionais”, mas, como já dissemos anteriormente, o que decidiram foi que as Regionais seriam estaduais, não abrangendo mais do que um Estado e tampouco seriam condicionadas ao número de sócios, ou seja, para cada Estado deveria corresponder uma, e somente uma, Regional.

Uma contribuição importante advinda das bases do movimento, e presente na Sistematização em questão, dizia respeito ao período de mandato dos membros componentes da Estrutura Organizacional da SBEM, que deveria ser de dois anos, vetada a recondução sucessiva por mais de uma vez e prevista a renovação parcial dos colegiados. A orientação em se controlar a constituição de poderes pessoais era recorrente. Apresentaram uma proposta que dizia que “*Os membros eleitos para qualquer cargo e/ou função não poderão fazer uso da denominação SBEM salvo em benefício da Associação*” (L7). Estas propostas foram aprovadas em Belo Horizonte.

A Estrutura Organizacional também recebeu algumas mudanças. À AG foi delegado a tarefa e o poder de fixar a contribuição anual dos sócios. O CND recebeu propostas que eram coerentes com a concepção de “organizações regionais”. À competência do 3º Secretário foi acrescida a observação que “*este não deve substituir o 2º Secretário na Comissão Editorial*”, proposta contemplada em Belo Horizonte.

5. Grandes passos são dados em Belo Horizonte na 4ª.

Reunião da Comissão Central

Em carta enviada pela Secretaria do movimento Pró-SBEM em 26 de outubro às Regionais (M20) consta que a responsabilidade sobre a divulgação dos informes da RCC4, que ocorrera em 24 e 25 de outubro em Belo Horizonte, seria da Regional-São Paulo. Esses informes foram de fato produzidos e distribuídos às bases (D2).

A reunião de Belo Horizonte marcou uma nova fase na elaboração dos estatutos: a fase de amadurecimento. A CC refletiu sobre os rumos que o movimento vinha tomando, fizeram a crítica necessária, replanejando-os: *“Por aquilo de que exporemos a seguir, a reunião de BH pode, seguramente, ser considerada mais um grande passo para a consolidação da SBEM em nível nacional”* (D2).

A tarefa principal da CC, de apresentar uma proposta completa de estatuto à Comunidade de Educação Matemática no II ENEM, razoavelmente objetivo, para ser então homologado, chegou ao final de outubro satisfatoriamente cumprida, mas não sem uma necessária reflexão. O caminho adotado priorizou garantir que o debate feito nas bases fosse contemplado sob formas de alternativas, que foram socializadas em todas as Regionais, e votadas as preferências. **Isso garantiu a democracia interna do movimento e a possibilidade de simbolização coletiva, ou seja, mais que uma “entidade”, construíam-se noções, conceitos, linhas políticas, compromissos sociais.** No entanto, ao chegar em outubro, a necessidade urgente de se propor um estatuto fechado, coerente, levou a uma alteração desta rota, conforme já expusemos no capítulo anterior. A intervenção da Regional- Recife acelerou o processo nesta direção.

6. A divergência central do grupo de Recife

A sistematização, com base nos subsídios recebidos até o dia 29 de agosto, foi discutida pelo “*grupo de professores e pesquisadores interessados em Educação Matemática de Recife*” (D29). A discussão resultou em uma série de sugestões aos estatutos, enviadas à Comissão de Sistematização pela professora Terezinha Nunes Carraher.

O debate de Recife resultou em uma grande divergência em relação ao que vinha apontando o movimento. Consideraram que os estatutos apresentavam uma formalização além da necessária, que não deveria constar propostas de criação de uma superestrutura burocrática e administrativa. **Deveria a SBEM limitar-se à manutenção de um boletim nacional e organização do ENEM.**

O documento de Recife também apontou pontos que julgava contraditórios como, por exemplo (D29): “*a SBEM é declaradamente uma entidade sem fins políticos mas compromete-se a apoiar greves de classes*”.

A proposta de estatuto apresentada pela Regional-Pernambuco era bastante sintética, constando de nove artigos que versavam praticamente sobre a “Organização Administrativa”, com apenas duas instâncias decisórias: Assembleia Geral e Conselho Deliberativo.

No sábado, dia 24 de outubro, ainda pela manhã, o documento de Recife foi debatido pelos presentes à RCC4, dada a divergência central: se optassem pela linha sugerida por Recife, não faria sentido se debater o documento da CS da CC, pois eram mutuamente excludentes. Este documento não era do conhecimento da maioria dos presentes, por isto foi lido e debatido. Não constava dos Subsídios¹¹⁴ as contribuições de Pernambuco, pois essas foram enviadas à CS da CC cinco dias antes da reunião de Belo Horizonte. Após lido e debatido, procederam à votação com o seguinte resultado:

¹¹⁴ Denominação escolhida no documento D2.

“O documento tecia algumas críticas aos objetivos dos SUBSÍDIOS, críticas estas assumidas pelos presentes e incorporadas na definição dos princípios gerais (vide 3º. princípio). A proposta de estrutura ali contida foi, no entanto, rejeitada por maioria absoluta, por ferir frontalmente o 4º. princípio”¹¹⁵. (D2)

7. Proposta de estatutos da reunião de Belo Horizonte

Após esse processo anteriormente descrito, chegaram pela primeira vez a um texto único, fechado, que consideraram coerente (D36). O que tinham avaliado como representando uma grande dificuldade para se chegar a um texto objetivo, a ser homologado no II ENEM, foi parcialmente resolvida com a iniciativa de votar as alternativas construídas na base. Conseguiram superar um obstáculo que haviam declarado estar sentindo (D2): *“ver a espinha dorsal deste documento”*. Puderam então enriquecê-lo com capítulos inteiros regulamentando o que era mais geral: novos artigos, incisos, parágrafos e deslocamentos.

8. A busca pelo texto a ser homologado

Após a reunião de Belo Horizonte, a CC veio a se reunir mais duas vezes: em 28 de novembro, em São Paulo, a RCC5; em 26 de janeiro de 1988, durante o II ENEM em Maringá, a RCC6. Em novembro, ainda promoveram algumas modificações na redação

¹¹⁵ Ver “Princípios” no final do Item 12, Capítulo II, desta Tese.

da Sistematização produzida a partir de Belo Horizonte. Da RCC5, não tivemos acesso à Ata, provavelmente não foi feita; temos apenas um esboço manuscrito de Ata de autoria da professora Maria Bicudo (M21) e o boletim informativo da Secretaria da CC de 12 de janeiro de 1998 (D37), que alude à ocorrência desta quinta reunião e traz em anexo a nova Sistematização. A RCC6, neste boletim, é citada como tendo sido convocada para o dia 24 de janeiro de 1988, mas efetivamente ocorreu em 26 de janeiro. Houve um debate como atividade do II ENEM sobre a proposta de estatuto elaborada pelas Regionais, e sistematizada pela CC no dia 25 de janeiro. Até o meio-dia do dia seguinte, a CC recebeu propostas por escrito de mudanças, reunindo-se em seguida, contemplando as referidas proposições, que viriam a ser homologadas em caráter definitivo na Assembléia Geral do II ENEM em 27 de janeiro de 1988: o primeiro grande passo para a formalização da SBEM acabara de se efetivar!

De Belo Horizonte a Maringá, só obtivemos registros sobre reuniões das duas Regionais que mais se destacaram nesse processo: São Paulo e Rio de Janeiro. Na Ata da SP5, a Regional-São Paulo declara ter marcado nova reunião para 21 de novembro na PUC-SP (M17): não temos registro se esta reunião ocorreu. A Regional-Rio realizou em 23 de novembro a RJ9 (L34), debatendo sobre o texto de Belo Horizonte e tecendo considerações que foram encaminhadas à CC. Foram feitas poucas objeções, a maioria não contemplada no texto da CC de novembro. Embora o documento declare que houve votação e que aprovaram por 7 votos a 6 o documento de Belo Horizonte na íntegra, mesmo assim foram enviadas “*recomendações*”. Boa parte dessas recomendações dizia respeito à solicitação de esclarecimentos e ao apontamento de possíveis ambigüidades em relação à redação.

As proposições feitas pela Regional-Rio foram as que seguem:

- No Art. 1º, sugeriram a mudança de “CND” para “DNE”. Nesse artigo, a indicação era de que a Sede da SBEM deveria estar vinculada à localização do CND. Não foram contemplados na

Sistematização de novembro, mas a mudança se fez presente no Estatuto homologado em Maringá.

- Sobre “Sócios”, observaram a ambigüidade em relação aos professores do Magistério, pois estes não possuem curso superior, o que levaria a uma contradição com sua possibilidade de ser Sócio Efetivo e a restrição sobre os Aspirantes, categoria vinculada aos estudantes, àqueles que não possuíam o curso superior. Propuseram excetuar os professores do Magistério da categoria “Aspirante”. No texto da CC de novembro, essa proposta não foi contemplada, porém aparece no texto do Estatuto votado em Maringá. Quanto a um artigo que tratava do desligamento e readmissão de sócios, observaram que para cada desligamento era relacionado a readmissão correspondente no artigo seguinte, exceto em caso de desligamento por descumprimento com o Estatuto. Apesar da objeção da Regional-Rio, isso não foi incluso no texto de novembro, nem no texto final.

- Em relação à “Organização”, questionaram o porquê de se garantir a permanência de pelo menos 1/3 e não 1/2 do CND nos períodos previsto para renovação: foram contemplados no texto de novembro, mas no Estatuto votado em Maringá fora suprimida qualquer referência numérica, garantindo apenas que deveria haver renovação anual, podendo seus membros serem reconduzidos.

- Uma divergência séria, de fundo, conceitual, foi apresentada pela Regional-Rio, tendo sido rejeitada pela CC. Propuseram suprimir o cargo de “Secretário-Geral” e readequar os capítulos que se referiam às funções deste para manter a coerência. Essa proposição pode ser explicada pela linha que já vinha sendo seguida majoritariamente por esta Regional, de conceber a DNE como tendo caráter “colegiado”; **mais uma vez as concepções de linhas político-ideológicas se enfrentaram.**

Como dissemos, nossos registros se restringem, nesta fase, a Rio e São Paulo. No entanto, quando comparamos a última Sistematização feita pela CS da Regional-

Rio, material subsidiário à RCC5, com o texto final apresentado pela CC no II ENEM, podemos ver modificações que não encontramos em qualquer documento, o que nos leva a inferir que tenham sido propostas pelas demais Regionais. Um exemplo disto que falamos é sobre a constituição do CND. Comparando os dois textos em questão (L7 e D37), podemos verificar que não houve alterações com relação ao Título I (Natureza e Objetivos) e Título II (Quadro Social). Porém, algumas mudanças se iniciaram a partir do Título III, Capítulo III, que trata da Organização. O CNF foi retirado da constituição do CND: não declararam, mas inferimos que tenha sido para preservar o caráter de independência do Conselho Nacional Fiscal.

Prosseguindo as modificações, da DNE suprimiram o cargo de 3º. Secretário e modificaram a forma de renovação, passando-a a integral, através de eleições nacionais. Por ter sido suprimido o cargo de 3º. Secretário, incorporaram suas funções às do 1º. e 2º. Secretários. A Comissão de Eventos foi suprimida, permanecendo a Comissão Editorial. As competências do 1º. Secretário, que tinham sido apenas enunciadas como “*funções de Secretaria de qualquer sociedade*” (D36), receberam agora atenção para suas especificidades. Ao 2º. Secretário foi delegada a função de coordenar a “Comissão Eleitoral” que não havia no texto anterior; fora objeto de regulamentação no Título “Das Disposições Transitórias”. A redação genérica sobre o 1º. Tesoureiro “*funções de tesoureiro*”, tal qual a de Secretário-Geral, de ora em diante foi especificada.

Nos textos anteriores à reunião de Belo Horizonte, RCC4, ainda havia divergências entre o que deveriam ser as “*Comissões Regionais*” ou as “*Comissões Estaduais*”. Não chegaram a especificar as características de uma ou de outra. Após Belo Horizonte, com a tomada de posição em favor de “Comissões Estaduais”, propuseram, nesse texto de novembro, um capítulo inteiro regulamentando suas funções, o Capítulo V do Título III, sobre Organização.

O Conselho Nacional Fiscal também foi regulamentado com um capítulo novo: o Capítulo VI do Título III.

O Título IV “Dos Fundos e Patrimônio” também foi inédito no texto de novembro. “Das Disposições Transitórias” passou então a ser tratada como Título V,

recebendo: Capítulo de “Eleição Para os Cargos” acrescido de um artigo sobre a Comissão Editorial e outro sobre o CND; Capítulo sobre “Fundação, Modificação de Estatutos e Extinção”.

9. Sistematização da CC de novembro de 87

Pela sua importância histórica, por ser a tarefa a que se propôs a Comissão Central (CC) em 28 de março de março de 1987, apresentar uma proposta de Estatuto no II ENEM, reproduzimo-lo na íntegra (D37).

Proposta de Estatutos da CC ao II ENEM

TÍTULO I

DA NATUREZA E OBJETIVOS

CAPÍTULO I

DA CARACTERIZAÇÃO, SEDE E FORO

Art. 1º - A Sociedade Brasileira de Educação Matemática, denominada SBEM, é uma entidade civil, sem fins lucrativo, de caráter educacional, científico e cultural, independente de atividades político partidária e religiosa, que tem por FINALIDADE congregar profissionais da área de Educação Matemática ou áreas afins e outros interessados em EM como área de conhecimento.

§ 1º - A SBEM terá sua sede nacional onde estiver instalado o CND.

§2º - Para efeitos legais a SBEM terá foro na cidade de São Paulo.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art 2º - A SBEM tem por objetivos:

I – intervir junto dos órgãos governamentais para participar da formulação, de execução e da avaliação das políticas nacional de educação tudo que disser respeito à EM.

II – promover foro de debate sobre a produção na área de EM que leve ao desenvolvimento de uma análise crítica dessa produção.

III- zelar pêlos interesses comuns de seus associados no que concerne ao desempenho de atividades profissionais relativas à EM.

IV- orientar e intervir na obtenção de verbas para estimular o desenvolvimento de atividades na área de EM.

V- estimular atividades de pesquisa em Educação Matemática.

VI - responsabilizar-se pela continuidade dos Encontros Nacionais de E.M. - ENEMs - e dar apoio institucional e financeiro a seus comitês de organização.

VII- manter pelo menos uma publicação própria para divulgação específica de temas relacionados à EM.

VIII - estimular atividades, em Educação Matemática, que envolvam estudantes de 1º, 2º e 3º graus.

TÍTULO II DO QUADRO SOCIAL CAPITULO I DOS SÓCIOS

Art 3º - Poderão fazer parte da SBEM todas as pessoas que concordarem com os objetivos da Sociedade, desde que tenham seus nomes indicados por 2 Sócios Efetivos.

Art.4º - São considerados fundadores da SBEM, todas, as pessoas que,

independentemente de virem a se filiar a ela e da categoria de sócio a que vierem pertencer participam do momento de fundação e/ou processo de formação da SBEM.

Art 5º - A SBEM é constituída por um quadro social que apresenta as seguintes categorias de sócios.

I- Sócios Aspirantes - são pessoas físicas não graduadas, em Curso Superior.

II- Sócios Efetivos - são pessoas físicas:

a) graduadas em Curso Superior ou em Curso de Magistério.

b) professores de Matemática.

III- Sócios Institucionais - são pessoas jurídicas constituídas por entidades civis, sem fins lucrativos, de caráter educacional, científico ou cultural, independentes de atividade político-partidária e religiosas.

§ único - Na ausência de documentação específica, a comprovação da situação mencionada na letra b) do item II, deste artigo, pode ser feita por declaração de dois sócios efetivos.

Art 6º. - São direitos dos Sócios Efetivos e Aspirantes:

I- tomar parte nas Assembléias Gerais e nelas apresentar e votar propostas.

II- beneficiar-se dos serviços da SBEM;

III- participar de todas as atividades a que esteja a SBEM diretamente ligada.

IV- ter acesso a qualquer momento às dependências, informações e documentações da SBEM.

V- convocar, em conjunto com pelo menos um terço dos Sócios

Efetivos e um terço dos Sócios Aspirantes. Assembléia Geral Extraordinárias

§ único - é direito exclusivo do Sócio Efetivo votar e ser votado para cargos emotivos e votar no que disser respeito à alteração deste Estatuto.

Art. 7º - São direitos do Sócio Institucional:

I - declarar-se "filiado à SBEM".

II - beneficiar-se dos serviços da SBEM.

Art.8º. - São deveres, dos Sócios Efetivos, Aspirantes e Institucionais:

I- cumprir as disposições deste Estatuto.

II- acatar as determinações aprovadas em Assembléia Geral.

II- colaborar com o CND na consecução dos objetivos da SBEM.

IV- difundir e prestigiar as atividades da SBEM zelar pelo patrimônio da SBEM;

V- manter atualizado o pagamento da contribuição a que se refere o artigo 11º deste Estatuto.

§ único - é dever do sócio que for eleito, exercer o mandato e aceitar os encargos, dele decorrentes, salvo se houver motivo justificado.

Art. 9º. - Dar-se-á o desligamento do sócio:

I - mediante seu pedido expresso.

II - pelo atraso no pagamento de duas contribuições anuais consecutivas.

III - pelo não cumprimento das disposições deste Estatuto.

Art 10º. - Dar-se-á a readmissão do Sócio:

I - mediante solicitação do mesmo devidamente aprovada pelo CND, se afastado na forma do item I do art. 9º.

II – mediante solicitação do mesmo, devidamente aprovada pelo CND e quitação de seus débitos para com a SBEM, se afastado na forma do item II do art. 9º.

Art.11º. - Os Sócios ficarão obrigados a uma contribuição anual que será fixada pelo CND e homologada pela Assembléia Geral.

§ único - O Sócio Aspirante -ficará obrigado à contribuição anual de que trata o caput deste artigo, no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor estipulado para o Sócio Efetivo.

TITULO III
DA ORGANIZAÇÃO
CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E FUNCIONAL

Art 12º - Os setores que integram a Estrutura Organizacional e Administrativa da

SBEM são:

Assembléia Geral (AG)

Conselho Nacional Deliberativo (CND)

Diretoria Nacional Executiva (DNE)

Conselho Nacional Fiscal (CNF)

Diretorias Estaduais (DE)

§ 1º - Nenhum cargo ou função da Estrutura Organizacional e Administrativa da SBEM será remunerado.

§ 2º - O mandato dos membros componentes da Estrutura Organizacional da SBEM será de 2 (dois) anos, vedada a recondução sucessiva e prevista a renovação parcial dos colegiados.

§3º - Os membros efeitos para qualquer cargo e/ou função não poderão fazer uso da denominação SBEM salvo se em benefício da Associação.

CAPITULO II

DA ASSEMBLEIA GERAL

Art 13º. - A Assembléia Geral, órgão máximo da SBEM, é constituída por todos os sócios Aspirantes e Efetivos, observando o parágrafo único do art. 6º.

§ Único - A AG reunir-se- á ordinariamente pelo menos uma vez a cada 2 anos e durante o ENEM ou extraordinariamente por convocação de pelo menos um terço de seus membros..

Art 14º. - São atribuições da AG:

I - homologar a DNE eleita;

II - escolher os locais dos ENEM's;

III - homologar as decisões do CND;

IV - decidir, em última instância, sobre recursos contra decisões de órgãos ou de dirigentes da SBEM;

V - modificar o estatuto;

VI - escolher as comissões organizadoras dos ENEM's;

VII – fixar a contribuição anuas para sócios da SBEM.

CAPITULO III
DO CONSELHO NACIONAL DELIBERATIVO

Art 15º. – O CND é constituído:

- a) pelos membros da DNE;
- b) pelos representantes estaduais eleitos;

§1º - Os Estados têm direito a representantes estaduais na relação; de 1 (um) a 200 duzentos) associados têm direito a 1 (um) representante; de 201 à 400 têm direito a 2 (dois) representantes; de 401 a 800 têm direito a 3 (três) representantes; de 801 à 1600 têm direito a 4 representantes; e assim sucessivamente.

§2º - O CND reúne-se ordinariamente de 6 em 6 meses ou extraordinariamente por convocação de 1/3 (um terço) de seus membros.

§3º - A renovação da representação estadual no CND será anual e parcial, através de eleições estaduais, garantindo a pertinência de 1/2 (metade) de seus membros no CND.

Art 16º. - Ao CND compete:

- I - estabelecer política geral da SBEM;
 - II - determinar a pauta das AG ordinárias;
 - III - apreciar, como instância anterior à AG, recursos contra decisões de dirigentes ou de órgãos da SBEM;
 - IV - homologar a criação de comissões executivas propostas pela DNE e os nomes de seus integrantes;
 - V - homologar os relatórios dos membros da Estrutura Organizacional e Administrativa;
 - VI - deliberar sobre casos não previstos neste Estatuto.
 - VII - constituir comissões de trabalho "ad hoc", observando-se o disposto no Art. 17º.;
 - VIII - normatizar o disposto nos itens III e IV do artigo 5º.;
- § Único - Toda e qualquer deliberação do CND será submetida à homologação da AG.

CAPÍTULO IV
DA DIRETORIA NACIONAL EXECUTIVA

Art 17º. - A DNE é composta por:

- a) Secretário Geral
- b) 1º Secretário
- c) 2º Secretário
- d) 1º Tesoureiro
- e) 2º Tesoureiro

§ 1º. - Os componentes da DNE serão eleitos por voto direto a nível nacional a partir de uma lista de candidatos organizada por grupos de sócios.

§ 2º - A renovação da DNE é integral, através de eleições nacionais, ao final de 2 (dois) anos.

Art. 18º. - Fica constituída a Comissão Editorial, de caráter permanente, ligada à DNE, composta por (?) membros eleitos e pelo 1º Secretário.

§ 1º. - Na. Comissão Editorial deverão estar representadas as 5 (cinco) Regiões Geográficas do Brasil.

§ 2º - Um estado não poderá estar representado por mais de 3 (três) membros.

§ 3º. - A Comissão Editorial será renovada anualmente em 1/2. de seus membros.

§ 4º. - Deve constar na cédula de votação o nome de todos os candidatos.

Art. 19º. - Compete ao Secretário Geral:

- I - convocar e presidir as reuniões do CND e as AG;
- II - definir e divulgar os cronogramas de trabalho juntamente com as propostas orçamentárias;
- III - executar deliberações do CND;
- IV - constituir comissões executivas de caráter provisório;
- V - elaborar relatórios semestrais a serem homologados pelo CND;

VI - representar juridicamente a SBEM.

Art. 20º. - Compete ao 1º. Secretário:

I - substituir o Secretário Geral em seus impedimentos.

II - coordenar a Comissão Editorial.

Art. 21º. - Compete ao 2º Secretário:

I - Substituir o 1o. Secretário em seus impedimentos, exceto na coordenação da Comissão Editorial;

II - Coordenar a Comissão Eleitoral.

Art. 22º. - Compete ao 1º. Tesoureiro:

I – arrecadar as anuidades dos sócios.

II - administrar as finanças da Sociedade de acordo com as normas definidas pela DNE.

III - elaborar balancetes semestrais da Sociedade e apresentá-los à AG.

Art 23º. - Compete ao 2º. Tesoureiro substituir o 1º Tesoureiro em seus impedimentos.

CAPITULO V DAS DIRETORIAS ESTADUAIS

Art 24º. - As Diretorias Estaduais são órgãos executivos da SBEM a nível estadual, sendo estruturadas de acordo com as peculiaridades locais.

Art.25º. - Em cada Estado a SBEM será regulamentada por regimento próprio e terá seu plano próprio de atividades, sem perder de vista as finalidades, objetivos e metas desta Sociedade.

§ único - As atividades locais devem ser divulgadas a nível nacional através da publicação própria da SBEM.

CAPÍTULO VI
DO CONSELHO NACIONAL FISCAL

Art.26º. - O Conselho Nacional Fiscal será constituído por três membros eleitos a cada dois anos, pelos sócios efetivos.

Art.27º. - Compete ao CNF examinar os balancetes apresentados pela DNE.

Art.28º. - O CNF reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano ou, extraordinariamente, por convocação da DNE ou de dois de seus membros.

TÍTULO IV
DOS FUNDOS E PATRIMÔNIO

Art 30º - A Receita da SBEM resulta:

I - das contribuições estatutárias de seus associados.

II - de recursos provenientes, de acordos, convênios e outros instrumentos como instituições nacionais e estrangeiras, públicas ou privadas.

III - de donativos, legados e subvenções de qualquer espécie.

IV - de investimentos e de operações de crédito.

V - de rendas eventuais.

Art 30º. - A Receita arrecadada será aplicada exclusivamente na aquisição e manutenção do patrimônio e no desenvolvimento das atividades pertinentes aos objetivos da SBEM.

Art 31º. - A Receita e a despesa constarão de orçamento único elaborado pela DNE e aprovado pela. Assembléia Geral, após parecer do CNF.

§ 1º. - A arrecadação das contribuições dos sócios é de responsabilidade da DNE com a colaboração das DEs.

§ 2º. - Será destinado para cada estado um percentual de 60% da arrecadação local

para cobrir as despesas deste.

§ 3º. - A execução financeira das atividades da SBEM a nível nacional será de responsabilidade da DNE.

§ 4o. - Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações da SBEM.

TÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS
CAPÍTULO I
DA FILIAÇÃO

Art 31º. - Dentro de 6 (seis) meses a partir da data do registro civil da SBEM o CND regulamentará o processo de admissão e desligamento de sócios.

§ único - Dentro do prazo estipulado no caput deste artigo, os Fundadores poderão ingressar no quadro de sócios da SBEM, nas categorias estipuladas no art. 5º, independentemente das disposições que se estabelecerem.

CAPÍTULO II
DA ELEIÇÃO PARA OS CARGOS

Art.33º. - Para eleição da DNE, do CNF e da Comissão Editorial será constituída uma Comissão Eleitoral designada pela DNE, incluindo o 2º Secretário e um representante de cada chapa.

§ 1º - Deverá ser estipulado um prazo para registro de chapas.

§ 2º - Uma chapa só terá sua inscrição aceita se, em anexo, apresentar um programa de trabalho.

§ 3º - Os votos serão remetidos pela Secretaria, em cédula própria, somente aberta no momento da apuração.

§ 4º - Na primeira eleição para a escolha dos 21 membros da Comissão Editorial, os 7 (sete) primeiros mais votados terão mandato de 3 (três) anos, os 7 seguintes de 2 (dois) anos e os 7 (sete) restantes de 1 (um) ano.

Art. 34º. - Para atender ao disposto no artigo 15o. § 3o., na primeira eleição para a escolha de representantes no CND, os membros menos votados terão mandato de 1 (um) ano.

§1º - Os mandatos dos primeiros membros do CND serão de 3 (três) anos.

CAPÍTULO III

DA FUNDAÇÃO, MODIFICAÇÃO DE ESTATUTOS E EXTINÇÃO

Art. 35º. - O presente Estatuto entrará em vigor imediatamente após sua aprovação pela AG de fundação.

Art. 36º. - O presente Estatuto só poderá ser modificado por proposta aprovada por pelo menos 2/3 dos Sócios Efetivos presentes em AG e homologada em consulta plebiscitária pela maioria absoluta dos Sócios Efetivos.

Art. 37º. - A SBEM somente poderá ser dissolvida em AG extraordinária, por deliberação de 2/3 dos Sócios Efetivos presentes e homologada em consulta plebiscitária pela maioria absoluta dos Sócios Efetivos da SBEM.

10. Modificações, adendos e supressões

O texto acima se refere, como já dissemos, à proposta de estatuto construída pelas Regionais durante quase um ano e sistematizada pela Comissão Central do movimento Pró-SBEM. Este texto foi submetido aos participantes do II ENEM e homologado com algumas modificações.

Passamos agora a mostrar que modificações foram essas e por que afirmamos que houve sintonia entre as bases do movimento e seus representantes (não

delegados) presentes no II ENEM. As modificações foram centradas hegemonicamente na forma, procurando manter a coerência interna do texto em relação ao todo, e em consonância com os Princípios votados durante o I ENEM, quando escolheram a Comissão Central para realizar a tarefa que acabamos por concluir sua reconstituição histórica.

11. O II ENEM funda a SBEM e define seu Estatuto

A reviravolta feita pelo movimento Pró-SBEM, a partir de Belo Horizonte, fez com que a programação decidida em Campinas fosse alterada. Os prazos definidos para dezembro foram abandonados. O texto construído até o final de novembro foi o proposto no II ENEM.

A Sistematização advinda da RCC6, que viria ocorrer em 26 de janeiro ao invés de 24 de janeiro, conforme prevê a Circular abaixo, foi o que apresentaram na Plenária de Fundação no II ENEM no dia 27 de janeiro de 1988. A CC decidiu que “... *só se fariam mudanças que garantissem a manutenção dos princípios que nortearam a elaboração dos estatutos: que fosse sucinto e não regimental, que não entrasse em questões circunstanciais, que garantisse uma estrutura de sociedade aberta*”. (S1)

A circular da CC de 12 de janeiro de 1988 (D37) confirma o que dissemos:

São Paulo, 12 de Janeiro de 1988.

Caro (a) Colega

Temos o prazer de lhe remeter os Estatutos da S B E M elaborado pelas Comissões Regionais e sistematizado pela Comissão Central nas reuniões de 24/10/87 em Belo Horizonte e de 28/11/87 em São Paulo. Este estatuto deverá ser homologado no II E N E M. Pedimos que o divulgue da maneira mais ampla possível.

Lembramos que em 28/11/87 em São Paulo, a Comissão Central marcou sua próxima reunião para o dia 24 de Janeiro de 1988, domingo, no Instituto de Educação de Maringá, Praça da Catedral, Maringá, às 17 horas.

Sem mais.

Cordiais saudações



Roberto Ribeiro Baldino
Sec. Geral da Comissão Central pró-SBEM

O que podemos observar, comparando os textos da CC de novembro de 1987 com o Estatuto votado no II ENEM, é que a maioria das modificações diz respeito a detalhes de redação. Vários itens são de ordem de regulamentação, de adequação, de complementação, mas de fato nada que possa ter comprometido o **caráter tendencial do movimento Pró-SBEM**.

Citamos alguns exemplos ilustrativos:

- A Sede vinculada ao CND passa ser vinculada à DNE;
- O Foro para efeitos legais deixa de ser São Paulo, dando lugar à Maringá;
- Redações que davam preferências a termos como “intervir”, mudam para “atuar”
- Suprimem questões circunstanciais como, por exemplo, responsabilizar a SBEM pela continuidade dos ENEMs;
- A denominação “Diretoria Estadual” (DE) muda para “Diretoria da Unidade da Federação” (DUF);
- O estabelecimento do valor da anuidade sai da responsabilidade das AGs e passa para o CND, homologado pela AG;
- Incluem a prerrogativa de escolha do Comitê Científico dos ENEMs à AG;
- Complementam atribuições ao 1º. Secretário;
- Desmembram os Direitos dos Sócios Aspirantes e Efetivos que se encontravam redigidos juntos, excetuando os Aspirantes de alguns direitos. Na nova redação simplesmente não incluem tais direitos aos Aspirantes;
- Suprimem a responsabilidade do Tesoureiro de arrecadar a anuidade;
- Criam a figura de “Suplente” no CNF;
- Reformulam as Disposições Transitórias.

No item “Das Disposições Transitórias”, destacamos uma proposta feita na Assembléia de Fundação da SBEM relativa ao caráter “provisório” da primeira diretoria que seria eleita durante essa Assembléia e que deveria ser “*encarregada de consolidar as bases da SBEM, tomando todas as providências para o registro civil da mesma e para a realização em novembro de 1.988 (hum mil novecentos e oitenta e oito) de acordo com o estatuto aprovado nessa Assembléia Geral*”. (S1)

O Estatuto votado em Maringá, fruto dessa fusão democrática de orientações ideológicas e políticas, foi o que segue (SBEM, 1988):

SOCIEDADE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

E/S/T/AT/U/T/O

TÍTULO I

DA NATUREZA E OBJETIVOS

CAPÍTULO I

DA CARACTERIZAÇÃO, SEDE E FORO

Art. 1º - A Sociedade Brasileira de Educação Matemática, denominada SBEM, constitui-se em uma Sociedade Civil de caráter científico e cultural, sem fins lucrativos e qualquer vinculação político-partidária e religiosa.

§ 1º - A SBEM terá sua sede nacional onde estiver instalada a Diretoria Nacional Executiva (DNE).

§ 2º - Para efeitos legais a SBEM terá foro na cidade de Maringá-PR.

CAPÍTULO II

DAS FINALIDADES E OBJETIVOS

Art. 2º - A SBEM tem por finalidade congregar profissionais da área de Educação

Matemática (EM) bem como outros profissionais interessados em EM ou de áreas afins para promover o desenvolvimento da EM como área de conhecimento.

Art. 3º - A SBEM tem por objetivos:

I - atuar junto aos órgãos governamentais na formulação, execução e avaliação da política Nacional de Educação e, em especial, da EM;

II - atuar como fórum de debates sobre a produção na área de EM, que leve ao desenvolvimento de uma análise crítica dessa produção;

III - zelar pelos interesses comuns de seus associados no que concerne ao desempenho nas atividades profissionais ligadas a EM;

IV - orientar e atuar na obtenção de recursos para o desenvolvimento de atividades na área de EM;

V - estimular atividades de pesquisa na área de Educação Matemática.

TÍTULO I
DO QUADRO SOCIAL
CAPÍTULO I
DOS SÓCIOS

Art. 4º. - Poderão fazer parte da SBEM todas as pessoas que concordarem COM os objetivos da Sociedade, desde que tenham seus nomes indicados por pelo menos dois sócios efetivos.

Art. 5º - São considerados fundadores da SBEM, todas as pessoas que participaram do momento de fundação a/ou processo de formação da SBEM.

Art. 6º - A SBEM é constituída por um quadro social que apresenta as seguintes categorias de sócios;

I - Sócios Aspirantes - pessoas físicas não graduadas em Curso Superior, exceto os casos do inciso II;

II - Sócios Efetivos - pessoas físicas;

a) professores de Matemática;

b) graduados em Curso Superior ou em Curso de Magistério;

III – Sócios Institucionais - pessoas jurídicas constituídas por entidades civis sem fins lucrativos, de carácter educacional, científico e cultural, independentes de atividades político-partidária e religiosa.

III - convocar, em conjunto com pelo menos um terço dos Sócios Efetivos e um terço dos Sócios Aspirantes, Assembléia Geral Extraordinária;

IV - beneficiar-se dos serviços da SBEM;

Art. 8º - São direitos dos Sócios Efetivos:

I - tomar parte nas Assembléias Gerais e nelas apresentar e votar propostas;

II - participar de toda, as atividades a que a SBEM esteja diretamente ligada;

III - convocar, em conjunto com pelo menos um terço dos Sócios Efetivos e um terço dos Sócios Aspirantes, Assembléia Geral Extraordinária;

IV - beneficiar-se dos serviços da SBEM;

V - propor e votar alterações do Estatuto;

VI - votar e ser votado para cargos eletivos da SBEM.

Art 9º - São direitos dos Sócios Institucionais;

I - declarar-se filiado à SBEM;

II - beneficiar-se dos serviços da SBEM.

Art 10º - São deveres dos Sócios Aspirantes e Efetivos;

I - cumprir as disposições deste Estatuto;

II - acatar as determinações aprovadas em Assembléias Gerais;

III - colaborar com o CND na consecução dos objetivos da SBEM;

IV - difundir e prestigiar as atividades da SBEM;

V - zelar pelo patrimônio da SBEM;

VI - manter atualizado o pagamento da contribuição.

Art. 11º - Dar-se-á o desligamento do sócio;

I - mediante pedido expresso do mesmo;

II - pelo atraso no pagamento de duas contribuições anuais consecutivas ;

III - pelo não cumprimento das disposições deste Estatuto.

Art. 12º - Dar-se-á a readmissão do sócio:

I - mediante solicitação do mesmo, devidamente aprovada pelo CND, desde que tenha sido afastado na forma do inciso I do Art. 11;

II - mediante solicitação do mesmo, devidamente aprovada pelo CND, desde que haja quitado seus débitos para com a SBEM, se afastado na forma do inciso II, do Art. 11.

Art. 13º - Os sócios obrigar-se-ão ao pagamento de uma contribuição anual reajustável, que será fixada pelo CND e homologada em Assembléia Geral.

Parágrafo único - Para os Sócios Aspirantes, a contribuição anual a que se refere este artigo será fixada em 50% (cinquenta por cento) do valor estipulado para os sócios efetivos.

TÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO
CAPÍTULO I
DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E FUNCIONAL

Art. 14º - Os setores que integram a Estrutura Organizacional e Administrativa da SBEM são;

I - Assembléia Geral (AG);

II – Conselho Nacional Deliberativo (CND)

III – Diretoria Nacional Executiva (DNE)

IV – Conselho Nacional Fiscal (CNF)

V – Diretorias das Unidades da Federação (DUF)

§ 1º - Nenhum cargo ou função da Estrutura Organizacional e Administrativa da SBEM será remunerado.

§ 2º - O mandato dos membros componentes da Estrutura Organizacional da SBEM será de dois anos, vedada a recondução sucessiva.

§ 3º - Os membros eleitos para qualquer cargo e/ou função não poderão fazer uso da denominação SBEM, salvo se em benefício da Associação.

CAPÍTULO II

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 15º - A Assembléia Geral, órgão máximo da SBEM, é constituída pelos Sócios Aspirantes e Efetivos.

Parágrafo Único - A AG realizar-se-á ordinariamente pelo menos uma vez a cada dois anos e durante o ENEM - Encontro Nacional de Educação Matemática ou, extraordinariamente, observando os incisos III dos Artigos 7º e 8º.

Art. 16º – São atribuição da AG:

I – homologar a DNE eleita;

II - escolher os locais rias ENEM;

III - homologar as decisões do CND;

IV - decidir, em última instância, sobre recursos contra decisões de órgãos ou de dirigentes da SBEM;

V - modificar o Estatuto;

VI - escolher o Comitê Científico de cada ENEM.

CAPÍTULO III DO CONSELHO NACIONAL DELIBERATIVO

Art. 17^o – O CND é constituído:

- a) pelos membros da DNE;
- b) pelos representantes eleitos das Unidades da Federação.

§ 1^o - As Unidades da Federação se farão representar no CND sob o critério da proporcionalidade na forma abaixo apresentada;

- a) de 100 (cem) a 200 (duzentos) sócios - 01 representante;
- b) de 201 (duzentos e um) a 400 (quatrocentos) sócios- 02 representantes;
- c) de 401 (quatrocentos e um) a 800 (oitocentos) sócios - 03 representantes;
- d) de 801 (oitocentos e um) a 1600 (um mil e seiscentos) sócios - 04 representantes,

§ 2^o - CND reunir-se-á a cada 06 meses ou extraordinariamente, por convocação de 1/3 (um terço) de seus membros.

§ 3^o - A renovação da representação das Unidades da Federação no CND será anual, podendo seus membros serem reconduzidos.

Art. 18 - Ao CND compete:

- I - estabelecer a política geral da SBEM;
- II - determinar a pauta das AG ordinárias;
- III - apreciar, como instância anterior à AG, recursos contra decisões do dirigentes ou de órgãos da SBEM;
- IV - homologar a criação de comissões executivas proposta pela DNE e os nomes de seus integrantes;
- V - homologar os relatórios dos membros da Estrutura Organizacional e Administrativa;
- VI - deliberar sobre casos não previstos neste Estatuto;

VII - constituir comissões de trabalho "ad-hoc";

VII - normatizar em regimento as atividades em que a SBEM esteja ligada, bem como no que diz respeito ao acesso às dependências, informações documentações da SBEM;

IX - homologar a filiação dos sócios;

X - fixar a contribuição anual dos sócios.

Parágrafo Único - Toda e qualquer deliberação do CND será submetida a homologação da AG.

CAPITULOIV

DA DIRETORIA NACIONAL EXECUTIVA

Art. 19^o - A DNE é composta por;

I - Secretário Geral;

II – 1^o Secretário;

III - 2^o Secretário;

IV - 1^o Tesoureiro;

V - 2^o Tesoureiro.

§ 1^o - Os componentes da DNE serão eleitos obedecendo o sistema de sufrágio universal de votos, agrupados sob a forma de chapa, conforme regimento da SBEM.

§ 2^o - A renovação da DM1 e integral, através de eleições nacionais, ao final de dois anos de mandato.

Art. 20^o - Fica constituída em caráter permanente, a Comissão Editorial, a qual ficará ligada a DNE composta, por doze membros eleitos e pelo 1^o Secretário.

§ 1^o - Na Comissão Editorial deverão estar representadas as cinco regiões geográficas do Brasil.

§ 2º - É vedado a cada UF se fazer representar por mais de 3 (três) membros nesta Comissão.

§ 3º - A Comissão Editorial será renovada anualmente, em metade de seus membros.

§ 4º - O processo para a escolha dos membros da comissão deverá ser feito através do voto direto, em uma cédula única, contendo o nome de todos os candidatos.

Art. 21º - Compete ao Secretário Geral:

I - Convocar e presidir as reuniões do CND e das Assembléias Gerais;

II - definir e divulgar os cronogramas de trabalho juntamente com as propostas orçamentárias,

III - Executar deliberação do CND;

IV - constituir comissões, executivas de caráter: provisório;

V - elaborar relatórios semestrais a serem homologados pelo CND;

VI - representar ativa e passiva judicial e extra judicialmente a SBEM.

Art. 22 - Compete ao 1º Secretário;

I - substituir o Secretário Geral em seus impedimentos;

II - coordenar a Comissão Editorial;

III - elaborar atas, secretariar as Assembléias Gerais e demais reuniões de Diretora;

IV - manter organizado a escrituração e o arquivo da SBEM.

Art. 23 - Compete ao 2º Secretário:

I - substituir o 1º Secretário em seus impedimentos, exceto na coordenação da Comissão Editorial;

II - coordenar a Comissão Eleitoral.

Art. 24º - Compete ao 1º Tesoureiro;

I - administrar as finanças da Sociedade de acordo com as normas definidas pela

DNE;

II - elaborar balancetes semestrais da Sociedade, e apresenta-los à AG.

Art. 25º - Compete ao 2º Tesoureiro, substituir o 1º Tesoureiro em seus impedimentos.

CAPÍTULO V DAS DIRETORIAS DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

Art. 26º - As DUF são órgãos executivos da SBEM a nível local, sendo estruturadas de acordo com as peculiaridades locais, respeitadas as formas de organização contidas neste Estatuto.

Art. 27º - Em cada Unidade da Federação a SBEM será regulamentada por regimento próprio e terá seu plano próprio de atividades, sem perder de vista as finalidades, objetivos e metas desta Sociedade.

Parágrafo Único - As atividades locais devem ser divulgadas a nível nacional através de publicação própria da SBEM.

CAPÍTULO VI DO CONSELHO FISCAL

Art. 28º - O CNF será constituído por três membros e um suplente eleitos conjuntamente com a DNE.

Art. 29º - Compete ao CNF examinar os balancetes apresentados pela DNE.

Art. 30º. - O CNF reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano ou, extraordinariamente por convocação da DNE.

CAPÍTULO VII
DA ELEIÇÃO PARA OS CARGOS

Art. 31º. - Para eleição da DNE, do DNF e da Comissão Editorial será constituída uma Comissão Eleitoral designada pela DNE, incluindo o 2º Secretário e um representante de cada chapa, a qual atuará conforme regimento interno da SBEM.

§ 1º - Para todas as eleições na SBEM será obrigatório a publicação de edital contendo os prazos de registros de chapas e candidaturas individuais, bem como os requisitos legais para inscrição dos mesmos.

§ 2º - Todas as chapas ficam obrigadas, quando do seu pedido de inscrição, a apresentar um programa de trabalho.

§ 3º - Nas eleições, as cédulas serão remetidas aos sócios pela Secretaria, em modelo próprio.

§ 4º - Os votos somente serão abertos no momento da apuração.

§ 5º - Os candidatos somente poderão ser proclamados eleitos após o julgamento de todos os recursos interpostos durante o pleito.

TÍTULO VI
DOS FUNDOS E PATRIMÔNIO

Art. 32º - A Receita da SBEM resulta:

I - das contribuições estatutárias de seus associados.

II - de recursos provenientes de acordos, convênios e outros instrumentos como instituições nacionais e estrangeiras, publicas ou privadas.

III - de donativos, legados e subvenções de qualquer espécie.

IV - de investimentos e de operações de créditos.

V - de rendas eventuais.

Art. 33º - A receita arrecadada será aplicada exclusivamente na aquisição e

manutenção do patrimônio e no desenvolvimento das atividades pertinentes aos objetivos da SBEM.

Art. 34º - A receita e a despesa contarão de orçamento único elaborado pela DNE e aprovada pela AG, após parecer do CNF.

§ 1º - A arrecadação das contribuições dos sócios é de responsabilidade da DNE com colaboração das DUF.

§ 2º - Cada DUF terá direito a um percentual de 60% (sessenta por cento) da arrecadação local para cobrir suas despesas.

§ 3º - A execução financeira das atividades da SBEM a nível nacional, será de responsabilidade da DNE.

§ 4º - Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações da SBEM.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 35º - Em seu primeiro ano de existência a SBEM será dirigida por uma Diretoria Provisória eleita durante o II ENEM.

Parágrafo Único - A Diretoria Provisória terá poderes necessários para a consolidação da SBEM, respeitados os dispostos neste Estatuto.

Art. 36º - O presente Estatuto só poderá ser modificado, no todo ou em parte, em Assembléia Geral, convocada especificamente para esse fim, e aprovado por 2/3 (dois terços) dos sócios efetivos presentes à Assembléia Geral.

Art. 37º - A SBEM terá duração por tempo indeterminado e sua dissolução se dará em Assembléia Geral Extraordinária, convocada especificamente para esse fim, desde que a proposta seja acatada por 2/3 (dois terços) dos sócios efetivos presentes.

Parágrafo Único - Em caso de dissolução da SBEM, seu patrimônio será doado a entidade afim ou congênere indicada na Assembléia Geral que a

dissolver.

Art. 38º - O presente Estatuto será regulamentado pelo Regimento Interno.

Art. 39º - O presente Estatuto entrará em vigor na data de aprovação pela Assembleia Geral de Fundação.

CONCLUSÃO

Tornou-se recorrente em meios acadêmicos, onde se desenvolve Pesquisa Qualitativa, uma certa rejeição ao termo “Conclusão” pelo que isso possa suscitar: um trabalho endógeno com um fim em si mesmo, fechando possibilidades a outras formas de interpretação, de representação, de produção de significados e de ressignificação. Para nós, coerentes com o pensamento relacional que estivemos buscando contemplar ao longo de todo o texto, uma conclusão não será aberta ou fechada pelo simples fato de assim ser denominada. Poderíamos chamar de “Considerações Finais”, por exemplo, mas isto não garantiria que tivéssemos produzido um pensar que abrisse ao diálogo. Na verdade não há o que se fazer para se garantir isto, pois os significados que constituem a realidade são produzidos no campo do Outro¹¹⁶ (ZIZEK, 1992). O que procuraremos fazer é produzir condições que julgamos favoráveis a que se eleja um determinado significante como o *significante-mestre* (ibid.), o significante sem significado, aquele que, por um efeito de retroação vem dar sentido a toda uma cadeia de significantes dispersos: amarra o sujeito ao significado. Este exercício não se faz por simples elaboração discursiva, no caso o texto da Tese; se assim o fosse, teríamos nos enredado em uma contradição interna ao nível da teoria. Como poderia então o significado ser produzido no campo do Outro? Assim, o que objetivamos é expor nossa subjetividade, fornecer base material para que alguns assintam em concordância, convirjam com nossas conclusões, ainda que no fundamental. Outros tantos, pelas suas trajetórias, profissionais, acadêmicas, político-ideológicas, haverão de eleger outros significantes-mestres, produzindo, portanto significados distintos.

A palavra que vimos pondo em destaque desde os primeiros passos desta exposição, e que já fora por nós desde há muito marcada como significante-mestre, é **democracia**.

¹¹⁶ O Grande-Outro, a Sociedade em geral.

Democracia como valor Universal

Nosso referencial teórico, que de alguma maneira é um compromisso político, não nos permite a ingenuidade de tomar “democracia” como tendo valor “universal”. Ao contrário, fazemos severas críticas à ideologia da “universalidade”, à universalidade tomada como “substância”, em si, fora de qualquer relação, muito menos relações antagônicas de classes sociais. Abandonamos o sentido universal ao adversário que chamaremos antidemocrático, justo por se pretender universal, justo por não reconhecer o antagonismo fundante, por se autoproclamar “universal”.

Um dicionário se pretende universal, pretende ser fonte de referência e de significação para todos os sujeitos, independentemente se estes fazem quatro ou cinco refeições por dia ou uma ou nenhuma; independentemente de que possa ser essa pessoa a proprietária de um exemplar que comprou por pelo menos dois terços de um salário mínimo ou se apenas obteve acesso em uma biblioteca pública. No Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa (HOUAISS, 2001, p.935), podemos ler algumas definições:

□ *substantivo feminino*

Rubrica: política.

1 *governo do povo; governo em que o povo exerce a soberania*

2 *sistema político cujas ações atendem aos interesses populares*

3 *governo no qual o povo toma as decisões importantes a respeito das políticas públicas, não de forma ocasional ou circunstancial, mas segundo princípios permanentes de legalidade*

4 *sistema político comprometido com a igualdade ou com a distribuição equitativa de poder entre todos os cidadãos*

5 *governo que acata a vontade da maioria da população, embora respeitando os direitos e a livre expressão das minorias*

6 *Derivação: por extensão de sentido.
país em que prevalece um governo democrático*

Ex.: ele é cidadão de uma autêntica d.

7 *Derivação: por extensão de sentido.
força política comprometida com os ideais democráticos*

Ex.: a d. venceu as eleições naquele país

8 *Derivação: sentido figurado.
pensamento que preconiza a soberania popular*

Ex.: a d. ganhou espaço na teoria política”

A teoria desenvolvida por Lacan-Zizek¹¹⁷, a qual tomamos emprestada para nos referir à SBEM como uma Sociedade forjada nas lutas democráticas, vai no sentido de submeter a suposta universalidade do termo “democracia” ao método crítico-ideológico. O método tem por objetivo detectar “*por trás da universalidade aparente, a particularidade de um interesse que destaca a falsidade da universalidade em questão: o universal, na verdade, está preso ao particular, é determinado por uma constelação histórica concreta*”. (ZIZEK, 1992, p.59)

Tais noções ditas “universais” já vinham sendo articuladas na efetividade social da economia capitalista. A “liberdade”, por exemplo, já articula de ante-mão uma liberdade burguesa de explorar; e o ato de vender força de trabalho, para o trabalhador, não é mais do que a liberdade de produzir os próprios meios de sua escravidão: a liberdade como forma da exploração, tal qual Marx formula n’O Capital (2002)

Mas é no conceito de “*ideologia*” do jovem Marx que Lacan-Zizek, baseados na própria obra de Marx (do Marx maduro, d’O Capital), do estudo da *formamercadoria*, formulam parte fundamental de seu edifício teórico¹¹⁸, e que servirá de base de demarcação teórica do conceito de “democracia” com sentido “universal”, culminando com o sentido válido de democracia que adotamos nesta Tese. Para sermos coerentes, concluímos que quem chegou até aqui, só poderá ter a chance de obter nosso aceite quanto ao sentido da história proposto, se se dispuser em produzir o efeito retroativo do significado de “democracia” por nós marcado como significante-mestre, porém com sentido conscientemente particular. Ao chegar à última linha da Tese, então a leitura terá apenas começado, pois, alertamos, o texto provavelmente assuma contornos razoavelmente distintos dos significados até então produzidos em uma segunda leitura a partir desta intervenção teórica que ora se inicia: o campo de significação será necessariamente alterado. Esta inflexão no curso da produção de significado da história será por nós identificado como sendo a história, história em movimento, história apanhada em movimento.

¹¹⁷ Não se trata de uma obra conjunta. Zizek exerce um papel didático de explicação da teoria lacaniana, não reivindica formulação própria.

¹¹⁸ Esta formulação culmina inclusive com a construção do conceito de *inconsciente*: conceito fundamental da teoria lacaniana.

Sobre a ideologia em Marx, diz Žižek (ibid. p. 59):

A definição mais elementar da ideologia é, provavelmente, a de Marx, o célebre “disso eles não sabem, mas o fazem”. Atribui-se à ideologia, portanto, uma certa ingenuidade constitutiva: a ideologia desconhece suas condições, suas pressuposições efetivas, e seu próprio conceito implica uma distância entre o que efetivamente se faz e a “falsa consciência” que se tem disso. Essa “consciência ingênua” pode ser submetida ao método crítico-ideológico, que supostamente a leva à reflexão sobre suas condições efetivas, sobre a realidade social de que ela faz parte.

Associamo-nos à teoria lacaniana da ideologia, não como falsa consciência, mas como um tipo especial de consciência, “*consciência cínica*” (ibid.), onde essa mesma falsa consciência não é algo com o qual se possa preencher com a “consciência verdadeira”, é antes constitutiva da própria realidade que sustenta e que é sustentada nela.

A democracia contestada como tendo alcance universal é posta por nós no campo da ideologia, da ideologia dominante, burguesa. Não é falsa, portanto; tampouco é plena!

Mas para adjetivarmos a democracia com o objetivo de construir nosso objeto conceitual, precisaremos o campo de construção da democracia dita universal como ideologia dominante. O sentido por nós proposto, então, é construído automaticamente no próprio movimento de desconstrução da democracia com aspirações universalizantes, conceituando-a como discurso de classe dominante.

Porém haveremos de reconhecer que este empreendimento teórico é razoavelmente ousado, na medida em que o conceito de “ideologia” não é óbvio, pelo contrário, a polissemia é sua marca mais evidente.

O conceito de ideologia vem de uma longa trajetória, onde vários significados com sentidos opostos foram sendo atribuídos. Em alguns casos, o conceito é negativo (não realizável); em outros, positivo (tomada de posição). Para Napoleão

Bonaparte, o termo era pejorativo. Já em nossos dias, para Althusser, o conceito se liga à ação efetiva do sujeito, desde sempre assujeitado à própria ideologia.

Na obra *“Ideologias e Ciência Social”*, Michel Löwy (1996, p.11) nos diz:

É difícil encontrar na ciência social um conceito tão complexo, tão cheio de significados, quanto o conceito de ideologia. Nele se dá uma acumulação fantástica de contradições, de paradoxos, de arbitrariedades, de ambigüidades, de equívocos e de mal-entendidos, o que torna extremamente difícil encontrar o seu caminho nesse labirinto.

Zizek, em *“Um Mapa da Ideologia”*, inclui artigos de autores consagrados neste campo teórico, dentre os quais, Pierre Bourdieu, Theodor Adorno, Michel Pêcheux, trazendo para o debate contemporâneo sobre a ideologia, questões como *“universo pós-ideológico”*, *“dominação simbólica”*, *“hegemonia”*. Nesta obra, em uma entrevista de Bourdieu com Terry Eagleton, o primeiro se posiciona em relação à ideologia:

De fato, tendo a evitar a palavra “ideologia”, porque (...) ela tem sido mal utilizada com muita frequência, ou usada de maneira muito vaga. Parece transmitir uma espécie de descrédito. (...) Procurei substituir o conceito de ideologia por conceitos como “dominação simbólica” ou “violência simbólica”, para tentar controlar alguns dos usos ou abusos a que ele fica sujeito. (BOURDIEU, 1996, p. 266).

Diferente de Bourdieu, ao contrário de evitar o uso do conceito em questão, é dele que vamos nos valer para poder falar de democracia em sentido não convencional, melhorativo, como expressão de um “bem em si”. Essa é a ideologia da qual nos diferenciaremos.

Nesse contexto, justificamos por que faremos um breve apanhado histórico sobre ideologia, para que se saiba de qual lugar estamos falando (teoria). Mostramos, nesta

exposição, o momento em que a ideologia é adjetivada como sendo dominante ou ideologia como instrumento de contestação. Ela deixa de ser “negativa”, como algo não realizável, como falsa, para se configurar como “positiva”, como posição de classe social, como postura efetiva, visão de mundo, visão enquanto prática social: o “real do imaginário”, como quer Althusser (1996), em contraposição ao “imaginário do real”, de Marilena Chauí (1993). Ao final, baseados em Zizek (1996, p. 306), mostramos por que nos associamos à noção de que *“Ideológica não é a ‘falsa consciência’ de um ser (social), mas esse próprio ser, na medida em que ele é sustentado pela ‘falsa consciência’”*.

Uma vez mais falamos de justificativa: além de nos servir deste conceito com os objetivos anteriormente descritos, no desenvolvimento de construção, acreditamos colocar em ação o método crítico-ideológico com o qual contamos para nos fazer entender sobre o significado da história como efeito de retroação, *“só-depois da significação”*, como diz Zizek (1992, p.99).

Ideologia: Da Zoologia à Psicanálise

O conceito de ideologia surge no princípio do século XIX pelas mãos de Destut de Tracy a quem Löwy (1996, p.11) chama de *“um discípulo de terceira categoria dos enciclopedistas”* que se pretendiam e se autodenominavam materialistas, passa por Napoleão, Karl Marx, cada qual deixando sua marca de diferenciação. Por fim, Louis Althusser (1996), advindo de uma vertente do marxismo estruturalista francês, apresenta a ideologia com uma roupagem bastante distinta em relação aos seus antecessores, que tanta polêmica gerou e ainda gera nos meios acadêmicos, militantes, intelectuais. Slavoj Zizek, na obra *“Eles não Sabem o que Fazem: o sublime objeto da Ideologia”* (1992), baseado em Lacan, constrói um conceito ainda mais sofisticado do que Althusser com um forte

conteúdo filosófico e histórico, dialogando com Marx e seus conceitos fundamentais do Materialismo Histórico Dialético, tais como *mais-valia*, *luta de classes*, *mercadoria*.

O termo ideologia surgiu, ao menos publicado, em 1801 no livro “*Eléments d’Idéologie*” de Destut de Tracy. Segundo Michel Löwy (ibid., p. 11), Tracy teria literalmente inventado o termo para designar “*o estudo científico das idéias*”, onde essas seriam “*o resultado da interação entre o organismo vivo e a natureza, o meio ambiente*”. Sendo assim, ideologia nada mais era do que um subcapítulo da Zoologia, que trataria da questão dos sentidos, da percepção sensorial; para Löwy, nada mais do que o resultado de um cientificismo materialista vulgar.

Marilena Chauí, na obra “*O que é Ideologia?*” (1993, p. 23), a respeito dessa noção primitiva, diz: “*O ideólogo francês partilha do otimismo naturalista e materialista do século XVIII, acreditando que a Natureza tem, em si, as condições necessárias e suficientes para o progresso e que só graças a ela nossas inclinações e nossa inteligência adquirem uma direção e um sentido*”.

Os ideólogos franceses eram antiteológicos, antimetafísicos, antimonárquicos, e viam nas ciências experimentais a possibilidade do surgimento de uma nova moral; por isso apoiavam Napoleão Bonaparte como continuador dos ideais da Revolução Francesa. Porém, logo se decepcionaram, atribuindo a Napoleão a restauração do antigo regime, passando assim à oposição. Em represália, Napoleão, em um discurso proferido em 1812 ao Conselho de Estado da França, cunhou o termo ideologia como pejorativo, como metafísica. Chauí (ibid. p. 24) cita Napoleão: “*Todas as desgraças que afligem nossa bela França devem ser atribuídas à ideologia, essa tenebrosa metafísica que, buscando com sutilezas as causas primeiras, quer fundar sobre suas bases a legislação dos povos, em vez de adaptar as leis ao conhecimento do coração humano e as lições da história*”.

Os ideólogos, que pretendiam fazer uma análise científica, materialista, das ideologias, acabaram por ser identificados, pela hegemonia política de Napoleão, como, ao contrário do que se auto-identificavam, especuladores metafísicos. E, a partir daí, o termo “ideologia” começou então a ser usado no sentido napoleônico, como aquilo que não tem correspondente na realidade.

Segundo Löwy, a partir de 1846, Marx, em *A Ideologia Alemã* (1986), passou então a utilizar o conceito de ideologia no sentido napoleônico, como vinha sendo concebido a sua volta. Posteriormente, ampliou o conceito como sendo as formas de tomada de consciência pelo indivíduo, mas manteve o sentido pejorativo. A ideologia passou então a ser designada como falsa consciência, como concepção idealista, onde a realidade é invertida.

A esse respeito, Löwy (ibid. p.12) diz que “*Para Marx, claramente, ideologia é um conceito pejorativo, um conceito crítico que implica ilusão, ou se refere à consciência deformada da realidade que se dá através da ideologia dominante: as idéias das classes dominantes são as ideologias dominantes na sociedade*” .

Esse processo de ressignificação do conceito de ideologia não parou por aí. Lênin, por exemplo, trata dele, mas, dessa vez, com sentido positivo, como posição de classe social, não como realidade invertida.

A noção negativa de ideologia continuou sendo utilizada. Vilfredo Pareto por volta de 1916, portanto contemporâneo de Lênin, sugeriu ideologia como “*teoria não-científica*” (LÖWY, 1996), toda teoria não lógico-experimental. Pareto opõe a ideologia à ciência: a primeira, como sendo do campo do sentimento e da fé; a segunda, da observação e do raciocínio. Apesar de Pareto ainda definir a ideologia como negativa, ou seja, a ciência se realiza, a ideologia não, no entanto, para ele, a ideologia tinha a função de persuasão, no sentido de dirigir a ação. Althusser retoma esta noção, porém com caráter positivo, como representação do imaginário do indivíduo com suas condições reais de existência, portanto como tomada concreta de posição, orientadora da ação do sujeito.

Posteriormente, o sociólogo Karl Mannheim, segundo Löwy (1996, p.13), na primeira edição de 1929, da obra “*Ideologia e Utopia*”, redefine o conceito: “*Para ele, ideologia é o conjunto das concepções, idéias, representações, teorias, que se orientam para a estabilização, ou legitimação, ou reprodução da ordem estabelecida*”. Ou seja, ideologia tem um caráter eminentemente conservador, a favor da ordem estabelecida, refere-se, portanto, à visão de mundo de um grupo social determinado, a uma classe social, a classe dominante. Mannheim conserva assim o sentido de Marx de ideologia. Por outro

lado, ele define “*utopia*” como sendo “*aquelas idéias, representações e teorias que aspiram uma outra realidade, uma realidade ainda inexistente*” (ibid. p.13), ou seja, como ruptura.

Já em Lênin, segundo Löwy (ibid. p. 12), a ideologia se apresenta “*como qualquer concepção de realidade social ou política, vinculada aos interesses de certas classes sociais*”. Este sentido proposto por Lênin encontra uma definição análoga em Mannheim: o conceito de “*ideologia total*”: “*...a existência de um conjunto estrutural e orgânico de idéias, de representações, teorias e doutrinas, que são expressões de interesses sociais vinculados às posições sociais de grupos ou classes, podendo ser, segundo o caso, ideológico ou utópico*” (ibid., p.13). Como podemos observar, o que Mannheim chama de *ideologia total* é *ideologia* para Lênin; o que o primeiro chama de *ideologia* é *ideologia dominante* para o segundo; *utopia* para um, *ideologia proletária* para o outro.

Por fim, Löwy (ibid., pp.13-14) faz uma determinada opção teórica para evitar uma possível confusão terminológica, segundo ele. Opta pela proposição de Mannheim, mas sugere um termo que unifique o que chama de “*esses dois fenômenos*”, a *ideologia* e a *utopia*. O termo sugerido é “*visão social de mundo*”: “*Visões sociais de mundo seriam, portanto, todos aqueles conjuntos estruturados de valores, representações, idéias e orientações cognitivas. Conjuntos esses unificados por uma perspectiva, por um ponto de vista social, de classes sociais determinadas*”.

Esta escolha de Löwy sugere certamente a possibilidade de se fazer uma análise de que ideologia sustenta tal escolha. Mas isto não poderia ser feito desde um ponto de vista qualquer. O conceito de ideologia em Althusser, que trataremos logo mais, poderia sustentar tal análise, tal qual Baldino fez em relação à Marilena Chauí e que segue seu desenvolvimento no tópico seguinte.

Um Debate Contemporâneo Acerca de Ideologia

Passamos agora à apresentação de uma polêmica travada por Baldino (1985), baseado em Althusser (1996), sob forma de artigo, com o conceito de ideologia aqui exposto como sendo de Marilena Chauí (1983).

Chauí, em “*O que é Ideologia?*”, por se tratar de uma obra dirigida a um público juvenil, a Coleção Primeiros Passos, faz um apanhado bem amplo em poucas páginas, característica dessa coleção, de questões filosóficas que contextualizam um tema central. Nesta obra, ela faz um breve relato acerca da trajetória histórica do termo ideologia; só depois entra em questões relativas ao marxismo, desde as filosóficas às econômicas. Discute Filosofia, Cultura, Dialética, Materialismo, Direito, Moral, Família, Sociedade Civil, Estado, Economia, divisão social do trabalho, alienação, mais-valia, explorados, exploradores, dominação. No final, não sem antes fazer uma leve incursão pelo conceito de hegemonia em Gramsci, dá um fecho coerente, criando, desse modo, condições concretas para definir ideologia, ancorada na seguinte elaboração (CHAUÍ, 1993, p. 101): “*Estamos agora em condições de compreender as determinações gerais da ideologia (recordando que determinação significa: características intrínsecas a uma realidade e que foram sendo produzidas pelo processo que deu origem a essa realidade)*”.

Em seguida, Chauí (ibid., p. 104) descreve uma série de determinações, cujas três últimas são as que sintetizam as demais, expondo aí de modo decisivo a sua opção conceitual de ideologia¹¹⁹. Destacamos duas:

- *...a ideologia é uma ilusão, necessária à dominação de classe. Por ilusão não devemos entender “ficção”, “fantasia” “invenção gratuita e arbitrária”, “erro”, “falsidade”, pois com isto suporíamos que há ideologias falsas ou erradas e outras que seriam verdadeiras e corretas.*

¹¹⁹ Logo mais, com Baldino, chamaremos de ideológica.

- ...a ideologia não é um “reflexo” do real na cabeça dos homens, mas o modo ilusório (isto é, abstrato e invertido) pelo qual representam o aparecer social como se tal aparecer fosse a realidade social.

Roberto Baldino (1985) preparou um artigo para servir de base a um debate que ocorreu na década de oitenta no G-RIO¹²⁰, intitulado “Ideologia afinal é o quê?”. Trazemos para cá algumas passagens acerca da ideologia em que o autor questiona as posições de Chauí na obra em questão. A respeito de uma citação de Chauí, em que ela se refere à ideologia como “ocultamento da realidade social”, Baldino (ibid., p. 4) se opõe indagando sobre que poder maléfico teriam as idéias em esconder dos homens o que queriam explicar ao produzi-las:

E o que é pior, uma vez que as idéias “escondem”, então algo ficou escondido. O que foi? Não foram, para Marilena, os interesses dos produtores dessas idéias, o motor da necessidade de ocultamento. Não! O que ficou escondido, de baixo da ideologia, foi nada menos que A REALIDADE social, que em princípio, poderá ser “descoberta” se levantarmos o manto da ideologia. Pois, quem acredita que a tal realidade esta lá, tendo sido distorcida pelas tentativas de explicação da ideologia, conserva a esperança de que basta olhar para ver. Se o olho desarmado não alcança, evoca a ciência, Por aí Marilena desemboca na mistificação epistemológica da burguesia: a ciência “descobre”, o cientista é “pioneiro”, o conhecimento “se vê”, a ciência se opõe à ideologia, a ideologia é “engano”. Aliás, Althusser reconheceu que caiu nessa de opor a ciência à ideologia.

Reparemos que a questão central que está posta em oposição é a do significado atribuído ao termo “**realidade**” articulado no conceito de ideologia: Chauí, explicitamente se valendo do sentido dado por Marx na Ideologia Alemã¹²¹; Baldino, utilizando ideologia no sentido de Althusser.

Althusser (1996, p.126), na obra em que concentrou esforços no sentido de precisar o conceito de ideologia, “*Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*”, onde

¹²⁰ Grupo Pedagógico do Estado do Rio de Janeiro.

¹²¹ Althusser (1967), na teoria do “*corte epistemológico*”, posiciona nas obras da maturação, chega mesmo a chamá-la de não marxista.

defende, citando Marx, que uma formação social não sobreviveria um único ano se se ocupasse em reproduzir apenas as condições da produção, mas conjuntamente a isto deve reproduzir as condições de reprodução das condições da produção, colocando em pé de igualdade os aparelhos repressivos e os ideológicos, define ideologia como: “...*uma representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência.*”

Ou seja, diferente de outros tantos autores que apresentamos anteriormente, que tomam ideologia em sentido negativo, para Althusser, a ideologia é definida em sentido positivo: realiza-se na medida em que tal “representação” é real, ela se efetiva. A ideologia é aquilo que move o sujeito a tomar posições concretas cotidianas; ou seja, em nome de uma certa ideologia, as pessoas são capazes de tudo, inclusive matar. Ou então como explicar o caso em que um empregado de um proprietário de um touro premiado em uma certa exposição matara com algumas dezenas de facadas uma pessoa que, ao passar pelo touro exposto, dera-lhe um tapinha na cara?

Bourdieu (1987) nos ensina que o que temos de nos ocupar não é com as melhores respostas para todas as problemáticas fornecidas pelos sistemas de dominação; mas antes em disputar tais problemáticas, pois que são elas que definem o rumo da luta que está sendo travada. Antes de fornecer tais respostas, devemos fornecer contra-problemáticas. Pois é nesse sentido que Althusser supera a problemática materialista vulgar da matéria como produtora das idéias em oposição à posição idealista das idéias como “geradoras” da realidade. Carlos Alberto Afonso, na obra “*Teoria do Estado*” (1988, pp. 25-26), embasado em um artigo de Ernesto Laclau, referindo-se a Althusser, diz que a prática se dá inteiramente no plano do pensamento e que o processo de conhecimento não começa com objetos reais, o que sugeriria uma posição empiricista, “*mas com conceitos, peças de informações e idéias fornecidas pelas diferentes formas de prática: científica, ideológica, técnica etc.*”. Estes conceitos são transformados pela prática teórica em objetos do conhecimento. O movimento é inteiramente ao nível teórico, sendo que podemos conhecer não o “concreto real”, mas sim o “concreto em pensamento”. Destarte, toda teoria é válida se seus postulados não entrarem em choque com os conceitos que são construídos no processo do conhecimento.

Retomando a polêmica travada por Baldino (ibid., p. 5) com Chauí, em torno do sentido atribuído para “realidade”, ele extrai de “*O que é ideologia?*” uma citação sobre o conceito de história, onde ela se refere à ideologia como interpretação imaginária da realidade e à história como conhecimento real. Rebate então dizendo que, desse modo, “*Chauí constrói um discurso que aponta para a REALIDADE* ¹²² *como pré-existindo ao HOMEM que vai conhecê-la, que o ‘conhecimento’, longe de ser produzido em práticas sociais, é simplesmente a conformidade com aquilo que é, a identidade com o SER, que o critério de conhecimento é a EVIDÊNCIA etc.*”.

Em conclusão a esta problemática aqui levantada, em relação a esse discurso que articula conceitos altamente polissêmicos, fruto da luta teórica, como ideologia, realidade, ciência, história, Baldino sugere que as conseqüências das concepções que parecem ser as de Chauí, encaminham-se para uma determinação da ideologia como “mistificação do real”, questionando falta de elementos que explicitem que tamanha necessidade de mistificação seja essa que os homens têm! No passo seguinte, já não mais tão diplomático como nos iniciais, tensiona o debate, postando-se em franca oposição (ibid, p.5):

É que o quadro acima já é suficiente para deixar subentendido que essas mistificações teriam o mesmo estatuto da ignorância ou da FALTA DE CONHECIMENTO, tão própria das “classes menos favorecidas”, enquanto que os “instruídos”, os “cultos”, quer dizer, as elites ou as classes dominantes, estas sim pelo conhecimento poderão chegar a não ser ideológicas, a conhecer o real, a ter representações verdadeiras, garantidas pela evidência do conhecimento etc. Especialmente, os intelectuais seriam os agentes providos de filtros anti-ideológicos para olhar o mundo. O quadro teórico terá garantido, não só a certeza do conhecimento, mas também a “boa intenção” do filósofo! - e desabafa - Que vão pro inferno!

¹²² Com maiúsculas tal como se apresenta no texto.

Ideologia em Lacan-Zizek

Por último, de modo conciso, apresentamos o conceito de ideologia em Slavoj Zizek, baseado nos estudos de Jacques Lacan, onde ideologia não é somente uma “falsa consciência”, no sentido de representação ilusória da realidade, mas aponta para que essa mesma realidade já deva ser concebida como ideológica, como implicando um certo não-conhecimento de sua própria essência por parte de seus participantes: “ *‘Ideológica’ não é a ‘falsa consciência’ de um ser (social), mas esse próprio ser, na medida em que ele é sustentado pela ‘falsa consciência’* ” (1996, p.306).

Zizek sustenta a tese anteriormente citada, remetendo-se a um debate em torno da fórmula adotada por Marx sobre a ideologia “*disso eles não sabem, mas o fazem*”, indagando-se sobre onde se situa a ilusão ideológica, no “*saber*” ou no “*fazer*” na própria realidade. Por consequência, toma o exemplo clássico marxista acerca do *fetichismo da mercadoria* (MARX, 2002), onde o **dinheiro**, que é apenas **materialização de uma rede de relações sociais**, funciona como um **equivalente universal de todas as mercadorias**. Nesse ponto, situa-se a fetichização, pois, “*para os indivíduos em si, essa função do dinheiro (...) aparece como uma propriedade imediata e natural de uma coisa chamada ‘dinheiro’, como se o dinheiro em si já fosse, em sua realidade material imediata, a incorporação da riqueza*”. (ZIZEK, *ibid.*, p. 314)

O dinheiro surgiu sendo utilizado em larga escala por volta do século VI A.C. em Mileto. Segundo Bertrand Russel (2001, p. 20), os milésios aprenderam a cunhar moedas de ouro para servir de dinheiro com os lídios, povo que vivia em uma região da Ásia Menor mais ou menos onde hoje é a Turquia. No sítio eletrônico da Casa da Moeda do Brasil¹²³ encontramos o que segue: “*As primeiras moedas, tal como conhecemos hoje, peças representando valores, geralmente em metal, surgiram na Lídia (atual Turquia), no século VII A.C.*”. Talvez pela posição geográfica de Mileto, às margens do Mediterrâneo, com acesso para a Ásia Menor, o Egito e a costa sul da Europa, particularmente a Grécia e Ilha de Creta, Mileto efetivamente era um ponto cujo comércio era pujante (RUSSEL, *ibid.*

¹²³ Disponível em: <<http://www.casamotoeda.com.br/historic/origem.htm>>. Acessado em 30/04/2005.

p.20): “O porto de Mileto vivia apinhado de veleiros de muitas nações e os seus armazéns estocavam mercadorias do mundo inteiro. Como conheciam o dinheiro como meio universal de armazenar valor e trocar mercadorias, não admira que os filósofos milésios se indagassem de que são feitas todas as coisas”. Tales responde a essa pergunta da seguinte forma: “Todas as coisas são feitas de água”. Russel aponta a Grécia como o berço da civilização ocidental e diz que aí se origina a Ciência e a Filosofia.

Marx (2002) trata da questão do dinheiro como equivalente universal de troca no primeiro capítulo d’O Capital. Nesta obra, faz uma longa exposição filosófica sobre o conceito de mercadoria, procurando desfazer qualquer possibilidade de distorção. Marx se encontra em meio a um grande debate em sua época sobre a questão do valor das mercadorias. A Economia Política clássica, como expoentes Adam Smith e Ricardo, já havia chegado ao resultado de que o valor das mercadorias só poderia advir do trabalho, o que era contestado pelos que não viam interesse em ter de se admitir isso, uma verdadeira batalha teórica. Marx percebeu o quão frágil era a defesa da Economia Política clássica e se pôs a defender, negando, ampliando. Como primeiro grande movimento nessa direção, constrói o conceito de mercadoria: um objeto útil destinado a satisfazer necessidades humanas, mas que só se constitui sob forma de trocas por outros artefatos úteis. Um objeto útil construído à base de dispêndio de força humana não é mercadoria. Uma mercadoria A só pode expressar seu valor diante de outra mercadoria B. Por exemplo, X da mercadoria A é igual a Y da mercadoria B, ou seja, o valor de A só pode se expressar através do valor-de-uso de B. Em Matemática nos vemos às voltas com coisas parecidas, por exemplo, dizemos que um retângulo de 20x30 equivale a 30 retângulos de 4x5, ou 20 retângulos de 5x6, ou ainda 600 quadrados de 1x1. Por força do hábito, a unidade quadrada serve para medir todas as figuras exceto a si mesma, o quadrado tem valor-de-uso, não é expressão de troca consigo mesmo; a rigor, não se trocam mercadorias iguais.

Como dissemos, ocupar-nos-emos em mostrar como a Economia Política clássica chegou ao resultado de que o trabalho é a única expressão de valor de uma mercadoria no próximo texto. Agora vamos partir desse dado sobre o trabalho como fonte de valor, à medida que a matéria-prima advinda da natureza não pode por si só promover transformações, por exemplo de árvore em cadeira. Logo o que se compara é o tempo

socialmente necessário para se produzir uma ou outra mercadoria. Mas a qualidade da força de trabalho utilizada para produzir A e B são distintas. No entanto, no ato da troca, tais qualidades distintas são postas como equivalentes, desde que o tempo de dispêndio humano utilizado em suas produções sejam iguais.

Esse raciocínio pode ser estendido para mercadorias C, D, E, etc., nas proporções adequadas, obviamente. Dessa forma, pode-se expressar o valor de A em função de todas as demais. Inverta-se a fórmula e podemos dizer que todas as demais podem ser expressas pelo valor de A, ou seja, o valor de A como expressão de equivalente geral. Historicamente foi a força do hábito que elegeu tais equivalentes. Em um dado momento da história, o ouro desempenhou essa função. A passagem do ouro à utilização do dinheiro como equivalente universal foi quase automática, pois a prática social de trocar por equivalentes, posteriormente à noção de equivalente universal, já vinha funcionando na “*efetividade social do mercado*”, para usar uma expressão de Zizek.

Atentemos para o fato filosófico de que a troca não seria possível se já não houvesse o reconhecimento mútuo sobre a propriedade. Sobre isso, Marx (ibid. p.94) constrói o conceito de “*fetichismo da mercadoria*”.

O caráter misterioso que o produto do trabalho apresenta ao assumir a forma de mercadoria, donde provém? Dessa própria forma, claro. A igualdade dos trabalhos humanos fica disfarçada sob a forma da igualdade dos produtos do trabalho como valores; a medida, por meio da duração, do dispêndio da força humana de trabalho, toma a forma de quantidade de valor dos produtos do trabalho; finalmente, as relações entre os produtores, nas quais se afirma o caráter social dos seus trabalhos, assumem a forma de relação social entre os produtos do trabalho.

Ou seja, o caráter misterioso com o qual a Economia Política clássica vinha se debatendo vinha dessa própria forma: relações entre seres humanos que aparecem como relações entre coisas. Mais adiante, Marx (ibid., p. 94) toca nesse ponto dizendo:

*Mas a forma mercadoria e a relação de valor entre os produtos do trabalho, a qual caracteriza essa forma, nada tem a ver com a natureza física desses produtos nem com as relações materiais dela decorrentes. Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Para encontrar um símile, temos de recorrer à região nebulosa da crença. Aí, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas que mantêm relações entre si e com os seres humanos. É o que ocorre com os produtos da mão humana, no mundo das mercadorias. **Chamo a isso de fetichismo**, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias.*

E completa (ibid. p.94): “*Objetos úteis se tornam mercadorias, por serem simplesmente produtos de trabalhos privados, independentes uns dos outros*”..

Zizek (1996, p.315): retoma a questão da utilização social do dinheiro, o modo como as pessoas articulam isso em práticas sociais, cotidianas, pensadas desde sempre por uma sociedade do mundo das mercadorias:

O problema é que, em sua atividade social, naquilo que fazem, eles agem como se o dinheiro, em sua realidade material, fosse a encarnação imediata da riqueza como tal. Eles são fetichistas na prática, e não na teoria. O que “não sabem”, o que desconhecem, é o fato de que, em sua própria realidade social, em sua atividade social – no ato de troca da mercadoria -, estão sendo guiados pela ilusão fetichista

E novamente se pergunta, onde está a ilusão? Para responder se remete ao indivíduo burguês como, ao contrário do sujeito hegeliano especulativo que “*concebe o conteúdo particular como resultante de um movimento autônomo da Idéia universal*” (ibid., p.314), um sujeito que toma o Universal como propriedade do Particular, das coisas que realmente existem, sendo que o valor em si não existe, mas coisas que, dentre outras propriedades, têm valor. Mas, na prática, agem como se o Particular, as mercadorias por exemplo, fossem a personificação do Universal.

Nesse sentido, Zizek propõe reformular a frase de Marx para “*eles sabem o que fazem, mesmo assim o fazem*”: “*Ele sabe muito bem que o direito romano e o direito germânico são apenas dois tipos de lei, mas, em sua prática, age como se a Lei em si, essa entidade abstrata, se realizasse no direito romano e no direito germânico.*” (ibid., p. 315)

Assim, identifica a ilusão não no saber, não como distorção de uma dada realidade, mas como constitutiva da própria realidade social, sendo que o que desconhecem não é a realidade, mas essa mesma ilusão que a estrutura; sendo que sabem como as coisas são, mas continuam agindo como se não soubessem. E conclui dizendo que *“...essa ilusão desconsiderada e inconsciente é o que se pode chamar de fantasia ideológica”* (ibid., p. 316)

Para tratarmos desse assunto vamos iniciar, tal qual fez Zizek, pela homologia sugerida por ele entre os métodos de interpretação da **mercadoria em Marx** e o método interpretativo da análise do **sonho em Freud**.

Segundo Zizek (ibid., p.297) a homologia em questão é que: *“Em ambos os casos, a questão é evitar o fascínio propriamente fetichista do ‘conteúdo’ supostamente oculto por trás da forma: o ‘segredo’ a ser revelado pela análise não é o conteúdo oculto pela forma (...) mas, ao contrário o ‘segredo’ dessa própria forma”*.

Ou seja, não se trata de saber qual seria o conteúdo latente por trás do texto manifesto de um sonho, mas saber por que tais conteúdos latentes se manifestam sob a forma de um sonho. Da mesma forma, em relação à mercadoria, não se trata de penetrar em seu *“cerne oculto”*, ou seja, na determinação de seu valor pela quantidade de trabalho consumido na sua produção, *“...mas explicar por que o trabalho assumiu a forma do valor de uma mercadoria, por que ele só consegue afirmar seu caráter social na forma-mercadoria de seu produto”*. (ibid., p.297)

Assim, segundo Marx, o caráter enigmático do produto do trabalho, quando assume a forma de mercadorias, vem justamente dessa própria forma; a economia clássica já descobriu o segredo da forma-mercadoria, o trabalho como a verdadeira fonte de riqueza, mas o que permanece enigmático para a Economia Clássica é por que o trabalho tem se de expressar sob a forma de mercadoria.

Mas por que, indagamos, a análise que Marx aplicou no estudo sobre as mercadorias, uma questão, ao menos aparentemente, puramente econômica, exerceu tanta

influência em várias outras áreas do conhecimento, como Filosofia, História e tantas outras?

Zizek diz que isso ocorre, porque a análise da forma-mercadoria oferece uma espécie de matriz que possibilita gerar todas as outras formas da “inversão fetichista”, e completa (ibid., p.301): “...*é como se a dialética da forma-mercadoria nos apresentasse uma versão pura – destilada, por assim dizer – de um mecanismo que nos oferece uma chave para a compreensão teórica política (direito, religião etc)*”.

Existe muita coisa em jogo, quando se trata da análise da forma-mercadoria e foi esse “algo mais” que tamanho fascínio exerceu em teóricos de outras áreas do conhecimento. O teórico que, segundo Zizek, fez o estudo mais profundo acerca disso, procurando mostrar o alcance universal da forma-mercadoria, foi Alfred Sohn-Rethel (apud ZIZEK, p.301-302) que enunciou como tese fundamental que “...*a análise formal da mercadoria detém não somente a chave da crítica da economia política, mas também a da explicação histórica do modo de pensamento conceitual abstrato e da divisão entre o trabalho intelectual e o trabalho manual que passou a existir juntamente com ele*”.

Sohn-Rethel vai mais longe em seus estudos sobre a estrutura da forma-mercadoria, dizendo que aí se encontra o “... *‘sujeito transcendental kantiano’ - isto é, a rede de categorias transcendentais que constitui o arcabouço a priori do conhecimento científico ‘objetivo’*” (apud ZIZEK, p. 302), na medida em que antes da Física conceber o movimento abstrato puro, o ato social de troca já havia realizado um movimento puramente abstrato, a transferência de propriedade.

O ato de abstração que se opera no processo efetivo de troca de mercadorias, Sohn-Rethel chama de “*abstração real*” [das reale Abstraktion]. Zizek (ibid. p. 303) propõe que se analise o *status* ontológico da *abstração real* para que se chegue à conclusão acerca da homologia existente em relação ao *status* do *inconsciente*, dizendo que “*a ‘abstração real’ é o inconsciente do sujeito transcendental, o suporte do conhecimento científico objetivo-universal*”.

Em seguida Zizek, baseado em Sohn-Rethel, desenvolve o conceito de abstração real de modo a se criar condições para se definir então aquilo que é objeto desse trabalho que ora realizamos: o conceito de ideologia. Vejamos como!

Como nos portamos em relação à materialidade do dinheiro? Apesar de sabermos que o dinheiro, assim como tudo que é material, sofre a ação do tempo e se desgasta, mesmo assim, na efetividade social do mercado, lidamos com as moedas “como se” fossem feitas de alguma substância imutável em que o tempo não exerce poder. Sohn-Rethel, a esse respeito, diz que (apud ZIZEK, p. 303): “...durante o ato de troca, os indivíduos procedem como se a mercadoria não estivesse sujeita a trocas físicas e materiais, como se ela estivesse excluída do ciclo natural da geração e da deterioração, embora, no nível de sua ‘consciência’, eles ‘saibam muito bem’¹²⁴ que isso não acontece.”

E é a este “como se” que Zizek (ibid., p. 303) se remete ao que chama de “desmentido fetichista”:

“Sei muito bem, mas, ainda assim...” (...) (“Sei que mamãe não tem falo, mas, ainda assim...[acredito que ela o tem]”, “Sei que os judeus são gente como nós, mas, ainda assim...[há qualquer coisa neles]” – e acrescenta a variante do dinheiro – “Sei que o dinheiro é um objeto material como os outros, mas, ainda assim...[é como se ele fosse feito de uma substância especial, sobre a qual o tempo não tem nenhum poder].”

Zizek (1996) diz ser esse um problema não solucionado por Marx, o do caráter material do dinheiro, não do que o dinheiro é feito, mas do material sublime, do que chama “o corpo dentro do corpo”; mas alerta, que a idéia psicanalítica do dinheiro só deve ser concebida em dependência de uma ordem simbólica, garantida por alguma autoridade simbólica.

¹²⁴ Sublinhado nosso: estamos marcando o significante “saibam muito bem”, pois essa expressão será “chave” para que se entenda, posteriormente, o conceito de ideologia que se propõe como estando em superação em relação ao conceito de ideologia como “falsa consciência”.

Voltemos agora ao conceito de abstração real de Sohn-Rethel! Se a abstração real, a abstração que se dá no ato social de troca das mercadorias, não tem a ver com o nível da “realidade”, enquanto nos referirmos a ela como as propriedades efetivas de um objeto, diz Zizek ser equivocado, por tais motivos, concebê-la como uma “abstração do pensamento”, como ocorrendo no interior do sujeito pensante. Zizek (ibid., p.304) cita a formulação de Sohn-Rethel: “*A abstração da troca não é o pensamento, mas tem a forma do pensamento.*”

Esse modo de conceber a abstração se chocou com a fundamental distinção epistemológica althusseriana, no que concerne ao “objeto real” e o “objeto do conhecimento”, pois “*introduz um terceiro elemento que subverte o próprio campo dessa distinção: a forma do pensamento anterior e externa ao pensamento – em suma, a ordem simbólica*” (ibid., p.304). A essa formulação de Sohn-Rethel, Zizek identifica como sendo de natureza “*escandalosa*” em relação à Filosofia, pois confronta isso que ele chama de “*círculo fechado*” com um lugar externo onde sua forma já teria sido “*encenada*”. E conclui, dizendo que (ibid. pp. 304-305): “*O confronto com esse lugar é insuportável, porque a filosofia como tal se define por sua cegueira em relação a esse lugar: ela não pode levá-lo em consideração sem dissolver a si mesma, sem perder sua consistência*”

Essa afirmação anterior de Zizek é fundamental para que possamos entender posteriormente o conceito que ele nos oferece de ideologia. Reparemos que a “*cegueira*” em questão não se refere a uma possível falta de conhecimento em relação a uma certa realidade; não, não é disso que se está tratando! A “*cegueira*” em questão é constitutiva da Filosofia, sem o quê, conforme já dissemos, a Filosofia deixaria de “*ser ela mesma*”.

Porém, atribuir uma dada “*cegueira*” à consciência filosófico-teórica, não implica, necessariamente, que isso não se aplique à consciência “prática” cotidiana. No ato da troca, o que se dá é a *abstração real*, que se define por um certo “desconhecimento” da “*função sócio-sintética*” da troca e é justo esse “*desconhecimento*” que é “*condição sine qua non da efetivação de um ato de troca – se os participantes reparassem na dimensão da “abstração real”, o próprio ato ‘efetivo’ de troca já não seria possível*” (ibid., p.305).

Aos poucos vamos sentindo que esse “desconhecimento” não se dá por falta pura e simples, mas antes por uma “*falta constitutiva*”, um modo de conceber uma certa “realidade” e não desconhecimento “da realidade” (ibid., p.305) : “...*esse não-conhecimento da realidade é parte de sua própria essência (...) ...é um tipo de realidade cuja própria consistência ontológica implica um certo não conhecimento de seus participantes – se viéssemos a ‘saber demais’, a desvendar o verdadeiro funcionamento da realidade social, essa realidade se dissolveria*”.

A esse respeito Sohn-Rethel (apud ZIZEK, p. 305), diz que:

Assim, ao falar do caráter abstrato da troca, devemos ter o cuidado de não aplicar esse termo à consciência dos agentes da troca. Eles estão supostamente ocupados com o uso das mercadorias que vêem, mas ocupados apenas em sua imaginação. É o ato da troca, e somente o ato, que é abstrato. (...) O caráter abstrato desse ato não pode ser notado quando acontece, porque a consciência de seus agentes está tomada pela negociação e pela aparência empírica das coisas, que se refere a seu uso. Dir-se-ia que o caráter abstrato de seu ato está além do reconhecimento dos atores, porque a própria consciência deles interfere. Se o caráter abstrato lhes cativasse a mente, seu ato deixaria de ser uma troca e a abstração não surgiria.

Toda essa formulação anterior de Zizek acerca dos resultados dos estudos sobre a forma-mercadoria em Marx, Sohn-Rethel, Lacan, possibilita-nas contextualizar a definição que se está por constituir de ideologia. Nesse contexto, a ideologia não seria resultado de uma mera “*falsa consciência*”, de uma “*representação ilusória da realidade*”.

Agora, parece-nos, fica explícito o que Sohn-Rethel enuncia como sendo o estudo da forma-mercadoria o detentor da “*chave*” da questão da teoria do conhecimento: um conhecimento objetivo com validade universal. De fato, na mesma linha da construção conceitual que Zizek fez acerca da ideologia, ele aplica o mesmo instrumento para definir *inconsciente* e *sintoma*, como algo constituído por uma falta, por um não-conhecimento.

Em relação ao *inconsciente*, Zizek (ibid., p. 304) lança mão do que ele chama de “*uma das definições*” possíveis de *inconsciente* como sendo “*a forma de*

pensamento cujo status ontológico não é o do pensamento - (...) ...uma Outra Cena, externa ao pensamento, mediante a qual a forma do pensamento já é articulada de antemão”. Em relação a *sintoma*, diz Zizek (ibid. p. 306) que “*uma das definições possíveis seria, igualmente, ‘uma formação cuja própria consistência implica um certo não-conhecimento por parte do sujeito’: o sujeito só pode ‘gozar com seu sintoma’ na medida em que sua lógica lhe escapa – a medida do sucesso da interpretação do sintoma é, precisamente, sua dissolução”*”.

Surpreendente é que o tratamento teórico destinado por Marx ao mundo das mercadorias recebe semelhante tratamento o *significante* em Lacan. À forma simples, uma mercadoria B expressa o valor de uma mercadoria A, “*um significante representa o sujeito para o outro significante*”; à forma desdobrada, uma mercadoria pode ter seu valor expresso por qualquer outra mercadoria, “*para um significante, qualquer outro significante pode representar o sujeito*”; à forma geral, uma mercadoria representa o valor de qualquer outra mercadoria, “*um significante representa o sujeito para todos os outros significantes*”. (ZIZEK, 1992, p.76). Em conclusão, situa na passagem da forma desdobrada para a forma geral, a constituição do *significante-mestre*: o dinheiro, uma mercadoria que a rigor não tem valor-de-uso a não ser o de servir como meio de circulação de mercadorias, como meio de troca, uma mercadoria que não encerra valor, mas que ao mesmo tempo é valor de todas as outras. O *significante-mestre* é o *significante* sem significado, aquele que, por um efeito de retroação, uma vez marcado, vem dar sentido a toda a cadeia *significante*.

Democracia como conceito inspirado em Lacan-Zizek

Por fim, o *significante* “*democracia*” é apanhado nesse processo em que o desconhecimento gerado pelas relações fetichistas, desde sempre presentes no mundo das mercadorias, coloca-nos a urgência em criticá-lo como ideologia dominante, ideologia de

classe dominante, quando se pretende Universal. É que os sujeitos sabem muito bem que a democracia que falam é aquela na qual o Estado já os garantiu há tempos, mas agem como se não soubessem, como se um traço particular encerrasse o todo. Mais uma vez nosso compromisso com o marxismo, e tudo o que essa concepção enseja, põe-nos diante do desafio em sugerir alternativas conceituais. **Definiremos então democracia como resultante da luta de classes**; a metáfora relativa à Geometria Vetorial é certamente bem aplicada: sistema de forças que concorrem em um mesmo ponto (em todos os pontos). Precisaremos, da mesma forma esse conceito baseado em Lacan-Zizek, luta de classes como aquilo que não pode ser simbolizado, um *buraco*, um desconhecimento estrutural, constitutivo, da mesma forma.

Por democracia estamos tendendo a defini-la de um ponto de vista não substancialista, mas relacional: as coisas são definidas em movimento, constituídas socialmente. Por isso rejeitamos “a” democracia como categoria em si, senão como um processo que garanta ampla participação de posições divergentes. Mas isso já é uma posição e teremos caído nos velhos problemas metalingüísticos com os quais a Ciência e a Filosofia vivem a se debater. Quanto a nós, antes de tomarmos certos “ruídos” como indesejáveis, assumimo-los como sendo o núcleo da própria coisa, essa contradição fundante que é da ordem do não simbolizável, *luta de classes* como quer Lacan, citado por Zizek (1992). Democracia é antes de tudo reconhecer que uma posição não foi vencedora, porque não foi trabalhada o suficiente, seja lá qual for o trabalho a ser feito, inclusive o trabalho de enfrentamento com o discurso mutuamente adverso. A metáfora emprestada da Geometria Vetorial nos parece adequada: sistema de forças distintas que concorrem num ponto em comum, produzem uma resultante. A SBEM é o nome dessa resultante; resultante de um processo de posições distintas, não necessariamente de grupos distintos. Como poderiam os grupos existir antes de defender posições? Pois é o trabalho efetivo de defesa de posições que constitui os grupos, e não o contrário. A confusão que gerações de marxistas fizeram com o conceito de *luta de classes* (contradição fundante) em relação às classes em lutas, prestaram um grande “desserviço” não apenas à causa democrática, como à própria revolução, bem entendida aqui como o nome de um processo de transformação radical da sociedade, fundamentalmente de sua base econômica através de mecanismos de

poderes duais, conselhos populares, construção do Estado operário por dentro do Estado burguês. Isso é o conceito; se isso não houve, então não houve revolução.

O esforço que estamos fazendo, tendo de recorrer inclusive a conceitos como *luta de classes* e revolução, terreno pantanoso, sobretudo em tempos que o Capitalismo parece ter se afirmado como “o fim da história”, tem a ver com o exercício de demarcação da ideologia democrática (no sentido de Althusser e de Lacan-Zizek), como valor “melhorativo”, como aquilo que é “o bom”, “o correto”, “o justo”. Para nós, democracia é um estágio em que as forças políticas aceitam conviver com a diversidade, particularmente por que nenhum dos extremos do duo conservação/transformação se encontra completamente impossibilitado. Em tempos de fascismo ou de revolução o “rumo da prosa” há que ser alterado. Não estamos aqui para defender o engessamento da história. Por fim, poderíamos definir a “democracia” como um período de trégua, enquanto a humanidade de conjunto aprende com a experiência histórica e se reinventa incessantemente. Nesse ponto, Naves (2001, p. 93), refletindo a transição ao socialismo como extensão da democracia, lembra que

... é justamente essa a questão decisiva: admitir que o socialismo é uma formação social estável, com as suas leis particulares de reprodução. Isso acarreta uma consequência de extrema gravidade: se um modo de produção socialista já se constituiu, a questão da transformação das relações de produção se torna um objeto impensável.

E completa (ibid.,p. 94):

A experiência da revolução cultural proletária chinesa revela claramente a insuficiência das instituições e da ordem jurídica socialista para permitir que se dê a transformação das relações sociais capitalistas. Esta transformação só se iniciou, na China, e a assumiu o caráter de um movimento de massas, quando estas ultrapassaram os limites da legalidade “socialista”, violando as leis, suprimindo órgãos políticos e administrativos, destituindo dirigentes do poder, constituindo novas formas de poder popular, etc.

Essa questão é certamente a questão mais polêmica no que diz respeito às Ciências Sociais e não seremos nós que iremos fechá-la, portanto nos damos por satisfeito em nossas explicações sobre o sentido do que temos aqui chamado de democracia.

BIBLIOGRAFIA:

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Mestre Jou, 1970. pp. 506-508
- AFONSO, C. A. **Teoria do Estado: uma contribuição crítica à discussão teórica do Estado capitalista**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1988.
- ALTHUSSER, L. **Análise Crítica da Teoria Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- _____. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. In: Zizek, S. Um Mapa da Ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. pp. 105-142.
- _____. **Posições-2**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- BACHELARD, G. **O Novo Espírito Científico**. Lisboa: Edições 70, 1978.
- BALDINO, R. R. **Marx, Verdade de Hegel**. Rio Claro: Grupo de Pesquisa-Ação em Educação Matemática da UNESP, (GPA-RC) 2001.
- _____. **Ideologia, afinal é o quê?** Rio de Janeiro: IM-UFRJ/G-RIO, 1985. Mimeo.
- BARBOSA, R. M. **“História de Professores – Mudanças e Permanência”**. Disponível em: <http://www.sbempaulista.org.br/epem/anais/grupos_trabalho/gdt06-RuyMadsen.doc>. Acesso em: 15 de maio de 2005.
- BOLETIM DO GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA. Rio de Janeiro: GEPEM, Nº 18, ano XI, primeiro semestre. 1986.
- BOURDIEU, P., A Opinião Pública Não Existe. In: Thiollent, M.M. **Crítica Metodológica, Investigação Social & Enquete Operária**. 5ª. ed. São Paulo: Polis, 1987. Textos Selecionados, pp. 137-151. (Teoria e História 6)
- BOURDIEU, P. , EAGLETON, T. **A Doxa e a Vida Cotidiana: uma entrevista**. In: ZIZEK, S., Um Mapa da Ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. pp. 265-278.
- BRASIL Casa da Moeda do Brasil. Disponível em: <<http://www.casamotoeda.com.br/historic/origem.htm>>. Acessado em 30/04/2005.
- BÚRIGO, E. Z. Matemática moderna: progresso e democracia na visão de educadores brasileiros nos anos 60. **Teoria da Educação**, pp. 256-265, 1990.
- CARRAER, T.N. **Na Vida Dez, na Escola Zero**. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- CARR, E. H. **Que é História?**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- CHAUÍ, M. **O que é Ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 36ª ed. 1993.

- COSTA, N. Prefácio. In: NACHBIN. **Ciência e Sociedade**. Curitiba: UFPR, 1996.
- D'AMBRÓSIO, U. **Reminiscências**. Blumenau: XI CIAEM, 2003. Disponível em:
< <http://www.furb.br/ciaem/precursores.htm>>. Acessado em: 16 de maio de 2005.
- DANTAS, M. S. **Biobibliografia**. Blumenau: XI CIAEM, 2003. Disponível em:
< <http://www.furb.br/ciaem/precursores.htm>>. Acessado em: 16 de maio de 2005.
- DYNNIKOV, C. M. S. Entrevista com Martha Souza Dantas. In: **Educação Matemática em Revista**, Ano 9 – Nº 12. São Paulo: SBEM, 2002, pp. 04-10.
- ENEM. **Resumos dos Trabalhos**. São Paulo: PUC, 1987. (mimeo)
- _____. **Anais**. São Paulo: Atual, 1988.
- EVES, H. **Introdução à História da Matemática**. Campinas: Unicamp, 2004.
- FIORENTINI, D. **Rumo da Pesquisa Brasileira em Educação Matemática: O caso da Produção Científica de Pós-Graduação**. Campinas: Unicamp, 1994.
- FOUCAULT, M. **As palavras e as Coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 1979.
- HEGEL, G. W.F. **A Razão na História**. São Paulo: Centauro, 2001.
- HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- KURZ, R. **O Colapso da Modernidade**. São Paulo: Paz e terra, 1999.
- LACAN, J. **O Seminário XVII**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
- LEFEBVRE, Henri. **O Marxismo**. Glória: Bertrand Brasil, 1988.
- LEITE, S. **História da Companhia de Jesus no Brasil, V. VII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1945.
- LÖWY, M. **Ideologia e Ciências Sociais**. Elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1996.
- MARAFON, A. C. M. **Vocação Matemática como Reconhecimento Acadêmico**. Campinas: Unicamp, 2001.
- MARX, K. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

- MARX, K. & ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MARX, K. & ENGELS, F. **Prefácio à “Contribuição à Crítica da Economia Política”**.
In: _____, **Obras Escolhidas 1**. São Paulo: Alfa-Omega, s/d. pp. 300-303.
- MATTA, R. **Relativizando, Uma Introdução à Antropologia Social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- MIORIM, M. Ângela. **Introdução à História da Matemática**. São Paulo: Atual, 1998.
- NACHBIN, L. **Ciência e Sociedade**. Curitiba, Editora da UFPR, 1996.
- NIETZSCHE, F. W. **A Genealogia da Moral**. São Paulo: Moraes, 1991.
- ONUHC, L. R. **O Professor, o educador e o pesquisador ao longo da trajetória de sua vida**. “Histórias de professores de matemática: mudanças e permanência”
Grupo de Discussão Temática: VII EPEM, 2004. Disponível em:
<http://www.sbempaulista.org.br/epem/anais/grupos_trabalho/gdt06.doc>. Acesso em: 16 de maio de 2005.
- PEREIRA, D. J. R. **O Papel do Significante “Família” no Discurso Sobre Ensino e Aprendizagem da Matemática na Escola**. Rio Claro: Unesp, 1995.
- PIRES, C. C. Entrevista com Ubiratan D’Ambrosio. In: **Educação Matemática em Revista**, Ano 6 – Nº 7. São Paulo: SBEM, 1999, PP. 05-10.
Ubiratan Entrevista Educação Matemática em Revista, ano 6, n. 7, jul/99, 5-10
- RAMAL, A. C. **Educação na Cibercultura: hipertextualidade, leitura, escrita e aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- RUSSEL, B. **História do Pensamento Ocidental**. Rio de Janeiro. Publicações, 2001.
- SBEM. **Estatuto**. Cartório de Registro de Títulos e Documentos. Documento nº. 1873. Maringá, PR, 16 de setembro de 1988.
_____. **Estatuto**. Disponível em: <http://www.sbem.com.br/index.php?op=Estatuto>.
Acessado em: 25 de mai. de 2006.
- SBM. **Reuniões sobre Ensino, Promovidas pela Sociedade Brasileira de Matemática desde 1978**. Rio de Janeiro: SBM, 1984. Relatórios Internos
- SCHUBRING, G. O Primeiro Movimento Internacional de Reforma Curricular em Matemática e o Papel da Alemanha. In: VALENTE, W. **Euclides Roxo e a Modernização do Ensino de Matemática no Brasil**. São Paulo: Ed.da SBEM, 2003, pp. 11-45.

VALENTE, W. **Euclides Roxo e a Modernização do Ensino de Matemática no Brasil**. São Paulo: SBEM, 2003.

_____. **Uma História da Matemática Escolar no Brasil**. São Paulo: Annablume, 1999.

VIANA, C. R. **Vidas e Circunstâncias na Educação Matemática**. São Paulo: USP, 2000.

ZIZEK, S. **Como Marx Inventou o Sintoma?** In: _____, Um Mapa da Ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. pp. 297-331

_____. **Eles Não Sabem o que Fazem o Sublime Objeto da Ideologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

_____. **O Mais Sublime dos Históricos: Hegel com Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

_____. **Um Mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996

ZUIN, E. S. L. **Parâmetros Curriculares Nacionais de Matemática para o 3º e 4º Ciclos do Ensino Fundamental e o Ensino das Construções Geométricas, Entre Outras Considerações**. Caxambu: GT 19 - EDUCAÇÃO MATEMÁTICA 25ª. Reunião Nacional da ANPED out. de 2001. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/25/excedentes25/elenicezuint19.rtf>>. Acessado em: 15 de maio de 2005.

ARQUIVOS DO MOVIMENTO PRÓ-SBEM:

D2: REGIONAL-SÃO PAULO. **Boletim Informativo**. Síntese Sobre o Trabalho do Movimento Pró-SBEM até a Reunião de Belo Horizonte. São Paulo, nov. de 1987. 3 p. mimeo.

D13: REGIONAL-RIO DE JANEIRO. **Ata de reunião sobre a formação da Comissão Regional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 21 de mar. de 1987. 6 p. mimeo.

D20 – COMISSÃO CENTRAL DO MOVIMENTO PRÓ-SBEM. **Ata da primeira reunião da Comissão Central**. São Paulo, 28 mar. 1987. 10 p. mimeo.

D21 – BISOGNIN, E.; BISOGNIN V. **Carta ao Correspondente Regional-RS**. Esclarece sobre debate sobre a SBEM em Santa Maria, RS. Santa Maria, 26 mar. 1987. 2 p. manuscrito.

D23 – DANILUK, O. **Carta ao Correspondente Regional-RS**, em 11 de abril de 1987. 4 p. manuscrito

- D25 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DA COMISSÃO CENTRAL DO MOVIMENTO PRÓ-SBEM. **Sistematização do Movimento das Propostas de Estatuto:** subsídios recebidos até 15 de jun. de 1987. Rio de Janeiro, 21 de jun. de 1987. 6 p. mimeo.
- D26 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DA COMISSÃO CENTRAL DO MOVIMENTO PRÓ-SBEM; COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DA REGIONAL-RIO DE JANEIRO. **Sistematização de Estatuto.** Subsídios recebidos até 7 de ago. 1987. Rio de Janeiro, 7 de ago. de 1987. 1 p. mimeo.
- D29 – REGIONAL-PERNAMBUCO. **Carta à Comissão de Sistematização da Comissão Central do Movimento Pró-SBEM:** Comentários do Grupo de Recife sobre a Sistematização de 29 de Ago. de 1987; em anexo, uma Proposta de Estatuto elaborada pela Regional-Pernambuco. Recife, out. de 1987. 6 p. mimeo.
- D33 – REGIONAL-MINAS GERAIS. **Proposta Preliminar de Estatutos da Sociedade Brasileira de Educação Matemática.** Belo Horizonte, 25 de out. de 1987. 4 p. mimeo.
- D34 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DA COMISSÃO CENTRAL DO MOVIMENTO PRÓ-SBEM; COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DA REGIONAL-RIO DE JANEIRO. **Sistematização das Propostas de Estatuto:** subsídios recebidos até 29 de ago. de 1987. Rio de Janeiro, 23 de ago. de 1987. 6 p. mimeo.
- D36 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DA COMISSÃO CENTRAL DO MOVIMENTO PRÓ-SBEM. **Sistematização de Estatuto.** Belo Horizonte, 25 de nov. De 1987. 7 p. mimeo.
- D37 – SECRETARIA-GERAL DA COMISSÃO CENTRAL DO MOVIMENTO PRÓ-SBEM. Boletim Informativo: sistematização das propostas de estatutos das reuniões de Belo Horizonte e São Paulo. São Paulo, 12 de jan. de 1988. 9 p. mimeo.
- L1 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DA COMISSÃO CENTRAL DO MOVIMENTO PRÓ-SBEM **Sistematização das Propostas de Estatuto.** Rio de Janeiro, 15 de jun. de 1987. 8 p. mimeo.
- L2a – REGIONAL-RIO DE JANEIRO **Sistematização das Propostas de estatuto:** subsídios recebidos até 15 de junho de 1987 e debate da Comissão de Sistematização da Regional-Rio até 21 de jun. de 1987. Rio de Janeiro, 21 de jun. de 1987. 6 p. mimeo.

- L2b – REGIONAL-RIO DE JANEIRO **Sistematização das Propostas de estatuto:** debate da Regional-Rio de Janeiro em 21 de jan. de 1987. Rio de Janeiro, 27 de jun. de 1987. 6 p. mimeo.
- L4 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DA COMISSÃO CENTRAL DO MOVIMENTO PRÓ-SBEM; COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DA REGIONAL-RIO DE JANEIRO. **Sistematização das Propostas de Estatuto:** subsídios recebidos até 13 de ago. de 1987. Rio de Janeiro, 13 de ago. de 1987. 6 p. mimeo.
- L5 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DA COMISSÃO CENTRAL DO MOVIMENTO PRÓ-SBEM; COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DA REGIONAL-RIO DE JANEIRO. **Sistematização do Estatuto:** subsídios recebidos até 29 de ago. de 1987, Ata da Reunião de Campinas e Ata da Reunião de 23 de ago. de 1987 da Regional-Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 29 de ago. de 1987. 10 p. mimeo.
- L6 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DA COMISSÃO CENTRAL DO MOVIMENTO PRÓ-SBEM; COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DA REGIONAL-RIO DE JANEIRO. **Sistematização do Estatuto:** subsídios recebidos até 13 de out. de 1987, Ata da Reunião de São Paulo de 25 de set. e 2 de out. de 1987. Rio de Janeiro, 13 de out. de 1987. 13 p. mimeo.
- L7 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DA REGIONAL-RIO DE JANEIRO. **Sistematização do Estatuto:** Subsídios recebidos de SP, PR, RN, BA, RJ até 25 de set. de 1987. Rio de Janeiro, 15 de out. de 1987. 18 p. mimeo.
- L9 – BALDINO, R.R. **Proposta de R. R. Baldino à Comissão de Sistematização e à Regional-Rio sobre o Estatuto da SBEM.** Rio de Janeiro. 15 de jun. de 1987. 3 p. mimeo.
- L10 – REGIONAL-BAHIA. **Ata de Reunião da Regional-Bahia e Propostas de Estatuto.** Salvador, 30 de mai. de 1987. 3 p. mimeo.
- L21 – COMISSÃO CENTRAL DO MOVIMENTO PRÓ-SBEM. **Ata da Reunião da Comissão Central.** Rio de Janeiro, 6 de jun. de 1987. 7 p. mimeo.
- L28 – REGIONAL-SÃO PAULO. **Boletim Informativo.** São Paulo, ago. de 1987. 1 p. mimeo.
- L31 – REGIONAL-RIO DE JANEIRO. **Ata da reunião da Regional.** Rio de Janeiro, 11 de abr. de 1987. 2 p. mimeo.
- L32 – REGIONAL-RIO DE JANEIRO. **Ata da 3ª Reunião da Comissão Regional-Rio.** Rio de Janeiro, 21 de maio de 1987. 5 p. mimeo.

- L34 – REGIONAL-RIO DE JANEIRO. **Ata da 9^a. Reunião da Regional-Rio.** Rio de Janeiro, 23 de nov. de 1987. 2 p. mimeo.
- L38a – REGIONAL-RIO DE JANEIRO. **Ata da 7^a. Reunião Pró-SBEM.** Rio de Janeiro, 19 de set. de 1987. 1 p. manuscrito
- L38b – REGIONAL-RIO DE JANEIRO. **Ata da 8^a. Reunião Pró-SBEM.** Rio de Janeiro, 13 de out. de 1987. 2 p. manuscrito
- L50 – REGIONAL-RIO DE JANEIRO. **Boletim Informativo.** Rio de Janeiro, 22 de jul. de 1987. 1p. mimeo.
- M1 –SECRETARIA DO MOVIMENTO PRÓ-SBEM. **Circular.** Anexo Ata da Plenária Final do ENEM. Rio de Janeiro, 13 de fev. de 1987. 12 p. mimeo.
- M2 – REGIONAL-SÃO PAULO. **Ata da 1^a. Reunião da Regional de São Paulo.** São Paulo, 14 de abr. de 1987. 2 p. mimeo.
- M6 – REGIONAL-SÃO PAULO. **Ata da 2^a. Reunião da Regional de São Paulo.** São Paulo, 23 de mai. de 1987. 4 p. mimeo.
- M7 – SECRETARIA DO MOVIMENTO PRÓ-SBEM. **Circular.** Rio de Janeiro, 25 de mai. de 1987. 2 p. mimeo.
- M9 – REGIONAL-SÃO PAULO. **Ata da 3^a. Reunião da Regional de São Paulo.** São Paulo, 03 de jul. de 1987. 3 P. mimeo.
- M10 – SECRETARIA DO MOVIMENTO PRÓ-SBEM. **Circular.** Rio de Janeiro, 31 de jul. de 1987. 1 p. mimeo.
- M12 – SECRETARIA GERAL DO MOVIMENTO PRÓ-SBEM. **Informe da Reunião de Campinas, de 14-15 de agosto de 1987 e Solicitação do PACDT para indicação de representante junto ao órgão.** Rio de Janeiro, 20 de ago. de 1987. 3 p. Mimeo.
- M17 – REGIONAL-SÃO PAULO. **Ata da 4^a. Reunião da Comissão Regional de São Paulo.** Campinas, 25 de set. de 1987. 2p. mimeo.
- M21 – BICUDO, M.A.V. **Esboço de Ata da 5^a. Reunião da Comissão Regional de São Paulo.** São Paulo, 28 de nov. de 1987. 1 p. manuscrito.
- M23 – BALDINO, R. R. **A Encruzilhada:** carta enviada a “*Bigode, Ledo, Lucília, Maria Aparecida Bicudo, Rômulo e Terezinha Carraher*” acerca do “*Documento de Recife*”. Rio de Janeiro, out./nov. de 1987, 4 p. mimeo.
- S1 – PLENÁRIA FINAL DO II ENEM. **Ata de Fundação.** Maringá, 27 de jan. de 1988.